



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE  
(PPGCIAMB)**

**LARISSA JOYCE GOMES DE OLIVEIRA PAIVA**

**AS MATRIARCAS *MUMBUCANAS* COMO GUARDIÃS DA MEMÓRIA E DA  
TRADIÇÃO: UMA RESSIGNIFICAÇÃO DE SI E DA COLETIVIDADE**

**PALMAS, TO  
2024**

**Larissa Joyce Gomes de Oliveira Paiva**

**As matriarcas *mumbucanas* como guardiãs da memória e da tradição: uma ressignificação de si e da coletividade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente (PPGCIAMB) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) como requisito à obtenção do grau de Mestre em Ciências do Ambiente

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marina Haizenreder Ertzogue

**PALMAS, TO  
2024**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

P149m Paiva, Larissa Joyce Gomes de Oliveira.  
As matriarcas mumbucanas como guardiãs da memória e da  
tradição: uma ressignificação de si e da coletividade. / Larissa Joyce  
Gomes de Oliveira Paiva. – Palmas, TO, 2024.  
233 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do  
Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-  
Graduação (Mestrado) em Ciências do Ambiente, 2024.

Orientadora : Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Marina Haizenreder Ertzogue

1. Memória. 2. História oral. 3. Quilombola. 4. Anciãs. I. Título

**CDD 628**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de  
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que  
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha  
catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**Larissa Joyce Gomes de Oliveira Paiva**

**As matriarcas *mumbucanas* como guardiãs da memória e da tradição: uma resignificação de si e da coletividade**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre (a) no Curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Tocantins, na linha de pesquisa Natureza Cultura e Sociedade.

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marina Haizenreder Ertzogue, UFT - Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro, PUC GO-  
Membro Externo

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elineide Eugênio Marques, UFT - Membro Interno

---

Prof. Dr. Jonas Carvalho e Silva, UFPA - Suplente Externo

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Simone Seibert, UFT- Suplente Interno

*Ao Senhor pelo amor, graça e bondade.*

*À minha família pelo apoio incondicional.*

*Aos meus avós Luiz e Secundina (in memoriam) que tanto me ensinaram com as histórias de suas vidas. Mesmo sem formação, foram exemplos de mestres.*

*A todas as anciãs da comunidade quilombola Mumbuca que continuam lutando por seu povo.*

*À terra tocantinense pela acolhida.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus em primeiro lugar que me sustentou todos os dias, autor e consumidor da minha fé. Sou grata por essa porta que ele abriu de uma forma tão grandiosa. Sem sua proteção, encorajamento, direção e sabedoria não teria conseguido chegar até aqui. Obrigada meu Deus e pai.

Diante da perseverança, mão segura e firme, do apoio irrestrito, do carinho, amor e afeto, agradeço ao meu esposo David e aos meus dois filhos Daniel e Abner, vocês foram incrivelmente pacientes comigo, quando tantas vezes precisava estar retirada para me dedicar ao trabalho.

Ao colo aconchegante, às palavras sábias de direção, de coragem e, claro, aquele empurrão de determinação, fé e força, agradeço à minha mãe Marismar que sempre acreditou em mim. Obrigada, mãe, por cada oração, pelas heranças e bênçãos depositadas sobre minha vida.

Agradeço a confiança, as palavras de encorajamento, as direções, a orientação, a mão amiga sempre generosa para ensinar e mostrar que é possível sim, com Deus, vencer as barreiras que se apresentam em nosso caminho. Suas palavras me sustentaram. Obrigada tia Aldeídes.

Agradeço aos meus sogros pelo apoio e confiança, por toda ajuda durante esse período de estudo e por terem me coberto e auxiliado com as crianças. Meu muito obrigada.

Sou infinitamente grata à generosidade e à paciência gigantesca comigo pela condução dessa pesquisa, pois foi muito além do que eu poderia imaginar. Obrigada Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marina Ertzogue. Jamais esquecerei sua bondade e a forma de direcionar, acreditando que seria possível.

Minha eterna gratidão às mulheres, ao povo da Mumbuca e às guardiãs da memória: D. Santinha, D. Martina, D. Dora, Aldina e Daldiva. Vocês foram tão maravilhosas comigo desde a acolhida na comunidade, a aceitação em participar da

pesquisa, as histórias, os grandes aprendizados e momentos agradáveis compartilhados. Obrigada por fazerem esse momento de desafios se tornar mais agradável e mais esperançoso. Vocês são incríveis. Um povo aguerrido de fé e força. Sem vocês nada disso teria sido possível. Vocês são grandes mestres do saber. Obrigada pela paciência e mão amiga nessa pesquisa.

Agradeço aos colegas do CIAMB, turma de 2022. Obrigada pelos momentos empreendidos juntos e pela parceria que formamos. Agradeço a Walena e Diogo pelas orientações e pelo incentivo. Vocês foram fundamentais nessa caminhada. Agradeço a todos os professores do programa por cada ensino a nós dispensado, aos compartilhamentos. O processo todo foi prazeroso e de grande aprendizado.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação de Ciências do Ambiente por essa oportunidade de realizar o mestrado nessa instituição tão prestigiada.

Agradeço à CAPES pelo investimento com a bolsa a mim dispensada durante a pesquisa, sendo de fundamental apoio.

Agradeço à Universidade Federal do Tocantins pela oportunidade de cursar uma pós-graduação e pelos cursos ofertados para o crescimento da sociedade como um todo.

E, por fim, agradeço aos meus avós maternos, Luiz e Secundina (*in memoriam*). Peregrinos e estrangeiros dessa terra, sua confiança e esperança no Senhor guiou todos os filhos, netos e bisnetos. Agradeço por cada palavra de ensino, de bênçãos depositadas sobre minha vida, pelo amor e cada história compartilhada de origem de nossa família quando ainda era tão pequena e não entendia, mas sempre contaram e recontaram. Por isso, são minha inspiração todos os dias. Vocês são meu amor para a vida toda.

## RESUMO

As anciãs da comunidade quilombola Mumbuca, localizada na zona rural do município de Mateiros, Tocantins, têm se destacado como lideranças, guardiãs das memórias do seu povo e são fomentadoras do patrimônio cultural tocantinense por meio da tradição da costura do capim dourado. Elas estão à frente de lutas e de resistências contra as opressões e invisibilizações históricas sofridas por seus ancestrais, defendendo o direito da comunidade pela regularização e delimitação de seu território, bem como pela preservação dos saberes tradicionais quilombolas ligados à coletividade. O objetivo da pesquisa é analisar as histórias de vida de anciãs da comunidade quilombola Mumbuca (TO), como guardiãs dos saberes construídos e das tradições perpetuadas ao longo da formação e existência do quilombo. Foram formuladas questões sobre como se transmite as tradições culturais realizadas pelo repasse de conhecimento de forma oral, contada de geração após geração pelas anciãs da comunidade quilombola Mumbuca? Qual o sentido do rememorar ancestral na comunidade e como as anciãs têm se relacionado com o ambiente na qual estão inseridas? As histórias de vida foram fontes para a pesquisa referentes à cultura, à memória, à tradição oral e ancestralidade desde a formação da referida comunidade quilombola até os dias atuais. Essa pesquisa está baseada no referencial teórico da memória coletiva e social em Halbwachs (2003) e Pollak (1989, 1992). Sobre a transmissão cultural, os conceitos de Haas (2009) e Geertz (2008), além de Vansina (2010) e Hampaté Bâ (2010) sobre as tradições, ancestralidade e a oralidade. É adotada uma abordagem qualitativa para alcançar os objetivos propostos. A metodologia está fundamentada na aproximação e contratualização com o grupo e usa-se ferramentas da pesquisa-ação (Barbier, 2007; Franco, 2019). A História oral com foco na história de vida (Queiroz, 1988; Bosi, 1994, 2018; Thompson, 1993, 2002; Freitas 2006) e a observação participante (Ludke; André, 1986) são metodologias utilizadas em campo para coleta de dados para alcançar um ouvir sensível, interdisciplinar e registro sistemático da realidade inserida em relação aos temas abordados na pesquisa. É realizada a análise de conteúdo (Bardin, 2011) dos dados obtidos em campo. Na etapa de obtenção dos dados, foram realizadas entrevistas individuais e em grupo focal (Gaskell, 2017; Morgan, 1996; Patton, 1990) com cinco anciãs guardiãs da memória da Mumbuca. Após as entrevistas, seguiram perguntas abertas com utilização de um roteiro prévio semiestruturado (Bogdan; Biklen, 1994), mas não rígido em si, para maior interação das participantes. Concluímos que as histórias de vida de anciãs da Mumbuca revelaram aspectos da cultura e costumes ancestrais da comunidade. Elas estão atreladas às tradições dos seus antepassados, interligadas às transmissões do saber. As guardiãs da memória transmitem os saberes às futuras gerações da forma como aprenderam, pela oralidade e pelo saber-fazer na prática, no repetir e no demonstrar a instrução. Ensinando no cotidiano em casa, nas rodas de conversa, na roça, nas veredas, nos campos, mais atualmente na escola da comunidade e em todo o ambiente que as cerca para a conservação e preservação do Cerrado. O rememorar ancestral para as guardiãs possui historicidade, identidade étnica-cultural e pertencimento quilombola.

**Palavras-chaves:** Memória; Tradição oral; Quilombola; Anciãs; História oral.

## ABSTRACT

The elders of the Mumbuca quilombola community, located in the rural area of the municipality of Mateiros, Tocantins, have stood out as leaders, guardians of their people's memories and promoters of Tocantins' cultural heritage, through the tradition of sewing capim dourado. They are at the forefront of struggles and resistance against the oppression and historical invisibility suffered by their ancestors, defending the community's right to the regularization and delimitation of its territory, as well as the preservation of traditional quilombola knowledge linked to the community. The aim of this research is to analyze the life stories of the elders of the Mumbuca quilombo community (TO), as guardians of the knowledge they have built up and the traditions they have perpetuated throughout the formation and existence of the quilombo. We ask the following questions: How are cultural traditions passed on through oral knowledge, told from generation to generation by the elders of the Mumbuca quilombola community? What is the meaning of ancestral remembrance in the community and how have the elders related to the environment in which they live? The life stories were sources for the research, referring to culture, memory, oral tradition, ancestry from the formation of this quilombola community to the present day. This research is based on the theoretical framework of collective and social memory in Halbwachs (2003) and Pollak (1989; 1992). On cultural transmission, the concepts of Haas (2009) and Geertz (2008), as well as Vansina (2010) and Hampaté Bâ (2010) on traditions, ancestry and orality. A qualitative approach adopted to achieve the proposed objectives. The methodology is based on approach and contractualization with the group, action research tools used (Barbier; 2007; Franco, 2019). Oral history with a focus on life history (Queiroz, 1988 Bosi, 1994, 2018; Thompson, 1993, 2002; Freitas 2006) and participant observation (Ludke and André, 1986) are methodologies used in the field to collect data to achieve a sensitive, interdisciplinary hearing and systematic recording of the reality inserted in relation to the themes addressed in the research. Content analysis (Bardin, 2011) used to analyze the data obtained in the field. During the data collection stage, individual and focus group interviews were conducted (Patton, 1990; Morgan 1997; Gaskell, 2002) with five elderly women who are the guardians of Mumbuca's memory. The interviews followed open-ended questions, using a semi-structured script (Bogdan; Biklen, 1994), but not a rigid one, so that the participants could interact more. We concluded that the life stories of the Mumbuca elders revealed aspects of the community's ancestral culture and customs, and that they are linked to the traditions of their ancestors, intertwined with the transmission of knowledge. The guardians of memory pass on knowledge to future generations in the way they learned it, orally and through expertise in practice, by repeating and demonstrating instructions. Teaching in everyday life at home, in conversation circles, in the plantation, on the footpaths, in the fields and more recently at the community school and throughout the environment that surrounds them for the conservation and preservation of the Cerrado. For the guardians, ancestral remembrance has historicity, ethnic cultural identity and quilombola belonging.

**Keywords:** Memory; Oral tradition; Quilombola; Elders; Oral history.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Mapa de localização do município de Mateiros, TO, BR.....	34
Figura 2 - Vista aérea da comunidade quilombola Mumbuca - TO.....	35
Figura 3 - Área do Cerrado no estado do Tocantins.....	36
Figura 4 - Imagens na região do PEJ, entorno da Mumbuca. ....	38
Figura 5 - Pontos turísticos no PEJ. ....	39
Figura 6 - Coleta de capim dourado. ....	40
Figura 7 - O extrativismo do buriti. ....	41
Figura 8 - Localização da comunidade quilombola Mumbuca, PEJ, Mateiros, TO.....	65
Figura 9 - Dotora da Mumbuca com uma peça em capim dourado.....	68
Figura 10 - Incêndio no campo de coleta de capim dourado.....	83
Figura 11 - Governador do Tocantins, Wanderley Barbosa, na comunidade Mumbuca. ....	85
Figura 12 - Capim dourado entregue a Associação da Mumbuca.....	85
Figura 13 - D. Santinha mostrando seu roçado de mandioca. ....	93
Figura 14 - Quintal produtivo e de subsistência da família de D. Santinha. ....	95
Figura 15 - Construções mais recentes e as construções tradicionais.....	100
Figura 16 - Usos do buriti pelos ancestrais. ....	104
Figura 17 - Cascas de árvores e folhas de uso medicinal.....	107
Figura 18 - Campos úmidos de vereda, presença de capim dourado.....	114
Figura 19 - Capim dourado separado e pesado para comercialização e produção artesanal.....	116
Figura 20 - Desfile de peças em capim dourado na 2ª noite da Festa da Colheita. ....	121
Figura 21 - Cidades onde realizavam as trocas de capim dourado por sal e café. ....	127
Figura 22 - Vista da comunidade quilombola Mumbuca entre serras.....	137
Figura 23 - Dona Miúda.....	144
Figura 24 - Dona Laurentina.....	147
Figura 25 - Coifa, bolsa de palha produzido por Dotora.....	153
Figura 26 - Dotora demonstrando um saber dos antigos a “carocha”, capa de chuva de seus ancestrais. ....	154
Figura 27 - Local de lavar louça e roupa de D. Santinha. ....	161
Figura 28 - D. Santinha junto ao seu fogão a lenha, tradição em Mumbuca.....	162

Figura 29 - Casa de D. Santinha.....	162
Figura 30 - Casa de Dotora.....	163
Figura 31 - Cesto em tala de buriti, o balaio, contendo capim dourado e seda de buriti. .....	164
Figura 32 - Área interna da cozinha de Dotora, local de receber turistas e vistas.....	166
Figura 33 - D. Martina demonstra como aprendeu a escrever seu nome na folha de Bruto ( <i>Annona crassiflora</i> , Mart. Annonaceae) .....	172
Figura 34 - Cabaça objeto guardado como memória da tradição.....	184
Quadro 1 - Desenvolvimento metodológico da pesquisa. ....	29

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
APA	Área de Proteção Ambiental
Ascolombolas Rios	Associação das Comunidades Quilombolas da Margem do Rio Novo, Rio Preto e Riachão.
COEQTO	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas
EESGT	Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins
FCP	Fundação Cultural Palmares
FNPETI	Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEJ	Parque Estadual do Jalapão
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PPG Ciamb	Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente
SECOM	Secretaria da Comunicação do Estado do Tocantins
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sectur	Secretaria da Cultura e Turismo do Tocantins
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TC	Termo de Conduta
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TO	Tocantins
UC	Unidade de Conservação
UFT	Universidade Federal do Tocantins

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>1.1 Objetivos</b> .....	<b>22</b>
<b>1.2 Objetivo Geral</b> .....	<b>22</b>
<b>1.3 Objetivos Específicos</b> .....	<b>22</b>
<b>1.4 Justificativa</b> .....	<b>23</b>
<b>1.5 Organização da Dissertação</b> .....	<b>26</b>
<b>2 METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>28</b>
<b>2.1 Procedimentos Metodológicos</b> .....	<b>28</b>
<b>2.2 Caracterização da Área de Inserção da Comunidade Quilombola Mumbuca</b>	<b>34</b>
<b>2.3 Guardiãs da Memória: Uma Escuta Sensível</b> .....	<b>42</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>47</b>
<b>3.1 A Memória Tecida que se Costura na Tradição das Anciãs da Comunidade Quilombola Mumbuca - TO</b> .....	<b>47</b>
<b>3.2 A Memória Coletiva e Social</b> .....	<b>47</b>
<b>3.3 Rememorar nas Tradições Quilombolas</b> .....	<b>51</b>
<b>3.4 A Ancestralidade na Cultura Quilombola</b> .....	<b>54</b>
<b>3.5 A Tradição e a Oralidade nas Comunidades Quilombolas</b> .....	<b>59</b>
<b>4 QUE NÓS NÃO SAIREMOS: O CAPIM DOURADO E O CONFLITO AMBIENTAL</b> .....	<b>64</b>
<b>4.1 Comunidade Mumbuca e o Ambiente</b> .....	<b>66</b>
<b>4.2 A Questão da Sobreposição das Terras</b> .....	<b>69</b>
<b>4.3 A Disputa Pelo Capim Dourado</b> .....	<b>77</b>
<b>5 CULTURA, SABER TRADICIONAL E AS RELAÇÕES COM O AMBIENTE NA COMUNIDADE MUMBUCA</b> .....	<b>87</b>
<b>5.1 Um Breve Apanhado em Cultura e Transmissão Cultural</b> .....	<b>87</b>
<b>5.2 O Ambiente nas Memórias das Guardiãs</b> .....	<b>90</b>
<b>5.2.1 O Fogo, o Gado e as Roças</b> .....	<b>91</b>
<b>5.2.2 As Casas de Adobe</b> .....	<b>99</b>
<b>5.2.3 Usos do Buriti</b> .....	<b>101</b>
<b>5.2.4 Medicina do Cerrado</b> .....	<b>106</b>
<b>5.3 Da Coleta, Comercialização à Festa do Capim Dourado</b> .....	<b>114</b>

5.4 A Origem do Tecer com Capim Dourado na Visão das Guardiãs .....	122
5.5 O Capim Dourado é Sucesso na Nossa Vida .....	128
<b>6 QUANDO UMA MATRIARCA SE VAI: RELATOS DE UM DIÁRIO DE PESQUISA E A HISTÓRIA DE VIDA DAS GUARDIÃS DA MEMÓRIA .....</b>	<b>134</b>
6.1 No Caminho: Mergulhando no Conhecido ou Desconhecido? .....	134
6.2 <i>Pra Você, eu Dou Entrevista com Maior Alegria</i> .....	138
6.3 Quando Uma Matriarca se Vai.....	140
6.4 A Perda da Referência Ancestral.....	142
6.5 Breve Perfil das Matriarcas Mumbucanas .....	144
6.5.1 Dona Miúda, A Rainha do Capim Dourado.....	144
6.5.2 D. Laurentina - Uma Matriarca Centenária, Viveu o Tempo do Desbravar o Mato .....	147
6.5.3 Dona Santinha - Acolhedora.....	149
6.5.4 Doutora - <i>Ninguém Quer Sair da Terra de Vó, Não!</i> .....	151
6.6 Ressignificando as Lutas e a Continuidade da Resistência nas Histórias de Vida e dos Saberes das Guardiãs .....	155
6.7 Relatos Etnográficos na Comunidade Quilombola Mumbuca .....	157
6.8 Cada Guardiã Conta Sua História.....	167
6.8.1 D. Martina- <i>O Cerrado Para Nós É O Manjar</i> .....	167
6.8.2 Aldina - <i>A Minha História Não é Diferente da História Aqui</i> .....	175
6.8.3 Daldiva - <i>Estou Ensinando Minha Geração, Minha Descendência, Igual Como Minha Mãe Fez Conosco</i> .....	185
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>192</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>195</b>
<b>APÊNDICE A- TERMO DE ESCLARECIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>211</b>
<b>APÊNDICE B- ROTEIRO DA ENTREVISTA .....</b>	<b>216</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa surgiu a partir de histórias compartilhadas por várias mulheres da comunidade quilombola Mumbuca- TO e principalmente as narradas, cantadas e experienciadas por D. Santinha, que foi uma convidada da pesquisa.

Em janeiro de 2022, quando houve a abertura do edital do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, amigos que estudavam no programa compartilharam sobre os benefícios de fazer uma pós-graduação. Eles contaram sobre suas pesquisas e comunicaram a oportunidade de cursar um mestrado. O convite era bem-vindo, já que havia anos que esse sonho estava engavetado na minha vida.

Sou formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará com especialização em Ensino das Séries Iniciais e Educação Infantil. Muitas incertezas e inseguranças surgiram, mas o fato de o curso ser de caráter interdisciplinar acendeu uma esperança de seguir em frente com o sonho.

Durante a pandemia de Covid-19, o turismo na comunidade quilombola Mumbuca esteve interrompido. No ano de 2021, após a reabertura do turismo na região, minha família e eu pudemos participar de ações sociais na comunidade a convite de amigos e da igreja local, Assembleia de Deus. Assim tivemos oportunidade de conhecer o Jalapão e a comunidade.

Aproveitamos para esclarecer que essa igreja pode ser considerada a única denominação presente no território da Mumbuca, e a comunidade se declarou protestante desde a década de 35, 40. Segundo a tradição oral, um homem realizando a rota comercial saiu do antigo norte do Goiás, atual Tocantins, e deslocava-se para o Piauí a pé. Na ocasião, avistou o povoado da Mumbuca e ali parou para descansar e evangelizar o povo. Anos mais tarde, um grupo de missionários da igreja Batista consegue contato com as pessoas do povoado por meio de cartas que eram lançadas quando um pequeno avião sobrevoava a localidade.

Sobre isso as anciãs relataram que o povoado, na época, vivia de forma isolada e só saiam daquela área as pessoas que realizavam os escambos em cidades da Bahia e do Piauí.

Ao conhecer a comunidade quilombola Mumbuca, as histórias ligadas ao ambiente, os conflitos envolvendo seu território e as memórias das tradições do tecer capim dourado me lembraram as histórias que meu avô Luiz e avó Secundina contavam quando eu era criança. Esclarecemos que não temos a intenção de espelhar qualquer situação histórica com a da Mumbuca, apenas descrevemos as motivações que nos levaram a pesquisar histórias de vida.

Meus avós relatavam sobre a Guerrilha do Araguaia, a perda do meu bisavô e bisavó e por isso, meu avô ainda jovem precisou cuidar de 11 irmãos. Contavam sobre sair do interior do Piauí e percorrer o Maranhão, onde tiveram seus filhos, e depois o percurso até o interior do Pará onde se estabeleceram. As histórias de vida deles me faziam pensar o quanto perdemos de memórias quando os nossos anciãos se vão desta terra.

D. Santinha dizia: “Já estou velha, minha filha. Logo vou partir igual todo mundo aí tá indo”. Essas palavras ecoaram em minha mente. Por isso verificando a importância dessas histórias como patrimônio imaterial, realizamos o projeto de pesquisa que foi apresentado às anciãs e aprovado pelo programa de pós-graduação.

Esta pesquisa apresenta as visões e experiências relatadas por cinco anciãs guardiãs da memória ligadas ancestralmente à terra na qual estão vinculadas e às tradições e costumes da comunidade quilombola Mumbuca. Elas rememoram suas matriarcas, D. Laurentina e D. Miúda, e por meio de suas tradições perpetuadas ressignificam as lutas, reafirmam sua identidade quilombola e transmitem os saberes à coletividade pela tradição oral. Dessa forma, o povo resiste às pressões externas enfrentadas.

Infelizmente durante a realização dessa pesquisa alguns anciãos faleceram. Três mestres da Mumbuca já não estão mais entre nós, além do Maurício da viola que nos deixou em 2021. A partida deles justificativa e mostra a necessidade de registrar as memórias, histórias e cultura para os de fora da comunidade que não terão a oportunidade de se sentar em roda com eles para ouvir os saberes tradicionais.

Convidamos os leitores dessa dissertação para um “assuntar” com as guardiãs da memória da Mumbuca. Por isso pegue sua cadeira e venha se sentar à sombra de uma

árvore frondosa, numa manhã ensolarada com ventos que passam refrescando o calor intenso do Cerrado.

A estrada até aqui não foi fácil. O percurso foi longo e cheio de desafios. Então venha! Vamos nos sentar em roda. Segure nas mãos um punhado de capim dourado compartilhado pelas anciãs, pegue a agulha e a seda de buriti para aprendermos a tecer uma peça artesanal feita pelas histórias, tradições e memórias. Ah, não esqueça de trazer sua xícara para tomarmos um cafezinho recém passado enquanto participamos dessa roda.

*As matriarcas mumbucanas como guardiãs da memória e da tradição: uma ressignificação de si e da coletividade* trata das questões da memória coletiva e social para compreender como anciãs da comunidade quilombola Mumbuca transmitem as tradições e os costumes ligados à identidade cultural do seu povo.

Para o recorte do trabalho objetivou-se uma revisão de literatura sobre memória e tradição para identificar como essas anciãs realizam a transmissão cultural por meio da tradição oral. Também é abordada a relevância social do papel delas nas comunidades tradicionais.

De forma geral, são analisados o papel e a importância dessas anciãs como guardiãs da memória da comunidade Mumbuca, pois por meio delas são transmitidas as histórias de seus ancestrais, os significados e tradições perpetuadas que os distinguem de outras comunidades quilombolas.

Para a formação de uma comunidade que se constitui e se autodeclara a partir de uma coletividade identitária, como nos casos de comunidades quilombolas, se faz necessário o estabelecimento primordial da base que a sustente. Como tal, se pode citar como exemplos sua ancestralidade e suas práticas culturais.

No cotidiano de uma comunidade quilombola, elementos fundamentais percorrem sua existência e seu significado, dando sentido para o que são e o que fazem.

Esses elementos são fundamentais para a preservação comunal identitária do seu território, portanto, assim, busca-se fazê-lo numa discussão interdisciplinar dos conceitos envolvidos na memória, na tradição oral e transmissão cultural entre os quilombolas.

A comunidade quilombola Mumbuca (TO) está localizada a 35 km do município de Mateiros, a que pertence e fica distante 310 km da capital, Palmas, no estado do Tocantins.

Seu nome, segundo os moradores locais, faz referência à presença de abelhas na região conhecidas como Mumbuca (Melo, 2017).

A localidade é identificada pelo artigo feminino “a” e nos referimos a esse território da forma como por eles é chamada: a Mumbuca, na Mumbuca ou da Mumbuca, o que localiza seu espaço e os ocorridos na comunidade.

A pesquisa censitária de 2022 marcou um passo importante para o reconhecimento de fato e de direito das pessoas quilombolas em todo território nacional. Por muito tempo, esses povos permaneceram inexistentes e invisíveis em números populacionais. Nesses anos, pela primeira vez foi realizado o levantamento das pessoas quilombolas, residentes ou não em territórios oficialmente delimitados, visando gerar dados para melhorar as políticas públicas voltadas a essa parcela da população.

No Censo de 2022<sup>1</sup>, o Brasil possuía um total de 1.330.186 pessoas quilombolas. Sendo que desse montante 167.769 pessoas morando em territórios oficiais quilombolas e 1.162.417 pessoas morando fora dos territórios quilombolas, o que representa 87,4% vivendo fora de territórios oficialmente delimitados e apenas 12,6% em territórios oficiais (IBGE, 2023).

Por meio desse censo, constatou-se que a maior parte da população quilombola continua sem ter a titularidade regularizada de seus territórios pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o que mantém uma insegurança territorial e permite que constantemente sejam ameaçados pelos grandes empreendimentos, projetos e fazendeiros que intentam contra a sua posse legítima da terra.

---

<sup>1</sup> “Definiu-se como quilombola a pessoa residente em localidades quilombolas que se declarou quilombola. Definiu-se como localidades quilombolas aquelas que compõem o conjunto dos Territórios Quilombolas oficialmente delimitados, dos agrupamentos quilombolas e das demais áreas de conhecida ou potencial ocupação quilombola. Para mais detalhes, consultar a documentação metodológica. O conjunto dos Territórios Quilombolas oficialmente delimitados é composto pelos territórios com alguma delimitação formal na data de referência da pesquisa - 31 de julho de 2022, conforme os cadastros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e dos órgãos com competências fundiárias nos Estados e Municípios” (IBGE, 2022, online, censo demográfico).

Na região Norte do Brasil, o Tocantins se configura em segundo lugar em representatividade populacional quilombola com uma população total de 13.077 pessoas autodefinidas como quilombolas. Desse quantitativo residem em territórios quilombolas 1.328 pessoas e fora dos territórios quilombolas 11.749 pessoas. A maior parte dessa população não possui a titularidade de suas terras (IBGE, 2022b).

Em Mateiros, município sede dessa pesquisa, o Censo 2022 revelou que há 1.190 pessoas quilombolas e todas morando fora de territórios delimitados oficiais e com insegurança territorial (IBGE, 2022b). Há presença de outras comunidades remanescentes de quilombo além de Mumbuca tais como Carrapato, Formiga e Ambrósio, as comunidades da Margem do Rio Novo, Rio Preto e Riachão, além das comunidades do Boa Esperança. Todas possuem certificação quilombola pela Fundação Cultural Palmares (FCP), porém nenhuma tem a titularidade e a posse do território definidas pelo INCRA<sup>2</sup> (INCRA, 2018).

A comunidade quilombola Mumbuca, cuja formação foi de pessoas originárias de quilombos é certificada desde 2006 pela FCP<sup>3</sup>. A sua regularização e titularidade territorial ainda está sob análise e construção dos registros dos levantamentos antropológicos pelo INCRA/ Tocantins.

Antes da certificação como remanescente quilombola, o termo povoado Mumbuca era mais usual entre os moradores. Após a certificação pela FCP, o local passou a ser chamado de comunidade quilombola Mumbuca (Pereira, 2012).

Aponta-se que os territórios quilombolas, historicamente, eram espaços de resistência e um lugar para a liberdade. Neles se encontravam escravos fugitivos que durante o século XVI ao XIX formavam comunidades (Filho, 2020).

Após a Constituição Federal (CF) de 1988, é estabelecido o termo comunidades remanescentes de quilombos. Atualmente os quilombos não condizem mais com agrupamentos de escravos fugitivos. Hoje eles representam um espaço de identidade, um lugar comum ligado à ancestralidade e à coletividade e onde compartilham

---

<sup>2</sup> Nº do Processo no INCRA: Mumbuca, ano de abertura do processo: 2006, Nº 54400.001301/2006-71; Carrapato, Formiga e Ambrósio, ano de abertura: 2009, Nº 54400.002837/2009-56; Margens do Rio Novo, Rio Preto e Riachão, ano de abertura: 2014, Nº: 54400.000833/2014-09; Boa Esperança, ano de abertura: 2015, Nº: 54400.000225-2015-77.

<sup>3</sup> Portaria de nº. 02/2006 e processo, FCP nº. 01420.002366/2005-58, datada no Diário Oficial da União em 20/01/2006

experiências históricas grupais de seu povo. O território é parte de um símbolo identitário. Podemos dizer que é um ambiente envolto de memórias e tradições do passado que se perpetuam até o presente (Filho, 2020).

Quando falamos sobre a origem da Mumbuca e buscamos por documentos, verificamos que assim como tantas outras comunidades quilombolas, não existem registros históricos documentais conhecidos comprovando a sua formação.

A tradição oral da fundação da comunidade quilombola Mumbuca, passada de geração em geração, diz que alguns negros ex-escravos, entre eles José Delfino<sup>4</sup> e Antônio Beato, fugindo da extrema seca e da fome na Bahia se estabeleceram, fincaram suas raízes ali.

Segundo Lopes (2009), a formação das comunidades quilombolas da região do Jalapão, como Mumbuca e outras, teve início no fim do século XIX. O objetivo era a busca por um local com recursos hídricos próximos para povoamento, sobrevivência e plantio de roças (Mota, 2015; Pereira, 2012). Não há clareza se a comunidade foi formada por escravos libertos ou fugitivos, mas há consenso de que fugiam da seca e da fome nos relatos apresentados pelos moradores.

As guardiãs da memória explicam que a região escolhida para permanência era isolada, pois era de difícil acesso tanto para chegada como para saída. Para chegar ali era necessário passar pelas serras em seu entorno. O que condiz com as características das demais formações quilombolas no Brasil.

Lopes (2009) esclarece que, nesse período, a cidade mais próxima era Porto Nacional, distante 400 km da comunidade e que foi apenas no século XX que por ali começou a passar uma rota de mercadorias para o estado do Piauí, Bahia, Ponte Alta e Porto Nacional. O que se confirma nos relatos das guardiãs que afirmam que seus avós percorriam longas distâncias para realizar a troca de mercadoria por meio de escambo.

---

<sup>4</sup> Família 1- José Delfino (quilombola) se casou com Maria Jacinta (indígena). Desta linhagem familiar descendem Guilhermina Matos (D. Miúda), considerada a precursora do artesanato com capim dourado e Laurentina, conhecida como a parteira da comunidade. Elas são bisnetas dos fundadores da comunidade. D. Miúda se casou com Antônio Beato (filho de Antônio Beato, também fundador da comunidade) e deles descendem Noemi (a Dotorá), Daldiva e outros onze filhos e filhas, sendo essas as tataranetas dos fundadores.

Família 2- Antônio Beato se casou com Luiza (indígena). Desta linhagem familiar descendem Antônio Beato e José Beato, netos dos fundadores, eles sendo dois irmãos que se casaram com outras duas irmãs da outra família (Mota, 2015).

Eles levavam o óleo de porco, farinha flocada, mandioca e outros itens para trocar em pedra de sal, café e querosene nas cidades de Corrente no Piauí, Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia na Bahia. Esse percurso, conforme relatado, era realizado sobre os lombos de jumentinhos e alguns poucos com carros de boi e a pé.

Além disso, há relatos orais de que a formação da Mumbuca é resultado da miscigenação entre indígenas, possivelmente os da etnia Xerente, e os afro-brasileiros. Lopes (2009), Mota (2015) e Pereira (2012) falam do desenvolvimento de múltiplos saberes e práticas e uma sincronicidade entre os indígenas e quilombolas, incluindo o artesanato manual da costura do capim dourado (*Syngonanthus nitens*) que teve seu início do século XXI.

A costura com capim dourado começou com Dona Laurina Pereira Matos, que fazia as peças apenas para uso doméstico inspirada no tecer dos indígenas da região, mas foi por meio das mãos da sua filha, Guilhermina, mais conhecida como Dona Miúda, que esse trabalho ganhou destaque. D. Miúda teve onze filhos, sendo nove mulheres, foi a precursora e repassou o ensino dessa arte às suas filhas. Hoje esse ensino virou tradição transmitida de geração para geração e a sua prática e produtos levaram o nome da comunidade Mumbuca para fora das fronteiras do Jalapão e o tornaram conhecido internacionalmente.

A expansão do artesanato com capim dourado trouxe enormes benefícios entre eles o aumento do fluxo de turistas na região e a visibilidade na mídia do produto e da comunidade.

A prática desta tradição tem maior expressividade entre as mulheres, embora atualmente haja homens artesãos.

Diante dos fatos históricos narrados, decidimos que a pesquisa precisaria respirar esse processo respeitando as configurações que mais se aproximassem da realidade local nos possibilitando uma escuta mais sensível.

Desta forma, adotamos como aporte teórico autores como Halbwachs (2003), Pollak (Pollak, 1989, 1992) e Bosi (Bosi, 1994, 2018) para abordarmos as questões sobre memória coletiva e social. Para compreender o processo de transmissão cultural nos baseamos nos conceitos utilizados por Haas (2009) e Geertz (2008), além de Vansina

(2010) e Hampaté Bâ (2010) para discorrer sobre as tradições, ancestralidade e a oralidade.

Por se tratar de uma pesquisa interdisciplinar envolvendo comunidade quilombola, história oral, conflitos ambientais, memórias coletivas, questões de identidade, saberes tradicionais, o conceito de meio ambiente ou natureza não humana é reducionista na tentativa de abarcar toda a problemática de ambiente que esta pesquisa apresenta. Desta forma, a pesquisa está pautada nos estudos de Marcelo Souza (2019) e Enrique Leff (2009), que concebem o ambiente com uma visão holística, ampliando a compreensão para além de uma visão fracionada. Tais autores redefinem o pensamento sobre o ambiente contemplando questões sociais, físicas, biológicas, políticas, econômicas e culturais. Essa sincronia complexa da realidade é necessária para a compreensão interdisciplinar das realidades vividas nas comunidades quilombolas.

Diante do exposto levantamos os seguintes questionamentos:

Como se transmite as tradições culturais realizadas pelo repasse de conhecimento de forma oral, contada de geração após geração pelas anciãs da comunidade quilombola Mumbuca? Qual o sentido do rememorar ancestral na comunidade quilombola Mumbuca? Como as anciãs têm se relacionado com o ambiente na qual estão inseridas?

## **1.1 Objetivos**

### **1.2 Objetivo Geral**

- Analisar a história de vida de anciãs da comunidade quilombola Mumbuca-Mateiros (TO) como guardiãs dos saberes construídos e das tradições perpetuadas ao longo da formação e existência do quilombo.

### **1.3 Objetivos Específicos**

- Identificar as formas de transmissão dos saberes tradicionais à coletividade, da tradição da cultura, do modo de vida e das memórias do povo quilombola.

- Evidenciar quais memórias elas possuem da própria vida no Cerrado e sua inserção na costura do capim dourado.
- Compreender como as anciãs se percebem como parte do povo quilombola.
- Identificar quais costumes e práticas aprenderam com seus antepassados.
- Verificar de que maneira são enfrentadas as dificuldades em relação a seu território.
- Analisar quais preocupações possuem em relação às futuras gerações sobre a conservação do Cerrado.

#### **1.4 Justificativa**

Como justificava apresentamos as invisibilizações e silenciamentos enfrentados por comunidades quilombolas por mais de um século, desde a assinatura pela libertação dos escravos até os dias atuais (Missiatto, 2021).

Vozes foram ocultas, esquecidas e marginalizadas para longe dos livros de história do Brasil, dos debates políticos, das questões sociais enfrentadas pelos agrupamentos quilombolas. Tais povos foram tratados como página virada na história na medida em que foram sendo esquecidos, porém dia após dia sentiam a discriminação em seus corpos, terra e tradição (Missiatto, 2021).

Muitos sofreram e ainda lutam por seus direitos de pertença territorial, por políticas públicas e fomentos culturais de suas tradições ancestrais.

As comunidades quilombolas são representantes da diversidade cultural brasileira, bem como da resistência histórica enfrentada por seu povo, além de serem herdeiros das tradições ancestrais. Dessa forma, contribuem para a diversidade cultural da identidade nacional.

Além do exposto, as comunidades tradicionais, tais como as comunidades quilombolas, possuem um vínculo de conservação com o ambiente na qual estão inseridos, visando manter um equilíbrio entre a comunidade e o ambiente que dele dependem. Para além de uma compreensão reducionista ou simplista dessa relação, o ambiente nas comunidades tradicionais expressa sua identidade, os diferencia entre um

e outro povo por meio das tradições, costumes e cultura. Os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) possuem características próprias (Decreto 6040, 2007).

O estudo dos povos tradicionais tem relação direta com o ambiente visto que sua cultura está intrinsecamente ligada à terra, sendo eles os maiores e mais preocupados em manter em equilíbrio a natureza, pois é dela que extraem o seu alimento e seu modo de vida e é nela que perpetuam suas tradições e identidade (Leff, 2001).

Portanto se faz necessário compreender como as guardiãs da memória transmitem os saberes tradicionais do Cerrado não somente em relação à formação do povoado, mas no fazer das práticas culturais e nos artesanatos como a costura do capim dourado e outros trabalhos manuais que auxiliaram na vida cotidiana do povo mumbucano.

Sua relação com o ambiente excede apenas questões de conhecimentos, e está ligada à sua ancestralidade e aos saberes perpetuados por gerações, o que remonta a uma relação de afetividade, espiritualidade e confiança com o ambiente quando relembram suas raízes ou quando realizam festas de celebração em agradecimento pela colheita alcançada. Desta forma, o ambiente recebe perspectivas mais profundas de conservação entre os povos tradicionais quilombolas.

Outro fator que trazemos sobre a cultura quilombola é a transmissão cultural de geração para geração por meio da tradição oral, o que a torna ainda mais significativa num contexto social em que há a predominância do valor da escrita.

Os anciãos são considerados em comunidades quilombolas como os guardiões da memória de seus ancestrais e possuem destaque entre o grupo, que os reconhecem como mestres dos saberes. Eles detêm o conhecimento adquirido e o transmitem entre gerações. Tal prática remonta desde suas origens de referência na África (Hampaté Bâ, 2010; Vansina, 2010).

Santos e Sousa abordam sobre o papel dos anciãos em comunidades tradicionais dizendo que “nas sociedades africanas tradicionais, a função do ancião é de transmissão da herança cultural para as novas gerações” (2020, p. 15). Há “similaridades nas relações entre ancião e guardião da memória no processo de formação da consciência e estratégias de luta para fortalecer a identidade de pertencimento ao território e à cultura” (2020, p. 14).

Em Mumbuca isso não é diferente, porém conforme as mulheres foram ganhando destaque por seu artesanato com capim dourado, elas foram assumindo representações notórias como guardiãs da memória das tradições e costumes pelo seu saber-fazer que vai além das práticas do tecer sua arte.

As anciãs representam a resistência em permanecer no seu território a partir do momento que se mobilizam e conseguem desenvolver e criar a Associação dos Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca, estabelecem uma loja para vender a produção das peças artesanais, fomentam o turismo de base comunitária na comunidade e região e ganham espaço nas discussões políticas no enfrentamento à questão da sobreposição de suas terras junto a uma Unidade de Conservação (UC) (Sousa; Parente, 2012; Sousa; Lima, 2012; Sousa, 2009).

Diante do exposto, as anciãs da Mumbuca foram as apontadas por seus próprios pares nas consultas à comunidade como símbolos de memórias e tradição ancestrais, pois transmitem os saberes de suas mães e avós.

A história de vida dessas anciãs está intrinsecamente ligada com a própria história do povo, e as memórias delas fazem parte de um complexo de estrutura ainda maior que apenas o seu individual, mas faz parte do coletivo, de maneira que os ensinamentos repassados hoje para os mais jovens são o fundamento que também receberam de seus antepassados.

Fredrych (2009); Cavalcante (2018); Anjos (2017) explicam que esse povo tem vivido sob constantes tensões territoriais pondo em risco a sua identidade e para contribuir para a conservação desse memorial rico em cultura e tradições faz-se imprescindível realizar o levantamento das memórias das anciãs que são lideranças. Sendo elas mulheres de autoridade, de respeito e identidade quilombola mumbucana, são símbolos de representatividade da cultura não somente para sua comunidade, mas para o Tocantins (Anjos, 2017; Fredrych, 2009).

Esclarecemos ainda que cada território quilombola possui características distintas decorrentes de sua formação inicial, do lugar onde está inserido e dos conflitos, alguns com riscos imediatos à cultura, impactando diretamente na identidade do povo (Fredrych, 2009).

Portanto essa pesquisa poderá contribuir para pesquisas futuras com base nas histórias de vida das anciãs aqui relatadas, e além disso, como fonte de referência para a própria comunidade rememorar suas anciãs e suas histórias e contá-las às futuras gerações. Também poderá colaborar como fonte de relatos para projetos de desenvolvimento de políticas públicas na região que melhorem as condições da comunidade.

O trabalho se propôs a cooperar na visibilização das vozes de anciãs quilombolas do Tocantins que por tanto tempo estiveram invisíveis e silenciadas dos debates e assim diminuir as disparidades em pesquisas acadêmicas referentes a essa temática de estudo nas universidades brasileiras.

### **1.5 Organização da Dissertação**

A dissertação está dividida em sete capítulos incluindo o da introdução ao tema abordado. O capítulo 2 trata da metodologia da pesquisa onde expomos o percurso percorrido para coleta e análise dos dados, bem como abordamos a caracterização da área de estudo.

O capítulo 3 aborda conceitos de memória, em que nos debruçamos brevemente para tratar da memória coletiva e social em Halbwachs e Pollak, ressaltando a importância e significado do rememorar como parte da luta e resistência comunal quilombola. Verificamos as questões da ancestralidade e das tradições na oralidade em estudos de Vansina e Hampaté Bâ.

No capítulo 4 visamos o conflito ambiental no qual Mumbuca está inserida devido à sobreposição de suas terras à Unidade de Conservação de proteção integral e como as anciãs relatam os fatos ocorridos em seu território.

O capítulo 5 está centrado nas relações ambientais da comunidade quilombola Mumbuca, na transmissão cultural relacionada ao saber e ao fazer das práticas quilombolas e em como as guardiãs revelam essas relações por meio da memória e do tempo presente.

O capítulo 6 diz respeito às vivências na comunidade anotadas no diário de campo produzido entre 2022 e 2023, anos em que estivemos entre as guardiãs gerando e

tecendo a pesquisa, e o relato sobre a experiência de participar do processo de funeral da matriarca mais longeva até 2022, D. Laurentina. Esse cenário nos permitirá vislumbrar a valorização da memória ancestral das guardiãs como fios que preservam os aspectos culturais na comunidade. Também nesse capítulo são descritos os relatos de suas histórias de vida. Portanto o capítulo 7 trata das considerações finais realizadas na pesquisa.

## **2 METODOLOGIA DA PESQUISA**

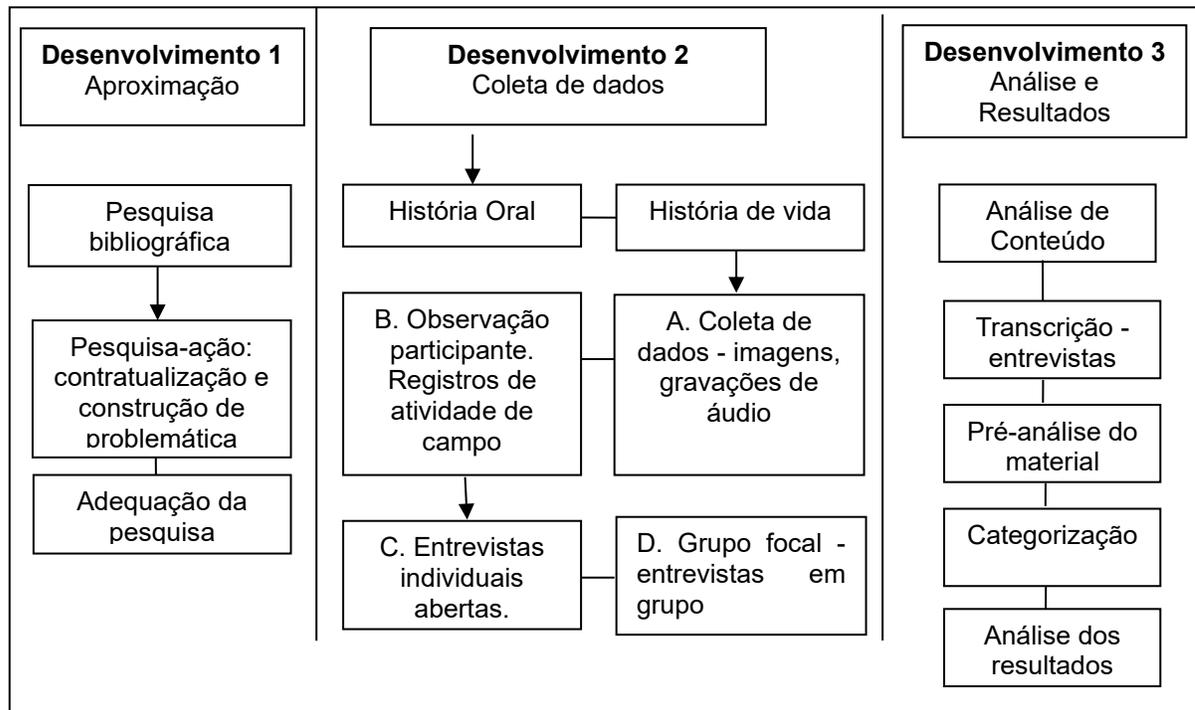
Esta pesquisa caracterizou-se por ser do tipo qualitativa para melhor contemplação das questões propostas. Sob o ponto de vista dos objetivos, a pesquisa classifica-se por ser do tipo exploratória e descritiva. Como aporte metodológico para desenvolver os objetivos propostos, adotamos a história oral com base na metodologia da história de vida (Queiroz, 1988; Thompson, 1993, 2002; Bosi, 1994, 2018; Freitas, 2006).

### **2.1 Procedimentos Metodológicos**

Para conceber uma metodologia adequada aos objetivos e de forma proporcional com o referencial, propomos refletir sobre os aspectos fundamentais das questões referentes ao próprio objeto da pesquisa considerando a comunidade, suas tradições e seu modo de vida. O objetivo foi possibilitar uma maior participação e maior envolvimento das colaboradoras na pesquisa.

Cada etapa pretendeu apresentar de forma interdisciplinar a condução do trabalho. Para tanto, buscamos associar procedimentos e técnicas à pesquisa qualitativa nas três etapas realizadas no processo de desenvolvimento conforme demonstramos no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Desenvolvimento metodológico da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora.

Na etapa 1, foram desenvolvidas ações para compreensão acerca dos temas envolvidos. Para isso, utilizamos a pesquisa bibliográfica (Severino, 2013), e os autores que embasaram nosso referencial teórico foram Pollak (1989, 1992); Haas (2009); Geertz (2008); Vansina (2010); Hampaté Bâ (2010); Halbwachs (2003); Bosi (1994); Candau (2018), além de todo levantamento bibliográfico de trabalhos anteriores realizados com a comunidade estudada para melhor fundamentação da pesquisa.

Na aproximação e contratualização com o grupo, foram usadas ferramentas da pesquisa-ação (Barbier, 2007; Franco, 2019) para auxiliar no processo de contato e nas pesquisas de campo. Conforme afirma Franco, “o pesquisador deve esclarecer, junto ao grupo, questões referentes à ética da pesquisa, compromissos com a ação coletiva e finalidades do trabalho que irão desenvolver” (2019, p. 365), além de agregar a participação dos sujeitos tendo em vista que ela é abrangente. Esse é um processo mais operacional do trabalho em que o pesquisador deve estar atento ao que lhe é repassado.

Assim, somos desafiados a olhar os sujeitos da pesquisa de diferentes perspectivas, pois eles não são um objeto fixo e permanente, mas estão em constante

mudanças e requerem um fluxo para a ação da pesquisa e um olhar mais atento, proximal e participante. Por vezes, são necessárias adequações na pesquisa para encaixar as novas perspectivas analisadas e absorvidas em campo (Barbier, 2007).

O que nos leva à etapa 2, a coleta dos dados:

Para a realização da pesquisa partimos do pressuposto de que para ampliar os debates e aprofundar o entendimento, seria imprescindível uma análise nas fontes primárias de informação: a história oral com foco nas histórias de vida. Realizamos o levantamento de dados por meio da oralidade, os instrumentos verbais, coletados por gravação de voz.

A abordagem do problema é qualitativa e para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa é exploratória e descritiva e nos baseamos numa trajetória do ouvir sensível por meio da história de vida (Queiroz, 1988; Thompson, 1993, 2002; Bosi, 1994, 2018; Freitas, 2006) e da observação participante (Ludke; André, 1986).

Pesquisas vinculadas a entrevistas com mulheres idosas revelam a importância do resgate das memórias e das histórias que ficaram ocultas por tanto tempo, e proporcionam um mergulho na cultura e no modo de vida (Barkay, 2016; Botega; Tramonte, 2015; Coelho; Ruas, 2016; Santos, Josimar dos; Sousa, 2020; Santos; Aguiar, 2019).

Eis a trajetória exposta nesta pesquisa e o porquê da escolha da história de vida não como sendo biográfica, mas para realizar a leitura dessas histórias intercruzando as memórias às suas tradições, saberes ancestrais e transmissão dos conhecimentos à futura geração.

Conforme explicita Queiroz (1988, p. 6-7), “a história de vida, por sua vez, se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu.” Logo, ela possibilita que o interlocutor ressignifique suas memórias e histórias (Barkay, 2016) e assim, quem ouve alcança o passado embasado na visão de quem o viveu, entende o presente e projeta-se o futuro com os olhos de quem relata.

“As histórias de vida podem possibilitar a abertura de novas interpretações e elaborações do vivido” (Nogueira *et al.*, 2017, p. 469). Elas permitem enxergar, transitar e integrar os temas aqui percorridos nesta pesquisa como a memória, a identidade, a

cultura e as transmissões, e a história oral baseada na história de vida é o apoio para contribuir nessa trajetória. Para Errante (2012, p. 146), a história oral colabora como uma “dimensão não oficial” daquilo que é escrito pelos documentos oficiais.

Em se tratando de histórias orais, Errante (2012) menciona o caso de Moçambique e considera que a oralidade permite ir além das histórias contadas, documentadas e ensinadas no país e com viés colonialista e pós-colonialista.

Desse modo, ocorre nas comunidades quilombolas. As histórias orais transmitidas e ensinadas pelas anciãs são os registros que embasam as tradições e saberes desses povos por serem fontes vivas de tal processo na continuidade e reprodução do que aprenderam com seus ancestrais.

Desta forma, as histórias de vida das guardiãs da memória da Mumbuca são imprescindíveis na construção e participação nesta pesquisa para compreensão das tradições e transmissões culturais.

A observação participante nos possibilitou uma aproximação do cotidiano da comunidade para melhor compreender o modo de vida das anciãs. Tudo que se observava na realidade foi registrado sistematicamente no diário de campo. Essa abordagem permite ao pesquisador ter uma perspectiva mais próxima dos sujeitos pesquisados e, dessa forma, uma abrangência mais profunda da realidade estudada (Ludke; André, 1986).

Na etapa de obtenção de dados, realizamos entrevistas individuais e grupo focal (Gaskell, 2017; Morgan, 1996; Patton, 1990) com cinco anciãs influentes na Mumbuca. As entrevistas com perguntas abertas seguiam um roteiro semiestruturado elaborado previamente (Bogdan; Biklen, 1994) que serviu de base, mas que não se limitaram a ele. A proposta era de que não seria rígido em si, porém possibilitasse outras inferências que fossem surgindo durante o processo, dando liberdade às colaboradoras abordarem sobre momentos e relembrar fatos importantes das vidas delas.

Para a gravação, utilizamos um aparelho celular como ferramenta de coleta, buscando diminuir o estranhamento ou desconforto no momento da entrevista. O registro da gravação foi realizado por meio do aplicativo de gravador de voz. Além disso, na visita de campo foram coletadas imagens pela câmera do celular da autora com prévia autorização das colaboradoras.

Como critérios de inclusão das anciãs na pesquisa, definimos que ocupassem papéis de liderança em sua comunidade e se reconhecessem como tal ou fossem indicadas por moradores; que morassem e estivessem na Mumbuca na época da pesquisa; que fizessem parte da história da comunidade; que trabalhassem ou já tivessem trabalhado com capim dourado e que se reconhecessem como quilombola. Os critérios de exclusão da pesquisa foram estar impossibilitada de participar da pesquisa por motivos de saúde; não se reconhecer como quilombola; não morar na comunidade e não se considerar parte da história do grupo.

Na etapa 3, foram feitas as análises dos resultados obtidos na coleta dos dados em campo com base na análise de conteúdo (Bardin, 2011). O material foi organizado, tratado, transcrito e categorizado, e as informações obtidas foram analisadas.

Bardin (2011, p. 15) explica que a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis, em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados”. E seguindo o método, o primeiro passo realizado foi de organização e uma pré-análise do material coletado. Após foi feita a transcrição dos áudios das entrevistas gravadas. Em seguida, tivemos a etapa da categorização em que buscamos identificar pontos semelhantes nos discursos e memórias. Após isso, realizamos a análise dos resultados obtidos e o tratamento dos dados, que constam nas seções seguintes nessa pesquisa.

Compreender todo o cenário em que as anciãs que entrevistamos estão inseridas nos permitiu ouvi-las de maneira profunda em seu compartilhar, pois não estávamos interessados apenas em fazer perguntas, mas entender e vivenciar um pouco da realidade que as cerca em seu contexto social, local, familiar e de trabalho.

Como a pesquisa demandou o contato com pessoas, fez-se necessária a submissão do trabalho ao Comitê de Ética em Pesquisas- CEP da instituição à qual a pesquisa está vinculada, a Universidade Federal do Tocantins.

O Comitê realizou uma análise cuidadosa e criteriosa do projeto para verificar se estavam sendo seguidas todas as medidas estabelecidas para garantir a integridade dos

direitos das entrevistadas. Somente após a aprovação pelo colegiado do CEP<sup>5</sup>, o trabalho pôde ocorrer em campo com as participantes e as entrevistas realizadas.

O objetivo principal de uma pesquisa deve ser o de alcançar os resultados com respeito, responsabilidade e ética para com o seu colaborador. Citamos como exemplo de respeito às regras a livre participação das entrevistadas. Elas podiam desistir em qualquer etapa sem qualquer prejuízo ou custo. Vale lembrar que as participantes eram voluntárias. A vinculação das participantes à pesquisa ocorreu por meio de convite.

Foi lida e entregue uma cópia do Termo Livre Esclarecido (TCLE) onde explicamos sobre a pesquisa, além de outras informações sobre a permissão do uso do material coletado para publicações de trabalhos acadêmicos. Todos os direitos das envolvidas foram assegurados para garantir o cumprimento dos padrões éticos envolvidos em projetos de pesquisa com seres humanos (Ministério da Educação, 2021). Essa etapa de esclarecimentos é imprescindível para a salvaguarda da colaboradora.

Como o estudo envolveu pessoas idosas, essa atenção foi redobrada, pois podem se demonstrar mais sensíveis a determinados assuntos, mais emotivas e mais frágeis fisicamente ou emocionalmente. A pesquisa de Barkay (2016) com mulheres idosas sefarditas como guardiãs da memória de sua cultura, língua e tradição mostra o quadro da velhice e a necessidade de ter cuidado ao trazer à tona lembranças mesmo que limitadas devido à idade avançada dessas senhoras.

Ao entrevistar pessoas idosas levamos em consideração o cuidado, a ética e a responsabilidade durante esse processo. Por exemplo, ao combinar as entrevistas com as anciãs, buscamos atender a vontade delas quanto ao local para que este fosse acolhedor, favorecesse um ambiente confortável, e elas se sentissem bem fisicamente e emocionalmente, possibilitando a segurança para compartilhar no momento da entrevista (Freitas, 2006).

As anciãs em sua totalidade definiram suas próprias casas ou quintais, o que permitiu maior conforto emocional para elas. Às vezes utilizaram objetos do lar para rememorar histórias, além de poderem continuar tratando de suas atividades como o

---

<sup>5</sup> Número do Parecer: 6.261.722, CAAE: 70226023.8.0000.5519. Universidade Federal do Tocantins Campus Palmas.

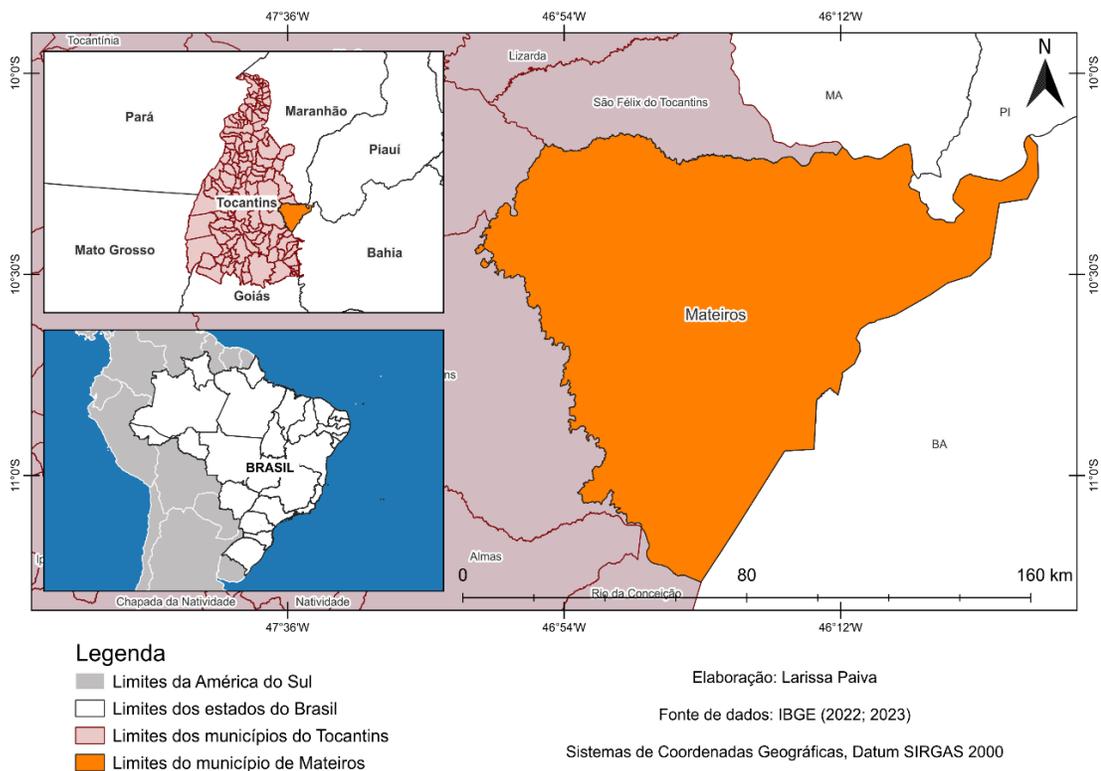
costurar e lidar com os afazeres diários. Para a pesquisa, isso propiciou a vivência do cotidiano natural dessas senhoras.

Alguns autores como Barkay (2016), Beauvoir (2018), Bosi (1994), Caixeta (2010), Debert (1999) Felipe; Sousa (2018), Lévy (2001) demonstram os aspectos relacionados a essa faixa etária tanto pelo lado das entrevistas como pela construção social ligada ao envelhecer e seus papéis na sociedade e com isso ajudaram a nortear esse ponto da pesquisa.

## 2.2 Caracterização da Área de Inserção da Comunidade Quilombola Mumbuca

A comunidade quilombola Mumbuca está localizada no município de Mateiros, na porção leste do estado do Tocantins, cuja área faz fronteira com os estados do Maranhão, Piauí e Bahia, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 - Mapa de localização do município de Mateiros, TO, BR.



Fonte: IBGE - Mapas. Bases Cartográficas (2022; 2023). Elaborado pela autora.

Mumbuca está localizada em uma área que até a década de 90 era considerada isolada e de difícil acesso devido à falta de estradas para a localidade. Mateiros é a cidade mais próxima e fica a 35 km de distância.

Há que se destacar que o povoado de Mateiros só foi emancipado e elevado a município na década de 90. Antes do crescimento e desenvolvimento de Mateiros, os moradores da Mumbuca se deslocavam a pé ou sobre os lombos de jumentos até as cidades de Formosa do Rio Preto ou Santa Rita de Cássia na Bahia ou até a cidade de Corrente no Piauí para adquirirem itens essenciais. Por meio da vista área demonstrada na Figura 2 podemos ter um recorte de visualização da comunidade.

Figura 2 - Vista aérea da comunidade quilombola Mumbuca - TO.



Fonte: Google Earth (2024).<sup>6</sup>

A comunidade está inserida na microrregião do Jalapão<sup>7</sup> e sobreposta por uma Unidade de Conservação (UC) integral, o Parque Estadual do Jalapão (PEJ) (Tocantins, 2023b). É um local de belas paisagens naturais e de expressão cultural singular.

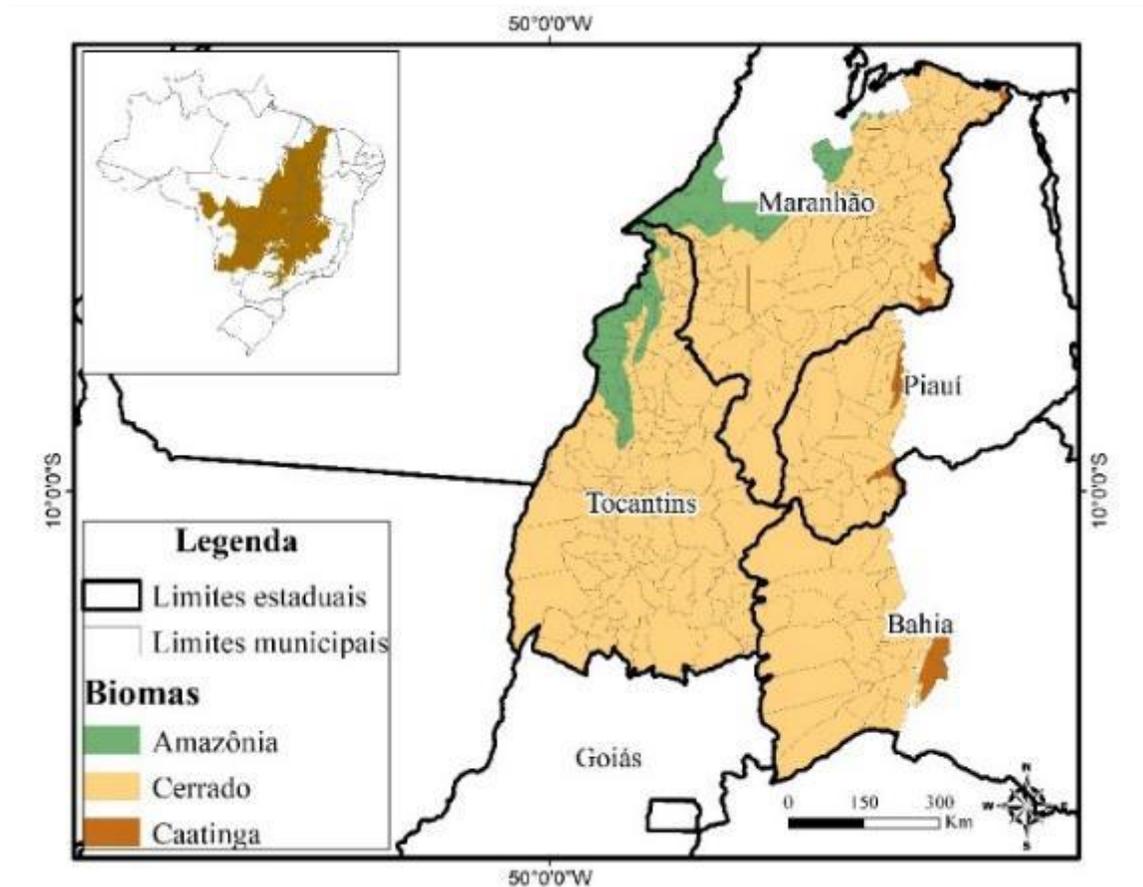
<sup>6</sup> Link para acesso: Google Earth.

<sup>7</sup> "A microrregião do Jalapão ocupa 53,3 mil km<sup>2</sup> e se encontra dentro do estado do Tocantins, englobando 15 municípios: Barra de Ouro, Campos Lindos, Centenário, Goiatins, Itacajá, Itapiratins, Lagoa do

É nesse cenário de presença marcada pela natureza que as vivências, as experiências e os aprendizados da pesquisa ocorreram.

Mumbuca está localizada dentro do segundo maior bioma do Brasil em extensão, o Cerrado. Sendo ele o de maior visibilidade na região centro-oeste do país, cuja cobertura é de 56,1%. Das 27 unidades federativas, se estende por 11, incluindo o Distrito Federal. O Tocantins é ocupado por 91% de sua área pelo Cerrado, conforme demonstrado na Figura 3. A nível nacional ocupa em superfície 24% do território (Ministério do Meio Ambiente, online).

Figura 3 - Área do Cerrado no estado do Tocantins.



Fonte: IBGE. Base cartográfica contínua do Brasil ao milionésimo (2014).

Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Recursolândia, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins e São Félix do Tocantins” (Tocantins, 2023b).

O Cerrado caracteriza-se por variedades de formações campestres e florestais, como a savana que possui 66,18% de superfície. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca que a fisionomia mais típica do Cerrado é a campestre, onde as árvores e arbustos são mais dispersos e com a grande abundância de gramíneas baixas (Ministério do Meio Ambiente, online).

Segundo Sampaio *et al.* (2010, p. 12), as características de vegetação mais comuns encontradas no Cerrado podem ser “campo limpo, campo sujo, cerrado típico, cerradão, mata ciliar e vereda, sendo a ocorrência de cada tipo de vegetação bastante influenciada pelas características do ambiente”.

Há a predominância de duas estações, o período chuvoso que se estende de outubro a abril com precipitação acima dos 90% em relação ao total médio dos outros meses do ano, e o período seco, caracterizado pelas baixas umidades do ar, tardes mais quentes e secas, com noites mais amenas (Tocantins, 2003).

Outro fator a ser destacado no Cerrado é o Jalapão. Esse nome Jalapão advém de uma planta encontrada na região chamada Jalapa do Brasil (*Operculiona marcocarpa*).

Essa região é amplamente conhecida por abranger áreas de atrativos ecoturísticos com rios, dunas, serras, cachoeiras e os conhecidos fervedouros, que são nascentes onde as pessoas não afundam devido à surgência hídrica que ocorre no local. Além de conter “áreas de mananciais hídricos com grande qualidade e outras características físicas relevantes, associadas a uma biota de alto valor biológico, com várias espécies da fauna e flora ainda desconhecidas da Ciência” (Tocantins, 2003, p. 101).

As belezas naturais e exuberantes do Jalapão fazem dele uma área de interesse econômico para o turismo no estado do Tocantins. Os vários pontos turísticos têm sido cada vez mais procurados por visitantes vindos de todas as partes do mundo para conhecer o Jalapão, realizar expedições 4x4 nas trilhas e visitar a comunidade quilombola Mumbuca que desenvolveu o artesanato com capim dourado e outras comunidades quilombolas produtoras do artesanato.

Segundo os registros do Naturatins, o órgão estadual que gerencia o PEJ, essa UC teve um aumento no número de visitas ao parque, recebendo em 2023 um total de

53.996 turistas. Em 2022 esse número era de 47. 871. Um aumento no número total de 6.095 visitantes em relação a 2022 (Moreira; Naturatins, 2024).

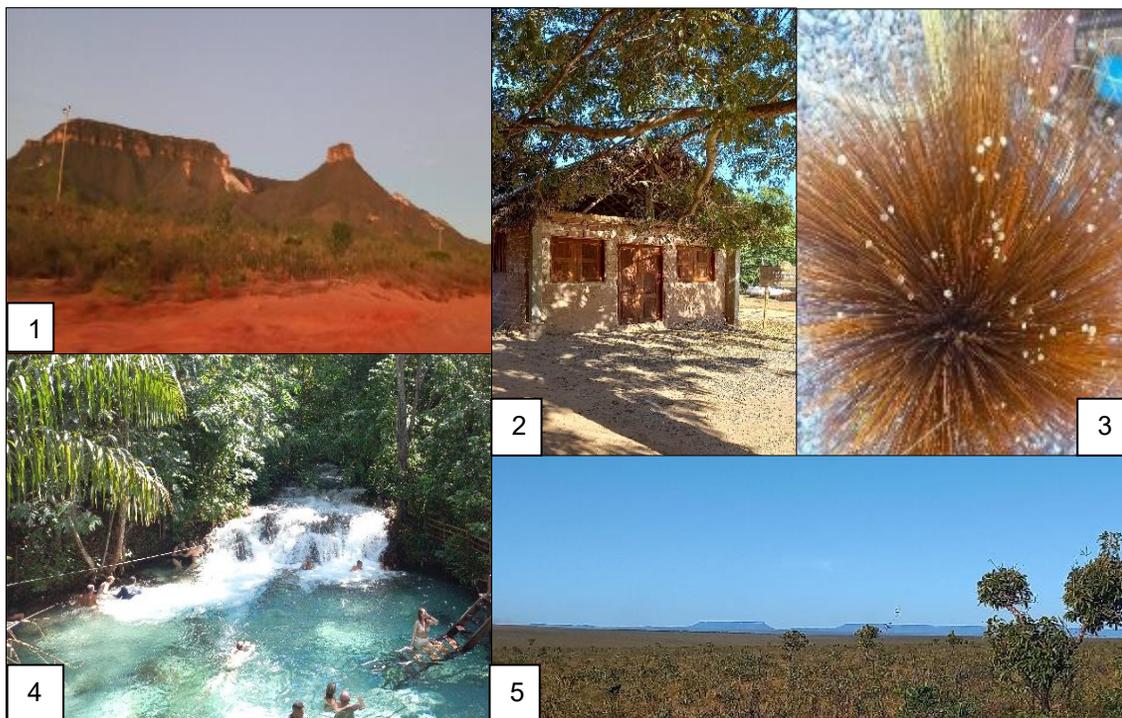
Os locais mais procurados pelos turistas estão a Cachoeira do Formiga, o Morro do Saca Trapo e Serra do Espírito Santo onde está localizada as Dunas do Jalapão, a comunidade quilombola Mumbuca devido a sua história e pioneirismo do desenvolvimento do artesanato de capim dourado, os fervedouros, o encontro das águas, as áreas savânicas do parque, além das corredeiras do Rio Novo, assim demonstrados nas Figuras 4 e 5

Figura 4 - Imagens na região do PEJ, entorno da Mumbuca.

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Legenda: Imagem 1: Morro do Saca Trapo e Serra do Espírito Santo; 2: Comunidade quilombola Mumbuca; 3: Capim dourado; 4: Cachoeira do Formiga; 5: área savânica no PEJ.

Figura 4 - Imagens na região do PEJ, entorno da Mumbuca.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Legenda: Imagem 1: Morro do Saca Trapo e Serra do Espírito Santo; 2: Comunidade quilombola Mumbuca; 3: Capim dourado; 4: Cachoeira do Formiga; 5: área savânica no PEJ.

Figura 5 - Pontos turísticos no PEJ.



Fonte: Imagens 1 a 4, arquivo pessoal da autora (2023); Imagem 5: Foto de Fernando Alves; Governo do Tocantins - 12/07/2021<sup>8</sup>

Legenda: 1: Dunas do Jalapão; 2: Encontro das Águas; 3: Corredeiras do Rio Novo; 4: Placa próxima às Dunas, ponto de foto para os turistas; 5: Fervedouro Bela Vista. Alves; Tocantins (2021).

Além de ser considerado um destino turístico, o Cerrado é a moradia de várias comunidades tradicionais “tais como indígenas, quilombolas, geraizeiros, sertanejos, vazanteiros e ribeirinhos” (Sampaio *et al.*, 2010, p. 12). Por isso, está para Mumbuca como Mumbuca está para ele. Mumbuca está atrelada identitariamente a esse ambiente e faz dele o seu viver. Antes de ser procurado pelos de fora, esses povos já coexistiam ali conservando-o e mantendo-o por ser não apenas seu meio de sobrevivência, mas sua ancestralidade, ligação de corpo e afetividade e farmácia, conforme veremos nos relatos das guardiãs nos capítulos que se seguirão.

<sup>8</sup>Disponível em: Atrativos Naturais Especiais passam a ser licenciados conforme o porte ([www.to.gov.br](http://www.to.gov.br)).

O extrativismo do capim dourado, conforme demonstra a Figura 6 (Caracristi, 2016), para a produção de artesanato é uma atividade típica dessa região. Muitas comunidades quilombolas trabalham como artesãos e extrativistas, dependendo financeiramente desse meio para sustento de seu lar.

Figura 6 - Coleta de capim dourado.



Fonte: Fotografia de Fernando Alves; Governo do Tocantins - 26/04/2023<sup>9</sup>.

Outra espécie muito usada pelos extrativistas é o *Mauritia flexuosa* (Arecaceae), mais conhecido como buriti. O talo dessa palmeira é utilizado na fabricação de móveis, brinquedos e na construção do instrumento musical típico na cultura jalapoeira, a viola e a rebeca de buriti.

---

<sup>9</sup>Disponível em: Naturatins divulga Instrução Normativa sobre o capim-dourado e o buriti ([www.to.gov.br](http://www.to.gov.br)).

Figura 7 - O extrativismo do buriti.



Fonte: Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do capim dourado e buriti. Fotografias de: Schmidt; Sampaio; Medri; Figueiredo; Carrazza; Fidelis; Echternacht; Campedelli. 2010.

Na área alimentícia, são produzidos doces, sorvetes e sucos com o seu fruto (Figura 7). Extraem também o óleo de buriti para uso medicinal (Sampaio; Carrazza, 2012; Sampaio *et al.*, 2010; Tocantins, 2003).

A coleta do capim dourado e do buriti ocorre em áreas de vereda, em campos úmidos, conforme esclarece Sampaio *et al.*, (2010):

As veredas ocorrem no fundo das baixadas, onde o terreno é mais encharcado, e são compostas por dois tipos de vegetação, as matas e os campos úmidos. As matas que margeiam os córregos geralmente possuem muitos buritis e árvores altas. Em volta destas matas, existem os campos úmidos. Nos campos úmidos só existem plantas mais baixas, mais rasteiras, como as gramas, quase não existem arbustos e nem árvores, por isto é que se chama 'campo'. O capim dourado ocorre somente nesses campos úmidos das veredas (Sampaio *et al.*, 2010, p. 20).

A seda do buriti, chamada de fita, é “tirada do “olho” do buriti, que é a folha mais nova ainda não aberta. Geralmente, os artesãos tiram a seda do olho dos buritis que têm entre 4 e 10 metros de altura e que ainda não produziram flores nem frutos” (Sampaio *et al.*, 2010, p. 46). É com essa fita que o capim dourado é tramado dando origem às peças artesanais.

Além da função de artesanato, as folhas do buriti são usadas em seus diferentes estágios para cobertura de casas e as comunidades utilizam seus conhecimentos ancestrais para coletar as folhas sem que haja dano à planta.

Do Cerrado, extraem os materiais necessários para construir suas casas, realizam seu roçado, além de os possibilitar expressar artisticamente quem são: o povo do capim dourado, e vários outros saberes que são explanados no Capítulo 5.

A seguir apresentamos as anciãs colaboradoras da pesquisa e sua relação com Mumbuca, as tradições e suas representações na comunidade.

### **2.3 Guardiãs da Memória: Uma Escuta Sensível**

Gonçalves (2016), resenhando o livro de Guita Gren Debert (1999) com o título *A Reinvenção da Velhice. Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*, explica que as guardiãs da memória mantêm suas experiências vivas e que cada vida e sua história é importante e deve ser valorizada.

A velhice não é uma abstração porque as pessoas não são uma abstração, portanto a velhice é uma realidade vivida por pessoas velhas com suas histórias, com suas experiências de velhos, porém histórias e experiências de vidas singulares. Vividas no contexto socioeconômico, cultural e étnico em que cada um está inserido (Gonçalves, 2016, p. 182).

Simone de Beauvoir (2018) em seu livro inspirador “A velhice” nos remete às realidades vivenciadas nessa faixa etária, revelando as transformações ocorridas no final do século XX, mas principalmente fala sobre as questões silenciosas desse tema.

A sociedade reserva ao velho um lugar e um papel “levando em conta suas peculiaridades individuais: sua impotência, sua experiência; reciprocamente, o indivíduo é condicionado pela atitude prática e ideológica da sociedade a seu respeito” (2018, p. 13). A sociedade define para o idoso um lugar de exclusão, e cabe aos pesquisadores e à própria sociedade atual romper essa ideologia social.

Cada indivíduo vive de forma diferente de acordo com seu contexto familiar, histórico e social, portanto é necessário ter um olhar mais próximo e livre das vendas que escondam a verdadeira realidade que o cerca.

Compreender as realidades próprias de cada indivíduo é ouvir com atenção, não subestimar os corpos físicos e ver além do que imaginamos que seria possível realizar em suas idades.

Existem os estereótipos criados a respeito dessa fase da vida em relação ao corpo. Ao ver que estávamos cercados com nossos próprios estereótipos no decorrer da pesquisa, tivemos que nos libertar de todos eles, mas sem renunciar ao dito anteriormente sobre o cuidado, o respeito e a ética. Vivenciar o cotidiano das mulheres idosas que entrevistamos permitiu-nos nos aproximar das suas realidades de vida e vên-las de forma singular, cada uma com suas experiências, histórias e lutas.

Ao experienciar o quanto são determinadas e objetivas, notamos uma força interior muito grande para continuar ensinando sua descendência a resistir e lutar por seus direitos.

As guardiãs da memória participantes da pesquisa, as historiadoras desse processo do recontar, contar, dialogar e ressignificar as memórias e lutas enfrentadas, são residentes na comunidade quilombola Mumbuca, localizada no município de Mateiros (TO).

A maioria nasceu na própria comunidade, são líderes ativas, associadas da Associação dos Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca. São pessoas conhecidas pela contribuição na defesa de sua cultura e tradição, além de serem artesãs das tradições, o que denota de certa forma a continuidade dessa prática, pois quando tecem incentivam outras mulheres.

A pesquisa foi conduzida com cinco anciãs que desempenham esse papel de guardiãs da memória na comunidade. Durante a estada na Mumbuca em 2023, aconteceram conversas com algumas mulheres e moradores a fim de verificar e determinar quantas anciãs com essas características estavam presentes. Foi relatado que havia nove anciãs, porém algumas não estavam na comunidade durante o período da pesquisa, enquanto outras estavam enfermas ou não se sentiam dispostas a participar das entrevistas. Dentre as nove anciãs, cinco delas prontamente aceitaram o convite. A seguir, elas são apresentadas.

A mais idosa entre as entrevistadas é Dona Santinha, que assim preferiu ser chamada na pesquisa. Com 80 anos, ela é tataraneta dos fundadores da comunidade e

filha de D. Laurentina, que foi parteira da comunidade. Dona Santinha é atuante e engajada em sua comunidade na Associação da Mumbuca.

É artesã, e é conhecida por todos como uma mulher acolhedora, raizeira e guardiã das cantigas mais antigas da comunidade. D. Santinha faz questão de apresentar o Cerrado como ela o percebe: um remédio e algo de grande importância para o seu povo. Além disso, é transmissora dos saberes tradicionais aos seus descendentes e toda comunidade por meio do conhecimento recebido dos ancestrais.

Atualmente é a voz mais idosa entre as mulheres atuantes nas reuniões da comunidade e é sempre muito respeitada pelos demais. Sempre que possível, devido sua avançada idade, ela recebe os turistas que chegam com a canção do capim dourado. Foi por meio da simpatia dessa senhora e do seu acolhimento que esta pesquisa nasceu, despertando o desejo de conhecer mais as histórias e tradições lembradas por ela.

Ela demonstra seu apreço e amor pelos seus ancestrais sendo uma guardiã da arte que produz e dando continuidade na transmissão das tradições como a medicina do Cerrado, como a chama.

Vale ressaltar que faz parte da tradição dessa comunidade receber os turistas com suas canções e contar um pouco da história do artesanato do capim dourado.

Em seguida, temos D. Martina, como escolheu ser chamada. Ela tem 78 anos e é tataraneta dos fundadores da comunidade, além de ser irmã de D. Santinha. Ela é artesã de capim dourado. Seu interesse por essa arte surgiu mais tarde em sua vida, conforme nos relatou. A lida na roça ensinada pelo pai moldou sua trajetória de amor à terra e com quem aprendeu a cultivá-la.

O falecimento prematuro de seu pai a levou a se envolver ainda mais no trabalho da roça, ajudando sua mãe na plantação e colheita. Conta com esmero as memórias desse tempo, as tradições, os saberes ensinados e transmitidos, a forma de lidar com as intempéries pelo seu povo e os enfrentamentos vivenciados.

D. Martina celebra o advento da Associação da Mumbuca e a loja de artesanato presente na comunidade, onde comercializam as peças produzidas. Para ela, é o banco de comunidade. Sempre está presente nas festas e celebrações, além de ser uma senhora ativa na transmissão das tradições relacionadas ao plantio das roças e colheita para os mais jovens, sendo uma guardiã desse modo de fazer próprio do povo.

Ditora, como escolheu ser chamada, é uma senhora de 68 anos. É conhecida por todos com esse nome, pois, segundo ela, recebeu esse título do pai dela. Ela o tratou de uma enfermidade nos olhos com uma planta do Cerrado. Seu pai considerou que a sabedoria dela era a de uma médica.

Dentre todas as senhoras indicadas, é aquela que mais sabe expressar a história de forma precisa segundo os moradores. Talvez por isso seja tão procurada pelos turistas e pesquisadores. Sua casa é um ponto turístico, onde recebe os visitantes e faz questão de transmitir a história do povo. No entanto sua influência vai para além disso. Ela é uma forte liderança e já esteve à frente da Associação dos Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca, além de transmitir o conhecimento dos seus ancestrais para os mais jovens, perpetuando a história de seu povo. É a única entre as entrevistadas que não é casada e não possui filhos. Ela escolheu passar mais tempo em casa na companhia da sua mãe absorvendo os ensinamentos. Desta forma, ela acredita que isso a possibilitou se dedicar às histórias de seus antepassados e depois as transmitir.

É guardiã da herança deixada por sua mãe, D. Miúda, mantendo viva a tradição da costura do chapéu de capim dourado, um dos primeiros objetos a serem comercializados por meio dos escambos realizados na Bahia e Piauí. Ela preserva as tradições de seu povo e contribui para a riqueza cultural da comunidade.

Seguindo há a Aldina com 54 anos, cuja história está entrelaçada com a comunidade. Seus avôs eram primos dos fundadores da Mumbuca. Embora tenha nascido na comunidade quilombola de Galhão, ela é moradora ativa na Mumbuca. Sua participação em prol dos direitos do povo quilombola na região do Jalapão é uma parte essencial de sua vida desde cedo.

Ela contribuiu na organização da comunidade para o reconhecimento de remanescentes quilombolas junto à FCP e auxiliou na mobilização para a criação da Associação dos Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca e outras associações quilombolas da região. Foi uma das representantes quilombolas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Naturatins e Ministério Público Federal. Além disso, recebe visitantes em seu ponto turístico e os leva para conhecer o campo de capim dourado, transmitindo a tradição do surgimento do artesanato na comunidade.

Uma liderança muito presente na transmissão da cultura aos mais novos em seu ofício de professora. Seu conhecimento ancestral das tradições e sua habilidade em defender seu povo fazem dela uma guardiã muito procurada por pesquisadores interessados nos estudos de questões da região.

Daldiva, como escolheu ser referenciada, com 54 anos, é filha de D. Miúda e irmã de Ditora, além de ser tataraneta dos fundadores. É conhecida pelas práticas raizeiras que aprendeu com sua mãe e guardiã das “garrafadas”, mistura de várias plantas medicinais do Cerrado para o auxílio no tratamento de doenças. Ela ensina seus filhos e netos o conhecimento adquirido de seus ancestrais e a realizarem o manejo do Cerrado.

Sempre atuante e participante nos debates da associação e nas reuniões, é uma representante na costura do chapéu com capim dourado, herança de sua mãe, e luta para que essa tradição não se perca entre os mais novos. Também é artesã e transmissora desse saber, além de estar atualmente trabalhando na recém-inaugurada Escola de Educação Infantil na comunidade, algo que lhe traz muito orgulho, pois essa era uma das reivindicações de sua genitora. Ela se orgulha em falar dos seus filhos que hoje continuam perpetuando os ensinamentos ancestrais e do quanto a comunidade se desenvolveu por meio de uma tradição que vem de sua família.

As guardiãs da memória refletem o significado de pertença de um grupo étnico identitário remanescente quilombola. As lutas delas para demarcação de seu território emergiram no passado com seus ancestrais. No presente, elas ressignificam os processos vividos exercendo o papel de mulheres aguerridas de referência em saber tradicional para fortalecer a coletividade e a identidade do seu povo e deixá-las como um legado aos descendentes.

As histórias de vida delas resolvem os questionamentos que se busca responder através dessa pesquisa. Isso permitirá uma compreensão mais ampla das formas de transmissão dos saberes tradicionais relativos à sua cultura. Mas para compreendermos esse universo quilombola na qual estão inseridas, faz-se necessário aprofundar o entendimento das bases que sustentam o modo de fazer, viver e conceber a visão de mundo que evocam em suas experiências, pois suas práticas não são isoladas, mas síncronas e dinâmicas com a realidade que as cerca no presente e com o passado que as formou.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 A Memória Tecida que se Costura na Tradição das Anciãs da Comunidade Quilombola Mumbuca - TO

*Pula, pula piabinha, pula, pula, piabinha, tá danada pra pular.  
Quando os passarinho avoam ô aí, eu também quero avoar.*

(D. Santinha, 80 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca)

Para compreender como essas memórias são tecidas e o modo de rememorar em comunidades quilombolas e como elas estão ligadas aos processos de identidade coletiva e social, precisamos trilhar essa costura de definições que se entrelaçam.

Partimos, portanto, de um ponto da linha, na tessitura dos significados, rumo à compreensão da memória para a comunidade quilombola. Cada vez mais estudiosos ligados a diferentes áreas como a psicologia social, sociologia, antropologia, política, história dentre outras estão interessados nesse enfoque sobre as lembranças e seus processos. Entre os autores mais relevantes estão Henri Bergson, Maurice Halbwachs, Ecléa Bosi, Michael Pollak, Joel Candau, Le Goff, Frederic Bartlett e outros.

#### 3.2 A Memória Coletiva e Social

Quando evocamos o passado, momentos vividos, se faz necessário visitar os quadros da memória, guardados ao longo do tempo dentro de nós no sentido de reconstruir as cenas que ficaram marcadas em nossa mente e são moldadas conforme as percebemos. A memória faz parte da vida humana e está intrinsecamente ligada à construção social de uma nação, grupos etc. As nossas convenções e complexidades nos relacionamentos e individualidades são consideradas amplamente pelos cientistas sociais como bases das estruturas de uma sociedade (Halbwachs, 2003).

Joel Candau (2018) discute as questões de identidade coletiva construída pela memória e que serve de fonte histórica e cultural. A memória é evocada quando desejamos nos remeter a histórias de vida, às transmissões culturais, território e

identidade. Explicando, portanto, os comportamentos, as teias relacionais, o que somos e o que fazemos.

Desta forma, para compreendermos a importância da memória, chamamos para esse costurar dos significados Halbwachs (2003), Bosi (1994, 2018), Pollak (1989; 1992) e Candau (2018) que dialogam sobre essa questão. Eles irão nos direcionar ponto a ponto nessa costura. Assim, analisaremos algumas de suas bases para o tecer nosso debate.

Halbwachs (2003), sociólogo francês discípulo de Bergson, iniciou o debate sobre memória nas ciências sociais e apresentou a memória coletiva como uma nova categoria de análise. Ele afirma que ela é construída por sujeitos a partir de um meio social e está atrelada a suas configurações e vivências num meio comum. As recordações da comunidade existem por meio do coletivo, pois sua construção se dá pelas práticas sociais exteriores ao ser que as retém e as remete, pelas relações externas de convivência, pelos ambientes frequentados, pela cultura e pelas tradições vividas.

Kabengele Munanga (2009), antropólogo congolês-brasileiro reconhecido por sua contribuição no entendimento das questões étnico-raciais e no combate ao racismo no Brasil, compreende que, dentre os autores que abordam a memória, a sociológica de Halbwachs é a que mais nos aproxima das tradições africanas em que a memória coletiva tem um papel importante e é determinada pelo grupo e meio social à qual está atrelada. Essa memória coletiva se renova através das construções realizadas pelo grupo e é transmitida para as gerações seguintes.

O processo de rememorar em comunidades quilombolas é vivo e constante. Está nas práticas diárias quando se reconstrói fatos do passado e é mais profundo do que apenas remeter a certos momentos. Esse ato só é possível quando atrelado a momentos exteriores que se ligam, se refazem, reconstroem significados e ressignificam as memórias de quem lembra.

As anciãs na comunidade quilombola estudada são aquelas que guardam as memórias, que elaboram, que praticam o ato de lembrar, sendo guardiãs da memória. Para Halbwachs (2003), o sujeito nunca está sozinho, logo não deve ser analisado individualmente, pois ao evocar as memórias, elas são não evocadas em separado, mas sim por meio dos contextos e construções coletivas.

As memórias de uma anciã nas comunidades quilombolas são uma peça na composição da memória compartilhada coletivamente. Essa memória compartilhada é influenciada pelos desejos do grupo e abarca as tradições, a cultura e os costumes que caracterizam esse grupo. Essa memória coletiva pode sofrer alterações com o passar do tempo, pois não é rígida e tolera mudanças de acordo com os interesses dos indivíduos que dela fazem parte conforme as dinâmicas percorridas pela comunidade (Halbwachs, 2003).

Le Goff esclarece que “a memória procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (1996, p. 478). A sincronidade e o dinamismo da memória num espaço de tempo acontecem, porque os indivíduos que dela participam também constroem novas memórias sem esquecer quem são. Há uma base que os sustenta em sua historicidade identitária aprendida por meio das tradições e culturas ligadas a essas memórias.

Ecléa Bosi, autora de *Memória e Sociedade: lembrança de velhos* (1994), importante obra da psicologia social brasileira, recorre à memória para tratar de aspectos sociais e histórias de vida de idosas com o objetivo de registrar essas vozes ocultas no passado. Bosi nos auxilia a compreender o papel da memória de anciãs bem como a função social delas. Em comunidades tradicionais, os anciãos possuem um valor social, porque são os transmissores das práticas e costumes, além de serem o centro das referências culturais e tradicionais de seu povo. Por isso a escolha de trabalhar nessa pesquisa com as anciãs e não com os mais jovens.

Hampaté Bâ afirma que nas sociedades africanas “aos velhos sábios da comunidade, em suas audiências secretas, cabe o difícil dever de “olhar as coisas pela janela certa” (2010, p. 195). A presença ativa deles em tomadas de decisão e ensino tradicional é muito prezada nessas organizações sociais.

Bosi (1994) ainda afirma que as memórias dos mais velhos estão mais prontas e são fontes mais seguras para compartilhar o passado, pois se debruçaram mais tempo, as revisitaram mais vezes e possuem um quadro mais acabado, mais firme. Assim elas contribuem na formação escrita da memória coletiva do seu próprio povo.

Cada indivíduo possui importância na comunidade, mas as anciãs da Mumbuca são as protagonistas da costura do capim dourado, que é o fazer tradicional ancestral mais desenvolvido por seu povo, o que torna esse lugar bem conhecido pelos de fora da

comunidade e fonte de diversas pesquisas já realizadas nesse território. Elas são fundamentais para a manutenção desse saber-fazer que auxiliou na melhoria da qualidade de vida da população local. Foi a partir desse artesanato que Mumbuca se tornou bem conhecida e teve acesso a escolas, posto de saúde, construção de pontes e recursos financeiros provenientes do turismo.

A escolha das guardiãs está embasada na importância social, na força e no protagonismo exercido por essas mulheres que, com suas vidas permeadas pelas lutas, protegem seu território, sua ancestralidade e fortalecem suas tradições culturais mumbucanas. Ao contarem suas histórias de vida, asseguram o pertencimento às futuras gerações e preservam a história do seu povo. Essa retomada de memórias cria uma identidade individual e grupal e as colocar num lugar privilegiado nessa sociedade.

Pollak, sociólogo francês, quando vincula memória e identidade social explica que “através desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros” (1989, p. 12-13). É assim que ocorrem com as diversas culturas cujas histórias e registros tornam visíveis as sociedades. A forma como cada uma é composta em sua complexidade expressa as diversidades existentes. Cada povo é único e precisa ser compreendido dentro de suas singularidades em suas construções sociais.

Pollak costura os elementos que constituem a memória social, cultural, política e as intersecções com a identidade. Ele tece composições intrinsecamente ligadas. Faz parte da memória social os acontecimentos vividos pessoalmente e os vividos pelo grupo ou pelos seus antepassados. Ele esclarece que pode acontecer de uma pessoa contar um fato ocorrido e não ter vivido aquele momento, mas ele está tão presente na sua história e nas práticas de um determinado grupo através das gerações que é como se o tivesse vivido, e a memória passou a ser sua também. Pollak nomeia essa situação de uma “memória herdada”. São heranças familiares ou grupais repassadas aos descendentes. “Há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade” (Pollak, 1992, p. 5) .

Logo, ela é o ponto de conexão entre a imagem construída, a forma como se vê a si mesmo, com a imagem que é transmitida aos outros e a maneira como enxerga a imagem do grupo do qual faz parte. Esse sentimento de identidade é que permite o

vínculo no grupo que se está inserido.

Pollak afirma que a memória está associada a um sentimento de identidade, de pertencimento e “ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (1992, p. 5). Portanto a memória coletiva estabelece uma base para que os grupos e sociedades possam construir e afirmar suas identidades. As memórias ainda ativas no grupo e em constante transmissão têm uma função social vital, pois possibilitam as ressignificações que o grupo necessita (Candau, 2018).

Assim sendo, para que as memórias desempenhem esse papel crucial na construção da identidade, elas precisam estar latentes e vivas, exercendo sua função social. Para que essa dinâmica ocorra, faz-se necessária a existência de transmissores dessas memórias - os guardiões das memórias - aqueles que, com fidelidade a esses processos, as perpetuam no grupo. Esses transmissores podem ser os documentos escritos e preservados ou as pessoas que se dedicam a essa ação (Candau, 2018).

Desta forma, as guardiãs da memória, entrelaçadas na costura social da comunidade à qual pertencem, destacam-se como as transmissoras das memórias ancestrais, formando o ponto que une o passado e o presente. Essas memórias tecem a narrativa coletiva e ressignificam a história de vida de cada uma delas e do grupo.

Vejamos agora como a memória é trabalhada ou representada nas comunidades quilombolas.

### **3.3 Rememorar nas Tradições Quilombolas**

Quando falamos de comunidades quilombolas, as memórias do povo vêm ao debate. Sentar em roda embaixo de uma árvore é um chamado para contar e ouvir histórias de seus conhecidos e ancestrais, um “causo”, um fato, uma lembrança, um sentimento. Rememorar faz parte do cotidiano grupal, é algo natural entrelaçado com o seu fazer.

A memória está presente não somente nas conversas simples e despretensiosas do cotidiano de uma comunidade, mas também na história das sociedades desde os tempos mais antigos remetendo aos fatos do passado para compreendermos o presente.

Ao perpetuar suas tradições, cultura e história identitária, a comunidade quilombola se distingue de outras. Santos e Aguiar (2019) explicam como.

Em uma comunidade quilombola os elementos identitários são forjados nas relações de parentesco, na significação com a terra (territorialidade), na história da ancestralidade e nas relações de pertencimento a um grupo étnico (quilombolas). A formação ideológica dos sujeitos que moram nessas comunidades obedece a ordens e elementos que, muitas vezes, são desconhecidos pela grande massa (Santos; Aguiar, 2019, p. 2).

Os quilombolas se autodefinem através de suas histórias de lutas, da diáspora africana e da exploração sofrida por esse povo e seus antepassados e por estarem ligados a um território específico. Portanto se autodefinir como quilombola carrega em si uma extensa memória herdada culturalmente e a uma identidade específica (Botega; Tramonte, 2015). Elas estão atreladas às práticas culturais e a uma forma de enxergar o mundo resultante da resistência, do território em que estão inseridos e de como se relacionam com o ambiente onde vivem.

Os povos e comunidades tradicionais possuem com o ambiente que ocupam uma relação de preservação social, econômica e política e seus ritos e celebrações religiosas estão envoltos na resistência do grupo e em uma identidade que é produto de desafios. Podemos adicionar os fatores relacionados ao sentimento, ao emocional ligado às memórias dos seus ancestrais que viveram nesse território e que estão enterrados ali (Silva, 2019).

Costa Filho e Mendes (2013) falam que o modo de vida incorporado ao ambiente é transmitido por meio das práticas tradicionais, e a “terra tradicionalmente ocupada e seus recursos naturais têm a qualificação de território”. O espaço possui “dimensões simbólicas” (2013, p. 11).

No território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo; nele estão enterrados os ancestrais e encontram-se os sítios sagrados; ele determina o modo de vida e a visão de homem e de mundo; o território é também apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento locais, ou seja, não há povo ou comunidade tradicional que não conheça profundamente seu território (Costa Filho e Mendes, 2013, p. 10, 11).

Essa memória vai muito além de lembranças de um tempo saudoso ou de uma vida comum e simples. Está fortemente ligada à resistência, à identidade, à liberdade de

viver o seu modo de vida ancestral e grupal, à segurança de realizar suas manifestações culturais e de que as futuras gerações não serão ameaçadas a deixarem seu território ancestral, portanto ao direito de permanecer na mesma terra de seus predecessores e onde desenvolveram as habilidades necessárias para sobreviver em um ambiente que já foi isolado do restante da sociedade, mas que hoje refulge coletivamente em meio aos desafios que enfrenta.

A memória nessas comunidades está enraizada com suas lutas por reconhecimento, direito ao acesso a políticas públicas como saúde, educação, saneamento básico etc. Está atrelada ao direito não somente de se identificar na cultura na qual está inserida, mas também de ser reconhecida pelas leis do Brasil e perante a sociedade (Botega; Tramonte, 2015).

Do ponto de vista jurídico, o Brasil em 2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Esse decreto de nº 6040 contém as definições de povos tradicionais e ressalta em seu artigo 3º a importância do território e o tipo de relação dessas pessoas com o meio ambiente.

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (Brasil, 2007).

Além desses fatores, a memória do grupo é imprescindível para compor o relatório do INCRA, órgão do governo federal que regulamenta e titula os territórios quilombolas no Brasil após serem reconhecidos e certificados pela FCP. A Instrução Normativa do INCRA nº 57 (2009) regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal (CF) de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Em seu inciso I, artigo 10:

c) histórico da ocupação, contendo:

1. descrição do histórico da ocupação da área com base na memória do grupo envolvido e depoimentos de eventuais atores externos identificados;
2. levantamento e análise das fontes documentais e bibliográficas existentes sobre a história do grupo e da sua terra;
3. contextualização do histórico regional e sua relação com a história da comunidade;
4. indicação, caso haja, dos sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos, assim como de outros sítios considerados relevantes pelo grupo;
5. levantamento do patrimônio cultural da comunidade a partir do percurso histórico vivido pelas gerações anteriores, constituído de seus bens materiais e imateriais, com relevância na construção de suas identidades e memória e na sua reprodução física, social e cultural. (Brasil, 2003, Inciso I, art. 10).

Após verificarmos a importância do lembrar, continuaremos a tecer nossa peça explicando como são transmitidas as memórias para as próximas gerações.

### **3.4 A Ancestralidade na Cultura Quilombola**

Quem é você? De onde veio? Quais suas raízes ancestrais? Já se fez tais questionamentos? Pois bem, essas são algumas perguntas costumeiramente aprendidas e internalizadas desde a infância em comunidades quilombolas.

O motivo de aprender desde cedo sobre as raízes ancestrais está vinculado a uma transmissão identitária étnica-cultural.

Os laços de sangue e parentesco organizam uma comunidade quilombola, pois trata da sua origem, quem eram seus ascendentes e como eles iniciaram e decorre o povoamento do local habitado até os dias atuais.

A ancestralidade faz parte de quem são e se identificam como no discurso de uma entrevistada:

Aí às vezes, as meninas trazem aqui os alunos delas, né. Explicando bem explicado... “olha o seu vô chamava Pretin, José Beato. A sua bisa se chamava Laurina. Sua vó chamava Laurentina, a mãe de Laurentina era Laurina! Para entender a reação do tronco deles, né?!”

As meninas da escola, traz pra cá, pra eu explicar!  
O pai, o pai, o avô da sua mãe é fulano de tal, a avó da sua mãe é, vó fulana de tal. É bem explicado para eles entenderem dessa geração onde que é, como foi, onde que foi, onde que morou. Tem que trazer essa raiz pra eles ver, não é? Tem que falar porque a gente do amanhã não sabe dizer.

Eu quando conheci, minha vó foi fazendo já! Agora, não sei de onde que opção ela encontrou, mas acredito que ela aprendeu foi com a mãe Guardina, o nome da minha vó, chamava Guardina. Que morou aqui, teve aqui, nasceu aqui.

Eu nasci aqui, tô vivendo, nasci aqui, tô criando aqui, e vou viver aqui e vou morrer aqui! Eu não tenho outra história! Não conto outra história não (Ditora, 68 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

As comunidades quilombolas compreendem a importância do repasse de sua ancestralidade aos mais novos, assegurando a eles o direito de conhecer seu passado para fortalecer seu presente e resguardar o futuro de possíveis incitações contra seu povo e sua terra. Não somente contra ações de tentativa de retirada de seu território, mas também da identidade cultural que possuem.

Souza (2008) articula que as estratégias de resistência estão ligadas às tradições empreendidas pelos ancestrais com a finalidade de sobreviver e enfrentar as opressões e perseguições sofridas desde os tempos imperiais e coloniais escravistas no Brasil. Gonzales (1988, p. 74) complementa dizendo que “aqui (na América Latina), a força cultural apresenta-se como a melhor forma de resistência”.

A ancestralidade africana a qual as comunidades quilombolas estão centradas e se identificam “ocorre através de sua cultura, nas suas tradições e ofícios artesanais”, conforme Maciel (2022, p. 43) destaca. Assim, a cultura de seu tecer artesanal, das tradições orais, do saber-fazer e das manifestações culturais expressas em seu território refletem e apontam para a sua ancestralidade, sua origem. Se ensinam o fazer artesanal da costura do capim dourado, estão honrando a memória de sua matriarca, D. Miúda. Ao repassar os costumes estão deixando um legado de respeito a sua afroancestralidade. Se os mais jovens perguntam por que moram nessa região de difícil acesso que por muitos anos foi isolada, elas explicam suas origens, as lutas e conflitos enfrentados.

A resistência e o enfrentamento das lutas dessas guardiãs surgem do empoderamento que vem do lembrar e transmitir oralmente os saberes e fazeres de suas raízes ancestrais. Tais perpetuações podem ser observadas em seu modo de vestir,

falar, nos costumes praticados, em seus corpos, na organização social da comunidade, na religiosidade e na economia de cada grupo (Souza, 2008).

As comunidades tradicionais estão intrinsecamente ligadas ao ambiente (Brasil, 2007; Santos; Aguiar, 2019), assim como Mumbuca está. Como notamos nas falas de duas transmissoras dos saberes que relataram de forma enfática:

A povoação do povo aqui do Jalapão, a maior parte foi advinda da escravidão, porque quando teve a Leia Áurea, então os seus senhores soltaram os seus escravos. Então eles buscavam se refugiar nos lugares mais isolados do país. Então, aqui era muito isolado, aqui é em cima de uma serra, você pode ver quando você vai, é serra, serra e serra é muito difícil! (Aldina, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Quando chegou esse povo aqui, da Bahia aqui, se aqui tivesse gente, se aqui estava ocupado de gente, teria ido um pouco mais pra frente, não ocupava aqui, porque estava ocupado, né? Quando chegou aqui esse povo não tinha ninguém! Viu por bem ficar aqui, não tinha ninguém, pra tomar, pra lutar, pra brigar não! Por isso que uns ficou aqui, bom de água, bom de mata pra trabalhar (Ditora, 68 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

Conforme podemos identificar nas memórias contadas, a formação do quilombo está situada na centralidade da terra e nos antigos que se constituíram no território. Sendo assim, o próprio território em questão diz muito a respeito dos seus ancestrais. A relação com o passado se estabelece no permanecer em seu local de origem, que é herança de seus ancestrais e onde encontram as marcas deixadas por eles nas roças, nas casas, em sua alimentação, na arte produzida pelas mãos hábeis das mulheres, no fazer das violas de buriti feita pelos homens, no prazer de desfrutar de um ambiente de riqueza natural, mas atualmente tão ameaçado.

Mumbuca e as anciãs têm resistido às diversas formas de opressão sofridas por séculos por meio das tradições ancestrais perpetuadas até os dias atuais.

Como as comunidades quilombolas se reconhecem identitariamente por meio do coletivo (Santos; Aguiar, 2019; Silva, 2019), o ato de transmitir quem eram seus ancestrais, o modo de vida deles, os saberes transformados em remédios e fonte de alimentos que sustentaram gerações e os mantiveram vivos e unidos a sua terra até os dias atuais tem grande valor coletivo. Na transmissão das memórias ancestrais à coletividade há a afirmação da identidade que possuem e das suas raízes afroresistentes.

A conquista de seus direitos perante a sociedade e governos e a perpetuação deles depende dessas afirmações (Santos; Aguiar, 2019; Silva, 2021).

Nessa compreensão, o historiador e escritor de Burquina Faso Ki-Zerbo (2010, p. 398), quando fala sobre a história geral da África afirma que “A imensa maioria dos povos africanos viviam em sociedades totais, se não totalitárias, onde tudo estava interligado, desde a confecção de utensílios até os ritos agrários, passando pelo cerimonial do amor e da morte”. A coletividade nas sociedades africanas é demonstrada nas relações sociais praticadas pelo grupo, seja numa iniciação, seja no fazer manual, na organização da plantação e colheita, nas manifestações de dança, música e até mesmo nos ritos cerimoniais. Os ritos coletivos ligam a ancestralidade e a cultura. Assim Mumbuca perpetua sua etnicidade ao construir, festejar as colheitas, cantar, produzir e tecer coletivamente, como expressa D. Santinha:

Eu lembro a canção do...do Colombo. Que meu pai trazia e mostrava que eles tinham vindo daqueles de lá, de muito longe, do meu avô... Meu bisavô! Não foi meu vô não, meu bisavô, Pedrão! Tem uma que é bem assim ó, de meu avô:  
 Pau pereira, pau pereira é um pau de opinião (2x).  
 Todo pau floresce e cai,  
 mas o pau pereira não (2x).  
 E tem, e tem...aquele, é, tem muito, é... Pula, pula piabinha, pula.  
 Pula, pula, piabinha,  
 Tá danada pra pular,  
 Quando os passarinho avoam ô aí,  
 Eu também quero avoar (D. Santinha, 80 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

As canções entoadas por D. Santinha dizem respeito à história de formação da comunidade e das linhagens descendentes de algumas famílias da região (Bonilla, 2019; Pereira, 2012). O modo do brincar antigo das crianças vivido por ela e as práticas coletivas das cantigas de roda da roda chata<sup>10</sup>, segundo Bonilla (2019), eram expressões culturais tradicionais realizadas nas colheitas de arroz e outras quando o povo comemorava coletivamente.

<sup>10</sup> Na pesquisa de Bonilla (2019) intitulada: *Minha viola é de buriti: uma etnomusicologia aplicada-participativa- engajada sobre a musicalidade no quilombo Mumbuca, no Jalapão (TO)*, o autor explica que a *roda chata* é uma “espécie de ciranda realizada no quilombo” (Bonilla, 2019, p. 24). Ele esclarece que “fazem parte do repertório musical cotidiano do quilombo Mumbuca, pertencente a uma prática musical, uma espécie de ritual de cantigas de roda que eles chamam de “Roda Chata” (ibidem, p. 119). Atividade essa “privada da comunidade.” (ibidem, p. 119). Não participei ou presenciei tal prática, pois é essencialmente particular, nem mesmo foi abordado por qualquer anciã durante as entrevistas.

D. Santinha relembra essas canções sempre acompanhada dos gestos com as mãos como se imitasse o movimento dos pássaros ou das palmas para acompanhar o ritmo da canção, revivendo as lembranças de sua infância. Desde cedo ela aprendeu sobre suas origens. Rememorar as práticas aprendidas com seus antepassados permite ressignificar a trajetória de vida percorrida desde a sua origem e também a resistência de seu povo em favor de seus direitos.

Resgatar as histórias das lutas travadas possibilita valorizar a memória dos seus ancestrais, os sofrimentos vividos e os direitos conquistados. Elas auxiliam na construção da sua identidade étnica e cultural. Cada comunidade quando se autodefine culturalmente através da ancestralidade dos antigos quilombos ou de ex-escravos realiza a autodeclaração da legitimação de seus direitos e do pertencimento a essa identidade, que possui em comum as tradições, os saberes de um povo remanescente de quilombo (Botega; Tramonte, 2015; Filho, 2020). “A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade” (Pollak, 1992, p. 5).

A ancestralidade quilombola mumbucana é a da vida comunal marcada pelas lutas de reconhecimento, pelas dificuldades enfrentadas pelos seus antepassados na formação de um povoado em localidade de difícil acesso com escravos que fugiam das fazendas e buscavam uma vida livre longe dos olhos da população da época e assim poder exercitar suas práticas culturais (Botega; Tramonte, 2015; Costa Filho, 2016; Santos e Aguiar, 2019).

Sobre isso, Ki-Zerbo explica que “Os países africanos onde as forças produtivas permaneceram num nível muito baixo, gozam, por outro lado, de uma atividade cultural intensa. Enquanto a dependência da natureza era quase total, toda vestimenta era adorno” (2010, p. 399). As características do ambiente no qual estão inseridas suas raízes tornam-se a expressão da vida coletiva e identificam o grupo culturalmente.

Reviver a ancestralidade quilombola e preservar e ressignificar o seu passado através das suas tradições culturais são formas de resistir contra a opressão enfrentada em sua coletividade.

### 3.5 A Tradição e a Oralidade nas Comunidades Quilombolas

Na fabricação de uma peça manual, são utilizados vários materiais e o mesmo ocorre na tradição de uma comunidade em que os indivíduos participam coletivamente da construção da identidade étnica do grupo. Ao se fazer uma peça artesanal, os detalhes devem ser bem observados. Cada parte precisa estar bem-acabada, costurada ou construída. O material utilizado para sua confecção precisa ser bem selecionado e provavelmente será utilizado mais de um conhecimento em sua construção. Se forem peças como as de capim dourado, há as combinações necessárias e uma forma de manusear e costurar o ponto utilizado para tecer. Por fim, mas não menos importante, qual o intuito na fabricação. De acordo com o objetivo, aquela peça servirá para uma função, mas não para outra, e isso define que tipo de trabalho a ser feito e sua utilização. Podemos dizer que as tradições construídas pelos ancestrais é semelhante a essa descrição. Há detalhes que só notamos quando enxergamos de perto, mas quando vemos a peça finalizada por inteiro compreendemos seus usos e objetivos.

A comunidade está entrelaçada, pois partilha saberes e modos de fazer. O mais velho ensina o mais novo e é como se segurasse a mão do pequeno e mostrasse o passo a passo a ser feito. As guardiãs da memória possuem os anos de experiência de vida com o trabalho exercido naquele ambiente, o que lhe confere a autoridade para ensinar, para transmitir sua sabedoria e para repassar os costumes aprendidos com seus predecessores por meio da palavra dita, transmitida oralmente às futuras gerações.

Em civilizações africanas, o passado é elucidado através de um sistema cultural simbólico transmitido oralmente. Jan Vansina, estudioso das tradições africanas, aponta para a forte expressão que as tradições orais exercem nessas sociedades, pois nelas se “reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições -chave, isto é, a tradição oral” (Vansina, 2010, p. 139, 140).

O autor esclarece que embora haja a presença da escrita em certas civilizações, a tradição oral é mais aceita, pois há um referencial circunscrito naquele que a transmite (Vansina, 2010). Ele define a tradição oral “como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. Suas características particulares são o verbalismo e sua

maneira de transmissão, as quais diferem das fontes escritas” (2010, p. 140). E explica que esses testemunhos transmitidos verbalmente por meio das tradições, das ações realizadas, possuem um caráter de poder, ao exemplificar que nelas, as palavras “criam”, “dizer é fazer”, tão grande é seu significado para eles (Vansina, 2010, p. 140).

Jan reforça ainda que a tradição está pautada na transmissão de fatos ocorridos no passado e não são achismos ou novas percepções. Se não fosse assim, não seria considerada uma tradição. A tradição se configura em evidências sendo repassadas para os descendentes e futuras gerações e é a garantia de continuidade da memória daqueles que vieram antes. É um respeito à vida do seu ancestral. Por isso, a importância de preservar as tradições e os costumes nessas sociedades (Vansina, 2010).

Observamos que o processo de transmitir a tradição se dá de forma orgânica, pois é preciso dar atenção a quem fala e escutar com paciência e calma. É necessário tempo para assimilar e internalizar todo o ensino, absorvendo assim os significados simbólicos presentes em todo seu conjunto de ações. Sobre isso, Hampaté Bâ (2010), filósofo, etnólogo e historiador de grande influência tanto na literatura quanto na cultura africana do século XX, nascido em Mali - África, esclarece que o aprendizado em determinadas sociedades africanas dura a vida toda. O sujeito deve estar na escola da vida. O autor demonstra isso usando o exemplo de Bafur<sup>11</sup>, onde só é permitido ao homem falar durante uma assembleia a partir dos 42 anos de idade. Antes disso ele está impossibilitado e cabe a ele apenas ouvir e aprender com os mais velhos. Após isso, entende-se que ele já conseguiu absorver, internalizar e aprofundar os ensinamentos transmitidos para ele desde a sua mocidade.

Compreendemos, portanto, o alto valor que essas sociedades colocam sobre o aprender com os anciãos. Sentar-se e ouvir as instruções e conselhos dos seus antecessores faz parte da sua cultura e dos costumes tradicionais e simboliza o respeito às tradições e confere honra ao seu ancestral.

Esse aprendizado é prolongado: “Um homem idoso encontrava sempre outro mais velho ou mais sábio do que ele, a quem pudesse solicitar uma informação adicional ou uma opinião. “Todos os dias”, costuma-se dizer, “o ouvido ouve aquilo que ainda não

---

<sup>11</sup> “Savana ao sul da Saara (que antigamente era chamada de Bafur e que constituía as regiões de savana da antiga África ocidental francesa (Amadou Hampaté Bâ, 2010, p. 170).

ouviu” (Hampaté Bâ, 2010, p. 200). Não há um limite de tempo para começar e terminar o aprendizado de ouvir os conselhos de outros mais velhos. Tal tradição denota a singularidade nas sociedades em que a transmissão cultural é realizada por meio da oralidade. O ouvir e o falar possuem valor para quem ensina e para quem aprende.

Segundo os estudos de Hampaté Bâ, o significado da palavra, da fala, nas sociedades de tradição oral na África é forte e em suas diferentes concepções pode denotar o divino, o sagrado, uma “força Suprema”, “materializa”, gera “vida e ação”. É movimento e conserva ou destrói. Por isso a base é a verdade. A palavra usada para a falsidade rompe a “unidade sagrada, reflexo da unidade cósmica, criando desarmonia dentro e ao redor de si” (Hampaté Bâ, 2010, p. 174).

Com isso, compreendemos que a palavra falada é real e séria para esses povos, pois tem importância e valor moral e um aspecto sagrado, e sua força está ligada a quem a produz. A tradição oral nessas sociedades está atrelada ao respeito, “especialmente quando se trata de transmitir as palavras herdadas de ancestrais ou de pessoas idosas. O que a África tradicional mais preza é a herança ancestral” (Hampaté Bâ, 2010, p. 174).

Quando falamos de tradição oral nas sociedades africanas incluímos as afro-brasileiras cujas bases estão na sua cultura-mãe, conforme apontam Santos; Sousa (2020). E sobre isso relata Silva (2021):

Destacamos que a Oralidade são narrativas cujas essências estão enraizadas desde o passado até as lembranças vivas dos de hoje. As tradições da Oralidade superam o espaço e o tempo, onde as objetivações e as vivências são elementos fundantes em torno da manutenção da vida, sendo ela individual ou coletiva (Silva, 2021, p. 43).

“A tradição oral é a grande escala da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos” (Hampaté Bâ, 2010, p. 169). Elas não estão limitadas a determinadas situações, mas são abrangentes quanto aos conhecimentos espirituais ou materiais transmitidos e não estão restritas a um cenário mítico, mitológico ou histórico apenas.

Essa prática é importante para fortalecer o grupo e sua identidade. De Paula Junior *et al.* (2018) reforçam dizendo que “esses povos trazem essa marca cultural que se configura como uma identidade. A tradição oral é pautada pela memória, uma memória que se faz coletiva em diálogo com a própria forma de ser da cultura africana e afro-

brasileira” (De Paula Junior *et al.*, 2018, p. 267). Ela faz parte de um conjunto essencial da cultura identitária e da memória, revelando as características dos povos africanos e seus descendentes (Hampaté Bâ, 2010). Assim diferenciam-se de outros grupos e ensinam o modo de vida em seu território, preservando a vida dos sucessores e o ambiente em que estão inseridos.

Essa diferenciação também ocorre entre os territórios quilombolas, pois cada um possui características distintas decorrentes da sua formação inicial, do lugar no qual está inserido e dos conflitos vivenciados, alguns desses com riscos imediatos à cultura, impactando diretamente na identidade e nas tradições do povo (Fredrych, 2009).

Para Santana, a tradição não é pensada de forma fechada com saberes que perduram ao longo do tempo e possuem configuração inalterada. Ela pode sofrer modificações devido aos processos históricos e transformações que ocorrem na cultura. “Não queremos negar a reprodução social dos saberes, uma vez que entendemos que o processo de transmissão de uma tradição implica numa reprodução social que convive com a mudança” (Santana, 2009, p. 89). As práticas tradicionais não são engessadas em si mesmas ou rígidas, pois estão sujeitas a alterações conforme os indivíduos que dela participam e constroem e exercem seu papel frente às mudanças e adaptações necessárias à sua sobrevivência (Santana, 2009).

Ressaltamos que na Mumbuca, as tradições são repassadas através da oralidade baseadas na memória das anciãs, aqueles que carregam as marcas da história do seu povo (Cavalcante, 2018; Lima *et al.*, 2012; Mota, 2015), conforme relato das guardiãs:

Mamãe contou história demais para nós. Eu fui a que ficou mais na casa, as outras tudo casou e eu fiquei mais ela. Eu aprendi com mãe tudo! Momento especial das coisas do Cerrado (Ditora, 68 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

É, e eu tô passando. O neto meu, o Darlan, pego ele. Levo ele pro mato lá. Ó Darlan, esse aqui, esse aqui, esse aqui. Essa tradição eu tô deixando pra ele, né? Porque se eu amanhã morrer, ele já sabe, qual é o pau. A minha avó, me ensinou *esse pau aqui serve, esse aqui não serve*. É igual a minha mãe, que falou pra mim. A tradição é você ir passando pra um, pra outro. Porque ninguém sabe, né? (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Essa transmissão dos saberes auxilia nas práticas do fazeres tradicionais, na afirmação da sua cultura e das suas lutas, repassa os costumes e constrói os saberes

tradicionais que foram desenvolvidos ao longo das gerações e que até os dias de hoje são estratégias de resistência contra toda forma de discriminação racial, histórica, identitária e cultural.

As tradições orais fazem parte de um patrimônio que não pode ser tocado, apalpado, mas se percebe, se observa, se analisa e se assimila. Elas reproduzem as mais diversas manifestações e fazeres e estão costuradas no modo de vida da Mumbuca, fazem parte de seu patrimônio imaterial, ou seja, são aspectos intangíveis de sua cultura espelhados nas tradições contadas por gerações e são indissociáveis de sua identidade cultural afrodescendente e quilombola.

Os povos de tradição oral, por séculos, foram incompreendidos pela visão ocidental capitalista restritiva e limitada cuja base está voltada a fatos históricos apenas escritos e registrados em papel (Hampaté Bâ, 2010). Culturas de tradição escrita foram mais valorizadas no meio histórico-científico, subjugando as de tradições orais cuja base está ligada, como vimos em Hampaté Bâ (2010), na narração de testemunhos daqueles que participaram de eventos ou que receberam memórias herdadas. Conforme Hampaté Bâ (2010), para os povos estudados por ele, a tradição oral possui o mesmo valor e responsabilidade que a tradição escrita, pois a palavra e a fala são fontes de bênção ou de maldição para quem as transmite. Ki-Zerbo declara que “A tradição oral é a história vivida, transportada pela memória coletiva com todas as suas contingências e singeleza, mas também com toda a sua força e vigor” (2010, p. 391).

Após compreendermos algumas das bases que sustentam a identidade étnica na qual comunidades quilombolas se reafirmam pela sua herança afroancestral com enfoque para a comunidade quilombola Mumbuca, vejamos a seguir uma breve contextualização da situação política, social e econômica enfrentada por essa comunidade após a sobreposição de suas terras a uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque Estadual do Jalapão.

#### 4 QUE NÓS NÃO SAIREMOS: O CAPIM DOURADO E O CONFLITO AMBIENTAL

*Meu Deus do céu! Se Mumbuca não tivesse Deus na vida, o parque tinha arrancado Mumbuca. Tinha arrancado Mumbuca mesmo. O desaforo foi demais, o desacato foi demais.*

(Ditora, 68 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

O foco desse estudo fica num cenário com vegetação do Cerrado. É um dos lugares mais belos da região norte do Brasil com destinos turísticos de base comunitária, aventura, ecoturismo e paisagens naturais exuberantes com cachoeiras de águas cristalinas azuladas, dunas, corredeiras de rios caudalosos, chapadões e dezenas de fervedouros conhecidos por serem uma nascente de alta pressão que impede o banhista afundar.

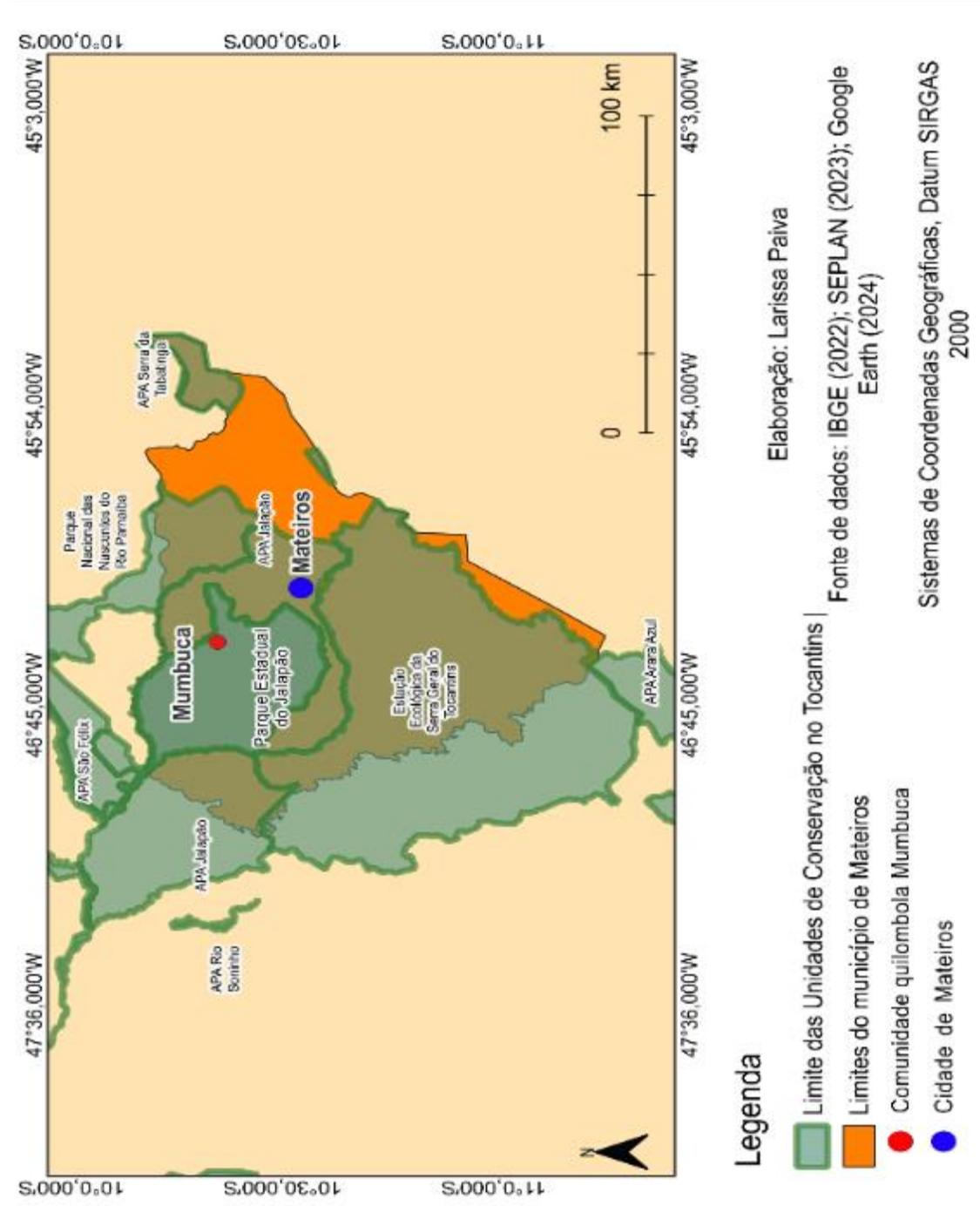
A comunidade quilombola Mumbuca está situada na região do Jalapão e na área rural do município de Mateiros, no leste do estado do Tocantins. Nessa localidade, o Governo do Estado estabeleceu no ano de 2001 uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral, o PEJ, que é uma área destinada à preservação integral da natureza com uma extensão de cerca de 150 mil hectares.

O PEJ está circunscrito a uma região de outras áreas de proteção ambiental em seu entorno e proximidade tais como a Área de Proteção Ambiental (APA) do Jalapão, a Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins, do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, a APA Arara Azul, APA Rio Soninho, APA São Félix e a APA da Serra da Tabatinga, formando o Mosaico do Jalapão para conservação e preservação ambiental conforme mostra a Figura 8.

Desta forma, há um conflito. Uma UC de Proteção Integral impede a existência de povos e comunidades em seu interior, pois tem como objetivo a preservação da natureza. Além de proibir atividades de uso direto dela, como é o caso do extrativismo exercido por comunidades tradicionais. Assim temos de um lado a comunidade quilombola Mumbuca e outras tradicionais afetadas que tentam permanecer em suas terras e do outro o poder público que as invisibilizou ao implantar o PEJ. O modelo preservacionista e excludente no qual o parque foi concebido (Rodrigues; Fredrych, 2013) impactou diretamente no modo de vida tradicional dos mumbucas que praticam até os dias atuais como meio de

sobrevivência, o extrativismo da planta *Syngonanthus nitens*, popularmente conhecido como capim dourado, para confecção do artesanato e comercialização.

Figura 8 - Localização da comunidade quilombola Mumbuca, PEJ, Mateiros, TO.



Fonte: IBGE (2022); Tocantins (2023a); Google Earth (2024). Elaborado pela autora.

O capim dourado é uma das espécies de maior interesse econômico comercial na região. Segundo estudo do Plano de Manejo do PEJ, a “Eriocaulacea característica das áreas de campos úmidos adjacentes às veredas da região do Jalapão tem sido extensamente coletada para a confecção do artesanato”(Tocantins, 2003, p. 93).

O capim dourado passou a ser um instrumento gerador de interesse econômico, turístico e símbolo cultural para a região do Jalapão e conseqüentemente para o Tocantins. É amplamente divulgado como originário dessa região, além de ser produzido por uma comunidade quilombola, a Mumbuca, que ganhou destaque nesse cenário como desenvolvedora do artesanato com capim dourado (Anjos, 2017).

O Cerrado, bioma predominante no Estado do Tocantins, é o habitat de uma variedade considerável de espécies de fauna, flora e de povos tradicionais tais como indígenas, remanescentes quilombolas, vazanteiros, ribeirinhos e geraizeiros (Sampaio *et al.*, 2010). Esses povos são importantes na manutenção e conservação da natureza, porque fazem uso sustentável dos bens naturais, e seus predecessores com a prática assimilaram as variações do clima, a estação própria do plantio e colheita e o conhecimento dos diferentes usos das plantas.

Como sensibilizadoras e fomentadoras da preservação dos saberes tradicionais dessa região, destacam-se anciãs quilombolas da Mumbuca. Por meio de suas histórias de vida revelaram os conflitos enfrentados por seu povo, a luta, liderança e resistência na continuidade da memória de seus ancestrais e são mantenedoras e propagadoras da tradição da arte da costura em capim dourado ensinada por suas matriarcas e repassada de geração para geração. Essa pesquisa contou com a colaboração dessas anciãs.

#### **4.1 Comunidade Mumbuca e o Ambiente**

Uma das razões pelas quais Mumbuca é considerada uma comunidade tradicional, além de ser remanescente quilombola, é a forma como lida com o ambiente. Dictoro (2016), em seus debates sobre as relações humanas com a água nos leva a compreender que aquilo que possui significado cultural e emocional para as pessoas e a comunidade, elas protegem e cuidam, pois estão numa dimensão proximal e sincrônica com o natural por meio dos simbolismos nele representados.

Essa conexão profunda com o ambiente (Capra; Luisi, 2020), é parte do bem-estar em comunidades quilombolas rurais. Ao contrário do que notamos nas relações pautadas apenas no utilitarismo dos bens naturais, conforme esclarece Leff (2001) e Catalão (2011).

Na contramão de uma sociedade consumista, cada vez mais envolta no uso de recursos descartáveis, em Mumbuca eles possuem uma relação cultural de identidade, além de envolvimento afetivo com o ambiente. Há séculos que Mumbuca permanece e usufrui do mesmo território sem deixar de conservar os bens naturais, pois a consciência adquirida é de cuidado, afeto, respeito pelos ancestrais enterrados ali e pelos que ainda viverão nesta terra, seus filhos, netos e bisnetos. Só há continuidade de sua descendência se houver conservação.

Um território quilombola é “onde vivem, resistem e lutam em prol da terra e da própria existência” (Cunha, 2020, p. 48). A relação com o território não se encerra apenas nas questões de resistência e de luta pelo direito de permanência em sua terra frente aos conflitos de UCs. Ela também implica em relações sociais (Reigota, 2010) imbricadas com seu meio natural sem afetar a sobrevivência das espécies e a continuidade da biodiversidade (Vilela; de Oliveira Campos, 2014).

Para tanto, as mulheres desde a formação da Mumbuca têm desempenhado funções de proteção e conservação do ambiente. Sabem respeitar e aproveitar sem causar efeitos danosos, pois aprenderam com seus ancestrais que precisam dele para sobreviver, realizando assim uma troca de benefícios para ambos.

As mulheres e especialmente as anciãs, são guardiãs dos saberes tradicionais, líderes em sua comunidade, representantes da arte com capim dourado e administradoras dos bens naturais relacionados ao artesanato. Elas possuem um papel fundamental na preservação desta arte e são as desenvolvedoras e grandes propagadoras das técnicas da costura com capim dourado. Desta forma, salientamos a força e representatividade que elas possuem nesse cenário conflituoso em que Mumbuca se encontra envolvida nos últimos anos em seu território (Galileu, 2017).

O Censo 2022 demonstrou uma população feminina quilombola acima dos 50 anos de idade no Tocantins de 1.583 dentro e fora de territórios delimitados oficiais. Desse

total, havia em Mateiros 102 mulheres nessa faixa etária que se autodefiniram quilombolas. Os dados desse censo também indicam que havia 223 mulheres não quilombola em Mateiros (IBGE, 2022b, 2022a). Portanto as mulheres quilombolas acima dos 50 anos de idade em Mateiros representam quase metade nessa faixa etária. Isso é um quantitativo significativo e muitas delas são ativas como produtoras de artesanato. Elas têm se destacado no cenário cultural por representarem a arte com capim dourado tecida e costurada à mão por gerações (Caracristi, 2016; Cavalcante, 2018; Galileu, 2017; Melo, 2017). Caracristi (2016) também explica que por vezes as mulheres atuam em diferentes áreas para auxiliar ou sustentar seus lares, seja com a mão de obra artesã ou atuando em diferentes frentes de trabalho.

Na Figura 9 vemos Datora, anciã na comunidade quilombola Mumbuca, demonstrando seu trabalho artesanal de capim dourado que aprendera de sua mãe.

Figura 9 - Datora da Mumbuca com uma peça em capim dourado.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Esse saber tradicional vem de geração para geração por meio das mulheres da Mumbuca, e a mais conhecida e que ganhou fama foi Dona Miúda (1984-2010). Ela era uma notória guardiã das memórias e das tradições do seu povo. Seu artesanato ficou conhecido por volta dos anos 90 (Melo, 2017). Nascida em Mateiros, na comunidade quilombola Mumbuca, foi a rainha e precursora do artesanato do capim dourado, fez essa arte ganhar o mundo, rompendo os limites territoriais em que se encontrava.

Porém a visibilidade em torno da matéria-prima e do artesanato gerou disputas, ocasionando uma preocupação constante à comunidade principalmente devido a ataques aos campos de coleta como a queima criminosa e retirada ilegal e danosa do capim dourado antes da data permitida pelo órgão gestor estadual do PEJ, o Naturatins. Esse conflito e as disputas territoriais são alguns dentre tantos outros pelos quais Mumbuca passaria. Vejamos a seguir um breve histórico dos conflitos vividos pelas anciãs e comunidade da Mumbuca.

#### **4.2 A Questão da Sobreposição das Terras**

O marco dos conflitos ocorridos com a comunidade se deu pela sobreposição de suas terras junto ao PEJ pertencente à categoria de UC de Proteção Integral do Estado do Tocantins (Tocantins, 2003). Ou seja, a comunidade seria impossibilitada de permanecer em seu local de origem devido às determinações da Lei nº 1203 de 12 de janeiro de 2001, que tem como finalidade “proteger a fauna e os recursos naturais, de forma a garantir o aproveitamento sustentado do potencial turístico” (Tocantins, 2001).

O estado naquela época não realizou consulta pública ou ouviu as comunidades existentes no parque que habitam a região há pelo menos dois séculos conforme relatos de moradores e estudos da área (Lopes, 2009; Mota, 2015; Silva, 2019; Souza, 2022). Isso gerou problemas significativos para o modo de vida dessas comunidades que perduram até os dias atuais.

As medidas provocaram disputas entre as comunidades e o poder público, porque entre os impactos negativos está a impossibilidade de continuar com as suas práticas tradicionais de sobrevivência como o plantio de roças e criação de gado e o extrativismo de recursos naturais para uso cotidiano como no caso do capim dourado e do buriti, que

servem tanto para a construção de suas casas, quanto para alimentação, produção de receitas para fins comerciais, fabricação de móveis e instrumentos musicais como a viola de buriti, assim como a fabricação das peças de artesanato, sua fonte principal de sobrevivência atual.

Esse modo de vida das populações locais, segundo o próprio Plano de Manejo do PEJ, é conflitante com as ações objetivas preservacionistas do parque. As medidas adotadas no plano impactam diretamente os fazeres e os saberes tradicionais na Mumbuca e nas outras 25 localidades de dentro e no entorno. O plano destaca ainda que, dessas localidades, Mumbuca seria a mais expressiva (Tocantins, 2003).

Segundo relatos de uma guardiã da memória, este foi um período em que mais se sentiram ameaçadas pelo poder público:

Porque o Parque chegou desaforado demais. O técnico do parque foi muito desaforado com Mumbuca, botou foi pra correr mesmo! *Que aqui é parque, aqui não tem um pé de cristão, aqui vai ser é morada dos bichos.* Ah, parque maligno. Meu Deus do céu! Se Mumbuca não tivesse Deus na vida, o parque tinha arrancado Mumbuca. Tinha arrancado Mumbuca mesmo. O desaforo foi demais, o desacato foi demais (Ditora, 68 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

O conflito com o Estado iniciou-se quando foram notificados de que tinham que sair das terras da UC, pois não seriam permitidos habitantes em seu interior nem a retirada de recursos naturais (Barradas, 2017; Lindoso; Parente, 2015; Lindoso, 2014).

A comunidade começou a se organizar e se viu obrigada a recorrer à lei mesmo sem compreender ela e as questões envolvidas, mas reivindicou seus direitos, buscando ser atendida e ouvida pelo poder público, segundo outra guardiã.

Foi muita briga, foi muita luta pra Mumbuca ficar. Eu briguei, entrei na briga aí igual, sabe? Praticamente quem ficou nessa briga foi eu e a Ana Cláudia. Assim, de ponta mesmo, pra brigar com os cabeças de testa aí, foi nós duas na época, pra não deixar o povo, né? A gente não tinha muito conhecimento, mas o que a gente pôde entender, a gente estava lá lutando, entendeu? E buscando forças com outras pessoas de outras localidades.

Nessa época, em 2001, eu fui até Goiânia. Conversei cara a cara com o ministro, falei pra ele: - *O senhor fez uma coisa boa, mas eu vim aqui reivindicar porque prejudicou muitas comunidades.*

Ele disse que não sabia. Daí eu falei: - *Pois é, olha, foram mais de 20, 30 comunidades prejudicadas com o parque, a gente não é contra o parque, a gente*

*quer dizer para o senhor que a gente não é contra. Nós só gostaríamos que fosse feito a consulta com a gente, porque lá tem lugar suficiente para criar o parque, que não afeta as comunidades (Aldina, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).*

As mulheres desempenharam um papel fundamental na tomada de decisão e atitude contra as ofensivas do Estado, que tentava retirar essas populações de seu território. Elas buscaram conhecimento e contatos que pudessem orientar e foram atrás de autoridades na busca de serem ouvidas. Porém os conflitos foram se tornando cada vez mais tensos.

*Tinha gente armado, pra matar a gente. Digo, nós víamos pessoa pra puxar o revólver pra poder desafiar. Ataque, ataque, ataque. Naquele tempo, nós nem podíamos ver o carro do Naturatins, carro do IBAMA. Nós não podíamos ver nem um carro aí que nós corríamos pra dentro do mato. Esse parque, encabulou a gente, encabulou, encabulou, e a promessa dos técnicos que - *Vai sair!* Nós íamos era pra reunião.*

*Que nós não sairemos, não sai, não sai, não sai. Nós pedíamos socorro, pedia socorro a lei, que era nosso lugar, nós não tínhamos como sair, ir pra onde? (Dotora, 68 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca, grifo nosso).*

As comunidades padeceram após a criação do PEJ. Essa lei colocou a vida de pessoas em risco. Há relatos de que uma pessoa de outra comunidade teria ficado tão abalada com as situações que faleceu por não suportar a pressão. Assim declara Dotora, anciã e liderança na Mumbuca.

*Ah, teve aí em Boa Esperança, que morreu! Porque atacou a dor de cabeça, um velhinho que vivia na sua terrinha, na sua terrinha. Não invadiu, não invadiu terra de ninguém, é terrinha dele mesmo. As filhas dele vieram buscar ele pra poder levar na consulta. - *Não, médico não vai dar conta da minha doença, não.* A cabeça dele foi, foi, foi. Na cabeça, uma dor na cabeça. Levou pro médico, mas morreu. De tanto ataque do parque (Dotora, 68 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca, grifo nosso).*

Esses relatos trazem vozes silenciadas do passado e os ataques enfrentados. Nessa luta de resistência, vidas são perdidas.

Essas comunidades desejavam ser respeitadas desde o início em seu direito mais precioso, o de viver suas vidas no lugar que lhes é de direito, suas terras, e de serem ouvidas, consultadas previamente. Dotora esclarece como foi a chegada de seus ancestrais a essa região.

Quando chegou esse povo aqui, da Bahia aqui, se aqui tivesse gente, se aqui estava ocupado de gente, teria ido um pouco mais frente, não ocupava aqui, porque estava ocupado, né!? Quando chegou aqui esse povo não tinha ninguém” (Ditora, 68 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

Essas terras foram ocupadas por seus ancestrais por séculos e estavam enfrentando essa tomada de poder sobre seu território. O que Ditora e Mumbuca questionam é o fato de ter que sair do território que herdaram de seus ancestrais, que chegaram ali séculos atrás e não invadiram as terras de alguém.

A comunidade, portanto, recorre ao que está garantido na ADCT em seu artigo 68, que define “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos” (Brasil, 1988, artigo 68).

Em 2006, Mumbuca recebeu o reconhecimento de comunidade remanescente de quilombo por meio da certificação conferida pela FCP através da Portaria 02/2006 e processo 01420.002366/2005-58, que consta no DOU de 20/01/2006.

Esse processo também é conhecido como certidão de autodefinição pelo Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Esse decreto no seu art. 4º diz que “a autodefinição de que trata o § 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à FCP, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento” (Brasil, 2003).

Com esse respiro e baseados na ADCT, eles conseguem resistir e obter o direito à permanência em sua terra de herança assegurado na CF de 88, mas as dificuldades enfrentadas por essa comunidade não findam com a certificação. Ela conferiu o direito de permanecer em seu território, por se tratar de um Decreto Federal, porém como o Parque está sob a tutela do Estado do Tocantins e sob legislações e normativas ambientais de gestão e proteção ambiental estaduais, a disputa pelo território ficou mais tensa já que há interesses conflitantes na forma de conceber e gerir o mesmo espaço sobreposto (Mota, 2015; Souza, 2022).

A comunidade quilombola preserva o Cerrado há gerações com o manejo sustentável e o estado tem uma idealização preservacionista excludente e integralizada

sobre a organização do Parque (Rodrigues; Fredrych, 2013) e se responsabilizou por regulamentar as ações extrativistas do capim dourado.

Em 2007, o Naturatins, por meio da Portaria nº 362/07, regulamentada pela Lei Estadual nº 3.594 de 18 de dezembro de 2019 e Instrução Normativa do Naturatins nº 03/2023 (Tocantins, 2019, 2023e), proibiu a extração do capim dourado salvo apenas por quem é licenciado junto ao Instituto e dentro dos períodos permitidos na portaria (Diário Oficial do Tocantins nº 2.418, ano XIX, p.46).

Desta forma, os habitante do PEJ que sejam “extrativistas e artesãos vinculados a associações, ou cooperativas devidamente cadastradas no Naturatins, ou aos agricultores familiares, que desenvolvam as atividades em pequenas propriedades, ou em posses rurais familiares, desde que residentes no Estado do Tocantins” (Tocantins, 2019 art. 12), devem se regularizar e certificar junto ao Naturatins para receber o documento que autoriza sua ação de manejo, coleta sustentável.

O documento que habilita os artesãos e extrativistas de capim dourado e buriti possui validade de cinco anos, devendo ser atualizado e validado todos os anos (Tocantins, 2019).

Como resultado desse impasse, Mumbuca e outras ao redor tiveram que se organizar por meio de associação. O modo de vida ancestral teve que se enquadrar às normas para conseguir sobreviver e resistir, e essa vida tradicional foi subjugada pelo fazer e proceder dos de fora mais uma vez (Silva, 2019).

Em 2010, a comunidade Mumbuca e outras comunidades sobrepostas pelo PEJ foram multadas e ameaçadas pelos agentes do Naturatins, segundo relatos de Aldina.

Acompanhei todas as reuniões, todos os fóruns, criamos o fórum permanente das questões das comunidades quilombolas do Estado do Tocantins. Nós fomentamos e brigamos para criar esse fórum no Ministério Público, fomos em várias reuniões no Ministério Público, brigamos muito sobre essa questão de multa, multa um, multa outro, para tirar essas multas, até que hoje os pobres conseguem trabalhar favorável, sabe? (Aldina, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

As atividades costumeiras de extrativismo como buscar palha para cobrir sua casa e plantar uma roça para subsistência de sua família eram coibidas e acarretavam multa pelo Naturatins. Dessa forma, Mota esclarece que para diminuir os entraves entre o poder

público e as comunidades, surgiu o Fórum Permanente de Acompanhamento da Questão Quilombola no Estado do Tocantins.

Resultou na convocação do Fórum Permanente de Acompanhamento da Questão Quilombola no Estado do Tocantins em maio de 2010, no qual representantes de comunidades quilombolas tocantinenses, do governo do Estado do Tocantins e do Naturatins reuniram-se para discutir as atividades permitidas no território do Parque Estadual do Jalapão e a reconfiguração dos seus limites, sendo constatada ao fim do evento a necessidade de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre os integrantes do Fórum (Mota, 2015, p. 18).

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) regulamentou as atividades que as comunidades quilombolas realizavam em seu território, áreas sobrepostas pelo parque, até que as comunidades recebam do INCRA sua delimitação territorial (Mota, 2015). Porém o TAC era uma medida paliativa para amenizar o conflito, mas não permanente ou definitiva, pois a comunidade permanecia sob constante vigilância do Estado (Souza, 2022) e deveria seguir as regras do parque e sua conservação. As práticas ancestrais dos saberes tradicionais no território continuaram limitadas pelo Estado.

O mais recente enfrentamento ocorreu com a aprovação pela Assembleia Legislativa do Tocantins no dia 24 de agosto de 2021 da concessão das atividades do turismo à iniciativa privada dentro do PEJ. Isso ocasionou incertezas, medos e conflitos novamente. Mumbuca e outros atores envolvidos passaram a se manifestar contrários à aprovação da concessão. Eles não foram consultados ou avisados de que ocorreriam as concessões. Por se sentirem ameaçados pela lei aprovada, as incertezas e o medo de perderem o sustento que advém do turismo na região se intensificou (Cavalcante, 2018; Souza, 2022).

Desta forma, a luta do povo da Mumbuca continuou no sentido de ser ouvido e ter seus direitos respeitados. Em audiência pública na Assembleia Legislativa, a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas (COEQTO) se mostrou contrária e acionou o Ministério Público Federal, que interpôs uma Ação Civil Pública de nº 1007230-77.2021.4.01.4300 (Souza, 2022) alegando que:

seria uma concessão de UC sem a regularização dos territórios quilombolas sobrepostos pelo PEJ e, em razão disso, solicitou que a regularização fosse feita antes da finalização da concessão, bem como a realização de consulta prévia,

livre e informada, conforme preceitua a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Souza, 2022, p. 120).

Mais uma vez, Mumbuca viu seus direitos serem reduzidos e maltratados. Porém, dada as circunstâncias e a pressão social na época, uma audiência pública foi realizada em Mateiros em novembro de 2021. Souza expõe a transcrição da fala do governador em exercício, Wanderlei Barbosa, no momento que ela acompanhava a audiência: “eu vim aqui para dizer isso: se os senhores não quiserem, acaba essa audiência pública. E eu encerro esse projeto de concessão [...] Está acabado” (Governador, 2021 *apud* Souza, 2022, p. 124).

Assim, o projeto de concessão à iniciativa público-privada das atividades de exploração do turismo no Parque foi revogado por meio da Medida Provisória nº 3, de 4 de fevereiro de 2022, trazendo grande alívio aos seus moradores.

Em ação mais atual que visa diminuir os conflitos entre o poder público e as comunidades quilombolas do PEJ está o Termo de Conduta (TC), com participação do Ministério Público Federal (MPF). Esse termo firma regras de convivência entre os envolvidos, além de estabelecer as relações de uso, manejo, extração dos recursos naturais e da terra de forma sustentável.

O TC acordado em 2022 tem como premissa o desenvolvimento sustentável, segundo Moreira/Secretaria da Comunicação do Tocantins (2022)<sup>12</sup>.

Com a vigência de quatro anos, o termo, que foi construído a partir de rodas de conversa com as comunidades, visa à união de esforços para o desenvolvimento sustentável e está alinhado com a Política Nacional do Meio Ambiente e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, para incentivar práticas que busquem conciliação entre a necessidade de preservação e conservação dos recursos naturais e a sobrevivência e bem-estar social das famílias residentes em território quilombola (Moreira; Secretaria da Comunicação, 2022).

O TC é apenas mais uma forma temporária para tentar equilibrar e harmonizar as relações entre as comunidades e o poder público. O direito desses povos de exercer suas

---

<sup>12</sup> Na página da Secretaria da Comunicação do Governo (TO): “Governo do Tocantins assina Termo de Compromisso com comunidades quilombolas e MPF para desenvolvimento sustentável do Parque Estadual do Jalapão. Documentos estabelecem condições de uso, manejo das terras e do recursos naturais no Parque Estadual do Jalapão” Disponível em: ([www.to.gov.br](http://www.to.gov.br)), 09/06/2022.

atividades e manter seu modo de vida ancestral em seus locais de origem vem sendo violado e isso é um problema que se arrasta por décadas (Souza, 2022).

A sobreposição das terras quilombolas ao PEJ impediu o exercício de suas tradições. Até o TC, essa população esteve sob constante vigilância, multas, ameaças e coerção de suas atividades agrícolas, extração dos recursos e modo de vida, segundo os relatos das anciãs.

O acordo firmado entre o MPF, o Governo do Tocantins por meio do Naturatins e as comunidades quilombolas permitiu algumas atividades.

São permitidas 12 atividades, entre estas a agricultura familiar, segundo uso e manejos tradicionais, o que inclui roças de toco, esgoto e vazante; criação de animais domésticos necessários à alimentação das famílias, trabalho e transporte de carga; extração de madeira e palha, exclusivamente para fins domésticos; extrativismo vegetal de frutos, folhas, cascas e raízes; coleta de seda do buriti e capim dourado para fins artesanais; pesca artesanal; queima controlada para atividades tradicionais como criação de gado, coleta de capim dourado e aceiros em conformidade com calendário de queima anual e planejamento do Manejo Integrado do Fogo (MIF) (Moreira; Secretaria da Comunicação, 2022).

As práticas seculares da Mumbuca parecem caminhar resistindo e lutando contra as opressões e a invisibilidade que o poder público impõe sobre elas.

O anseio das mulheres da comunidade sobre seu território é expresso na fala de Ditora.

Eu lembro que certo tempo pra cá, aumentou os ataques. Depois que fizeram a marcação da nossa terra. Mas sobre o território aqui da Mumbuca, a gente tá pretendendo fechar esse território, o limite. Não fechou ainda não, falta alguma coisa pra poder fechar” (68 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

Conforme destaca os estudos de Jéssica Cavalcante (2018) e de Maria Antônia Souza (2022), a comunidade quilombola Mumbuca ainda aguarda a titularidade e regularização de suas terras junto ao INCRA/TO desde o ano de 2006. O número do processo no INCRA é 54400.001301/2006-71. Segundo os relatos das anciãs, o processo está em fase do relatório antropológico dos dados da comunidade.

Esse entrave em seu território ainda inquieta e traz sofrimento, dúvidas e incertezas sobre o manejo e uso do capim dourado e no cotidiano das guardiãs da

memória, bem como no de todo o povo da Mumbuca, principalmente após os últimos eventos ocorridos como veremos a seguir.

### 4.3 A Disputa pelo Capim Dourado

O nome científico do capim dourado é *Syngonanthus nitens*. “*Nitens*, em latim, significa “que brilha”, ou seja, mesmo o nome científico da planta já chama a atenção para o fato de que ela tem uma parte ‘que brilha” (Sampaio *et al.*, 2010, p. 20). Sua beleza pode ser vista ao longe quando passamos próximo às veredas onde o terreno é mais úmido. Seu brilho reflete com o sol e as florezinhas brancas na ponta das hastes são um destaque a mais para o “ouro do Jalapão”, também chamado dessa forma pelos seus artesãos.

Por ser mais conhecido como capim dourado, poderíamos até nos confundir achando que se trata de uma espécie diferente de capim, mas não é. O capim dourado é pertencente à família das Eriocaulacea, tipo de sempre-viva. Uma espécie comum encontrada no Cerrado brasileiro, sendo mais presente na região do Jalapão no estado do Tocantins (Sampaio *et al.*, 2010).

Quem visita o Jalapão já se deparou com lojas de artesanato repletas desse brilho dourado encantador e viu povoados, comunidades inteiras que sobrevivem desse bem natural. Ele está exposto nas vitrines, está nas casas de moradores, nos atrativos turísticos, nos órgãos municipais, em hotéis e restaurantes, todos os lugares refletem essa tradição.

Porém desde a década de 90 a comunidade Mumbuca já realizava o escambo do capim dourado por outras mercadorias de sua necessidade como querosene, café e pedra de sal, em longas viagens que duravam dias a pé ou sobre os lombos de jumento ou a cavalo, pois as cidades mais próximas ao povoado eram Corrente no Piauí e Santa Rita de Cássia e Formosa do Rio Preto na Bahia.

O capim dourado surgiu no meio midiático no início do século XXI como símbolo identitário tocantinense. A pesquisadora Dos Anjos (2017) se debruçou sobre tal assunto e esclarece que “ao se instrumentalizar as características da natureza de um determinado espaço, ela se transforma em recurso político. Seu suporte simbólico está ancorado nos

signos da natureza, para formação do imaginário político e cultural” (Anjos, 2017, p. 289). Gradativamente, o Estado foi incorporando a tradição da costura com o capim dourado como representação cultural e símbolo do Tocantins.

Esse holofote sobre esse bem natural fez a busca pelo artesanato com capim dourado aumentar não somente na região ou no Tocantins, mas nacional e internacionalmente, gerando um impacto no estilo de confecção do artesanato tradicional feito antes somente pelas mulheres da Mumbuca e comunidades circunvizinhas a ela, além do povo Xerente, que ensinou Mumbuca a técnica de tecer palhas. O fazer manual tradicional estava centrado na costura de chapéus, potes e cestos, que eram utilidades domésticas das famílias da comunidade (Melo, 2017).

Com a crescente visibilidade, as artesãs tiveram que se especializar em outras formas de costurar, participando de treinamentos e oficinas oferecidos pelo governo para diversificar e modificar seu estilo tradicional para se adequar às novas buscas do produto e aumentar a produção, passando assim a confeccionar bolsas, sousplat, mandalas, pulseiras e outros itens (Melo, 2017). Anjos conceitua isso como “transformação institucional” (2017, p. 293) do conhecimento tradicional, ou seja, uma influência sobre os fazeres e saberes da comunidade por parte do Estado, que se apropria e o transforma em símbolo cultural do Tocantins.

Como houve um crescimento na produção e comercialização do artesanato, a matéria-prima passou a ser procurada pelos de fora, que a viam como fonte econômica. Em áreas urbanas não se sabe a procedência do material adquirido de terceiros, e pairam dúvidas se na sua coleta e transporte foram seguidas as orientações estabelecidas pelo Naturatins para o manejo e proteção do capim dourado (Belas; Wilkinson, 2014). A coleta e transporte ilegal são problemas que afetam direta e indiretamente a comunidade. Por isso houve a necessidade de organizarem-se para conseguirem um selo que assegura o manejo correto da matéria-prima e a procedência da peça artesanal.

Visto que o artesanato se ampliava para muitos outros municípios, e aquém até mesmo, do Estado do Tocantins e frente aos desafios de se identificar a origem e consolidar o direito de pertencimento da arte em capim dourado, em 2008 é criada a Associação dos Artesãos em Capim Dourado da Região do Jalapão do Estado do Tocantins (Areja). A Areja, movida pelo apoio da Secretaria da Cultura do Estado do

Tocantins, requereu o selo de Indicação Geográfica (IG) para o artesanato tradicional da região do Jalapão junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). A aprovação do selo foi divulgada na revista de propriedade intelectual do INPI em 30/08/2011 (Belas, 2012). Esse selo, confere às peças artesanais tecidas nos municípios da região do Jalapão, Novo Acordo, Mateiros, São Félix, Ponte Alta do Tocantins, Rio Sono, Lizarda, Santa Tereza do Tocantins e Lagoa do Tocantins, a autenticidade de serem produzidas por artesãos que carregam a tradição da arte (Belas; Wilkinson, 2014).

Belas (2012) esclarece o processo de solicitação de propriedade e de indicação geográfica.

Da formalização da AREJA ao depósito da documentação no INPI em 18.05.2009 foram ao todo 8 meses, tempo este que consideramos recorde de mobilização, levando em consideração que o projeto IG Jalapão envolveu em números: 464 artesãos, 9 associações, 8 municípios, uma área de 34.000 km<sup>2</sup>, com distância total entre os municípios de 959 km, dos quais apenas 226 km de estradas asfaltadas (Belas, 2012, p. 159).

As associações de artesãos e extrativistas de capim dourado que fazem parte da Areja passam a se distinguir e se estabelecer com peças que carregam a tradição da costura, da cultura e ancestralidade do povo quilombola e comunidades tradicionais dessa região (Belas, 2012; Melo, 2017).

O fato de haver produtores não associados ou não registrados pelo Naturatins que produzem peças de artesanato com capim dourado sem o devido selo da IG aumenta a tensão e o conflito, porque nesse contexto, Mumbuca depende da fiscalização dos campos de coleta feita por órgãos ambientais do governo responsáveis por essa tarefa (Belas; Wilkinson, 2014).

Além da dependência do governo, o aumento desenfreado pela procura da matéria-prima diminui a oferta e ocasiona a perda de vínculo identitário cultural e histórico que Mumbuca possui com o fazer manual da costura com capim dourado. Sem o manejo correto, as plantas adultas podem ser arrancadas, acabando com a possibilidade de sua rebrota no ano seguinte e prejudicando a produção nas comunidades tradicionais e associados (Belas; Wilkinson, 2014; Sampaio *et al.*, 2010).

Outro fator conflituoso envolvendo o capim dourado está na forma que as comunidades tradicionais como Mumbuca realizam o manejo da planta. Há o saber e o

fazer das comunidades tradicionais que, por séculos, utilizam o fogo em suas roças em campos úmidos após, e somente ao término da colheita, para que haja o desenvolvimento da rebrota das sementes sem que haja prejuízo ao ambiente. O uso do fogo por Mumbuca e outras comunidades tradicionais acontece por gerações sem crimes ambientais contra o Cerrado, e está imbricado na relação social de conservação do ambiente na qual esses povos habitam e dele dependem, sobrevivem.

Tais comunidades são mantenedoras do saber tradicional para manejo e queima controlados em atividades agropastoris, florestais e em áreas de extrativismo para manutenção e produção. Essas práticas previnem incêndios, atualmente sob supervisão e autorização do Naturatins (Eloy *et al.*, 2019; Eloy; Lúcio; Cardoso, 2016; Tocantins, 2019).

Essa questão por muito tempo foi motivo de conflito entre os órgãos estaduais e os moradores locais, porque diferente da prática tradicional e conservacionista, há o fogo danoso que prejudica a coleta da matéria-prima (Belas; Wilkinson, 2014).

Para diminuir os conflitos e garantir a disponibilidade da matéria-prima, o Naturatins, após estudos nas áreas de proteção ambiental e dos parques em 2007 estabeleceu a Portaria nº 362 de 25 de maio de 2007 que trata do transporte e venda e define o período de 20 de setembro até 30 de novembro para a coleta da matéria-prima. Essa é a fase de amadurecimento das suas hastes e quando as sementes já estão maduras e caindo (Tocantins, 2007). O objetivo é assegurar o uso sustentável desse bem natural (Sampaio *et al.*, 2010).

A respeito disso, podemos notar que o Estado é antagônico nos seus posicionamentos. Ele veicula e enaltece o artesanato com o capim dourado e sua tradição secular nos meios de comunicação e se estabelece como o Estado do ouro vegetal, mas na prática tentou impor limites ao fazer dos artesãos que trabalham dando a vida na perpetuação dessa tradição (Anjos, 2017).

Algumas anciãs relataram a forma como realizam o manejo do capim dourado e como essa tradição permeia suas atividades diárias a ponto de refletir em suas relações sociais uns com os outros na comunidade.

Para as guardiãs o capim dourado é tido como algo de grande valor afetivo, pois evoca lembranças que remetem aos seus antepassados e se manifestam numa

consciência de conservação da matéria-prima uma vez que é importante realizar o manejo correto para que o ouro vegetal possa continuar rebrotando ano após ano.

Nós temos a regra do capim, arrancar o capim seco! Deixa afinando o capim lá. A gente junta todo mundo para arrancar direitinho no pé. Então, Deus está na frente do nosso trabalho nesse lugar. É uma tradição, porque nós não arrancamos verde! Nós só arrancamos maduro, em setembro. Do dia vinte pra frente! É pra deixar a semente lá. Deixar a sementinha lá. Porque taca aquele fogo, né, esse ano. Aí no outro ano ele vem bom. No setembro, aquele lugar que queimou. Agora, na outra época de setembro, vai vir um capim já bom. Então, a gente sempre tem um manejo aqui dentro da associação. E muitos lugares não têm o manejo. (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Antes de essas regras existirem, Mumbuca já realizava o manejo com fogo para as roças e para a rebrota do capim dourado para ele nascer forte e bonito no ano seguinte. As pesquisas mais atuais em, Eloy *et al.*, (2019); Fagundes, (2019a, 2019b); Mistry *et al.*, (2019) revelam o que as comunidades já falavam sobre os cuidados em relação a manter a natureza sem danos.

Muitas reuniões, assembleias e debates foram realizados para que se chegasse a um acordo, mas somente após estudos houve a comprovação de que o manejo integrado do fogo aumentava a produção de capim dourado e diminuía a incidência do fogo danoso nas áreas pesquisadas (Eloy *et al.*, 2019; Fagundes, 2019a, 2019b; Mistry *et al.*, 2019; Santos, 2019; Santos *et al.*, 2021).

Além disso, tradicionalmente já havia uma preocupação com os períodos de coleta. As matriarcas D. Laurina e D. Miúda, vó e mãe de Dotora respectivamente, são representativas também como exemplos do manejo correto. O que fica para os descendentes é a sabedoria que os antigos possuíam com a terra, e as anciãs atuais da Mumbuca herdaram a forma, os métodos conservacionistas e agora também devem seguir o que determina o TC, para não terem suas atividades interrompidas e porque acreditam que o futuro dos seus descendentes depende disso, já que o capim dourado e o buriti não são coletados apenas por eles, mas por outras comunidades e povos tradicionais que dele dependem.

Desta forma, descreve Dotora.

Quando você chega lá no campo, fastiando assim. A minha vó achou ele em setembro, por isso que a festa é em setembro, porque minha avó achou justo em

setembro, mais meu vô. Fastiando assim ó, bem seco, fastiando. Aquele negócio brilhando na vista dela. Admirou, encantou, encantou. Coisa encantada o que Deus deu pra Mumbuca, através da minha vó. (Ditora, 68 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

Na época da colheita, os artesãos e coletores montam acampamento nas áreas próximas à vereda e passam dias ou semanas acampados no mato para realizar a coleta do capim dourado. Nessa ocasião, mulheres, homens, crianças, jovens e adultos ficam todos empenhados na atividade, pois o que conseguirem coletar, garantirá a produção para o ano todo de artesanato.

Todo o manejo é realizado de forma manual, haste por haste do capim seco, observando a quantidade produzida por cada pé produtor, a roseta. Após colhido a haste do capim dourado é separada das flores brancas bem pequenas em sua ponta, nelas estão contidas as sementes que são espalhadas no campo para posterior rebrota no ano seguinte (Sampaio *et al.*, 2010).

Durante a estação da colheita do capim dourado há uma grande movimentação em Mumbuca com a presença dos agentes do Naturatins que fiscalizam a coleta, salvaguardando que aqueles que estão o realizando sejam pessoas devidamente cadastradas e com registro atualizado expedido pelo órgão para tentar evitar o contrabando de coleta ilegal danosa ao ambiente e às comunidades associadas na região das UCs em Mateiros e localidades adjacentes.

Além disso, o Naturatins, durante a Festa da Colheita, que é uma comemoração anual em Mumbuca em setembro e próxima da data inicial da coleta, estabelece pontos de entrega das novas carteiras dos artesãos e extrativistas.

Além do Naturatins, há os agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na comunidade e arredores, que fiscalizam e auxiliam nesse processo nas APA(s) e Parques circunvizinhos ao PEJ.

Porém apesar das constantes fiscalizações dos órgãos responsáveis, Mumbuca vem sofrendo com constantes ataques e invasão aos campos de coleta do capim dourado, levantando insegurança e prejuízo na produção das peças artesanais.

Em setembro de 2016, a comunidade sofreu com os crimes cometidos em sua área de coleta do capim dourado. Os moradores, ao chegarem no campo, se depararam

com uma destruição enorme. Naquele ano, os artesãos ficaram sem seu material de trabalho e houve prejuízos já que a comunidade sobrevive diretamente dessa colheita. A Revista Galileu publicou reportagem sobre esse crime ambiental (Abreu; Anjos; Silva, 2017).

Em um ataque mais recente, a comunidade mais uma vez sofreu com danos a seu ambiente. Após a Festa da Colheita de 2023, no dia 19 de setembro, houve um incêndio em um dos campos de colheita de capim dourado situado na região do Rio Novo e perto da comunidade Mumbuca, no campo Caetano/Faveira, Figura 10. Não havia sido esclarecido na época se o incêndio havia sido um ato criminoso ou de ordem natural. O Naturatins, estava investigando e monitorando a situação (G1; TV Anhanguera, 2023).

Figura 10 - Incêndio no campo de coleta de capim dourado.



Fonte: G1 Tocantins e TV Anhanguera – 23/09/ 2023<sup>13</sup>.

Vendo seu território sofrendo e seu povo prejudicado, Dora (68 anos) declara:

<sup>13</sup>Disponível em: Fogo destrói campo de capim dourado no Jalapão pouco antes de moradores de quilombo iniciarem colheita | Tocantins | G1 (globo.com).

Mumbuca não sabe saltar por aí, pra terra de ninguém, porque não conhece. Conhece o território dela! Nesse meio, vem os outros de fora, dos outros territórios pra cá, atravessa demais Mumbuca, atravessa demais, atravessa, aperta e faz o quê? Taca fogo, apanha o capim, bagunça tudo. E Mumbuca não foi assim, Mumbuca não sabe fazer esse tipo de coisa, no território de ninguém. Porque os nossos antepassados nunca aceitaram, sempre sujeito direito e o território de Mumbuca é perseguido demais (Ditora, 68 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

Esse fato gerou grandes incertezas e dúvidas se haveria capim dourado suficiente para a produção e armazenamento da matéria-prima até o ano seguinte já que ele é colhido apenas no período de setembro a novembro. Todas as anciãs da Mumbuca estavam, na época da visita de pesquisa de campo em outubro de 2023, preocupadas com isso, pois famílias inteiras dependiam da colheita.

O governador Wanderley Barbosa esteve na comunidade no mesmo período em que estivemos ali. Ele estava promovendo a inauguração da quadra poliesportiva da Escola Estadual Silvério Ribeiro Matos. Nesse momento aproveitou para entregar à Associação dos Artesãos Extrativistas do Povoado Mumbuca, 200 quilos de capim dourado apreendido em ações de fiscalização do Naturatins em anos anteriores. Na Figura 11 e 12 registramos parte dessa entrega.

No evento estavam presentes a diretoria, professores e funcionários da Escola Estadual Silvério Ribeiro Matos, as anciãs da Mumbuca como, por exemplo, a Dona Santinha e Ditora, que sentavam mais à frente, extrativistas, artesãos, além de secretários do governo e da prefeitura de Mateiros, bem como alguns vereadores municipais.

Para o evento, o barracão da associação dos artesãos da Mumbuca foi ornamentado e decorado com símbolos da cultura do povo mumbucano, tendo mandalas, fruteiras, potes em capim dourado, além da foto icônica da rainha do capim dourado, Dona Miúda ao fundo em destaque, e os memoriais de nomes expressivos da comunidade como Maurício da viola, Dona Laurentina.

Figura 11 - Governador do Tocantins, Wanderley Barbosa, na comunidade Mumbuca.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Figura 12 - Capim dourado entregue a Associação da Mumbuca.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Entretanto, o que a comunidade e as anciãs da Mumbuca esperavam de fato do poder público eram ações que responderiam efetivamente a esses conflitos em seu território, como solicitou Dora em uma carta aos órgãos competentes: “Mumbuca não pode ficar refém dessa situação, não adianta festejar, esperar a data certa, fazer tudo dentro da ordem e no final não ter o direito de colher em seu próprio território” (G1 Tocantins; TV Anhanguera, 2023).

A medida adotada pelo governo buscou mitigar o impacto da queimada nos campos (Costa; Tocantins, 2023). Essa ação foi bem-vista e comemorada pelas artesãs que ansiavam por uma resposta imediata do Estado frente a sua necessidade. Mas Mumbuca ainda aguarda ações mais efetivas de fiscalização das áreas protegidas para evitar que novos ataques ocorram.

Para isso, se faz necessário uma ação conjunta de vários envolvidos, desde o poder público, municípios, comunidades, artesãos e extrativistas, bem como da população como protetores desse bem natural e da arte.

## 5 CULTURA, SABER TRADICIONAL E AS RELAÇÕES COM O AMBIENTE NA COMUNIDADE MUMBUCA

*Meu capim, meu capim dourado, que nasceu no campo sem ser semeado.  
Foi meu amor que me disse assim, que a flor do campo é o meu capim.  
Foi na Mumbuca que iniciou, essa linda arte com muito amor.*

(Mumbuca, 2010)

### 5.1 Um Breve Apanhado em Cultura e Transmissão Cultural

Ao buscar compreender as culturas quilombolas não podemos reduzi-las a uma unidade de práticas. Todas são singulares e diferentes umas das outras em suas expressões culturais e em seus costumes, conforme explicitado por meio do Decreto nº 6.040/07 que Instituiu a Política Nacional dos PCT: “Grupos **culturalmente diferenciados** e que se reconhecem como tais” (Brasil, 2007, artigo 3º, Inciso I, grifo nosso).

Geertz, antropólogo e estudioso das relações simbólicas das ações humanas que orientam a cultura, quando trata sobre esse tema aborda que. “É essencialmente semiótica. [...] que o homem é um animal amarrado aos significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise” (2008, p. 4). Logo, para ele, a cultura “[...] não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (Geertz, 2008, p. 4). E ainda esclarece, “a cultura é pública porque o significado o é” (Geertz, 2008, p. 9).

A cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível - isto é, descritos com densidade (Geertz, 2008, p. 10).

Portanto o pesquisador deve desvendar essas teias que se conectam entre si e mergulhar na cultura, no modo de vida dos pesquisados, para compreender, entender e interpretar suas práticas, por meio do olhar daquele que está sendo observado. É nisto que a pesquisa se torna mais acessível, não em análises isoladas, mas em absorver e compreender a visão exata do outro.

E quanto mais se observa, tais práticas se tornam familiares. Geertz continua esclarecendo: “compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade” (2008, p. 11).

Assim, compreendemos que cada grupamento quilombola possui características e modos de fazer únicos devido aos processos de formação, aos territórios ocupados e à origem em diferentes povos africanos (Filho, 2020; Souza, 2008).

As formas como a cultura e as práticas tradicionais são transmitidas ao coletivo variam de acordo com a estrutura organizacional e a compreensão da necessidade de as estabelecer como necessárias à continuidade dos costumes e tradições pertencentes a cada contexto histórico e social.

Valérie Haas (2009), psicóloga social, aborda temas como memória coletiva e suas interfaces. Ela reforça que a transmissão da cultura é “polissêmica” (Haas, 2009, p. 1), ou seja, pode ocorrer de formas distintas. Uma das formas é através da linguagem não verbal dada pela utilização do saber-fazer, seja por atividades realizadas por meio do corpo, atividades cotidianas, de ritos ou outras manifestações e celebrações.

Outro modo de transmissão citado por Haas se dá pelas histórias que são para passar adiante, ou seja, memórias que, segundo o grupo, não devem morrer com o tempo, mas que necessariamente se deve passá-las para a próxima geração (Haas, 2009).

Já Hampaté Bâ, analisando a transmissão da cultura nos povos africanos, verifica que ocorre por meio dos testemunhos orais de fatos passados, sendo considerada uma “herança de conhecimentos de todas as espécies” (2010, p. 167). Ela está fortemente atrelada à palavra, na oralidade, no repasse de ensino de geração para geração. Mas poderíamos perguntar quem são esses transmissores? Todos são considerados transmissores das tradições?

Hampaté Bâ esclarece que essa herança vive na “memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África” (2010, p. 167).

Ainda seguindo o modelo transmissor da África, esses transmissores são conhecidos como “tradicionalistas” (2010, p. 174) por serem os guardiões do

conhecimento e serem eles “suas melhores testemunhas”. Vejamos como são chamados em alguns povos.

Em bambara, chamam-nos de Doma ou Soma, os “Conhecedores”, ou Donikeba, “fazedores de conhecimento”; em fulani, segundo a região, de Silatigui, Gando ou Tchiorinke, palavras que possuem o mesmo sentido de “Conhecedor” (Hampaté Bâ, 2010, p. 175).

Tais mestres podem ser especialistas de uma certa área tradicionalista como nos conhecimentos do tecer, na arte do ferreiro, no pescar, na agricultura, podem estar voltadas para as atividades de caça ou ainda deter um conhecimento mais abrangente e total como no caso dos Domas, que exercem o papel de tradicionalistas em áreas “que conhecem a ciência dos ferreiros, dos pastores, dos tecelões, assim como das grandes escolas de iniciação da savana” (2010, p. 175).

Amadou nos alerta sobre a importância de compreendermos que na cultura africana o conhecimento não ocorre de forma dividida, separada tal como vemos no ensino cartesiano, mas engloba um conhecimento holístico. Os “Conhecedores” normalmente absorvem e transmitem o ensino como “generalizador” (2010, p. 175).

um mesmo velho conhecerá não apenas a ciência das plantas (as propriedades boas ou más de cada planta), mas também a “ciência das terras” (as propriedades agrícolas ou medicinais dos diferentes tipos de solo), a “ciência das águas”, astronomia, cosmogonia, psicologia etc. Trata -se de uma ciência da vida cujos conhecimentos sempre podem favorecer uma utilização prática (Hampaté Bâ, 2010, p. 175).

A perda dessa memória cultura e de práticas tradicionais ameaça as identidades étnicas de todo um povo que dele descende. Os Domas, “os últimos anciãos herdeiros dos vários ramos da Tradição” podem vir a desaparecer em um futuro breve, deixando todo um legado histórico-patrimonial imaterial sucumbir no esquecimento se não for feito o levantamento dos ensinamentos e de seus testemunhos, o que acarretará consequências para as próximas gerações que perderão suas bases (Hampaté Bâ, 2010).

Nas práticas quilombolas na transmissão da cultura, podemos notar a continuidade da memória herdada dos seus povos ancestrais do continente africano como o respeito do mais novo para os mais velhos. Aos mais velhos é atribuída a missão da transmissão da memória e dos conhecimentos na forma de ensino oral. Outros exemplos de

continuidade são as celebrações religiosas, festas, danças, músicas, costumes ligados à coletividade, construções de suas moradias, sua alimentação, na forma de plantar, no modo de vida em que as comunidades coexistem com o ambiente, pois há o entendimento do espiritual, corporal e do cultural envolvidos nessa relação (Sousa; Lima, 2012; Santos; Sousa, 2020; Silva, 2019, Silva 2021).

Veremos mais adiante na exposição das falas das guardiãs da memória na Mumbuca alguns desses temas e após tecermos brevemente sobre os aspectos culturais e as transmissões imbricadas na formação identitária quilombola.

## 5.2 O Ambiente nas Memórias das Guardiãs

Nessa etapa da pesquisa, nos debruçamos sobre a relação que Mumbuca possui com o ambiente por meio das memórias relatadas nas histórias de vida das anciãs. Suas vozes nos guiarão por esse caminho.

Ao promover o uso dos bens naturais de forma consciente de modo a garantir sua existência e conservação, Mumbuca, além de perpetuar os saberes ancestrais por meio de sua identidade étnica afrocentrada, coletiva culturalmente, tem de maneira incisiva coexistido com o ambiente de forma equilibrada realizando seu manejo de forma sustentável buscando nele a continuidade de suas próprias vidas, extraindo da natureza seu remédio e sustento.

As anciãs discorrem sobre isso relatando da seguinte forma:

Antes, os nossos antepassados, eles desbravavam mesmo o mato, para viver! Para poder tirar o alimento, sabe? Mas depois que apareceu o capim dourado, foi que deu um alívio no Cerrado. (Dotora, 68 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

Eu tenho passado, tenho ensinado né, eu tenho prazer de ensinar eles, até receber o turismo, até receber as pessoas. Eu tenho passado a medicina do Cerrado né, pra meus filhos, pra eles, pra mocidade, para as crianças entenderem que o Cerrado também tem valor, que o Cerrado faz parte da medicina na nossa vida.

Então, eu digo, olha, o Cerrado, meus filhos faz parte das nossas vidas. O Cerrado foi Deus, que deixou para nós faz parte das nossas vidas, não pode estragar o Cerrado! Não pode judiar com o Cerrado. Então, eu tenho ensinado

muito, minha filha. Eu sou o maior hino aqui dentro! (D. Santinha, 80 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

Quando dizemos que as guardiãs da memória repassam seus ensinamentos como tradição, estamos exemplificando seu modo de vida numa visão integradora e sistêmica com o ambiente (Capra; Luisi, 2020; Leff, 2001; Souza, 2019), ambos são indissociáveis e um altera o outro e dele depende (Reigota, 2010).

Observamos a seguir algumas práticas atreladas ao saber tradicional das guardiãs que lutam pela continuidade de exercer seus modos ancestrais ligados à conservação do Cerrado e sua subsistência como o manejo do fogo na criação de gado e roças, os saberes medicinais, a construção das casas e algumas plantas em seus mais variados usos.

### 5.2.1 O Fogo, o Gado e as Roças

Um debate acalorado e que vem ganhando espaço é o de compreender as práticas e alguns costumes ligados ao manejo dos bens naturais como, por exemplo, as implicações e modos de uso do fogo tradicional dentro de UC e APA (Eloy *et al.*, 2019; Mistry *et al.*, 2019).

Numa dessas práticas está a criação de gado e a pastagem nas Serras Gerais, local próximo à comunidade. Datora relata que seu pai já criava gado antigamente nas Serras Gerais e que o gado de hoje continua sendo criado naquelas áreas por ser um local maior, mais largo para a pastagem, deixando os animais mais à vontade e é onde possui melhores locais para o gado pastar.

Ainda no relato de Datora, é nessa mesma região que costumam apanhar o capim dourado: “É lá que nós apanhamos capim dourado. O campo é lá. É lá nas Gerais. Tudo é para lá” (Datora, 68 anos).

Recentemente estudos realizados nas comunidades quilombolas sobrepostas pelo PEJ demonstraram que o manejo do fogo utilizado por essas comunidades assegura a conservação de diversas espécies vegetais e que impede o acúmulo de combustível em incêndios de grandes proporções em final de estação seca conforme Eloy e Fernandes (2015); Montenegro (2019); Eloy *et al.* (2019) e Schmidt (2007).

Para além do PEJ, estudos localizados na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins (EESGT) avaliaram o uso do fogo por comunidades quilombolas e comprovaram a eficácia da manutenção e conservação de diversas espécies, evitando impactos destruidores do uso do fogo sem o manejo devido (Barradas, 2017; Barradas e Ribeiro, 2021; Fagundes, 2019; Lúcio, 2020; Montenegro, 2019; Pereira *et al.*, 2016; Santos, 2019; Da Silva, 2019).

É necessário avançar sobre os debates dos usos tradicionais do fogo entre as comunidades tradicionais e o poder público, pois as práticas tradicionais têm preservado e diminuído a intensidade da destruição dos incêndios florestais (Eloy *et al.*, 2019). Tais comunidades usam o fogo para e em atividades variadas na manutenção da sua subsistência (Mistry *et al.*, 2019).

Um saber tradicional ligado ao modo de vida das guardiãs está no cultivo da terra. A forma de limpeza da área a ser cultivada está na prática baseada na roça de toco, sendo essa a mais comum utilizada na Mumbuca.

Nós trabalhávamos num lugar que era muito difícil, meu pai trabalhava conosco plantando arroz, e *roça de toco de brejo* de mata de brejo, nós trabalhávamos muito longe daqui, dá dez léguas, trabalhava e trazia tudo na cabeça, nós trazíamos tudo na cabeça, e nós não trazíamos na costa de nada, não tinha condição financeira nenhuma de nós comprarmos um animal, de ter um cavalo, de ter um jumento, nós trazíamos na cabeça.

Plantando arroz, derrubando *roça de brejo*, derrubava roça, tinha que fazer cerca, tudo nós fazíamos, porque nunca tinha jeito pra fazer, porque não tinha mais o pai, a mãe num era sadia. Aprendi a plantar com meu pai, quem ensinou foi meu avô. Plantava arroz, eu plantava mandioca, até hoje eu planto nessa idade (D. Santinha, 80 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca, grifo nosso).

É, porque o homem de hoje, é campo, campo e roça. Mas naquele tempo dos nossos pais, dos nossos antepassados, ele trabalhava também na rocinha, *fazia a rocinha de toco*, sabe? Na rocinha de toco, para poder conviver e viver com seus filhos e as suas mulheres. As mulheres acompanhavam seus maridos para a roça (Ditora, 68 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca, grifo nosso).

O saber tradicional aplicado na roça de toco<sup>14</sup> em que “são realizadas em terra seca, também chamada de terra de cultura, abaixo da mata denominada como capão,

---

<sup>14</sup> “O sistema de cultivo utilizado por pequenos agricultores, chamado de pousio, roça-de-toco ou coivara, constitui uma tradição milenar da maioria das populações indígenas, sendo assimilada pelas populações remanescentes de processos de colonização [...] sendo particularmente comum na zona das florestas

muitas vezes localizada perto dos rios (mata de galeria)” (Pereira; Lúcio 2013, p. 41). Essa roça é caracterizada por deixar apenas os tocos da vegetação para rebrota posterior, daí o nome de roça de toco.

Nesse espaço é realizado o plantio de roça de alguns vegetais, mas principalmente costuma-se plantar mandioca. Segundo estudos de Pereira e Lúcio (2013), elas são utilizadas em um período de 2 a 3 anos e após, há um período de descanso da terra, o pousio, que dura de 8 a 20 anos, tempo para rebrota e regeneração desse espaço.

Em seu roçado no quintal de casa, D. Santinha costuma plantar mandioca para a produção de farinha, como ela apresenta na Figura 13. No período de colheita, sua família costuma se juntar para realizar a retirada da mandioca, limpar, ralar e torrar a farinha que será consumida por eles ao longo do ano. São plantados três tipos de mandioca: a roxinha que disse ser mais amargosa, as pessoas não costumam comer dela, mas se faz farinha. Tem a mandioca doce, que chamou de aipim mané, macaxeira mané que, na opinião dela, é a melhor e a que mais gosta de plantar. E ainda possui a mandioca branca.

Figura 13 - D. Santinha mostrando seu roçado de mandioca.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

---

tropicais e subtropicais. O sistema é baseado na derrubada e queima da vegetação, seguindo-se um período de cultivo e, após o declínio da fertilidade do solo, um período de pousio para restauração da fertilidade” (Siminski; Fantini, 2007)

Em seu canteiro possui pé de alfavaca, pimentinha, cheiro-verde, cebolinha, coentro e alface.

Além da plantação de mandioca, ela mantém várias espécies de árvores frutíferas que servirão para compor a alimentação da família, dentre elas estão bananeiras, maracujá, abacate, manga, mamão e pequi como mostra a Figura 14.

Ela cultiva ainda algumas ervas com finalidade medicinal tais como algodão, que no tempo dos antigos era usado também para fiar e tecer as roupas dos adultos e das crianças na roda de fiar, e as roupas eram costuradas pelas mulheres. Portanto o algodão era uma planta de uso tradicional dos mumbucanos.

Há ainda em seu quintal o mamoeiro e o são caetano indicados por ela. Nesse mesmo espaço, D. Santinha cuida de galinhas e porco. Hábito que observamos estar presente nas demais famílias da comunidade.

Figura 14 - Quintal produtivo e de subsistência da família de D. Santinha.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Outra técnica tradicional aplicada pelos moradores da Mumbuca é a roça de esgoto que, segundo os relatos de uma das anciãs, é uma técnica aprendida com outras comunidades quilombolas da região devido à necessidade de adaptação pela estiagem de chuva, pois a roça de esgoto possibilita colher mais diversidade e por tempo mais prolongado do que a roça de toco apenas.

As matriarcas mumbucanas relatam que a técnica da roça de esgoto veio de outras comunidades do Jalapão. Por exemplo, o sogro de dona Aldina (54), chamado Tomé, foi o primeiro a introduzir a roça de esgoto no Jalapão, nas comunidades quilombolas às margens do Rio Novo, Riachão e Rio Preto (Ascolombolas Rios<sup>15</sup>).

Trata-se de uma agricultura agroecológica e sustentável, onde se derruba a mata para a construção da roça de esgoto. Depois da derrubada da mata de galeria, se faz os drenos nas veredas, os drenos nas matas, “e aí as pessoas têm a alimentação de subsistência o ano todo” (Aldina, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Ela também relatou que o clima é um muito seco, quase não chove, por isso essa foi a estratégia utilizada para que pudessem ter alimento durante o ano todo, ou seja, usando as matas de galerias e as veredas, que são uma terra mais úmida.

Conforme explicou Aldina, seu sogro Tomé aprendeu a fazer roça de esgoto com o velho Patrício, que também era parente do povo quilombola. “É um saber quilombola, quando eles fugiram de lá dos seus senhores, de lá, então para sobreviver neste lugar. Aqui eles tiveram que desenvolver essa técnica, né?” (Aldina, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

A roça de esgoto foi uma alternativa por causa do clima seco da região e assim terem colheita.

Então essa técnica ela é muito importante porque você faz os drenos quando chega na época de chuva eles abrem o rego bem aberto, então a água escorre naquele rego e o mantimento não fica sufocada de água. Quando é agora no período de crise de seca eles tapam o dreno, então a água sobe e o alimento fica sempre úmido, sempre úmido.

A técnica, esse saber é saber quilombola e foi vindo da outra comunidade que é o quilombo das Ascolombolas Rios, foi aprendido lá, mas essa técnica também é ensinada aqui, o pessoal aqui também trabalha com essa técnica.

---

<sup>15</sup> Ascolombolas Rios é o nome dado a Associação das Comunidades Quilombolas da Margem do Rio Novo, Rio Preto e Riachão.

Aqui na Mumbuca, nós temos uma disciplina Cultura Quilombola, e eu dou essa disciplina, então eu tenho que ensinar como professora, ensinar roça de esgoto, ensinar a fortalecer isso, né? Para não deixar morrer, pra não deixar morrer a cultura aqui (Aldina, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Ao analisarmos o relato de Aldina, notamos a importância do aprendizado dos saberes quilombolas e do ensino das vivências coletivas que o povo quilombola possui. Dessa forma eles vão repassando as tradições dos saberes adquiridos pela prática da constância e da persistência do permanecer nos mesmos lugares. Como disse Ditora, “desbravando o mato”, o Cerrado. Além disso, notamos sua preocupação em ensinar essas tradições para não deixar os saberes sucumbirem pelo tempo e caírem no esquecimento. A luta tem sido demonstrada no fortalecer e ensinar os saberes. E isso ocorre também por meio do desenvolvimento de técnicas agroecológicas da roça de esgoto que permitiram a subsistência de seu povo. Como também relatado nas pesquisas de Silvia Lúcio (2020) e afirma D. Martina (78 anos).

Eu acho muito importante o Cerrado conservado. Não para tentar atrapalhar, mas a gente trabalha com dignidade, com ordem. Aqui é no brejo, a gente trabalha assim, deixando o brechadinho. Aí vem a lei que deixa a roça longe do brejo, mais longe do brejo, a coisa não cria. Tem que pegar no lugar do brejo, não para queimar o brejo. Tem um brejo conservado, mas também deixar a água para a coisa crescer. Mas vem a lei, fica dificultando o trabalho.

Todo mundo tem limites ao brejo aqui. Eu tenho que trabalhar perto do brejo. Não pra estragar o brejo. Nós sempre cuidamos do brejo. E nunca morreu o brejo. Nós trabalhávamos, era no machado, no braço. Quando saía do ponto que a terra estava cansada. Mas tudo estava novo, estava crescendo. Porque o trato não estragava (D. Martina, 78 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

Antes do TC as comunidades foram afligidas pelas normas do Parque, mas continuaram fazendo seus roçados pela necessidade de sobrevivência, porém foram muito limitados em seus modos e restritos em suas práticas do fogo, do machado e do gado, conforme abordamos no Capítulo 4.

Após o Termo de Compromisso firmado entre o poder público, comunidades tradicionais e Ministério Público Federal, por meio de estudos investigativos do uso do fogo para plantio e pastagens, veio a liberação do plantio de roças de toco na Mumbuca. O que trouxe um alívio na vida do povo já que tais práticas tradicionais estão diretamente ligadas à segurança alimentar da comunidade (Pereira; Lúcio, 2013).

Os saberes tradicionais ligados à roça de toco e esgoto continuam pujantes na memória de D. Martina e Aldina, pois são práticas que sobrevivem e se vinculam por gerações, embora o conflito com o Parque tenha tentado acabar com tais modos de vida. As guardiãs ensinam a conservar o ambiente, e a sobreviver nele, pois ele simboliza suas raízes ancestrais, sua cultura ligada aos aprendizados e costumes vinculados ao modo de falar, viver, construir, ensinar, subsistir e perpetuar heranças herdadas.

E por compreenderem a importância da gestão dos bens naturais para seus descendentes que ainda viverão ali e dele precisarão para continuar o ciclo do viver, perpetuam os saberes tradicionais. Conforme observamos na fala desta guardiã.

Nasci e estou criando e vou encerrar por aqui mesmo. Porque eu sou apaixonadinha. Daqui eu não saio, só para o céu. Eu nasci aqui, tô vivendo, tô criando aqui, e vou viver aqui e vou morrer aqui! Eu não tenho outra história! Não conto outra história não!

A Mumbuca é um paraíso de bênção, é um paraíso riquíssimo de bênção de Deus, por isso que eu sou apaixonada pela Mumbuca. Eu aprendi o capim dourado, fonte de bênção! Mumbuca para mim, é Mumbuca pra Mumbuca, é um paraíso porque ninguém quer sair daqui não! *Ninguém quer sair daqui da terra de vó não! Da terra da mãe não, ninguém quer sair!* (Dotora, 68 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca, grifo nosso).

Dotora expressa fortemente na entrevista seu amor e afeto por esse ambiente, Mumbuca. Enquanto falava se alegrava e dizia fortemente em voz alta seu sentimento por seu território. Ele significa o laço de pertencimento adquirido e repassado por seus ancestrais. Simboliza seu nascimento na cultura onde foi criada e desenvolve sua vida, por meio dele estabelece os laços familiares, sua identidade. E de onde advém sua fonte principal de sobrevivência, o artesanato produzido pelo manejo do capim dourado.

Dotora considera esse bem natural como bênção e devota a Deus a existência dele, demonstrando o lado espiritual atrelado ao ambiente. Mumbuca é seu “paraíso”, assegurado pelos seus antepassados, nas lutas, no produzir e colher da terra o seu sustento. É o lugar de memória, de onde “ninguém quer sair”. Nesse trecho, Dotora se refere também ao sentimento dos moradores em querer permanecer na terra de seus pais e avós conquistada com suor e trabalho árduo. É a forma escolhida por ela para expressar sua resistência e luta na terra de sua mãe e de sua avó.

Passamos, portanto, pelo modo de construir suas casas atrelado às tradições da cultura quilombola.

### 5.2.2 As Casas de Adobe

Essa ligação do afeto à terra e à memória dos seus antepassados está representada de igual forma no modo de construir suas casas de taipa e posteriormente de tijolo de adobe e telhado de palha:

A casa era de taipa, enchia, enchia as paredes. A gente botava pau, botava bem devagarzinho, amassava o barro e botava nas vasilhas, assim ó, até que enchia, colocava palha, enchia de palha. O adobe, poucos tempos para cá que é adobe, pra fazer adobe. Poucos tempos (D. Martina, 78 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

É porque a casa que nós tínhamos aqui de primeirão, tudo era de palha, de buriti, de coco, tudo que estava, e as paredes eram de taipa.  
É porque eles foram criados, a maior parte do povo foi criado nesse lugar de tijolo né, de adobe, de palha (D. Santinha, 80 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

Ao andarmos por Mumbuca, notamos que as casas dos mais antigos são feitas de adobe. Porém existem construções de tijolo e cimento, observados em construções mais novas, como nos prédios das escolas e do posto de saúde recém-inaugurado, além de algumas casas que notamos ser de pessoas mais jovens e feitas em tijolo e cimento, conforme demonstramos na Figura 15.

Figura 15 - Construções mais recentes e as construções tradicionais



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Legenda: Imagens de 1 a 3, construções em concreto e tijolo: 1: Escola Estadual de Ensino Fundamental; 2: Escola de Educação Infantil; 3: Posto de Saúde. Imagens de 4 a 6, casas em tijolo de adobe e telhado de palha. 4: Casa de Datora; 5: Casa Memorial da Cultura; 6: Telhado em palha, trançado tradicional.

Para a construção dessas casas, são utilizadas palhas de piaçava ou de buriti para fazer a cobertura do telhado, sendo que há um período específico para a coleta das palhas para terem uma durabilidade maior, segundo explica Aldina (54 anos).

Esse fazer artesanal das casas da Mumbuca está presente por gerações em seu meio. Conforme o relato de D. Martina (78 anos), esse era um trabalho conjunto feito a muitas mãos, com cooperação entre os familiares, coisa que levava dias.

Suas casas são construídas com materiais da sua própria terra, do recurso natural, barro, palha, madeira, levando em consideração o recurso que eles possuíam e feito com a habilidade de quem aprendeu com seu pai, sua mãe, seus antepassados. Sobre esse reconhecimento e luta pela permanência das tradições quilombolas, D. Laurentina de 98

anos à época, em 2011, quando concedeu uma entrevista à antropóloga Mota (2015), era a matriarca mais longeva viva e faleceu em 2022. D. Laurentina deixa uma mensagem aos seus descendentes:

Não é para fazer casa de tijolo aqui na Mumbuca. Eu quero é casa de palha, é casa de adobe, isso, se fizer assim tá fazendo a coisa que eu tô pedindo. [...] Meus avós, meus pais, meus irmãos, meus filhos, já usava essa terra desde o Rio Novo [...] Essa terra eu quero ficar com ela, por causa dos filhos, dos netos. (Mota, 2015, p. 133, entrevista de D. Laurentina concedida em 25 de outubro de 2011)

A fala de D. Laurentina expressava sua preocupação com a perda das tradições advindas de seus ancestrais. Por isso, fortemente ela faz seu pedido para garantir a identidade do quilombo Mumbuca afirmando-se em seus modos de fazer e de viver.

As casas em adobe são um fazer característico de comunidades quilombolas no Tocantins, preservando a memória e as tradições nas construções das moradias (Lopes, 2007; Silva, 2022).

Outra guardiã expressa essa preocupação do repasse da tradição do construir as casas aos mais novos.

Pra não deixar morrer a cultura aqui de como fazer a casa, o pai dele ensinou aquele barracão lá, meu bem ensinou para o genro. E pra ele lá, como é que faz a casa de palha, como é que faz a forquilha, como é que faz para tirar as palhas, o jeito de bater a palha. Eu ensinei também, fui lá bater palha, ensinar lá, né? Como é que faz a casa (Aldina, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Conforme dito anteriormente, na Mumbuca muito do que observamos a respeito da transmissão dos saberes tradicionais é realizado pelas histórias e ensinado pelas anciãs, mas além disso em grande parte pelo modo de vida compartilhado no seu saber-fazer relacionado ao ambiente.

Vejamos agora usos variados dados ao buriti, fonte riquíssima para o povo da Mumbuca.

### 5.2.3 Usos do Buriti

O *Mauritia flexuosa* (Arecaceae), o buriti, além do uso da sua palha na cobertura das casas, era utilizado desde os tempos dos mais antigos como material na construção de carroça de boi, de bancos para assento nas casas e na fabricação de instrumentos musicais como a rebeca de buriti.

As músicas que D. Santinha entoava sobre a natureza e a resistência do seu povo foram aprendidas com seus antepassados tocando a rebeca. Vejamos como D. Santinha descreve com entusiasmo e grande alegria o saber tradicional sobre os artesanatos que se tornaram tradição no uso do buriti.

Meu avô era artista finíssimo! Ele fazia, ele botava o remendo no banco de pau. Ele fazia de carro, hum...o carro que ele trabalhava do lado tem, o outro tem, sem nada em riba. É, artista finíssimo. Você bota aí que ele era um grande artista finíssimo. Artista! E eu fiquei artista também! A minha mãe, o povo daqui ficou tudo artista por causa dos antigos... por causa do vô que tinha muita inteligência.

Aí aprendeu a rebeca, fazia rebeca aí, fazia tudo, o carrão mais lindo do mundo. Engenho, mais lindo do mundo. Foi um povo que morreu, mas deixou muito dom e muita coisa que eles deixaram foi a sabedoria do Cerrado né, da medicina do Cerrado, a sabedoria do artista... das madeiras do Cerrado, foi muita coisa, muito bonito.

Na hora de ir pra casa o que nós fazíamos pra poder suportar areia quente? Era a Palha do buriti que nós fazíamos, o chinelo da Palha de buriti que nós andávamos na areia quente, porque nós num tinha, num sabia nem o que era. O calçado era feito pelas mãos nossa (D. Santinha, 80 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

D. Santinha por vezes parou seu relato para se lembrar dos itens produzidos por seu avô, mas quis deixar registrado para as próximas gerações o talento e a sabedoria do Cerrado que os antigos possuíam.

Na primeira parte de sua fala, ela relatou sobre a construção do carro de boi, usado pelos homens para o trabalho na roça e criação de gado, uma atividade tradicional da Mumbuca que continua até os dias atuais resistindo contra todas as formas de opressão sofridas por seu povo.

O buriti era muito usado para fazer os móveis para o lar como:

Por exemplo, a construção das casas, como construir as casas, como faz os móveis, as camas de buriti que é feita, as prateleiras de buriti onde colocam os utensílios, os copos para armazenar também os alimentos, fazer aquelas prateleiras grandes que armazena pode ser feito, as portas também de buriti eram muito feitas, janelas, tudo são cultura quilombola.

As camas!? Antes de poder comprar, a gente fazia as camas. Cortava varinha no Cerrado, as varinhas pra fazer as forquilhas, os colchões, como era feito, a gente tecia o tecido de algodão, fazia a cama primeiro. Cortava as varas nos Cerrados, várias varas finas, né. Tirava a embira do buriti, para amarrar as varas. Tirava as forquilhas, para enfiar no chão, colocar as varas. Fazia as forquilhas. Aí o colchão, teciam com algodão.

Do algodão fazia o pano, costurava esse pano no formato de um saco, e depois pegava um capim chamado capim-pubo e ia encher esse saco. Capim-pubo é. E fazia o colchão, assim era feito o colchão. Aí fazia a esteira também, pra dormir nas esteiras, feita da palha do buriti e da seda do buriti. Esse aí era como se fosse uma manta pra colocar no chão, pra se deitar, pra dormir, pra se sentar no chão (Aldina, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

No relato de Aldina, podemos notar o quanto o buriti era e continua sendo extremamente importante para os quilombolas em seu modo de vida simples e dependente da natureza, do Cerrado para viver, demonstrando seu valor por ser aproveitado em suas diferentes formas.

O entrelaçar de suas palhas era usado para fazer sandálias, capa de chuva, bolsas para carregar seus itens, ainda serve para fazer os cestos para transporte de frutas como o pequi e o transporte de mandioca. Sua tala é usada na fabricação das rebecas e viola de buriti e também serve de material para confeccionar brinquedos para as crianças, como mostra a Figura 16.

Figura 16 - Usos do buriti pelos ancestrais.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Legenda: Imagem 1: Brinquedo- de buriti - cavalo; 2: Coifa- bolsa de palha de buriti; 3: Viola de buriti; 4: Sandália de palha de buriti; 5: Balaio – cesto raso para transporte de frutas.

Ditora explica como era realizado o tecer a “carocha”, a capa de chuva usada pelos ancestrais e a “coifa”, usada como bolsa:

Manta também fazia a manta. A manta o povo deixou de fazer. Porque o olho, o olho hoje, é pra tecer a seda pra fazer o capim dourado. Naquela época tão difícil é... a capa! Capa de cobrir por causa de chuva. Nessa época, a capa era de carocha. Carocha é uma saia, faz a cordinha de seda. Aí você vai tirar, uns dois, uns três olhos bons, do olho do buriti, e vai fazer essa carocha, tipo saia de elástico. A gente não coloca um elástico na saia? A saia alarga, né? Assim você vai franzir ela, bota bem estreitinho, não bota? Carocha é desse tipo aí! Faz a corda... é porque o povo deixou de fazer, mas eu faço, eu vou fazer bem aí, vou botar na Associação. Vou fazer ainda!

É a proteção da chuva, não molhava não. Ficava aquela redonda, metia a cabeça dentro da saia. Ela era bem largona, na corda da seda. Aí, você a fechava pouco a pouco, fechava, fechava. Porque ela abria e você fechava! Agora quando, quando ela molhava, que você viajava com ela. Aí, quando você chegava com ela molhada, você a abria na corda. Porque fazia uma só dessa! Quando você ia viajar, você fechava de novo!

Já a coifa, essa coifa, era que nós carregávamos, era a nossa, era a nossa bolsa. De colocar nossas coisas (Dotora, 68 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

Com muito apreço e olhos brilhando, Dotora revela o modo de fazer a “carocha” e a “coifa”. Com sorriso largo, ela se levantou para buscar umas linhas da seda do buriti para demonstrar como se tecia a carocha usada por seu pai e avô. E então ela comenta “eu vou fazer bem aí, vou botar na Associação. Vou fazer ainda!”, disse com fala firme e demonstrando que essa arte não pode ser esquecida.

Como era o tecer dos cestos para o transporte de frutas e da mandioca:

Aprendi com a minha mãe. Minha mãe sabe fazer balai. Eu também sei. Aprendi com ela. Balai é uma coisa de tala, assim, né. A gente faz com a tala do buriti, para carregar os frutos do buriti, carregar pequi, carregar os frutos. Chama balai, feito da tala do buriti.

Aí o jacar, para trazer a mandioca da roça era feito também de taboca, com a embira do buriti. Embira de buriti, que é a palha do buriti, nós chamamos imbira. Jacar que é o cesto grande, mais fundo. Mais fundo para trazer as mandiocas, trazer também os frutos do Cerrado, como o buriti, o pequi, e buscar nesse cesto na cangaia dos animais, um do lado e o outro do outro. Transportado no lombo dos animais (Aldina, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Além do que se podia construir e tecer com a palha, a tala, o olho do buriti, outros usos essenciais da cultura quilombola são descritos por D. Martina:

O Cerrado para nós é o manjar. O manjar de tudo. E cada mês tem umas frutas. Cada mês tem umas frutas. Agora está o buriti. O buriti é uma vitamina muito boa. Faz tudo. Com a poupa, a gente tira o óleo, amassar o doce, faz tudo, a gente faz tudo, da casca, da palha, a madeira, da palha, a gente faz a casa, com o braço o brinquedo, a gente faz a rebeca, a rebeca é a viola, faz o carrinho para brincar, faz o burrinho, faz brinquedos, mas agora eu faço para meus netos e assim a gente vai passando, passando. Na simplicidade, tudo passando (D. Martina, 78 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

Após mergulharmos nos fazeres quilombolas da Mumbuca com o buriti, observamos o quão rico em detalhes é o relato das anciãs e como cada ponto importa no repasse das tradições. O fazer único de seus costumes e práticas foi elaborado para

adaptar-se num local antes isolado e se buscava uma conexão com o meio natural para gerir seus recursos de sobrevivência.

O modo de vida e a cultura da Mumbuca foram desenvolvidos historicamente pelos quilombolas e indígenas de suas matrizes ancestrais.

Muito da cultura quilombola tem a ver com os índios, por exemplo, o tapiti foi aprendido com os índios, por quê? Porque quando os quilombolas chegaram aqui, vieram também os índios, e querendo ou não, nós somos descendentes também de índios, e muitas coisas aprendemos com os índios, foi aprendido com eles. O quilombo algumas coisas agregaram valor à cultura do índio, o índio também agregou valor à cultura do quilombo (Aldina, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

A sincronia de saberes entre indígenas e quilombolas esteve presente nas relações sociais que aconteceram no início da formação do quilombo quando dois escravos se casam com duas indígenas. José Delfino (quilombola) que se casa com Maria Jacinta (indígena) e Antônio Beato (quilombola) que se casa com Luiza também indígena (Mota, 2015).

Conforme as falas das próprias anciãs, alguns desses saberes tradicionais estão morrendo e deixando de ser praticados e objetos confeccionados. Não há mais necessidade de produzir a “coifa”, “carocha”, o balaio, as sandálias, a manta, os cestos. Hoje há outros materiais e o olho do buriti tem uso mais intensificado para a costura do capim dourado e na produção do artesanato.

Alguns desses itens podem ser vistos no Memorial Casa da Cultura, um espaço inaugurado em 2021, na comunidade Mumbuca, com exposição de materiais, relatos, objetos e fotos para o turista visitar e ter uma aproximação com a realidade local, além de servir de espaço para ensinar as crianças e os jovens da comunidade sobre a memória e histórias do seu povo.

D. Santinha em um relato anterior fala sobre a medicina do Cerrado, uma herança recebida, um legado de sabedoria adquirida com o ambiente por seus ancestrais. Vejamos a seguir a sabedoria das anciãs nesse sentido.

#### 5.2.4 Medicina do Cerrado

Passamos, portanto, a compreender a forma que as anciãs lidam e fazem uso da medicina do Cerrado.

Esse é um saber que todas as anciãs colaboradoras dessa pesquisa quiseram exaltar seu valor e memória, pois foram seus usos, sua sabedoria e costumes que auxiliaram nos tratamentos de doenças do povo da comunidade. Em tempos passados, não existia médico, enfermeiro ou socorro de ambulância para os atendimentos necessários. A Figura 17 mostra uma cesta com ervas e cascas medicinais do Cerrado em exposição no Memorial Casa da Cultura separadas por D. Santinha.

Figura 17 - Cascas de árvores e folhas de uso medicinal.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Os ancestrais buscavam nas ervas e ainda hoje se busca a cura para os mais variados males, eram a única resposta para a picada de cobra, o cuidado no parto, a dor de cabeça, a dor de dente e várias outras doenças.

Observamos essa sabedoria que vem das plantas medicinais do Cerrado e o ensino de seus usos pelas guardiãs.

O remédio nosso naquele tempo que nós fazíamos pra curar a pessoa era, era da natureza, do mato, era a casca do murici, a casca da sambaíba, a casca do barbatimão, era a casca do jacarandá, era a casca, era a casca de aroeira, da sucupira, hortelã miudinho do mato,alconflor do Cerrado, e a roseta que nós usávamos muito pra curar ferida. Num tem ferida pra roseta não curar, é bom até pra câncer (D. Santinha, 80 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

E aprendi também, um pouco do Cerrado, medicina do Cerrado, que foi o primeiro socorro dos nossos antepassados. E esse documento não pode perder para hoje não! Tem que esclarecer, tem que falar, tem que se calar! Porque a bênção que Deus deu pra Mumbuca, para a mulher ganhar neném é o Cerrado! Picada de cobra é o Cerrado! Então, eu aprendi muito com mãe! A minha mãe então, esse conhecimento que ela aprendeu com a mãe dela, a minha vó Laurina. E a gente não pode parar, a gente não pode parar de falar! Porque vai à luta, vai à luta (Ditora, 68 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

Ensinar qual o remédio do mato que serve, me levava no campo, me levava e falava: - *Olha, esse pau, esse aqui, esse aqui, esse aqui, esse aqui serve*. Eu não aprendi com ninguém, eu aprendi com a minha mãe (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Analisando esse fazer, verificamos que suas práticas de manutenção, sobrevivência e conservação estão entranhadas em sua cultura e costumes apresentados na forma de plantar, colher, coletar e manejar a terra.

Essa prática está tão intrinsecamente atrelada às guardiãs que modificou até mesmo a forma como uma delas passou a ser chamada por seus pares na comunidade e hoje é conhecida por todos não por seu nome próprio, mas por seu apelido Ditora da Mumbuca. Esse novo nome dado por seu pai aos nove anos de idade lhe foi atribuído numa situação em que ele ficou doente dos olhos, acamado, impossibilitado de realizar suas atividades cotidianas e ela vendo o pai doente sentiu um impulso de fazer um chá de alfavaca que tinha no canteiro de casa. Ela faz o chá, entregou-o a ele para lavar os olhos, e ele ficou curado daquela enfermidade. Seu pai admirado com a iniciativa e sabedoria dela diz que ela será uma doutora que ajudará muitas pessoas. A partir daquele momento ela fica conhecida assim. Ao relatar o fato, Ditora conta com muita felicidade e em tom enfático sua história.

Aí, peguei um galho de alfavaca Ela é uma plantinha cheirosinha, taludinha. Aí fui lá no fundo do quintal, lá na horta da mamãe, no canteiro, peguei um galho lá

da alfavaca, no silêncio, sem ninguém me indicar. E veio aquela fé na minha mente, aquela força tão linda na minha mente. Aquela força, aquela, aquela força. É um impulso! Muito forte, muito forte, muito forte! Peguei esse galho, coloquei na cumbateira, ferveu.

Quando ferveu, ficou a água bem amarelinha, bem amarelinha a água. Peguei, aí quando cozinhou direitinho, aí mudei de vasilha para esfriar. Quando esfriou, levei lá no quarto de meu pai lá:

- Pai, aqui tem um chá.
- Minha filha quem fez?
- Fui eu.
- E quem mandou isso?
- Ninguém.
- Ninguém, minha filha? E vai prestar?

E eu disse, presta. Deus usa pessoas na simplicidade pra socorrer, é por isso que a pessoa tem que ser boa mesmo, é fácil Deus usar. Aí meu pai se sentou atrás da cama, tinha um pano na cabeça. Eu sentei ao lado dele com vasilha de chá, lavei bem lavadinho o olho dele, bem lavadinho, o olho dele. Aí tornou a deitar e debruçou a cabeça, deitou. Aí no outro dia, eu fui lá no quarto de novo, ele não estava mais na cama, já estava lá no terreiro lá. O olho ótimo dele, normal.

- Vem cá minha filha. Ai, ele me pegou, me abraçou, me beijou.
- Eu vou colocar você pra ser uma doutora de verdade, porque você com essa idade está muito inteligente. É por aí que o meu nome é Dotora, é por aí.

-Pra que o pessoal veja aí, botar você pra ser uma doutora de verdade, porque você com essa idade está muito inteligente!

Aí meu pai ficou com o olho bacana, o olho ficou branco normal! Então, toda vez que eu chegava em casa, meu pai me chamava: - Dotora vem cá! Pra contar o caso pro meu vô, pra minha vô, pro parente, pro primo, pro vizinho, começou a contar o caso, me chamava:

- Dotora vem cá. O nome Noemia lá por de trás, na frente tava o nome da Dotora. É por isso que chamam de Dotora, por causa disso. Não é bom? (Dotora, 68 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca)

Essa prática de tratar os doentes com as ervas era um costume que Dotora já observava nos fazeres de sua mãe, de sua avó e de suas tias quando havia situações de enfermidade entre os seus. Por isso, a forma como ela atendeu a necessidade de seu pai é um reflexo das suas aprendizagens cotidianas com as mulheres em sua volta.

Como já dito anteriormente, Geertz afirma que “o homem é um animal amarrado aos significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise (2008, p. 4). Ainda continua dizendo que a cultura “é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível - isto é, descritos com densidade (Geertz, 2008, p. 10).

Tais práticas de tratar os doentes com ervas medicinais são absorvidas na cultura quilombola por meio dos costumes, das tradições, formando o ser cultural que reproduzirá as ações ensinadas.

O contexto da cultura quilombola está posto desde a mais tenra idade, e as crianças passam pelo processo de assimilação das práticas culturais, do saber-fazer, no ato experienciado das tradições orais, reproduzindo aquilo que ouvem e veem em casa, na roça, no canteiro de ervas etc.

As tradições orais, como vimos, são iniciadas desde cedo e não há uma idade para parar de aprender, ouvir e assimilar os ensinamentos dos anciãos nas comunidades quilombolas.

A ação da Ditora em ajudar seu pai com o chá da alfavaca demonstra essa tradição sendo posta em ação desde cedo na vida das crianças da Mumbuca. A respeito disso Dona Daldiva conta como aprendeu e como repassa a tradição desse saber.

Eu trabalho de capim dourado, faço chapéu, faço pote, faço muita vasilha, faço garrafada para mulher engravidar, mulher que está com problema com infecção no útero, no intestino, que está com ferida nas pernas, alguma coisa, faço a garrafada, vendo bastante. Sou conhecida aqui pelo povo que encomenda bastante da minha mão, me encomenda bastante.

Aprendi com a minha mãe. Foi com ela, com a minha mãe as plantas, os paus. E foi uma maravilha eu ter esse entendimento com a minha mãe. Ela soube ensinar qual o remédio do mato que serve, me levava no campo, me levava e falava: - Olha, esse pau, esse aqui, esse aqui, esse aqui, esse aqui serve, né, eu não aprendi com ninguém, eu aprendi com a minha mãe! Com a minha mãe, a garrafada, que eu sei hoje. Sei tudo! Sei tudo! Todas as plantas eu sei. E é muito pau. Porque além de eu saber, ainda ensino meus filhos, né? Meus filhos já sabem algum pau já. Eu tô passando pra eles. O neto meu, pego ele. Levo ele pro mato lá. Ó, esse aqui, esse aqui, esse aqui. Essa tradição eu tô deixando pra ele, né. Porque se eu amanhã morrer, ele já sabe, qual é o pau. A minha avó me ensinou: -Esse pau aqui serve, serve, esse aqui não serve. É igual a minha mãe, que falou pra mim. A tradição é você ir passando pra um, pra outro, né (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Em seu relato, D. Daldiva explica quais ervas mais utilizadas para fazer as garrafadas que produz.

Se tem um fastio, que você come comida aqui, fica azedo aqui por dentro. Aquela queimação. A mulher grávida, para mulher grávida não pode tomar essas coisas. Não pode. É pra mulher boa, é igual eu vou falar pra você. A raiz da folha de carne...A raiz da folha de carne, a raiz. O pau dela chamada folha de carne. Tudo aqui do Cerrado, tem demais aí. Folha de carne, roseta, mangabeira, é...

bananeira, é... farafim, é... pau coiada, é barbatimão, é camaçari, sucupira, é... murroão. É muitos paus. É muitos paus que tira. Tudo cai, tudo se tira, tudo é raiz, pau.

Lava tudinho, bota uma vasilha de plástico, porque não pode botar numa vasilha de alumínio de um dia pro outro, porque ela fica azul, né. Tem que ser no balde de plástico, só bota ela, lava tudinho, bota a água dentro, deixa dormir, você tapa com o pano, e deixa dormir. No outro dia de manhã, você tira ela, coa e bota nos litros, é tudo amarelinha, ela solta a noite, né. Ela solta tudinho na água. Aí você tira, coa e bota nos litros.

Serve pra tudo. É uma só! Serve pra tudo, né, só não serve pra diabetes, né? Pra diabetes já é outra. Ah, mas tem outra boa pra diabetes demais, minha filha. Nós tomamos aqui que cura. É folha de manga. Qualquer manga. É da folha. É do pé de manga. Você pode pegar ela, cozinhar, botar na geladeira. Meu Deus. Cura (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Os fins para os quais são usadas as garrafadas são diversos como para engravidar, infecções no útero, intestino, ferida nas pernas, má digestão, queimação, alergias.

Atualmente, a venda das garrafadas são uma fonte de renda para D. Daldiva, pois como relatou na entrevista, demanda tempo para ir ao mato buscar as ervas, que são muitas, higienizar, misturar corretamente e entregar já engarrafadas. Então, essa é uma sabedoria ancestral que tem possibilitado agregar valor financeiro e ajudar nas despesas da sua casa, sendo um benefício para quem usa e para ela que produz artesanalmente e ainda propaga divulgando um saber que lhe foi transmitido por gerações.

Observamos mais uma finalidade das ervas medicinais agora para gestantes, mulheres no pós-parto e cuidado com o recém-nascido.

Minha mãe me ensinou a dar a purga pra mulher grávida, né. A purga de azeite para a mulher grávida. Pega 5 colheres de azeite, pega dois limões, bota dentro, e um chá de cidreira também bota dentro, e mexe, e dá pra mulher, que tá grávida, com a barrigona, pra poder limpar por dentro. O bebê nasce limpinho, limpinho, aí nasce limpinho. De cinco meses pra frente, pode dar. Dá de seis, dá de sete, dá de oito, pode dar umas três (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Lá naquela época era tão difícil. Deus dava o jeito no Cerrado pra mulher ganhar neném, a picada de cobra, tudo, Deus dava o jeito, não morria ninguém não. Deus é tão presente no Cerrado que nossos antepassados pegavam o Cerrado lá pra fazer remédio e valia, pra mulher ganhar neném, não morria nem neném e nem a mulher. A minha tia Laurentina aí, a irmã da mamãe, ela encaminhava, levava a moqueca de pau lá pra onde estava a mulher que estava com dor, a negramina, mimosa, né. E fazia o mastruz, e o chá para o neném.

O mastruz, o sumo, era para a mãe, e o banho com o galho também fazia, fervia e dava o banho no neném. A negramina, ela dá um pezão, dá uma frutinha, é tipo café. Parece o cultivo do café ela, a folha, a frutinha. Serve para mulher que ganha neném, ela serve pra várias coisas, principalmente pra mulher parida. Sambaíba também, é bom, é bom pra mulher que está de resguardo, tira a casca e bota de molho e vai usando. Entendeu? O Camaçari, a roseta, é a mangabeira, é o voão, o marfim, é... várias. O marfim, o voão e a sambaíba eles colocam tudo junto na garrafada, você rapa ela, descasca, bota de molho, aí quando vai coar a casca, a água dela, aí você coa ela, coloca na garrafa e dá três dias virando, aí quando vê, você vai usar. É bom pra útero, é bom pra tudo, limpa tudo (Ditora, 68 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

Após os relatos das duas irmãs, notamos as semelhanças na forma como aprenderam a manipular e a aplicar os saberes medicinais do Cerrado. Tanto Ditora como Daldiva aprenderam com sua mãe e sua avó a reconhecer as ervas no mato, a fazer uso delas para mulheres grávidas e no pós-parto, a tratar picadas de cobra, feridas e outras situações em que não era possível obter atendimento médico primário devido ao isolamento da comunidade. A resposta para o problema eram as ervas, como dito por Ditora: “foi o primeiro socorro dos nossos antepassados” e não pode se calar, tem que ensinar, tem que falar sobre esse conhecimento.

D. Santinha contou seu relato de experiência com as ervas medicinais.

Trabalhava na roça. A cobra me pegou um tempo, a cascavel, mas Deus deu vida e voltou minha vida. Curando com as ervas do mato. Cheguei a ir ao hospital, mas que custou muito a chegar lá no hospital, mas cheguei com três, com oito, com 10 dias. Mas já estava bem recuperada, mas ainda estava aleijada, arrastando da perna. Mas estou aqui (D. Santinha. 80 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

As dificuldades enfrentadas pelos quilombolas foram inúmeras, algumas delas são relatadas em diversos trabalhos acadêmicos, mas ao ouvir os relatos pessoalmente nos deparamos com a realidade dos fatos, do vivido, do ocorrido. O que se passou com D. Santinha, o acidente de picada de cobra, é a realidade de quem trabalha no campo, lida com os perigos com os animais peçonhentos.

O atendimento médico primário seria o essencial para qualquer pessoa nessa situação, mas devido à distância da localidade até um posto médico mais próximo, fez das ervas o socorro imediato e foi o que auxiliou na preservação da sua vida. Infelizmente nem todas as pessoas tiveram o mesmo desfecho como o dela, assim nos relatou: “e

aqui, ficou muitas pessoas que morreram sem a perna, de sarampo, de febre (D. Santinha, 80 anos).”

A comunidade sofreu com a Doença de Chagas também, em que o inseto vetor *Triatominae*, *Hemiptera*, *Reduviidae* (Dias *et al.*, 2016, p. 9), um tipo de percevejo que se alimenta de sangue, elimina durante a picada fezes com a presença do parasita, que provoca febres e se não for tratado a tempo, causa problema no coração e sistema digestivo da pessoa infectada, ocasionando acidentes, conforme lembrado por D. Santinha.

Onde tinha, onde morava muito o percevejo, né. Que é aquele puxador de sangue, como é que chama o nome dele? Besouro, é um trem assim. Não, não é besouro não. Percevejo! Aqui tinha demais, é por isso que o povo sofre do coração, e não sabe o que é. É porque eles foram criados, a maior parte do povo foi criado nesse lugar de tijolo né, de adobe, de palha, e eles aproximavam da palha, do barro, do monte de barro, do bolo de barro, porque eles faziam com bolo de barro. E eles aproveitavam e muito, tinha muito percevejo, aí criou essa febre, tudo essas coisas assim (D. Santinha, 80 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

Esses são alguns relatos da realidade que o povo da Mumbuca enfrentou no passado. D. Santinha foi uma das vozes no pedido para a construção da ponte do Rio Sono. D. Laurentina, sua mãe, e D. Miúda, sua tia, foram outras vozes que clamaram para possibilitar o acesso de transporte e facilitar nas viagens para um hospital. Solicitaram construção de escolas e posto de saúde. Portanto ela termina dizendo que “tirando a medicina do Cerrado que dá jeito na gente, era morrer” (D. Santinha, 80, anos), tamanha era a lida do povo.

Em seu lembrar notamos as dificuldades enfrentadas e sua luta no reconhecimento e atendimento aos direitos da comunidade.

Sobre isso, D. Martina expôs o seguinte:

Meu pai trabalhou até o dia que morreu, de um tanto aqui, pra hoje ter esse colégio aí, hoje ter o postinho, mas foi com luta! Foi luta! Minha mãe preferiu doar um pedaço de terra aí pra fazer o colégio, aí sucedeu ter um colégio graças a Deus. Mamãe doou um pedaço de terra ali pra fazer a Associação. A gente agora tem um postinho ali, que às vezes quando dá uma dor de cabeça, dor de dente tinha que ir lá pra Mateiros, agora não (D. Martina, 78 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

Em 2023, após muitos pedidos para a construção de um posto de saúde na Mumbuca, seu direito foi conquistado. O posto foi inaugurado.

### 5.3 Da Coleta, Comercialização à Festa do Capim Dourado.

Figura 18 - Campos úmidos de vereda, presença de capim dourado.



Fonte: Secretaria da Comunicação (SECOM - TO). Foto de: Saturno / Governo do Tocantins<sup>16</sup>.

No período da pesquisa de campo em outubro de 2023, filhos(as), maridos, sobrinhos(as) e netos(as) das senhoras mais idosas estavam se dedicando à atividade da coleta do capim dourado. As mais velhas estavam se poupando.

O capim dourado cresce nas veredas onde o terreno é mais úmido. Há nessa região as matas, os campos úmidos, gramas, plantas mais baixas e não é há a presença de árvores, conforme mostra a Figura 18 (Sampaio *et al.*, 2010).

Ao perguntar a D. Santinha (80 anos) se ela iria à colheita, comentou: “São muitos anos de esforço. Minha coluna e mão já não aguentam mais. A gente passa muito tempo

---

<sup>16</sup>Disponível em: Festa da Colheita reforça importância do manejo sustentável do capim dourado ([www.to.gov.br](http://www.to.gov.br)).

abaixados na mesma posição”. Outras senhoras também já se sentem impossibilitadas de participar, deixando essa atividade para os mais novos e mais fortes.

Sobre o armazenamento e comercialização do capim dourado entre as artesãs, elas sempre contam umas com as outras, que o coletivo é muito forte e se alguém precisar, pois colheu pouco ou terminou seu estoque, Datora e D. Santinha explicaram que quando uma delas precisa para gerar sua renda, a pessoa pega emprestado com outra artesã, troca por alguma coisa ou compra de quem coleta e comercializa ou alguém dá para quem está precisando.

Cada família é responsável pela sua coleta, mas eles auxiliam uns aos outros. Dessa forma, ninguém fica desamparado ou necessitado de matéria-prima tendo quem possa ajudar, pois eles se juntam e se unem. Conforme Datora (68 anos) esclarece: “É comunidade! O fruto do capim dourado dá atenção, humildade, ele dá o aconchegar e a comunicação, ele faz as duas opções, o aconchegar e a comunicação”. As mulheres se juntam para costurar capim dourado numa roda, as conversas surgem, são expostas as situações e se tomam decisões.

Cada feixe de capim dourado separado conforme a Figura 19, é pesado e normalmente é comercializado por quilo que custava por volta de R\$ 100,00. Havia variação do preço conforme a qualidade do capim, pois as artesãs diferenciam entre mais compridos, mais finos e mais grossos.

Figura 19 - Capim dourado separado e pesado para comercialização e produção artesanal.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

O capim dourado é diferente em tamanho e espessura devido ao local de coleta. Segundo as artesãs explicaram, o capim de vereda é mais fino e é usado em peças mais delicadas. Já os colhidos em local mais seco são mais grossos e com ele se faz peças mais pesadas e estruturadas.

Porém há épocas do ano em que a oferta da matéria-prima está mais escassa e o preço do quilo chega a custar R\$ 150,00. As artesãs, ao explicarem sobre a falta de matéria-prima na região para comprar, expuseram que há pessoas que viajam e comercializam o material vindo do Maranhão e da Bahia elevando assim seu custo.

Sampaio *et al.*, (2010, p. 28) explicam sobre a colheita: “um extrativista consegue colher de 3 a 4 kg de capim dourado por hora e cerca de 30 kg por dia. Após a popularização da atividade, há muitas pessoas que não fazem artesanato, mas que colhem capim dourado para vender para os artesãos”.

As artesãs elucidaram que atualmente (2023) para coletar cerca de 10 kg de capim dourado, estão levando dias, demandando mais tempo acampadas no mato. Elas atribuem essa situação atual ao aumento de pessoas coletando por vezes de forma irregular, o que prejudica o manejo correto, além das queimadas ilegais que afetam os campos onde há a presença do capim dourado.

É devido à competitividade entre os produtores de diferentes regiões do Jalapão que muitas senhoras têm deixado de ir realizar a colheita. As dificuldades têm aumentado, e os percursos percorridos são maiores para coletar uma quantidade inferior a que se coletava anteriormente.

Dentre as artesãs, há aquelas que não possuem condição de comprar dos vendedores ou que preferem elas mesmas colherem, pois assim aumentam seu lucro na comercialização das peças. Muitas saem com os filhos pequenos para acampar nos campos ao redor da comunidade para coletar o capim dourado. A essas demandará mais esforço e um desgaste físico mais intenso do que àquelas que estão apenas comprando dos vendedores.

Algumas artesãs relataram em conversa informal que a postura física para realizar a colheita maltrata a coluna, as mãos ficam calejadas, feridas devido o capim dourado ser mais duro.

Reafirmando o que D. Santinha havia dito anteriormente. O processo de manejo que realizam após a colheita para a sustentabilidade do ambiente é seguida por limpar capim por capim para a retirada das flores que contêm as sementes e em seguida espalham no campo. Ao final da época da colheita, é posto fogo no local para a rebrota no ano seguinte. Nesse local em que foi posto fogo, a colheita só irá ocorrer após 2 anos de descanso da terra quando o capim dourado está maduro novamente.

Há uma rotação de terras para a colheita. Há a que está sendo colhida no devido ano, há a porção que está à espera do crescimento do vegetal e aquela que no ano anterior foi manejada. Quando esse ciclo de desenvolvimento não é observado, há falhas no crescimento e amadurecimento do capim, tornando-os mais 'ralo', como elas dizem, diminuindo a oferta no campo.

A extração tem sido cada vez mais deixada para os mais novos e para os homens, que também comercializam de locais ligados às associações, pois, conforme

esclareceram, as associações mantêm a conscientização, realizam estudos e parcerias com pesquisadores e o órgão gestor do parque, além de outros agentes para o ensino do manejo correto, transporte e comercialização.

Sampaio; Schmidt; Figueiredo; Sano (2010) ainda explicam sobre os diferentes lugares de aparecimento do capim dourado. “Existem artesãos colhendo ou costurando o capim dourado em diversas regiões do Tocantins, no norte de Goiás e no oeste da Bahia. No entanto, como o capim dourado ocorre nas veredas do Cerrado inteiro, é possível que existam coletores e artesãos em outros lugares” (Sampaio *et al.*, 2010, p. 28). Isso confirmando o que as artesãs informaram.

As anciãs participam dos festejos que marcam o período de início da colheita na comunidade, como a Festa da Colheita que ocorre todos os anos desde 2009 (Pereira, 2012) em setembro. Segundo Pereira (2012), a festa já era uma prática tradicional da comunidade muito antes de 2009, mas a mantinham apenas internamente para seus moradores. Era um momento de preparação para a ida a campo e comemoração do período de início e fim da colheita. Esse momento era marcado pelas brincadeiras de rodas e fogueira. Para o povoado era um momento de festa e alegria, e se organizavam e dividiam os grupos, quem iria e quem ficaria, sendo esse um momento aguardado o ano inteiro.

A Festa precisou ser cancelada em 2020 devido à pandemia de Covid-19. Em 2023, foi promovida pela Associação dos Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca e ocorreu nos dias 15 a 17 de setembro, sendo essa a 15ª edição do evento.

Ela acontece durante três dias consecutivos e é um momento de celebrar as bênçãos da colheita que beneficia as famílias da comunidade e outras ao redor, rememorar as tradições e homenagear seus ancestrais como D. Miúda, que iniciou e divulgou essa arte (Pereira, 2012).

Atualmente o maior objetivo da festa tem sido também a conscientização do manejo correto do capim dourado e do extrativismo referente ao buriti. É momento de recontar suas tradições, mas visa além disso a defesa do Cerrado, do seu território afirmando sua identidade e cultura.

Podemos citar que atualmente a Festa da Colheita promove a divulgação das peças de capim dourado produzidas por elas, as pioneiras dessa arte, auxilia e fomenta o turismo na comunidade, além de movimentar a economia na região.

A festa aqui da Mumbuca, a mais ativada aqui da Mumbuca e que dá muita gente. E dá muito dinheiro para as pessoas que moram aqui, é a Festa da Colheita. Porque além que é movimentada e as pessoas vendem suas coisas, né? Um vende seu caldo de cana, um vende garrafada, outro vende seu bolinho, outro vende as coisas que a gente tem. É muito bom (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

É tradicional da festa a corrida a cavalo, corrida dos jovens, torneio de futebol, a fogueira, o desfile com as peças artesanais e o teatro da história da comunidade com o capim dourado<sup>17</sup>.

No primeiro dia há um culto de ação de graças para agradecer a Deus esse momento de colheita. O culto é dirigido pela igreja com sede na comunidade, tendo como participantes nas apresentações e dirigentes os próprios moradores, com a presença do grupo de jovens, crianças e de senhoras cantando, além de convidados de fora como cantores e pregadores.

Mumbuca é uma comunidade quilombola cristã em que seus moradores se consideram evangélicos desde meados de 1935 e 1940. Não há presença de outras igrejas na comunidade nem de outras representações religiosas, conforme observado e lembrado por Dotorá.

Aqui nós não temos, é só Igreja Assembleia de Deus e pronto. Os nossos passados também nunca tiveram. Esse povo de mim pra cá, da minha gestão pra cá, da minha idade, nunca vi nenhuma reza aqui dentro da comunidade, não. Ou uma igreja de santo, nunca teve não. Entendeu? Mas dizer que aqui teve? Não. Ou que aqui teve uma igreja Católica, que aqui teve um terreiro, não. Então, não ficava na Mumbuca não, porque eu não vi. Eu estou velha aqui dentro (Dotorá, 68 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

Devido a isso, o posicionamento da própria comunidade é que a Festa da Colheita ocorre em consonância com suas práticas religiosas.

---

<sup>17</sup> Não houve apresentação do teatro da história da comunidade com o capim dourado em 2023. Devido à extensa programação realizada, o teatro acabou sendo cancelado nesse ano, mas ele esteve presente nas edições anteriores. Assim os moradores explicaram a situação.

Em anos anteriores a gestão da festa ocorria em paralelo com a organização da igreja, porém em 2023, a festa foi gerida apenas pela Associação, com exceção do culto de ação de graças que abre o período festivo.

A da Colheita, mas assim, tinha parceria aqui, né. Tinha parceria assim, da igreja e da associação, parceria, primeiro era da igreja, segundo era da associação, mas parou, por esse tempo parou, não tem mais a da igreja em parceria com a associação. É porque a igreja, a igreja é associação, associação é igreja, entendeu? Mas permanece a da associação. A festa da associação (Ditora, 68 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

Atualmente, no segundo dia de festa há uma cavalgada no centro da comunidade em que mulheres, crianças, jovens e adultos se apresentam montados a cavalo. Esse momento faz alusão ao passado em que eles saíam para fazer a colheita montados (Pereira, 2012).

Conforme os anos foram passando e aumentando o interesse sobre o capim dourado e a comunidade, a Festa da Colheita passou a ter mais investidores e patrocinadores, aumentando a proporção dela tanto em benefícios para a comunidade como em sua estrutura.

No segundo dia, ocorreram as oficinas para os artesãos e extrativistas. No ano de 2023, houve o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)/ Tocantins e da Empresa de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Energisa)/Tocantins, que promoveram investimentos na festa com a colocação de stands, realização de oficinas voltadas ao empreendedorismo sustentável, estrutura para as competições esportivas e realizaram palestras e atividades para promover a cultura local (Conexão Tocantins, 14 set. 2023)<sup>18</sup>.

A festa também contou com o apoio do Governo do Tocantins, por meio da Secretaria de Estado do Turismo, promovendo debates sobre o turismo de base comunitária, o manejo do fogo, a tradição e cultura, além de homenagens a Maurício da viola, artista violeiro da viola de buriti e músico da comunidade Mumbuca falecido em 2021 (Tocantins, 2023b).

---

<sup>18</sup> Jornal - Conexão do Tocantins em 14/09/2023: Disponível: <https://conexaoto.com.br/2023/09/14/festa-da-colheita-do-capim-dourado-tem-inicio-nessa-sexta-feira>.

Na segunda noite, houve o desfile das crianças, senhoras e jovens apresentando peças de capim dourado costuradas por artesãos da comunidade, como mostra a Figura 20. Outro desfile muito aguardado foi o das jovens da Mumbuca usando um modelo costurado por um estilista tocantinense com peças em capim dourado (Tocantins, 2023c).

Figura 20 - Desfile de peças em capim dourado na 2ª noite da Festa da Colheita.



Fonte: Conexão do Tocantins – 14/09/2023; Foto: Mazzola; Governo do Tocantins (Tocantins, 2023c).

O terceiro dia foi marcado pela continuação de oficinas e palestras, além da presença do prefeito de Mateiros, Pastor Joãozinho, deputados, vereadores, secretários e do governador do Estado, Wanderley Barbosa e circunvizinhos (Tocantins, 2023c).

Em reunião conjunta com os moradores, artesãos, representantes das associações, extrativistas, órgãos ambientais, políticos e secretários, foram anunciadas benfeitorias, desafios, projetos de planejamento de obras e outros temas que envolvem o artesanato e o turismo no Jalapão. A festa contou com a presença de convidados especiais e de cantores no palco (Tocantins, 2023c).

#### 5.4 A Origem do Tecer com Capim Dourado na Visão das Guardiãs

Essa é a pergunta, talvez, mais realizada pelos de fora da comunidade: como tudo começou? Sem dúvida a resposta está na ponta da língua dos mais novos aos mais velhos da Mumbuca.

Saber sua história, conhecer a origem de uma tradição demonstra sua identidade, quem eles revelam ser, de onde são, sua cultura. Por isso essa resposta está entranhada no seu cotidiano e nas suas atividades. Enquanto a mãe está tecendo o artesanato de capim dourado, os filhos estão em sua volta, estão brincando ali perto, ouvindo as conversas, estão perguntando à mãe o porquê das coisas. A mãe chama, a criança tem interesse nesse fazer, pois vê tantos outros tecendo, coletando, separando. Ela então imita, aprende e reproduz.

Portanto a história de como começou a costura com capim dourado não é algo alheio ou aleatório. A criança ou os jovens estão atrelados a ela. As atividades são incentivadas desde a mais tenra idade.

A tradição do costurar capim dourado e sua história estão amarradas à prática das experiências produzidas e vividas. Crianças aos 3, 4 anos brincam aos pés de sua mãe com o material de tecer o artesanato, imitando o seu fazer gestual de costurar, e algumas já tecendo do seu próprio jeito motivadas pela família.

Agora, como as guardiãs contam essa história para os mais novos e para os turistas que ali chegam?

Vale destacar que o nosso objetivo não é dizer qual história é válida ou não, se é mito ou verdadeira. Temos por motivação o rememorar dessas guardiãs, recontando suas histórias de vida. E quem poderia dizer o que é certo ou errado? São suas memórias, suas histórias que estão sendo transmitidas. Vejamos a seguir:

D. Santinha conta a história assim:

Ela me ensinou muita coisa, eu, eu, eu costuro capim dourado arranco o capim. Quem descobriu foi minha vó, o capim dourado, eu tava com ela, aí ela disse, filha, que capim é esse diferente? Eu vou levar, nós tava apanhando buriti pra comer. Esse eu vi, eu tô falando porque eu vi, é coisa da história minha, aconteceu. Aconteceu!

É minha história, porque a minha, minha vó disse, eu vou arrancar ele minha filha, vou levar pra Silvério ver, o nome do marido dela.

Eu vou arrancar esse capim que, eu vou fazer uma coisa, eu vou fazer um chapéu, vou fazer um baú, eu vou fazer várias coisas. Aí eu aprendi com ela, aí que eu costuro capim dourado, aprendi com ela. O capim foi descoberto através de minha vó Laurina. Foi pro Jalapão todo, foi descoberto através dela.

Ela costurava palha, é como ela mesmo que ela era artista, artista basta ver a coisa uma vez. Ela tirou da cabeça dela, que ali podia fazer um chapéu, um baú, aí tirou a cera do buriti, do olho do buriti, e continuou costurando. Aí fez uma coisa bonita. Ela levava pra Corrente para comprar café, num tinha café aqui, levava correndo as pecinhas, era para comprar café, comprar o sal, era tudo difícil (D. Santinha, 80 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

Dotora explica dessa forma:

A minha vó! A minha vó Laurina, a mãe da mamãe. A minha vó Laurina. A minha vó fazia capim dourado, ela tecia, ela fiava, ela cortava o pano que ela tecia. Ela que era parteira, ela que ensinou a mãe, ela que ensinou a mãe da, da, do Paizinho, a tia Laurentina, sabe? A minha vó Laurina teve sete filhos! Sete filhos ela teve! Ela ensinou a mamãe o capim dourado e a minha tia Laurentina, ela ensinou a ser parteira finíssima, foi a maior parteira aqui do Jalapão! Minha vó Laurina, ela já era parteira e passou para a sua filha a Laurentina. E a Dona Miúda ela ensinou o capim dourado, foi sucesso essas duas filhas dela, foi sucesso! Deus deixou o seu compartilhar perfeito, e elas eram umas irmãs bem unidas.

Quando eu vou fazer entrevista aí, nesse mundo aí, eu vou puxando assim ó (imitando os gestos de retirar o capim da terra, curvada), onde tem a moqueca dele, a moqueca dele lá no chão, na lama lá, e ele sai tão bonitinho. Deus negociou com a terra, sabia que ia ter uma geração que ia se alimentar desse recurso. Não é coisa de encantar?

A raizinha dele lá na vereda, a raizinha dele, lá na vereda, e nasce aquela lindeza, shuuu, chega cai assim. Qual o homem que deu conta de fazer isso aí? Deus negociou com a terra, bem negociadinho! Foi negociar com a terra que é pra, aí tem um povo que vai, né?! Tem no chão, tocou no chão é sujo, na lama, a lama é suja, não é não? É um bocado de capim, bocado de capim, bocado de agresso, folha e capim agresso sujo desse. Quando você chega lá no campo, fastiando assim. A minha vó achou ele em setembro, por isso que a festa é em setembro, porque minha avó achou justo em setembro, mais meu vô. Fastiando assim ó, bem seco, fastiando. Aquele negócio brilhando na vista dela.

Admirou, encantou, encantou. Coisa encantada o que Deus deu pra Mumbuca, através da minha vó (Dotora, 68 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

Daldiva fala que:

E foi uma maravilha eu ter esse entendimento com a minha mãe, de eu aprender porque eu quero falar pra você que a minha mãe foi a mulher mais destacada, mais experiente do mundo, a minha mãe. Porque a minha mãe foi ela que descobriu o capim dourado no campo. Ela que descobriu o nosso costurar o

capim dourado. Você estrutura o tanto que a minha mãe tem arte?! A minha mãe é mulher de muita coisa, é mulher mesmo, ela foi a rainha do capim dourado porque tem que aguentar seu nome mesmo. E ela era tão inteligente que ela soube colher o capim, descobrir o capim no campo, costurar, fazer associação dentro da comunidade, deixar com associação (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Em todas as histórias, encontramos a representação de mulheres determinadas, de grande força, habilidosas e inteligentes que souberam superar as dificuldades, lutaram e resistiram às opressões por meio da sua arte, dos seus saberes, em harmonia com a terra, valorizando esse bem natural, o capim dourado. Esse bem natural é tão precioso para essas mulheres que tem ajudado a sustentar seus descendentes e a demonstrar sua cultura para o mundo. Hoje, o legado dessas matriarcas segue para as gerações seguintes.

Quando perguntamos às anciãs sobre o que significava o capim dourado, descreveram como “coisa inexplicável”, “linda demais”, “diferente”, “riqueza”, “bênção”, “bênção de Deus”, “de brilho dourado”, “reluz no campo”, “se destaca”.

Os sentimentos envolvidos na tradição da costura com capim dourado expressam o valor atribuído a essa prática matriarcal de geração para geração. Os laços familiares estão postos formando uma teia de significados que fazem essa tradição perdurar e se fortalecer entre as guardiãs da memória (Geertz, 2008).

Elas relatam o repasse da tradição do artesanato com capim dourado.

A minha vó fazia capim dourado, ela tecia, ela fiava, ela cortava o pano que ela tecia. A primeira peça que minha vó fez foi o chapéu e a mamãe aprendeu com ela. A peça que minha mãe mais fazia era o chapéu. E a peça que eu mais faço é o chapéu (Dotora, 68 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

O artesanato do capim dourado vem das mulheres, foi um saber desenvolvido pelas mulheres, né, foi a Dona Laurina que ensinou a dona Miúda, né, que a Miúda chamava Guilhermina. E essa prática, essa técnica, ela perpetua aqui, né, não só na comunidade da Mumbuca, mas todo Jalapão. Os homens também ajudam na coleta do capim dourado. É os homens que coletam mais, e agora na parte da costura são as mulheres. E a mistura da linha que faz a costura também, a maioria dos homens é quem tira o olho, é quem tira a seda para as mulheres costurar. Elas ensinam as filhas, ensinam as netas. É de geração em geração. É ensinado costurar capim dourado aqui é coisa mesmo nata, né. Nata, daqui (Aldina, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Minha mãe trabalhava no capim dourado. Aí ela foi ensinar para nós, né, as filhas, né, bisneto, tataraneto, construímos uma associação aqui dentro da comunidade, pra ter umas peças pra vender, que aquele tempo era tão difícil as coisas. Não

tinha turismo como tinha hoje não, né (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

D. Laurina e D. Miúda, mãe e filha, são representadas como figuras notórias do saber-fazer na costura do capim dourado, porque deram visibilidade à tradição por meio das suas lutas e por meio do ensino transmitido de geração para geração.

Foi D. Miúda que transmitiu às filhas, sobrinhas, netas e bisnetas essa arte do fazer manual da costura com capim dourado. Essa tradição que se perpetua até os dias atuais só foi possível pela luta de resistência dessa matriarca, que viu em sua arte o poder de ser um instrumento da legitimação da sua identidade e ancestralidade quilombola para assegurar os direitos do seu povo. Sua resistência ocorre também nessa transmissão dos saberes perpetuados pela sua descendência.

O fazer artístico tecido por suas mãos transformou a realidade da comunidade Mumbuca. Antes delas outras mulheres, suas ancestrais indígenas, teciam em palha de coco, buriti, piaçava utensílios para o lar, para a roça e o seu cotidiano. Essa tradição e saberes repassados marcam sua cultura, seu modo de fazer e seus costumes.

Quando perguntadas sobre o porquê de D. Miúda costurar chapéu e ser esse um objeto mais tradicional do artesanato de capim dourado. Os relatos das guardiãs esclarecem:

A costura foi aprendida com os índios, agora com a matéria capim dourado já foi uma invenção do quilombola. Os índios já costuravam com as palhas de buriti, palha de outras palmeiras que aqui existem, eles já costuravam. Daí, a Dona Laurina, na vereda, viu esse capim, como ela aprendeu que a mãe dela também, a avó dela era índia. Ela que inventou, a partir do conhecimento que ela tinha, ela aprendeu com a avó dela, a costura. Ela já sabia costurar os jacar, os coifos. Os chapéus com a palha do buriti então, ela inventou com capim dourado, agregou o valor, né (Aldina, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

É com ela mesmo que era artista, artista basta ver a coisa uma vez. Ela tirou da cabeça dela, que ali podia fazer um chapéu, um baú, aí tirou a cera do buriti, do olho do buriti, e continuou costurando. Aí fez uma coisa bonita. Ela levava pra Corrente para comprar café, num tinha café aqui, levava correndo as pecinhas, era para comprar café, comprar o sal, era tudo difícil. O sal é pra temperar, e pelejava pra tirar o sal aqui na serra, mas o sal era preto. Pelejava, pelejava pra lavar, num dava certo e ralava pra tirar o sal, porque o sal num vendia aqui na serra para não ir para Corrente, que era longe. Bahia, Formosa (D. Santinha, 80 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

A primeira peça que minha vó fez foi o chapéu e a mamãe aprendeu com ela. A peça que minha mãe mais fazia era o chapéu. E a peça que eu mais faço é o

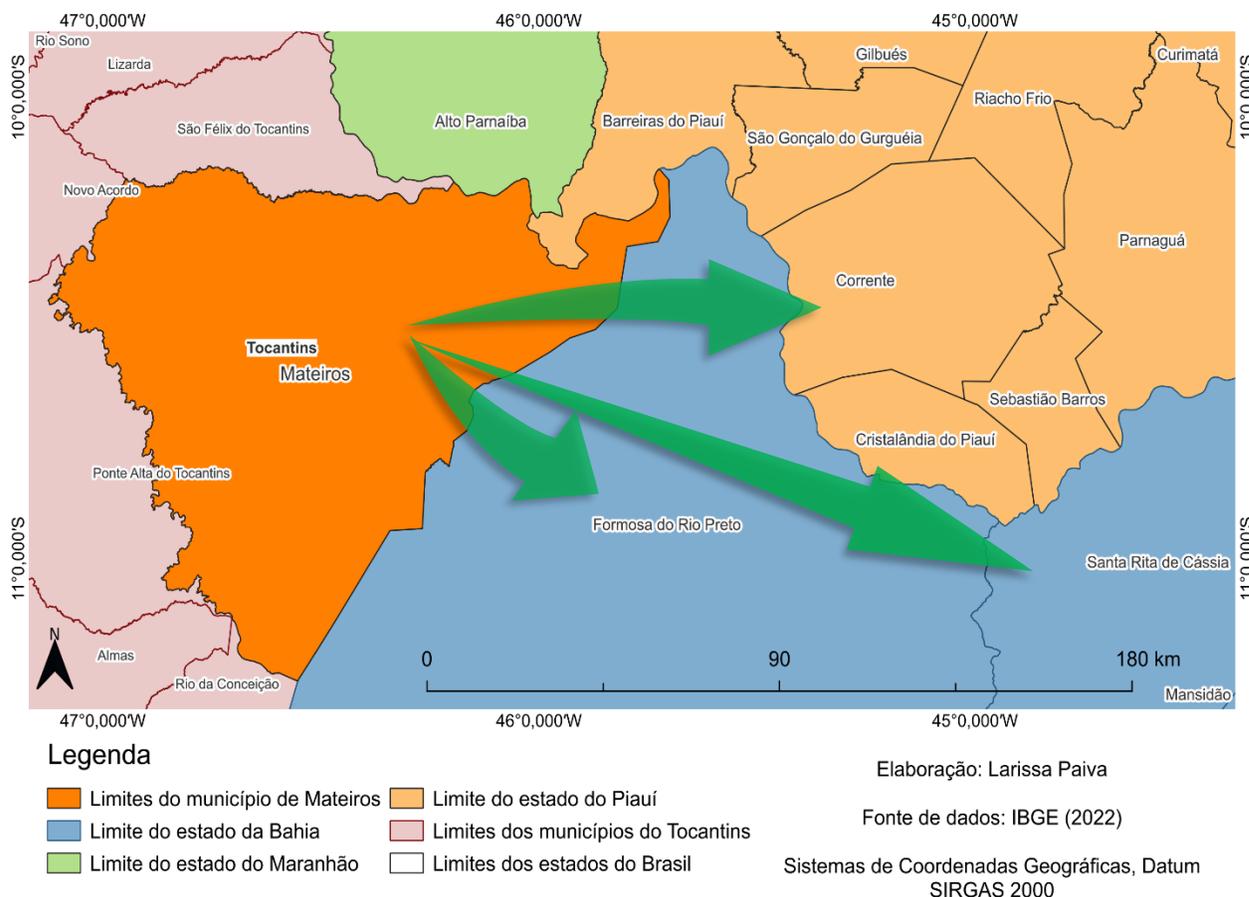
chapéu, é por isso que eu gosto do capim mais fino (Dotora, 68 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

Piauí, Corrente, levar o chapéu, tinha que botar um chapéu sobre o outro, né? Era assim, tinha que levar na cabeça. Tinha que negociar com gente. Pegar e ir de pé. Hoje que amenizou as coisas, tá tudo fácil, vem de carro. Mas ia na cabeça levar. O costurar capim dourado era pouco também, povo era mais em roça. Era mais pra sobreviver. Era pra sobreviver. Porque se fizesse o capim de todo mundo, como hoje, antigamente não fazia, hoje todo mundo faz. Mas nós compramos, vendemos e compramos. Antigamente a gente não tinha que comprar. Fazia, mas não comprava. A gente trocava o arroz, a farinha, o milho, o feijão, a gente trocava (D. Martina, 78 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

O fato desse objeto ser de uso constante nos afazeres de roça e outras atividades com exposição ao sol fez do chapéu um item indispensável para o trabalho. Em algum momento, as mulheres observaram que as peças costuradas em capim dourado possuíam um diferencial e podiam tentar trocá-las na cidade por itens essenciais como o sal e o café.

Os homens levavam os alimentos produzidos na roça como, arroz, farinha, milho e feijão para Corrente no Piauí, Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia na Bahia, como podemos visualizar na Figura 21. A partir de certo período, eles passaram a adicionar o chapéu em sua jornada à cidade para lá tentar trocar pelo que precisavam, e faziam isso montados a cavalo, jumentinhos ou a pé, transportando na própria cabeça, um sobre o outro para que os chapéus ficassem estruturados e firmes.

Figura 21 - Cidades onde realizavam as trocas de capim dourado por sal e café.



Fonte: Elaborado pela autora.

O artesanato com capim dourado foi sendo divulgado por meio das trocas e sendo difundido por essa região. Foi ganhando fama pelas mãos hábeis de D. Miúda primeiramente e, após, por suas filhas, sobrinhas, netas e bisnetas. Hoje, muitos artesãos da região do Jalapão tornaram-se conhecidos. Esse foi um processo árduo, calejado, mas conquistado pelo sangue e suor dos seus ancestrais e das anciãs que participaram a história.

D. Santinha conta como era feito esse percurso.

Corrente é acolá, Corrente é Piauí. De pé, nem uma vez fui montada. Num sei quantos dias, era bem uns 5 dias. Falta de água... falta de tudo (fala com pesar), tinha que levar só a caixa de buriti pra eu comer, pra comer na estrada, era longe. O animal era só pra botar as coisas no jumento, as coisas para comer com a comida. Iam lá em Formosa do Rio Preto. Lá ficou uma família grande da Bahia. E um, uns dos parentes de meu pai, de meu avô veio para cá. Na seca de um (D. Santinha, 80 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

O capim dourado em todo esse percurso traçado e bem costurado pelos ancestrais deixou diferentes significados para as guardiãs. Ele é visto como uma riqueza natural, de característica diferente, e se destaca da vegetação ao redor.

Observamos agora, portanto, a representatividade do capim dourado na vida das guardiãs com as mudanças ocorridas no lado econômico.

### **5.5 O Capim Dourado é Sucesso na Nossa Vida**

A frase do título dessa seção pertence a Ditora (68 anos) que, com entusiasmo, remete-se aos benefícios advindos do artesanato de capim dourado para a comunidade, demonstra o empreendedorismo por meio do artesanato e do turismo e as transformações ocorridas desde o início da década de 90 quando o artesanato começou a ser conhecido pelos de fora da comunidade.

Conforme exposto pelas guardiãs, as dificuldades enfrentadas foram muitas no tempo dos antigos e em suas infâncias. Por isso, vamos voltar ao passado para compreender as alterações econômicas e sociais resultantes do artesanato do capim dourado.

A definição usada por elas para falar sobre os benefícios são “tirou do brefo”, quer dizer, tirou da dificuldade, “deu um alívio”, “uma maravilha”, “é a fonte que nós temos”, “tem ajudado demais”, “tirou o povo da miséria”, pois após o interesse do turismo e do Estado, Mumbuca passou a ganhar visibilidade na mídia, e comercialmente ocasionou mudanças no estilo de vida e auxiliou na economia das famílias, já que a comunidade passou a gerar renda com esse bem natural.

Só maneirou a situação da roça, quando o capim dourado da minha vó foi encontrado. Aí o capim dourado *tirou do brefo*, tirou a metade do brefo. Aí o capim lá deu um alívio para o povo no Jalapão. Porque aí, a mulher foi trabalhar mais do que os homens, porque o capim compra tudo, a carne, o colchão, a panela e a mesa, e a garrafa. *O capim dourado é sucesso na nossa vida!* Daí os homens vai mais é na colheita. Os homens vão ajudar a arrancar e armazenar e as mulheres que vão no dedo. Naquela época, tinha jumentinho, quem não tinha um jumentinho, tinha um carro de boi, aqui na Mumbuca. Hora que o meu vô ia pra Bahia, a minha vó levava pra Bahia, não era para vender, era para trocar! Naquele tempo nós não víamos dinheiro de, de, de espécie tinha que trocar! A estrada que

eles, a estrada que eles sabiam, não tinha outra estrada, não, caminho. Porque quando eles vieram de lá da Bahia, essa geração, deixou lá um ponto de negociar. Era Santa Rita, Santa Rita de Cássia! (Dotora, 68 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca, grifo nosso).

O capim dourado que começou a fazer tudo. As outras coisas ajudam, né? Mas o capim dourado, que é *a fonte que nós temos*, tem por ele certo! Compramos uma geladeira, compramos sofá, um fogão, armário, essas coisas assim, tudo, tudo, tudo. O capim dourado *tem ajudado demais*. Muitos que têm o seu salariozinho aí, tá bom. Mas uns que não têm? Meu Deus, é *uma maravilha!* E outra coisa, que o capim dourado é uma coisa que ele não acaba, ele parece que ele é uma coisa viva. A gente, quanto mais faz a tradição da gente, mais tem vontade de fazer. E outra coisa, Deus fez esse capim dourado virar aqui na Mumbuca, porque para não entrar, né? Aqui não tem boteco, não tem cerveja, não tem pinga, não tem coisa errada. Porque todos influenciou com o capim dourado, né. Todo mundo pequeno, grande, adulto costura o capim dourado. Então ocupa muito a mente da pessoa, ocupa muito a pessoa ao invés de ficar muito ansioso. Quando chega a colheita, vou colher, apanhar o capim e vou costurar (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca, grifo nosso).

Enquanto as anciãs falavam dos benefícios, as suas falas eram em voz alta, enfáticas e vibrantes pelas conquistas e pela mudança social e econômica (Caracristi, 2016) das guardiãs. A população pôde melhorar de vida obter bens materiais como, por exemplo, geladeira, fogão, televisão, armário e sofá ou um meio de transporte como moto ou carro, além da construção de uma tradição e da perpetuação da memória.

Embora tenham conquistado uma melhoria financeira, as anciãs reconhecem, enfatizam e exaltam as ações dos ancestrais que lutaram pela sobrevivência e desenvolvimento da comunidade. Foram eles que com sabedoria souberam desenvolver suas habilidades com os bens naturais presentes no Cerrado e assim manter a vida dos seus filhos (as) e persistir no mesmo território desde sua chegada no local.

As memórias delas carregam o viver antigo. Ensinam a valorizar o que foi iniciado há mais de um século e os ocorridos e as experiências de seus pais e introduzem essas histórias em seu lar aos mais novos perpetuando-as.

As guardiãs relatam como era a vida na Mumbuca antes da visibilidade do artesanato de capim dourado.

Ajudava o pai na roça, na casa, pra vestir a roupa. O pai só dava conta mesmo de dar o alimento, porque era muito difícil. Naquela época era difícil, o sal era no Piauí, e a cavalo, quem tinha cavalo, quem não tinha tomava emprestado do outro, dava uma viagem para o outro, no sol quente pra trazer o café, o sal, um tecido mais fino. Nós fomos criados com peça de algodão, e nós fiávamos, nós

tecíamos e nós fazíamos. E todo mundo é vivo. Em todo o quintal tinha algodão, toda roça tinha algodão, era o nosso sustento mesmo aqui. Tecia no fuso, botava aqui, e fiava, botava muita linha e tecia, tecia. Nós tínhamos é 16 irmãos, todo mundo ensinava o fiar. Muito difícil, muito difícil! Aqui era muito difícil de verdade (D. Martina, 78 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

Porque o estreito da vida, o estreito da vida nossa, era dureza, era dureza e ninguém morreu e ninguém esmoreceu! E a roupinha nossa aqui era de algodão, não tinha roupa não. Roupinha de algodão para cada um, uma saia e a blusinha. Plantava o algodão e quando estava bom para ir lá na roça, apanhava e aí, botava nós para cuidar, para fiar no fuso da roda. O florzinho assim, tirava e enrolava também na roda.

Uma peça de roupa! Aí mamãe, Martina, tecedeira! A minha tia Albertina, tecedeira! A Nazaré, tecedeira! Assim que era nossa roupa, não tinha nada, era sainha mesmo e nós éramos tudo alegre e feliz. No estreito! No estreito nós passamos! Nós temos é saudade, nós temos é saudade (Ditora, 68 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

Meu pai faleceu, ficou só minha mãe, e aí nós. Minha mãe trabalhava no capim dourado. A dificuldade era grande demais, porque naquele tempo pra minha mãe, pra vender capim dourado, tinha que ser de jumento pra levar pra Bahia, levar pra lá, pra poder comprar o querosene, que aqui naquele tempo não tinha energia, comprar roupa, comprar o sal, né, pra sustentar, pra nos criar, né. Mas hoje tudo mudou. Hoje, ela morreu, faleceu, mas deixou agasalhada a comunidade, né? Eu moro aqui nessa região, passei aqui vinte anos sem energia, sem água, mas não desisti, né.

A alimentação nossa aqui, minha filha, era um pouco difícil. Quero falar para você. Eu já peguei dessa ponta aí. Era muito difícil. Tinha que caminhar, de cavalo, de burro. A minha mãe foi demais. Meu pai, meus tios, a Laurentina ia. Foi demais de burro. Trazia o arroz, trazia o óleo. Trazia a cebola. Aqui nós tínhamos demais que regrar, porque era tão longe. Assim, que aquele tempo, as coisas, tudo mudou hoje. Minha mãe, aquele tempo, a vasilha nossa para almoçar era uma só. Era uma vasilha só para almoçar, botava o courinho no chão para almoçar, era vasilha só. Estava ali dois, três, comendo ali, naquela vasilha. Dormia na caminha de esteira, na caminha de couro. Hoje eu não tomo mais desse domínio da minha mãe mais, né. Hoje, tudo mudou. É colchão, guarda-roupa, é as cadeiras, é sofá. Naquele tempo de minha mãe não tinha nada disso.

A vasilha era de cuia. Cuia de cabaça. Mas hoje, já não é mais assim. Nós não seguimos mais isso aí. Seguiu conosco antes, né? Hoje é tudo diferente. Tem um conforto melhor. Hoje nós temos internet, hoje tem energia, hoje tem uma cama boa pra dormir, hoje tem o guarda-roupa. Não, é outra história. Outra vida, né?! (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Nas exposições das guardiãs notamos que as dificuldades estavam principalmente na questão da alimentação, no vestir, no calçar, na distância da comunidade para as outras localidades e nas questões financeiras relacionadas à compra de mercadorias essenciais para eles.

Os antigos percorriam longas distâncias para trocar suas produções por café, arroz, querosene para iluminar a casa e trocar por um tecido mais fino, diferente do que

eles fiavam. Todas elas contaram a respeito de que para se ter uma peça de roupa era necessário fiar e tecer o algodão.

Assim, os filhos desde pequenos faziam parte do processo de produção, colher, tecer, costurar, fiar. E, após a morte de seus pais, as mães assumiram a responsabilidade de plantar e percorrer as distâncias a outras cidades com o auxílio dos filhos.

Notamos que desde pequenos, elas aprenderam a valorizar o coletivo, de se juntar para fazer o trabalho, seja para plantar, para colher, seja para fiar o algodão e repartir a produção.

As guardiãs da memória enfatizaram o lado cooperativo do grupo por meio dos exemplos observados em seus ancestrais. A vida nessa região do antigo Goiás, hoje Tocantins, só foi possível pelo esforço conjunto dos pioneiros da terra “desbravando o mato”, conhecendo o ambiente e obtendo benefícios para sobreviver e viver ali.

Hoje há as novas tecnologias como o fogão a gás, a televisão, a inclusão das novas ferramentas como a panela de alumínio e não mais a de barro, a sombrinha para a chuva e não mais a carocha, ou a vasilha de plástico, o copo de alumínio ao invés da cabaça, e da geladeira que ajuda a conservar o alimento. Entretanto ainda há a preservação dos antigos objetos usados às vezes expostos nas casas ou por meio da sua memória que busca resgatá-los.

Quando se sentam junto dos seus para costurar capim dourado e lembrar das épocas vividas, estão ressignificando esses momentos de seus antepassados, ensinando e transmitindo aos mais novos seus conhecimentos e memórias.

Observamos melhor a respeito da coletividade quando Dotoria explica o que o capim dourado proporciona nas relações interpessoais da comunidade. Em seu tom de fala expressava grande entusiasmo e alegria.

Na hora que faz a roda, até tarde da noite, é costurando e conversando, assando algo aí pra comer e conversando. O capim dourado, ele faz uma comunicação, uma roda uma forte, o capim dourado faz em nós uma roda muito forte. Artesã só conforma se, costura com duas, três, quatro, cinco, ela junto!

Nós concentramos, nós conversamos, nós lembramos, nós comunicamos. O Capim dourado ele faz isso, e faz muito. Entrando aqui pro rumo do Rio Novo, lá nós temos um acampamento, vamos conversar, vamos projetar, ó o que o capim dourado faz.

Eu acho bom demais. Eu acho bom demais! As vezes passa as meninas aí:

-Vamos lá pra casa da tia Dotoria? E eu acho bom. E quando vai olhar é lá para as onze horas da noite, doze horas da noite, costurando! Não é bom? É bom,

meu Jesus! É bom demais, não é? (Ditora, 68 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

Ditora afirma que a costura do capim dourado auxilia no fortalecimento dos laços familiares e da coletividade, pois ao se sentarem em roda, elas relembram, aconselham, ensinam, projetam o futuro, constroem juntas desde a mais nova até as mais idosas a tradição que lhes foi repassada. A costura do capim dourado proporciona abertura de uma roda de transmissão de saberes aos mais novos. É a comunicação da tradição sendo ensinada por gestos no fazer e no reproduzir e ao se juntar para colher o capim e no estar junto nas noites de acampamento nos campos de coleta e no tecer as peças.

O artesanato com capim dourado demonstrou estar além de uma simples peça feita à mão. Ele representa a união no costurar das mulheres, auxilia na perpetuação das tradições, tem ressignificado as histórias e lutas, é revelação das memórias das anciãs, é a coletividade sendo fortalecida na sua identidade, promove a mudança no estilo de vida, mas notadamente é um ícone da tradição mumbucana de geração para geração.

Observamos nas falas e nas práticas das guardiãs a relação que possuem com o ambiente e como se percebem herdeiras do legado deixado por seus ancestrais na forma como o transmitem a seus descendentes. Ao fazer isso coletivamente, as histórias são contadas e recontadas tais como - minha mãe fazia assim... meu pai plantava dessa forma... minha avó colhia o capim dourado lá embaixo.

Dessa forma, notamos que as mulheres representam a cultura e a tradição mais expressiva da comunidade por meio do artesanato em capim dourado. Elas são a força e exemplo de determinação, luta e liderança. A representatividade e liderança foram descritas por outros autores como Lopes (2009), Melo (2017), Mota (2015), Santos (2020), Silva (2019).

O trabalho de suas mãos e a preservação desse saber levaram o nome da Mumbuca para além-fronteiras. Além disso, são elas as administradoras da Associação, são vozes de protesto para defender direitos ameaçados e a conservação do Cerrado, fazer as solicitações e a representarem o povo junto aos órgãos públicos. São partícipes ativas no cotidiano do ensino das tradições. Representam o território Mumbuca na tradição do capim dourado.

O lado do homem mumbucano possui fortemente representação em várias outras tradições em relação ao ambiente como a lida da roça, na criação de gado, retirada da palha para construção de casas, da folha nova de buriti para a costura do capim, além de ajudar na colheita do capim dourado, conforme contado pelas anciãs. As funções deles estão bem definidas e possuem seu valor, mas as mulheres representam a mudança no modo de vida pelas conquistas advindas do artesanato e do turismo na região.

Por meio das histórias de vida aqui observadas nas relações com o ambiente, podemos dizer que Mumbuca e as guardiãs dos saberes tradicionais estão entrelaçadas no seu modo de vida com a conservação do Cerrado, por ser ele seu território de resistência e existência da sua cultura quilombola.

Veremos a seguir as experiências vividas e observadas durante a visita de campo e o legado de liderança de uma matriarca após sua morte e a sua continuidade pelas novas lideranças.

## **6 QUANDO UMA MATRIARCA SE VAI: RELATOS DE UM DIÁRIO DE PESQUISA E A HISTÓRIA DE VIDA DAS GUARDIÃS DA MEMÓRIA**

### **6.1 No Caminho: Mergulhando no Conhecido ou Desconhecido?**

Clifford Geertz, em seu livro “A interpretação das Culturas” (2008), ressalta a relevância de se observar as culturas pela perspectiva interior. O pesquisador se insere na realidade local para que possa compreender as culturas e seus significados a partir da interpretação da visão do grupo, de seus membros internos, verificando e observando os valores atribuídos por eles às tradições e costumes deles.

Bronislaw Malinowski (1976), em “Os Argonautas do Pacífico Ocidental” (a primeira edição foi em 1922), desenvolveu a metodologia da observação participante. Ele demonstrou detalhadamente seu trabalho de campo nas ilhas Trobriand como pesquisador inserido na vida cotidiana de seus sujeitos da pesquisa e foi além de uma observação superficial da realidade, mas submergiu na língua, cultura e costumes para compreender as práticas internas do grupo, assimilar e contextualizar tais sociedades.

Portanto nessa pesquisa, optamos por realizar uma vivência em campo que fosse capaz de absorver o cotidiano, as práticas, as falas, os modos e costumes para compreendermos as histórias de vida abordadas no trabalho. Para tanto, se fez necessário maior tempo de convivência para captar as informações e a cultura das anciãs/guardiãs da memória.

E assim, definimos que a observação participante seria a metodologia escolhida, pois abrange um olhar mais perspicaz do cotidiano em campo. Através dela se pode gerar uma relação de confiança com o colaborador e se tem melhor compreensão dos fatos a serem relatados posteriormente. A participação das colaboradoras por meio de suas perspectivas internas é fundamental para entender como manifestam e interpretam a realidade e para poder descrevê-la mais profunda e densamente.

O pesquisador por meio da visão interna consegue contextualizar os fatos narrados, a história, o ambiente e os problemas envolvidos na área de estudo, cujos registros foram realizados na ferramenta usada pela observação participante, o diário de

campo (Ludke; André, 1986). Essa ferramenta foi fundamental como apoio e suporte para as anotações das observações e das vivências na comunidade.

A seguir, iremos mergulhar nos diários registrados durante o tempo na Mumbuca.

A primeira visita a campo ocorreu em julho de 2022 no dia 09 para apresentar a proposta de estudo para as anciãs e assim averiguar a possibilidade dos encaminhamentos e continuidade da pesquisa do mestrado.

A relação com as pessoas da Mumbuca começa quase um ano antes quando tivemos a oportunidade de conhecer a comunidade após a abertura das fronteiras ao turismo fechadas até então devido à pandemia de Covid-19.

Em 2021, recebemos um convite de amigos para a realização de trabalhos de ações sociais que resultaram em muitos aprendizados. Pela primeira vez, acompanhada da família para uma visita à igreja da Mumbuca, estávamos numa comunidade quilombola e em solo jalapoeiro.

O Jalapão quebrou muitos paradigmas dentro de nós através das suas realidades, da natureza bela, do cotidiano local, das dificuldades da estrada para acessar Mateiros e Mumbuca e do acolhimento de todos e das tradições vivenciadas.

Aquele tempo de vivências na comunidade, as lembranças das histórias ouvidas por parte das anciãs, das músicas, das tradições e costumes aprendidos fervilhavam ainda na mente. E assim, começamos a pesquisar mais sobre Mumbuca e a possibilidade de desenvolver essa pesquisa por meio das histórias de vida das anciãs tão expressivas e representantes de seu povo.

Antes da ida, comunicamo-nos com algumas mulheres da liderança para verificar a possibilidade de estar ali e quais os melhores dias, tentando não incomodar ou interferir nas lidas e cotidiano das pessoas com quem conversaríamos no momento de apresentação da pesquisa.

O contato com elas ocorria por meio de redes sociais, WhatsApp, e falávamos às vezes por meio de intermediários como a neta de uma senhora que possuía celular ou filha, e assim conseguíamos manter contato.

Próximo do período acordado para ir à Mumbuca, ficamos sabendo por uma senhora de que um carro estaria vindo para Palmas. Há pessoas da região de Mateiros donas de carros 4x4 que realizam fretes, transportam moradores, visitantes ou

mercadorias para os locais, realizando assim esse percurso Palmas - Mateiros ou Palmas - Mumbuca. São carros que fazem rota de turismo e às vezes buscam turistas em Palmas.

A primeira viagem a campo foi junto com moradores da Mumbuca, e esse trajeto foi carregado de muita aprendizagem. A todo momento eles iam chamando para mostrar algum detalhe, uma paisagem, falando os nomes das serras, falando das dificuldades que possuíam antigamente para realizar esse mesmo percurso que, hoje, dura por volta de seis horas mais ou menos. O tempo depende muito do carro, do motorista e principalmente das condições da estrada.

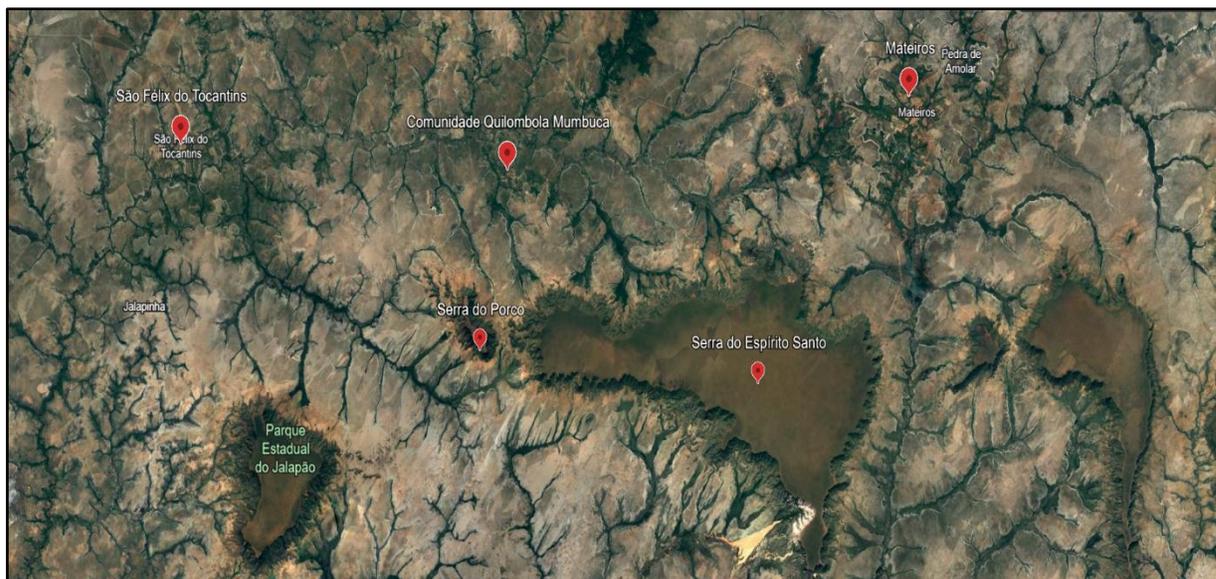
Pegamos a rota que vai por Lagoa do Tocantins, passamos pela Serra da Muriçoca. Segundo os moradores explicaram, Mateiros fica em cima dessa serra. Conforme eles iam calculando o tempo, informaram que havíamos demorado uma hora para subir para essa região. Só se desce essa serra quando vai para o Maranhão e Bahia. Chegamos nessa localidade por volta das 16h30, pois quando saímos de Palmas já passava do meio-dia.

Após a Serra da Muriçoca e já em cima dela avistamos outras três serras: a Serra da Jalapinha, Serra do Porco e Serra do Espírito Santo. Os moradores da localidade informaram que a comunidade Mumbuca está localizada entre as Serras do Porco e Espírito Santo, como podemos verificar na Figura 22.

Após isso, muita estrada de chão e areia à nossa frente. O carro sacudia bastante, requerendo muita atenção do motorista e nós, os passageiros, tínhamos que nos segurar firme.

O Jalapão é conhecido por proporcionar experiências off-road com expedições de viagens de aventura. É destino de muitos jipeiros e de carros 4x4 buscando desbravar estradas de areia e belas paisagens. Recebe milhares de visitantes e turistas todos os anos em busca de contato com o selvagem, natureza exuberante, imersão cultural, trilhas, práticas de esportes radicais, além dos famosos fervedouros que são nascentes de água com alta pressão em meio a areias bem brancas e água cristalina, onde as pessoas não afundam devido à pressão da água que parece estar fervendo.

Figura 22 - Vista da comunidade quilombola Mumbuca entre serras.



Fonte: Google Earth (2024).<sup>19</sup>

Vivenciando a experiência do cotidiano dos jalapoeiros, nome dado a quem mora na região do Jalapão, vem à mente que o percurso até a capital, Palmas, seja para uma consulta médica, para fazer compras ou resolver outras situações, é sofrido e desgastante, pois é difícil e cansativo principalmente para as pessoas mais idosas e para as ambulâncias que saem de Mateiros até Porto Nacional levando doentes e grávidas.

Contaram ainda que, com o avanço do turismo no Jalapão, hoje se pode realizar o trajeto de carro ou micro-ônibus. Sobre a viagem em micro-ônibus, não há informação precisa se está ainda sendo realizada, mas essa era a forma usada pelos moradores para ir e vir de Palmas. Havia e ainda há a prática de pegar carona.

Um fato relatado é que os viajantes não sabem se chegam no mesmo dia ao destino ou apenas depois de um dia. Os carros podem quebrar na estrada de areia fofa, o que aumenta o tempo do trajeto e o sofrimento de quem realizava essa viagem. Se quebrar próximo a alguma casa, se pode buscar água e sombra. Quando não, é preciso ficar à beira da estrada esperando um carro passar para ajudar.

Atualmente, embora com todos os percalços da estrada, se faz esse percurso em menos tempo quando comparado com o de antigamente quando era realizado sobre os

---

<sup>19</sup> Disponível em: [Google Earth](https://www.google.com/earth/).

lombos de um jumentinho, cavalo ou a pé. Eram muitos dias de viagem sob um sol muito quente e com areia muito quente nos pés. Não foram momentos fáceis, segundo esses moradores relataram. O que ficou claro nesse momento é o quanto o povo jalapoeiro já sofreu e vem sofrendo com os descasos nas políticas públicas destinadas a esse território, local de gente lutadora e batalhadora.

Enfim, chegamos à comunidade. A viagem demorou, chegamos tarde da noite, pois o motorista foi parando ao longo do trajeto para os moradores irem comprando mercadorias pelo caminho, itens essenciais de comida e outras coisas que faltam na comunidade ou que possuem preço mais elevado em Mateiros, além de irem parando para pegar encomendas de um e outro conhecido.

## **6.2 *Pra Você, eu Dou Entrevista com Maior Alegria***

O dia na comunidade inicia-se cedo. O cocoricó dos galos se escuta em torno de cinco horas da manhã. Nesse horário já é possível ouvir pessoas conversando passando pela rua, crianças chorando, o movimento do vai e vem de motos. E mesmo com o corpo ainda refletindo o dia anterior, levantamos e notamos que já estava sendo passado um café. É o dia começando.

A lida na roça, o cuidado com as galinhas, a ida às orações na igreja são rotinas frequentes na vida dos mumbucanos e que começam cedo pela manhã. Após o término das orações, as mulheres visitam as casas da rua principal. Achávamos que isso seria uma rotina normal de interior, porém depois de um tempo observando, compreendemos que na verdade a visita é na a casa da mãe e pai, tio (a), do primo (a), do irmão (ã).

Mumbuca é formada pela união de duas famílias, e praticamente todos ali são parentes. Os negros Antônio Beato e José Delfino, fugindo da seca e fome na Bahia, encontram na região indígenas provavelmente da etnia Xerente. Antônio Beato se casa com Luzia, e José Delfino com Maria Jacinta, ambas mulheres indígenas. Mais tarde os filhos dos dois casais iriam se unir em casamento.

Esse passar nas casas uns dos outros é próprio deles e reflete o comunal, o cuidado pelos mais velhos, o “assuntar” como está a saúde, passar para pedir a bênção, verificar se tem alguma novidade. É um momento para conversar sobre tudo e aproveitar

para tomar um cafezinho e colocar o papo em dia, verificar como anda a roça, o gado e acertar serviços em conjunto. Logo após essas visitas, as pessoas seguem para suas lidas diárias.

Aproveitamos esse momento para visitar D. Santinha para conversarmos e colocar os assuntos em dia. A conhecemos na primeira vez quando estivemos em Mumbuca em 2021. Foi D. Santinha que apresentou as tradições, os costumes e as cantigas que ela relembra dos seus antepassados. Naquele momento, falamos sobre a aprovação na universidade no mestrado, e a reação dela foi emocionante. Ela celebrou a vitória de ter passado no mestrado, ficou empolgada para participar da pesquisa, e disse: “Pra você, eu dou entrevista com a maior alegria” (risos) (D. Santinha, 80 anos). O acolhimento e a simpatia dela ao ensinar a cultura foram encantadores e houve felicidade e alívio por ela aceitar o convite para a pesquisa.

Enquanto conversávamos, chegaram outras mulheres com uma notícia que mudaria tudo naqueles próximos dias, algo inesperado, pois tínhamos acabado de chegar à comunidade. Informaram à D. Santinha que sua mãe, Dona Laurentina, acabara de falecer.

Estar ali junto de D. Santinha naquele momento de dor nos deixou muito tocados com a situação em meio a sua preocupação e comoção de todos, pois precisavam tomar decisões importantes que deveriam seguir nos próximos momentos.

Todos ali confortaram D. Santinha. Esse momento foi de muito acolhimento da parte dos amigos para com toda a família.

Passado aquele primeiro momento do impacto da notícia e encaminhamento do que deveria ser feito pela família, voltamos à hospedagem e ficamos de ajudar no que fosse preciso. Decidimos que as questões da pesquisa ficariam para uma outra vez. Seria difícil pensar nisso naquele momento tão sensível de dor da comunidade. Colocamo-nos à disposição para o que fosse necessário e o que estivesse ao alcance fazer.

Como já mencionamos anteriormente, Mumbuca é uma grande família, e todos ali são parentes. A dor era de todos, por isso achamos por bem ficar e ajudar. Mesmo se desistíssemos e quiséssemos voltar, não teríamos como, pois não havia carro disponível para fazer o retorno. O melhor a fazer era ficar e ajudar nesse momento.

### 6.3 Quando Uma Matriarca se Vai

Dona Laurentina Matos<sup>20</sup>, ou vó Laurentina para os da comunidade, era um dos troncos mais antigos ainda vivo. Carregava o legado das memórias, das tradições e costumes e foi a parteira da Mumbuca responsável por trazer à luz praticamente todas as gerações que se seguiram após ela. Era filha de Silvério Ribeiro Matos e Laurina Pereira Matos e bisneta de Antônio Beato e Luzia por parte de pai e bisneta por parte de mãe de José Delfino e Maria Jacinta, os fundadores. Uma matriarca de onze filhos e filhas, e anciã estimada entre o seu povo e região circunvizinha.

Horas após a notícia do seu falecimento, as ruas e as casas foram ficando mais agitadas, pessoas de outras comunidades vizinhas iam chegando. A preocupação da família era receber os que vinham de longe para esse momento de despedida. Por isso, as mulheres começaram a preparar a comida num dos restaurantes mais próximos da casa de Dona Laurentina, o Restaurante e Pousada da Tonha. Tonha é casada com um dos filhos de D. Laurentina, o sr. José, mais conhecido como Paizinho. Em pouco tempo, a cozinha estava repleta de mulheres de todas as idades, e ajudamos na cozinha a convite delas. Os recursos para comprar toda a comida que seria preparada nos dias de velório foram doados. Era uma verdadeira mobilização e união. Fizeram café com bolachas rapidamente, e a preparação do almoço seguiu acelerada pelas mãos firmes e ágeis das mulheres. Cozinharam arroz, macarrão, feijão, carne de panela típica da região, salada e farofa. Por volta de 12h30m, o almoço foi servido. Havia filas de pessoas para se servirem. Toda a comunidade estava ali presente. Durante a tarde, a movimentação na cozinha continuou, e um café era servido para aconchegar. A noite foi se aproximando e, para o jantar, foi preparada sopa. Estava frio e a sopa era boa para aquecer na longa noite. Em torno de 1 hora da manhã, foi servido um chá e café. Na verdade, sempre tinha o café por ali. Todos ficavam pela frente da casa, dentro ou no quintal conversando, lembrando e contando os feitos de D. Laurentina, e os filhos dela estavam recebendo o conforto dos amigos e conhecidos.

---

<sup>20</sup> Sua idade não era sabida ao certo, mas o que se dizia era que estava com mais ou menos 115 anos. Uma das poucas pesquisadoras a entrevistar D. Laurentina foi Alice Mota em 2015. Em sua pesquisa ela registra que pelos cálculos, segundo os registros da anciã, para aquele ano, a matriarca estaria com 109 anos (Mota, 2015). Então, se calcularmos baseado nesse registro, teremos a idade de 117 anos em 2022.

O que se comentava nas rodas era a força que ela teve para sustentar seus onze filhos(as) sozinha. Seu esposo partiu cedo, deixando alguns filhos ainda crianças e outros moços(as). Resiliente ela criou, lutou, plantou, ajudou e os ensinou.

Um dos relatos foi que ela acudia a qualquer tempo as mulheres gestantes. Ouvimos que D. Laurentina saía tarde da noite, guiada apenas pela luz de lamparina em suas mãos, para atender os chamados das que estavam para dar à luz e nunca havia perdido alguma mãe ou bebê. Todos nasceram bem pelas suas mãos, usando apenas os conhecimentos tradicionais que aprendera com sua mãe.

No Jalapão e em Mumbuca naquela época, não havia médicos, posto de saúde ou sequer hospital. O mais próximo era Porto Nacional, mas com toda a dificuldade de locomoção e distância, era impossível uma mulher sair dali em trabalho de parto e ser atendida a tempo. Por isso, as ervas medicinais do Cerrado eram os remédios para o pós-parto. Com seu saber-fazer, D. Laurentina manipulava os chás, as garrafadas e com mãos habilidosas realizou muitos partos. Esse era um saber tradicional, o ofício de parteira repassado de geração para geração. Esse é um saber que não está mais sendo repassado, segundo suas filhas contaram.

Conforme relatada, ela era evangélica, ensinou todos seus filhos na igreja e foi a doadora do terreno para a construção da única igreja presente na comunidade.

Após tantos relatos ouvidos e compartilhados, o dia amanheceu e o carro da funerária chegou para o sepultamento. A dor de todos era cada vez mais sentida, e aumentava o número de pessoas que chegavam como os representantes do prefeito de Mateiros, Pastor Joãozinho, e de Nova Rosalândia e outras cidades. Ela era uma anciã querida e respeitada.

Em seguida, as pessoas se prepararam para caminhar até a igreja onde seu corpo seria levado para o culto. Ali muitos filhos (as), algumas netas, amigos e representantes falaram, bem como o pastor da igreja da comunidade. Seus netos(as) e bisnetos(as) entoaram muitos cânticos emocionados, e o povo seguiu para o cemitério da comunidade. Eram muitos carros e motos em procissão. No cemitério continuaram a cantar hinos evangélicos em sua homenagem. Nunca havíamos presenciado algo semelhante àquilo e mesmo após seu enterro, ninguém arredava o pé apesar do sol forte.

Ela foi sepultada ao lado de sua irmã, D. Miúda, falecida em novembro de 2010, 'a rainha do capim dourado'. Duas matriarcas que lutaram pelo seu povo, para melhorar a vida da comunidade e assegurar o direito de permanecerem na terra.

Os mais jovens faziam perguntas, e os mais velhos explicavam o porquê de alguns costumes como, por exemplo, a importância de a família cozinhar no velório. A resposta foi que as comunidades eram distantes umas das outras, e os parentes e amigos se empenhavam em vir confortar, portanto em respeito e aceitação do apoio, oferece-se as refeições. Presenciamos e vivemos naqueles dias realidades que achávamos que conhecíamos, mas que na verdade não eram como pensávamos.

A tradição oral significa continuidade, luta e perseverança, vida, histórias, herança, saberes e resiliência. Os ensinamentos orais são fundamentais para a preservação da cultura, identidade e memória do povo mumbucano. São um patrimônio imaterial. E essas anciãs demonstram força e resistência. As lágrimas derramadas e cada gota de suor e sangue dedicadas ao trabalho foram importantes e deram impulso a essa pesquisa. A história delas deve permanecer para com as futuras gerações. D. Laurentina em sua morte revelou que em vida se dedicou à sua família, seu povo, sua terra, às tradições e aos saberes medicinais do Cerrado que tanto foram fundamentais para a preservação da saúde dos mumbucanos.

#### **6.4 A Perda da Referência Ancestral**

Ao retomar o diário de campo, as páginas escritas sobre as memórias do fatídico dia da morte, velório e enterro de D. Laurentina contêm simbologias. As observações, comportamentos e o desenrolar da situação revelaram algo interno que a comunidade estava vivenciando naquele momento de despedida de sua matriarca. Havia dor, homenagem e saudosismo expressos por seu povo ao rememorarem os feitos e a pessoa de D. Laurentina. Em sua escrita, Missiatto (2021) aborda sobre as questões da perda da memória e do esquecimento que as populações e comunidades negras e quilombolas sofreram e têm sofrido no Brasil passado e atual. O passado foi fatiado e despedaçado pelas mãos dos seus escravizadores, e a invisibilidade de séculos imposta exige deles hoje o descobrimento de suas origens, suas ancestralidades, seu povo, sua cidadania. A

diáspora infligida aos povos africanos na vinda ao Brasil como escravos retirou de cada um deles o nome e a identidade. E assim, se quisessem olhar para o passado, as memórias, para onde voltariam? Onde deveriam procurar suas origens se quisessem desvendá-las? (Missiatto, 2021). A escravidão a qual esses povos foram submetidos não tirou sua liberdade apenas, mas arrancou suas vozes e seu passado. Suas memórias foram caladas pelas “políticas do esquecimento” (Missiatto, 2021, p. 254) e isso perdura até os dias atuais devido à forma como o passado é abordado e muitas vezes não contado. Por isso, ao falar de morte não podemos continuar escrevendo sem falar do esquecimento imposto aos seus ancestrais pela “ação das forças de invisibilização dos saberes afrodescendentes” (Missiatto, 2021, p. 254). Muitos foram silenciados em seu corpo, vozes, memória e história.

Sobre isso, a pesquisadora Bárbara Souza (2008) declara que a luta quilombola está na “força da coletividade e está ancorada na luta ancestral” (Souza, 2008, p. 163) para preservar a memória e identidade. A pesquisadora, por meio de um relato de uma liderança quilombola, Luiza Betânia da Ilha do Marajó no Pará, esclarece:

Todos os estados têm que se organizar e se unir pra ficarmos fortes, pra conseguirmos chegar no nosso objetivo, a vontade de resgatar a nossa cidadania que foi esquecida, o que nossos antepassados não puderam fazer, estamos lutando pra conseguir. Estamos perdendo parte da nossa história, porque os mais velhos estão morrendo e deixando poucas lembranças ou histórias pra gente. Temos que buscar a nossa história, em outras comunidades e qualquer lugar. Os antigos morreram e a gente não sabia o que a gente tinha perdido (Souza, 2008, p. 126, Luiza Betânia, liderança quilombola da Ilha do Marajó, Pará).

Ao relatar e descrever as memórias do dia da morte de D. Laurentina, contamos às gerações futuras o valor dessa matriarca para os de fora da comunidade para que sua memória não se apague. E para os de dentro, ficam registradas as memórias desse dia, mas principalmente gravadas naqueles cujo mesmo sangue corre nas veias. Seus descendentes seguem contando sobre a força, exemplo e a resistência de sua matriarca.

A fala de Luiza Betânia alerta para a perda da história cultural e das memórias ancestrais que a morte de um ancião pode ocasionar em comunidades quilombolas. Essa desconexão resulta em perda de uma identidade cultural (Missiatto, 2021).

## 6.5 Breve Perfil das Matriarcas Mumbucanas

### 6.5.1 Dona Miúda, A Rainha do Capim Dourado

Figura 23 - Dona Miúda.



Fonte: Secretaria da Comunicação (SECOM - TO).

Guilhermina Ribeiro da Silva<sup>21</sup>, conhecida como D. Miúda (Figura 23), recebeu inúmeras honras por sua relevante participação e divulgação da cultura mumbucana, atuação em favor da sustentabilidade da produção e manejo do capim dourado e força empreendedora na criação da Associação dos Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca (Ascom Sector; Tocantins, 2022). Sobre seus prêmios e homenagens, a autora Dos Anjos (2017) expôs:

---

<sup>21</sup> D. Miúda faleceu aos 82 anos (1928-2010).

Dona Miúda recebeu do Governo do Estado o título de Comendadora “Comenda de Ordem de Mérito do Governo do Estado do Tocantins” e diversas homenagens. Inclusive, o Prêmio de Produção em Artesanato cedido pela Funcult tem seu nome: “Prêmio Dona Miúda de Apoio à Produção Artesanal”. Já na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, há a concessão do diploma *Mulher-Cidadã Guilhermina Ribeiro da Silva*, concedido a mulheres que se destacam em ações de economia solidária. (Anjos, 2017, p. 214, grifo da autora).

Há ainda o Edital Dona Miúda da Secretaria da Cultura e Turismo do Tocantins (Sectur) e do Instituto Cidadania Amazônia, que tem por objetivo fomentar e premiar produtores das expressões culturais populares e tradicionais como mestres, mestras, grãos e grupos da cultura tocantinense (Ascom Sectur; Tocantins, 2022).

D. Miúda foi considerada uma das 21 mulheres mais influentes da história do Tocantins em 2009 pelo “O Jornal”, jornal semanal atuante em Palmas, TO (Conexão Tocantins, 29 abr. 2009).<sup>22</sup> E em 2010, antes de seu falecimento em novembro, ela foi coroada a ‘rainha do capim dourado’ na Festa da Colheita em Mumbuca no mês de setembro (Conexão Tocantins, 11 nov. 2010).<sup>23</sup> Desse modo, uma mulher, anciã, quilombola, artesã, influenciou a região do Jalapão. Seu saber difundido na Mumbuca se estende para além-fronteiras do Tocantins. Ela rompeu com preconceitos e dificuldades e mostrou que seu povo, o povo do capim dourado, é resiliente.

Sobre a liderança e representatividade política de D. Miúda, Sousa (2009) após entrevista com a matriarca disserta que:

Embora não haja formalização, D. Miúda exerce uma função de liderança dentro da comunidade, já tendo viajado a várias partes do mundo apresentando o artesanato do capim dourado e sua comunidade. Foi graças à intervenção dela junto ao Poder Público Estadual que nos últimos anos o povoado passou a ter uma escola de primeiro grau construída, energia elétrica e uma igreja, e com isso outros benefícios para a comunidade (Sousa, 2009, p. 44).

Ela influenciou políticas públicas que trouxeram para sua terra e seus descendentes energia elétrica, telefone público, uma escola estadual, pontes de acesso à comunidade. Solicitava melhoria nas estradas para facilitar a locomoção do povo e

<sup>22</sup> Jornal Conexão Tocantins de 29 abr. 2009. Disponível em: Solange Duailibe é homenageada como mulher destaque na história do Tocantins - Conexão Tocantins - Portal de Notícias (conexaoto.com.br).

<sup>23</sup> Jornal Conexão Tocantins de 11 nov. 2010. Disponível em: <http://conexaoto.com.br/tag/dona-miuda>.

turistas e diminuir o isolamento, sobretudo até os anos de 1990. Sousa esclarece sobre as questões políticas relatadas por D. Miúda.

O povoado faz parte do município de Mateiros, segundo D. Miúda em todas as legislaturas que houve um morador da Mumbuca foi eleito para o cargo de vereador, entretanto, ressalta que o povoado nunca recebeu nenhuma melhoria por intermédio do seu representante na Casa de Leis do município, embora antes do período eleitoral a associação de artesãos se organiza para lançar um único candidato, ressalta D. Miúda (Sousa, 2009, p. 44).

D. Miúda sonhava com banheiros nas casas. Até 2010, não havia banheiros no povoado. Ela viu o início da construção deles, mas não a sua finalização. Desejava ter água encanada em sua casa, além de um posto de saúde, mas esses sonhos ainda estavam distantes de acontecer em sua época.

Sousa continuou dizendo que “o poder que D. Miúda representa na comunidade faz parte da tradição de que os mais idosos são detentores do conhecimento repassados pelos seus ancestrais e, mais que isso, o seu poder sela a importância do capim dourado para a vida no povoado Mumbuca” (Sousa, 2009, p. 44).

Mota (2015) esclarece que a morte de D. Miúda significou a perda de uma representante política em um cenário de atuação predominantemente masculina. Ela foi forte e respeitada por meio da sua arte e da capacidade de mulheres indígenas e quilombolas como ela de defender e apresentar demandas, gerando entre o poder público e a comunidade uma parceria para o desenvolvimento do artesanato. A autora aborda sobre o redimensionamento das funções que as mulheres passaram a ter na comunidade com a confecção do artesanato, além dos saberes tradicionais que a matriarca carregava.

D. Miúda foi um exemplo aguerrido para seus filhos, filhas e posterior geração que ainda hoje vê os frutos de suas mãos. Ela era uma guardiã da memória dos saberes ancestrais aprendidos com sua mãe, Laurina, e os difundiu. Também estabeleceu a base do costurar capim dourado, ressignificando os costumes e as tradições para si e para a coletividade. A tradição repassada a ela esteve presente em sua vida conforme os relatos das anciãs, e D. Miúda a transmitiu aos seus descendentes, que têm permanecido na mesma luta que os antigos iniciaram. D. Miúda apenas vislumbrou as transformações em seu território, e hoje seus descendentes dispõem de vários benefícios de seu trabalho.

“[...] tudo o que nós sabemos hoje vem dos mais velhos, nós vivemos do mesmo jeito, mas muita coisa melhorou por causa do nosso trabalho que também começou com eles” (Sousa, 2009, p. 54).

#### 6.5.2 D. Laurentina - Uma Matriarca Centenária, Viveu o Tempo do Desbravar o Mato

Figura 24 - Dona Laurentina.



Fonte: Folha do Jalapão - 11/07/2022.<sup>24</sup>

Conforme os relatos das anciãs, D. Laurentina (Figura 24) não se dedicava muito à costura do capim dourado, não possuía um enfoque mais político de luta ou era uma matriarca mais ligada ao turismo.

---

<sup>24</sup> Folha do Jalapão – 11/07/2022. Disponível em: JALAPÃO EM LUTO: Matriarca do Quilombo Mumbuca, dona Laurentina falece e deixa legado de referência (folhadojalapao.com.br).

Mota (2015), uma das poucas pessoas que entrevistou e registrou a história de vida de D. Laurentina, relatou as lutas que ela viveu, sua infância e as dificuldades enfrentadas como a resistência contra o opressor fazendeiro Temosílio, que quis tomar Mumbuca à força. Essa situação apareceu nas memórias relatadas por D. Dora, sobrinha de D. Laurentina.

Então, o que D. Laurentina simboliza?

D. Laurentina é a referência no saber medicinal, afirma Mota (2015). As falas das suas descendentes expressaram que ela lutou pelas vidas das mulheres e das crianças, pois era uma parteira exímia. Nunca deixou morrer um recém-nascido, embora sem recurso algum, apenas com seus saberes adquiridos e transmitidos por sua mãe, D. Laurina. Assim, D. Laurentina salvou muitas vidas.

Sua resistência estava no trazer ao mundo vidas, possibilitar às mulheres um parto acompanhado e direcionado para as crianças que seriam a perpetuação da cultura, nome e identidade Mumbuca.

D. Laurentina lutava, não politicamente ou com o artesanato como sua irmã, mas “na tradicionalidade da medicina natural, sua defesa e perpetuação, Dona Laurentina manifesta simbolicamente a resistência às influências e saberes oriundos da realidade externa a Mumbuca” (Mota, 2015, p. 132).

Para ela, Mumbuca deveria perpetuar os saberes tradicionais das tradições quilombolas. A morte dessa matriarca simbolizou a perda de uma tradição, o ofício de parteira da Mumbuca. Tal saber havia sido transmitido para sua nora, conhecida como Adinéia.

As lutas das mulheres no passado para terem assistência médica no pré-natal e neonatal foram encabeçadas por D. Laurentina, que solicitou um posto de saúde, viu as bases serem lançadas, mas cuja inauguração não viu acontecer em vida no seu território.

Segundo os relatos das guardiãs, D. Laurentina pegou as crianças nos braços durante as décadas de 60, 70, 80, 90. Após o estabelecimento do posto de saúde em Mateiros e as condições de transporte para Porto Nacional e Palmas melhorarem na região, ela atuou menos nessa função.

As casas construídas com tijolos de adobe (ver capítulo 5) com os recursos naturais na sua terra foram uma tradição quilombola que ela desejava continuidade, pois, para ela, refletiam a ligação com sua origem e ancestralidade, ligavam-na à sua cultura.

Essa matriarca centenária foi uma guardiã da memória e das tradições. Por meio da sua história e suas lutas, Mumbuca hoje pode olhar para sua herança ancestral e a ver como alguém que foi resistente e resiliente, conforme os relatos das memórias das anciãs.

Dona Laurentina viu as mudanças ocorrerem em seu território, passou pela fase inicial da formação da comunidade, até o atual momento do despontar para o mundo, da visibilidade da Mumbuca.

A morte dessas duas matriarcas irmãs representa para os mumbucas uma perda de referências tradicionais e de mulheres ancestrais que viveram os tempos do “desbravar o mato” (Dotora, 68) e não esmoreceram. Elas se adaptaram ao local e dele extraíram vida, permanência, resistência e o conduziram para o despontar para o mundo sem esquecer suas raízes e lugar de pertencimento. Dessa forma, lembrá-las fortalece as memórias, tradições, saberes e identidade cultural desse povo. A resistência hoje é não esquecer quem foram, suas conquistas e legados, além de continuar o trabalho de luta iniciado por elas.

Vejamos a seguir como as atuais guardiãs da memória, ouvidas nessa pesquisa, têm dado seguimento às ações de lembrar, resistir e lutar em seu território.

### 6.5.3 Dona Santinha - Acolhedora

Quando estivemos presente na Mumbuca em 2022, D. Santinha possuía uma casa para acolher pessoas que chegavam à comunidade, onde nos relatou ter construído com muito esforço. Ela dizia que era a anfitriã da Mumbuca, e que sua casa era para receber seus amigos. Ela é descrita pelos da comunidade como uma senhora acolhedora, que sempre recebe os visitantes.

As pessoas costumavam vir cumprimentá-la e se sentavam para conversar e tomar um cafezinho, que sempre mantinha na garrafa térmica em cima dessa mesa. Se

fosse de alguém mais jovem, o cumprimento vinha acompanhado também do pedido de “bênça”, e ela respondia: “Deus que te abençoe!”.

O visitante é sempre recebido com um sorriso e uma cantiga. As mulheres cantam para receber os turistas e visitantes cantigas características da Mumbuca. Elas são exímias cantoras. Além disso, recebem com um forte aperto de mão e com palavras de “seja bem-vindo”. Não tem como não se sentir em casa de vó. Essa é a sensação de chegar à casa de D. Santinha.

Todos a conhecem nas redondezas da comunidade e agora sua fama, como ela diz, já é internacional, já que recebeu gente do mundo todo. Esse é um ponto de parada obrigatório para quem passa por ali.

D. Santinha é uma mulher muito cativante, de sorriso largo e sempre preocupada em oferecer o seu melhor para os visitantes. Um dos sonhos dela compartilhados enquanto tirava suas fotos era ter um tanque de lavar roupa, dizendo: “Eu nunca bati uma roupa em um tanque meu, nunca deu certo. Agora que eu tô pensando em comprar, Deus vai me ajudar que eu vou, pelo menos, as unhas chega arregaça, porque de lavar, de lavar roupa”.

No início era difícil, ela relatou, sua mãe lavava roupa no córrego. Para ter água em casa, só carregando as vasilhas com água do córrego para casa. Hoje a comunidade possui água encanada nas casas, e ela pode sonhar em ter uma máquina de lavar roupa. É a modernidade, e o turismo na comunidade modifica a realidade de vida dessas anciãs.

Durante a entrevista, contou sua história com muita alegria e emoção ao relembrar de seu pai que faleceu cedo, mas que deixou todo o ensino do roçado e da criação do gado, assim como seu avô. Ela demonstra o maior prazer em falar do que aprendeu com sua mãe sobre as ervas medicinais e o manejo do Cerrado e descreveu como: “Maior hino aqui dentro, enquanto eu ensinar, se tiver que ganhar dinheiro... É dinheiro muito (risos), é porque eu tenho ensinado, tenho dado uma instrução muito maravilhosa pra mocidade, pras crianças”.

D. Santinha demonstrou preocupação em passar adiante todo seu saber para que não se perca, ensinando aos seus filhos, netos e bisnetos.

Embora já esteja com idade mais avançada, ela ainda participa das reuniões de interesse da comunidade solicitando melhorias, buscando qualidade no atendimento às famílias e o acesso aos direitos nas políticas públicas para Mumbuca.

O que mais aprendemos com D. Santinha foi sobre como ela acolhe as pessoas e seu amor pelo Cerrado, as cantigas falando da natureza, dos tempos dos seus ancestrais. Bonilla (2019) descreve algumas canções apresentadas por essa guardiã da memória como símbolos de resistência do seu povo. Aprendermos também os saberes sobre as ervas medicinais e o seu compromisso com a educação das crianças, demonstrando assim sua resistência e luta contra o sistema opressor que tenta impor o esquecimento das memórias e as desapropriações de terras que as comunidades quilombolas no Brasil enfrentam.

Em 2023, Dona Santinha era a anciã mais idosa, com 80 anos de idade, e muito respeitada por todos. Ela é uma relevante representante e das mais reconhecidas na continuidade das tradições e cultura repassadas pela sua mãe, Dona Laurentina, sobre as ervas medicinais do Cerrado.

#### 6.5.4 Datora - *Ninguém Quer Sair da Terra de Vó, Não!*

Datora é uma anciã de referência para a juventude na Mumbuca. Escolheu não se casar e não ter filhos e preferiu seguir perto da sua mãe, D. Miúda, para aprender com ela todos os saberes tradicionais.

Quando se fala hoje em costurar capim dourado na Mumbuca, ela é uma das referências do costurar tradicional. Após o interesse e influência do Estado na sua comercialização como símbolo cultural do Tocantins, conforme explicado por Anjos (2017) e Melo (2018), foram inseridos novos modos de trabalhar essa matéria-prima. Ela ainda mantém a sua resistência frente a essas adaptações do mercado mais competitivo e produtivo, conforme esclarece Quijano (2005).

Atualmente poucas mulheres continuam a fazer o chapéu de capim dourado, uma das primeiras peças a serem feitas pelas matriarcas, devido às dificuldades que eles possuíam em transportá-lo nas viagens para realizar os escambos nas cidades próximas.

Dotora é uma anciã ainda muito participativa e ativa nas reuniões da associação e já foi presidente, portanto ainda permanece indo às reuniões com os representantes de fora como Sebrae, Naturatins, reuniões com políticos, pois sua voz é muito respeitada por todos. Recentemente uma dissertação foi escrita sobre sua liderança pela pesquisadora Santos (2020).

Como voz ativa na Mumbuca, enviou carta para os órgãos estaduais responsáveis pela fiscalização e proteção do PEJ após o campo de colheita de capim dourado ter sido queimado antes da coleta no ano de 2023, prejudicando a comunidade. Portanto é uma representante política da comunidade, assim como era sua mãe, Dona Miúda.

Além disso, sua voz é de orientação para a nova geração. Faz questão de estar presente na escola, ensinando os saberes praticados pelos antigos, sendo regularmente convidada a ministrar práticas da cultura quilombola na escola estadual da comunidade, afirmando suas origens e costumes. Ela demonstrou alguns objetos das vivências dos seus antepassados nas Figuras 25 e 26.

Figura 25 - Coifa, bolsa de palha produzido por Dotorá.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Figura 26 - Datora demonstrando um saber dos antigos a “carocha”, capa de chuva de seus ancestrais.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

São produções assim que compartilha na escola quando é convidada para falar dos saberes e ensina na prática as raízes ancestrais para as crianças e jovens. Ao compartilhar tradições e memórias, mantém e ressignifica sua luta de resistência.

Datora rememora que a terra da Mumbuca, é terra ancestral cercada pelos frutos do trabalho dos antigos, um lugar de beleza natural, mas de identidade e cultura, assim afirma que “ninguém quer sair da casa de vó, não” (Datora, 68 anos), expressando o

quanto a nova geração está apegada a essa terra ancestral e identidade étnica-cultural de seu povo.

Esse processo consciente da continuidade daquilo que vivenciou e aprendeu com sua mãe e avó representa a celebração de sua identidade cultural recebida e, tal como Munanga (2009), de vital importância para a sua autodeclaração de identidade, refletindo desta forma suas ações políticas frente aos desafios e preconceitos presentes na sociedade que a cerca.

Dessa forma, assim como Dona Santinha, Dotorá passa a ser reconhecida pela nova geração de mulheres como liderança anciã e guardiã das memórias como eram suas ancestrais.

## **6.6 Ressignificando as Lutas e a Continuidade da Resistência nas Histórias de Vida e dos Saberes das Guardiãs**

As novas guardiãs têm a responsabilidade de serem as mantenedoras e propagadoras dos ensinamentos tradicionais dos seus ancestrais e dar continuidade aos saberes. São “novas” pelo fato de as matriarcas anteriores não estarem mais presentes em vida, e agora as atuais guardam as memórias herdadas e perpetuam as tradições. São elas que, como lideranças ativas, buscam continuar resignificando as lutas antes enfrentadas por suas matriarcas que a pesquisadora Jéssica Cavalcante (2018) cita: permanência, visibilidade das questões enfrentadas por seu povo, direito ao seu território e sua terra, reivindicações de atendimento à saúde, de melhoria na locomoção, da construção de pontes e estradas que dão acesso à comunidade e mais atualmente na questão do turismo, de poder gerir seu território por meio de suas próprias lideranças.

Por gerações as mulheres da comunidade têm sido essas vozes na busca do respeito aos seus direitos. Essa luta esteve mais evidentemente representada por D. Miúda, que a partir da visibilidade do capim dourado, expôs as questões sociais, econômicas e a dificuldade de acesso às políticas públicas que vivia Mumbuca (Cavalcante, 2018; Sousa; Parente, 2012; Mota, 2015; Santos, 2020; Silva, 2019).

Essas mulheres foram além dos seus quintais, seu roçado, suas casas e sua comunidade. Ganharam espaço na mídia tocantinense e no mundo através da sua

resistência representada principalmente pelo artesanato com capim dourado (Anjos, 2017), mas também através das pesquisas científicas nas quais elas participaram sobre várias questões de seu território, turismo, cultura, direito, ecologia, ciências ambientais, saberes tradicionais, o artesanato e diversos outros campos levantados por Melo (2017) e Silva (2019).

As memórias herdadas dos antigos em relação ao desenvolvimento dos saberes transmitidos e adquiridos e do espaço/lugar de pertença (Halbwachs, 2003) forjaram nas guardiãs sua identidade, uma identidade coletiva (Pollak, 1992), que as identifica como protetoras dessas memórias repassadas por gerações.

O lugar de liderança delas está estabelecido pelo exemplo. Suas ações transmitem, falam por elas ao fazer o que aprenderam com as matriarcas por isso foram indicadas pela comunidade e por outras mulheres como sendo as anciãs que representam a cultura e a memória do seu povo.

Esses fazeres estão entranhados nas vivências passadas dos antigos. A base de quem são hoje, as novas lideranças a serem seguidas, advém da continuidade dos trabalhos dos antigos, como na tradição do ensino e aprendizado do roçado, na forma como lidam com as atividades da casa, do repasse dos saberes das ervas medicinais do Cerrado, do extrativismo e no costurar do capim dourado com a seda do buriti, o manejo da terra adquirindo dela seu sustento e sobrevivência, a criação do gado nas Serras Gerais, além das lutas políticas com o poder público.

Alguns desses modos se modificaram pelas necessidades e novas realidades que surgiram com o tempo, pois a memória coletiva evolui e não está engessada em si. Mesmo assim, não as mudanças não diminuem o valor delas e impedem sua transmissão, mas ressignificam pela continuidade do repasse e novas memórias são acrescentadas às anteriores pela construção coletiva, mantendo a essência das primeiras (Halbwachs, 2003).

Na visão das guardiãs, elas representam a luta e a resistência, pois são vozes de reivindicação que acalentam a nova geração, ensinam, despertam e enfatizam quem são e de onde vieram. Como diz Ditora, 68, “os nossos antepassados deixaram tudo bem amarradinho, direito, pra gente continuar”.

As vivências de campo na pesquisa, por meio da observação participante e das entrevistas transcritas das histórias de vida e realizadas com as anciãs demonstraram que o papel desempenhado por elas está pautado pela referência das suas matriarcas e seus ancestrais. Boa parte da base da fala delas está no passado, nos relatos das suas memórias, fazendo ligação com o que aprenderam.

Ditora faz referência aos seus ancestrais demonstrando sua origem e seus saberes.

Guardina, a mãe da minha vó, que é a minha bisavó chamava Guardina e a minha vó Laurina. Não é importante? Era desse povo da Bahia, aí. Da Bahia. Maria Inácia é a mãe do meu avô Silivério. Não tem o Colégio? O meu vó é filho da Maria Inácia. O pai do meu vó Silivério, chamava Pedro Ribeiro. Quando meu avô ensinava o povo dele. O meu vó aqui, ele era um homem muito inteligente muito, muito, muito. A mamãe diz que ele ensinava os filhos dele. Tudo ensinou, tudo segura. Tudo inteligente. Tudo, tudo ensinou (Ditora, 68 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

Desta forma, e de maneira contínua, as guardiãs têm compreendido seu papel frente aos eventos que vão surgindo na comunidade. Essa continuidade se deve às memórias herdadas de seus ancestrais que conquistaram seu espaço, construíram, multiplicaram o conhecimento, manejaram a terra, cultivaram seus roçados, enfrentaram as dificuldades de morar isolados como resistência na época da escravidão e após, resistiram ao esquecimento das comunidades remanescentes de quilombo, mas lutaram contra todo preconceito e abandono e desenvolveram habilidades necessárias para sobreviver e perpetuar sua descendência. Diante de todo exemplo assimilado de luta e resistência, permanecem andando no caminho trilhado pelos antigos fazendo dessas memórias a continuidade das tradições do seu povo.

Agora, se na primeira ida presenciamos e participamos do funeral de D. Laurentina, a guardiã da memória mais antiga que vivia naquele ano, 2022. A segunda ida à comunidade nos possibilitou observar as atividades das guardiãs atuais no seu cotidiano presente em meio às lidas e correrias do dia a dia.

## **6.7 Relatos Etnográficos na Comunidade Quilombola Mumbuca**

Em retorno à comunidade, agora depois de um ano, as anciãs nos receberam na Mumbuca após a Festa da Colheita de 2023. Esse período da ida ficou acertado com elas como abordado na contratualização da Pesquisa-ação (Barbier, 2007), para a coleta das entrevistas e poder observar o cotidiano da comunidade.

Se na ida anterior conseguimos ir de carro com moradores da região que faziam lotação, a segunda ida já foi bem mais complexa para nosso transporte, e foi apenas por meio de carro de turismo que faz viagens Palmas a Mateiros e Mumbuca que chegamos ao destino.

Durante mais de uma semana, tentamos contatos com pessoas da região para saber sobre transporte de empresas que faziam o percurso, mas infelizmente não havia vagas ou viagens disponíveis, até que uma das mulheres da comunidade nos avisou que possivelmente teria um carro indo a Mateiros na data da viagem prevista. Entramos em contato e conseguimos adquirir a vaga que estava sobrando.

No dia marcado, viajamos em um carro de turismo juntamente com outros cinco turistas que estavam conhecendo o Jalapão pela primeira vez. A chegada à Mumbuca estava prevista apenas para o segundo dia do trajeto devido às paradas nos pontos turísticos. Pudemos vivenciar essa experiência juntamente com turistas e conhecer um pouco do Jalapão e suas belezas naturais, e aproveitamos para fotografar os pontos turísticos para a pesquisa.

Nos primeiros momentos na comunidade, realizamos visitas às anciãs que já conhecíamos como D. Santinha, D. Martina, Dora e algumas outras mulheres que nos receberam da outra vez que estivemos ali como a Aldina.

Em cada anciã da comunidade que entrevistamos, notamos o senso de afirmação do grupo ligado à cada história de vida, vozes que representam a união da coletividade, que se abraçam em prol da causa maior, a segurança e bem-estar de cada indivíduo contra a opressão externa.

A história de vida das anciãs está vinculada à história tecida por séculos de existência desde a formação da Mumbuca, passando pelos desafios enfrentados no período chamado por Dora de “estrito da vida”, das graves inseguranças sociais, econômicas e nutricionais pelas quais passaram e da falta de assistência médica. Após

isso, os conflitos ambientais que sobrevieram sobre eles. Ainda hoje lutam para ter a titularidade de seu território.

Vejamos a seguir as observações participantes realizadas na comunidade.

Ao chegar, a primeira coisa que avistamos foi a casa de hospedagem de D. Santinha com a pintura azul e branco nas paredes, pois sua cor se sobressaia das demais e agora estava toda cercada.

Por detrás dessa casa, há outra construção ao fundo que é onde D. Santinha morava com seu esposo até novembro de 2023. Sua neta e amigos da comunidade relataram que seu Venceslau havia falecido naquele ano após nossa visita. Quando estivemos ali, ele já apresentava uma indisposição, mas não se sabia o que tinha. As lembranças que nos vêm são de vê-lo uma das últimas vezes roçando próximo aos pés de mandioca no quintal. D. Santinha está morando sozinha agora, mas sempre muito rodeada pelo filho e filha, e netos que moram bem perto dela.

A casa onde mora D. Santinha é feita em adobe e telhado de palha, sua área é toda aberta por dentro, tendo uma cozinha em outro compartimento onde mantém seu fogão tradicional à lenha feito de barro onde prepara sua refeição. Do lado de fora há um banheiro, um giral, que é como chamam o local que usam como pia de lavar louça e roupa. Trata-se de uma base de madeira da altura da cintura com uma torneira.

Seu quintal é bem amplo e largo, com muitas árvores, portanto é todo sombreado. As galinhas vivem soltas por ali e aproveitam para ciscar em todo terreno. Foi sob a sombra dessas árvores que D. Santinha nos concedeu a entrevista para a pesquisa com seus netos e filhos próximos dali.

Quando conversamos sobre sua casa de acolhimento aos visitantes, D. Santinha explicou que agora havia se tornado uma escola para as crianças menores, uma escola de educação infantil. Contou que de todas as construções da comunidade sua casa era que melhor poderia ser transformada em escola, e vendo a necessidade da comunidade, ela alugou para prefeitura.

Nessa casa de hospedagem, havia três quartos, uma sala, um pátio externo e um banheiro do lado de fora construído em alvenaria e telha de barro. Na frente da casa, ela mantinha um jardim simples com plantas e flores o que davam um ar bem aconchegante e mesa com várias cadeiras.

A escola de ensino fundamental leva o nome de seu avô, Silvério Ribeiro de Matos, e foi construída em um terreno doado por sua mãe, D. Laurentina. Seguindo o exemplo de seus ancestrais que lutaram pela melhoria da comunidade, ela de boa-fé cedeu sua casa para um bem de todos. A sua resposta em transformar sua casa em escola para as crianças afirma sua participação nas lutas iniciadas por seus ancestrais.

Uma das coisas que ela procurou saber era como estava indo a pesquisa e disse novamente que estava muito feliz em saber que eu estava na universidade. Perguntou se eu já tinha falado com outras senhoras. Respondi que tinha algumas em mente, mas que ainda ia conversar com elas. D. Santinha foi enfática ao dizer que nos levaria para conversar com cada uma delas, e citou os nomes de algumas que se encaixavam no objetivo da pesquisa. Foi muito cativante ver todo o empenho dela em direcionar e encaminhar para as outras anciãs. Assim ela estava selando um compromisso com a pesquisa e demonstrando sua liderança na comunidade, pois queria nos guiar nesse percurso do trabalho.

E de fato, D. Santinha abriu portas para alcançar outras senhoras nos indicando a elas. Isso foi fundamental para o andamento das atividades de campo. Freitas (2006) e Barbier (2007) discorrem sobre a história oral e pesquisa-ação. Para eles, o pesquisador precisa estar disposto, atento e seguir a direção e objetivos conforme os encaminhamentos dos colaboradores e se faz necessário o ouvir atento para ser guiado e respeitar suas vontades.

Após o término da entrevista, D. Santinha fez questão de nos levar para caminhar pelo seu terreno com seu roçado de mandioca e muitos pés de frutas muito feliz e orgulhosa das suas plantas e como esse modo de vida é importante para ela, mantendo suas tradições ligadas à roça, ao conhecimento das ervas medicinais do Cerrado e todo o seu modo de viver nele.

Sua casa é carregada de seu cuidado, hospitalidade, cultura e tradição. Fez questão de posar para fotos próximo dela, do seu lugar de lavar roupa (Figura 27), sua roça e no quintal de casa (Figura 13 e Figura 14), mostrando onde queria tirar as fotos como na sua cozinha com fogão à lenha (Figura 28).

Esses locais expressam sua tradição e sua luta em permanecer nesse lugar de memória conforme Halbwachs (2003) expõe em seu texto. Os lugares são apontados

como referência nas suas memórias, terra de seu avô Silvério e avó Laurina. Ela relata que estava junto de sua avó quando essa descobriu o capim dourado no campo.

Essa é a terra natal dos seus filhos, lugar de reproduzir os ensinamentos recebidos, onde mantém suas ervas medicinais, produz seu roçado de mandioca e nele reúne sua família para fazer farinha e criar galinhas para a subsistência. Sua casa, família e comunidade compõem sua história de vida (Thompson, 1993). É nela que resiste e transmite os saberes por meio das tradições que ensina aos filhos, netos e bisnetos.

Figura 27 - Local de lavar louça e roupa de D. Santinha.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Figura 28 - D. Santinha junto ao seu fogão a lenha, tradição em Mumbuca.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Assim, encerramos nossa visita conhecendo um pouco mais de sua realidade e das suas tradições e é claro, depois tomamos aquele cafezinho gostoso recém passado.

Figura 29 - Casa de D. Santinha.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

A garrafa de café agora fica na mesa no quintal da sua casa sob as sombras das árvores, como a Figura 29 demonstra, e não mais no pátio como era antes, mas ele continua sendo servido às visitas. As cadeiras e redes também estão ali uma ao lado da

outra para acolher quem chega. Com certeza aprendemos muito com a anciã mais idosa da comunidade atualmente.

Em relação à guardiã Dotorá, na visita anterior não havíamos conversado com ela sobre a pesquisa. D. Santinha aproveitou a oportunidade para falar com ela sobre nosso interesse em pesquisar ali na comunidade e a convidou para falar comigo. D. Santinha havia dito que ela era uma das pessoas que mais poderia ajudar dentre as anciãs.

Assim, explicamos a Dotorá sobre a pesquisa e a convidamos, que de pronto aceitou dizendo: “esse povo de universidade vem muito aqui atrás de mim para eu dar entrevista, e pra você, não vai ser diferente”. Portanto, após essa conversa inicial, ela marcou um dia para irmos até sua casa para a entrevista.

Ao chegar na casa dela, nos deparamos com uma placa do Sebrae indicando que aquela casa é de ‘Dotorá’, como demonstrado na Figura 30. Uma casa bem típica da comunidade, feita de adobe e telhado de palha. Na frente ficam os quartos e a sala e atrás está a cozinha tradicional com o fogão a lenha.

Figura 30 - Casa de Dotorá.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Quando estávamos chegando à porta, já chamamos de longe “Dotorá, ó Dotorá”. E ela responde de lá de dentro: “Entra Larissa, pode entrar”. Encontramos ela sentada em sua cadeira com os pés apoiados e esticados em um banco e um cesto de palha ao lado de sua cadeira. Dentro do cesto havia capim dourado e seda de buriti (Figura 31).

No seu colo, uma peça quase pronta de capim dourado que ela estava costurando. Usando uma saia comprida florida, uma blusa soltinha e um lenço preso a sua cabeça, bem característico do estilo das senhoras se vestirem ali na Mumbuca.

Figura 31 - Cesto em tala de buriti, o balaio, contendo capim dourado e seda de buriti.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Eram catorze horas. Ela marcou esse horário nos explicando: “Você pode ir lá em casa duas horas da tarde. Esse horário é melhor pra gente conversar”. Mas ficamos em dúvida e perguntamos: “Esse horário não é o do descanso? A senhora não prefere mais tarde para poder descansar?”. Fizemos essa pergunta, pois percebemos que depois do almoço, as pessoas têm o costume de relaxar e descansar. Eles acordam bastante cedo.

Entre 5 e 6 horas já é possível ouvir a movimentação para lá e para cá de moto, conversando, os sons de pessoas na igreja orando.

Então, após o almoço, a comunidade fica mais quieta e silenciosa. Todos estão em casa na hora mais quente do dia descansando. O movimento de pessoas retorna entre 14h30, 15 horas. Datora respondeu explicando: “É melhor às duas horas, porque depois começa aquele ‘zum, zum’ de gente por lá me procurando, aí fica difícil. Eu não durmo não. Pode ir”.

Sua casa é sempre muito procurada por turistas, visitantes conhecidos da comunidade, estudantes dos mais diversos lugares do Brasil, e pelos seus sobrinhos e amigos. E por isso, no dia marcado, tratamos de chegar lá pontualmente às 14 horas para nossa conversa e entrevista.

Ao começar, falamos sobre o porquê de estar ali, explicando sobre a pesquisa e como aconteceria. Após isso, relatamos um pouco da inspiração para fazer essa pesquisa sobre as histórias de vida e das anciãs, descrever e escrever sobre as memórias, as tradições e a cultura daquele povo que tanto nos cativou em nossa primeira visita.

A casa de Datora reflete sua cultura e suas tradições. O local da entrevista foi na área atrás da casa, um local amplo que é usado como cozinha e sala. Ali ela recebe as visitas e turistas, conforme apresentamos na Figura 32.

Figura 32 - Área interna da cozinha de Datora, local de receber turistas e vistas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Nos fundos da cozinha está seu fogão à lenha utilizado em seu cotidiano, apesar de possuir um fogão a gás na parte interna da casa que usa apenas para pouca coisa e produções mais rápidas, pois prefere a comida feita no fogão à lenha. Ela diz ser a melhor comida e que traz lembranças afetivas de suas raízes.

É nesse espaço que recebe os grupos de turistas para contar sua história, demonstrar a costura do artesanato e compartilhar sua cultura quilombola. Essa atividade de receber turistas para essa experiência de base comunitária é uma renda complementar da exercida como artesã. Essas atividades econômicas são realizadas com muita dedicação.

Como ela esclarece, a atividade de artesã foi a que proporcionou a mudança em seu meio de sobrevivência: “Aí o capim dourado tirou do brefo, tirou a metade do brefo” (Datora, 54 anos). Datora demonstra alegria por essa atividade que realiza e por dar continuidade àquilo que sua mãe iniciou.

Relembrou as lutas pelo direito de pertença do seu território. O PEJ não foi o primeiro a atacar o território Mumbuca tentando tirá-lo deles. Há muitos anos, quando ainda era criança, seus ancestrais defenderam suas terras de um fazendeiro chamado Temosílio.

Aqui, teve um ricaço, marajá! Bancou de bonzão pra tomar Mumbuca dessa geração, um ricaço, o nome dele chamava Temosílio Ribeiro. Ele bancou, bancou, rico, tinha condição de bancar.

O Temosílio, aí botou na Mumbuca shiuuu. Ele botou um mundo de madeira ali, ó. Lá onde é o terreno de tio Diolino. Lá que foi o acampamento dele pra botar muita, muita madeira, pra cercar isso aqui todinho. Muita madeira, só madeira boa e um tantão de arame, um montão de arame, um montão de arame e de madeira pra fazer cachondrame

Meu avô foi sete viagens de pé mais o genro dele, que é o pai de Paizinho. Ele com meu vô, o genro com o sogro, foram pro pé de serra, Novo Acordo pra lá, de pé. Deu sete viagem para não deixar Temosílio aqui, lá no pé de serra tinha uma coisa, que era o socorro. De socorrer de trabalhar com a lei, a lei. Pra poder ganhar a questão na justiça pela terra aqui.

É, sete viagens de pé! Na última remessa, na quantia que deu sete viagem. Deus fez que meu avô ganhou a questão e quando ele chegou aqui de madrugada, a minha tia Laurentina diz que ele chegou.

Eu tava no quarto mais o filho, o primeiro filho dele. Aí ela escutou batendo, 'pam' fazia assim no chão com a chinela de couro molhada. Ela se foi, ela sentiu que era o marido dela que tinha chegado.

Aí contou o causo de que havia ganho. Eu digo não, é o meu vô! Aí o povo não dormiu de alegria, festa, festa, festa, festa, de alegria! Aí o povo reconcentrou, só foi Deus. Mas também o cupim comeu todas as madeiras, mas ninguém pegou uma tora. Rico tinha poder, mas Deus sabe que Mumbuca não tava roubando de ninguém! Foi por isso que Deus não deixou isso acontecer nessa vida. É luta, foi luta (Datora, 68 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

Assim como seus ancestrais lutaram por seu território, ela tem dado continuidade à liberdade de seu povo demonstrando guardar essa memória e repassá-la aos mais jovens para afirmar a resistência e luta de seu povo.

Datora relembrou o valor e o sentimento que possui pelo artesanato com capim dourado, além das preocupações em relação à nova geração em manter as tradições, dos detalhes de suas vivências com seus ancestrais, os saberes tradicionais que aprendera, e tentou demonstrá-los para que entendêssemos as riquezas repassadas. Uma verdadeira professora das tradições da Mumbuca.

## **6.8 Cada Guardiã Conta Sua História**

### **6.8.1 D. Martina- *O Cerrado Para Nós É O Manjar***

Dona Martina foi um dos nomes que D. Santinha e D. Dora apontaram que deveria ser entrevistada por ser excelente memorialista das histórias da Mumbuca. Uma guardiã das memórias de sua família e comunidade.

O contato feito por meio de D. Santinha para chegar a D. Martina abriu as portas para conhecê-la melhor.

D. Martina é de poucas palavras, mas de muita sabedoria, como ela expôs: “Os derradeiros dos jovens pra frente já não sabem mais, direção. Sabem do que os outros falaram mesmo, eu falo. Quem dá assunto, vai saber falar mais depois. Eu falo de mim, é que sabe os assuntos”. Nessa fala ela explica que os mais jovens sabem, porque já ouviram falar dos mais velhos. Ela conta aquilo que lembra, viveu e sabe contar.

Sua casa não é muito diferente do modelo das de D. Santinha e D. Dora. Feita de adobe e telhado de palha, porém já possui uma mistura com tijolo de barro, o que também foi visto nas demais casas. Mas como nas anteriores, atrás da casa está uma área mais ampla coberta de palha com o fogão à lenha, uma mesa grande para acomodar sua família e um quintal bem amplo que usa como uma roça menor.

É nesse local que ela recebe suas visitas e onde escolheu realizar a entrevista. Assim seguimos conforme as orientações para a realização de uma entrevista pautada pelo ouvir sensível e acolhedor (Barkay, 2016; Freitas, 2006).

D. Martina escolheu o horário das 9 horas. Ao chegar em sua casa, ela estava com uma de suas sobrinhas e filha conversando. O fogão à lenha já estava aceso com uma panela de pressão no fogo. Ela preparava feijão para o almoço.

Sentada junto à mesa comprida que havia em sua área, ela contou um pouco da sua história de vida. Ao indagá-la como havia sido sua infância, as memórias que possui desse tempo junto dos seus pais e irmãos, D. Martina ressaltou não ter lembranças de ter tido uma infância.

Quer dizer, na minha infância...Eu não tive infância. Sabe por quê? Porque naquela época, todos os filhos ajudavam os pais, desde pequenininho até maiores. Ajudava o pai na roça, na casa, pra vestir a roupa, para ver... (inaudível), queimava a cor, fazer gordura.

O pai só dava conta mesmo de dar o alimento, porque era muito difícil. Naquela época era difícil. Nós fomos criados com peça de algodão, e nós fiávamos, nós tecíamos e nós fazíamos. Fiava no algodão, e tecia no fiar, e cortava e fazia, mandava pra todos na casa. E todo mundo é vivo!

Em todo o quintal tinha algodão, toda roça tinha algodão, era o nosso sustento mesmo aqui, que nós tínhamos a rede, fiava a rede, tecia a rede, o coxonilho, era aquela tufadinho que botava na sela. Tinha uma roda de fiar. Na roda eu não dei conta não, mas no fuso eu fazia, no fuso.

Tecia no fuso, botava aqui, e fiava, botava muita linha e tecia, tecia. Tecia 20 metros, a gente tinha que tirar aquela que a gente não alcançava né, tirava aquela metade mais pra lá, e continuava mais um. Nós tínhamos é 16 irmãos, todo mundo ensinava o fiar (Martina, 78 anos, anciã da comunidade quilombola Mumbuca).

Ela relata esse período quando precisava ajudar os pais para sobreviverem às dificuldades. Lembranças dos tempos em que ajudava sua mãe, D. Laurentina, e seu pai José Beato, na roça, a colher e a fiar as roupas de algodão, que fazia à mão no fuso para usarem, além de ajudar a tingir a roupa e a retirar a gordura de animais que seria usada para sabão e lavar o cabelo.

Sobre o fiar, D. Martina afirmou ainda ter a roda de fiar como objeto de memória, mas atualmente ela já não fia mais. Eles faziam pela necessidade de vestir, pois não possuíam condição de comprar roupas. Eram 16 irmãos. Infelizmente o fuso não estava ali na sua casa para mostrar, pois desejava que víssemos como era.

Nesse sentido, as demais anciãs relembrou o tempo da roupa de algodão que usavam e de como era fiado à mão, mas D. Martina trouxe ricos detalhes em seu rememorar. Explicou que cada família tingia as peças com uma determinada cor. Por exemplo, uma tingia de vermelho, a outra de amarelo, e após eles trocavam peças para que cada família pudesse variar as cores. A tintura para o tingimento era comprada, ou melhor, trocada nas cidades de negócios na Bahia e Piauí. Atualmente as mulheres não tecem mais roupas ou plantam algodão com o objetivo de fiar os fios. A planta de algodão é utilizada apenas para uso medicinal pelo povo.

Sobre isso Oliveira Lopes (2009) destaca que esse uso tradicional também existia na comunidade quilombola Kalunga de Mimoso e que também era fiado para usos diversos como na fabricação de lamparinas, pois não possuíam eletricidade na época.

Ao lembrar esse período da sua infância, D. Martina traz as questões de esquecimento impostas às comunidades quilombolas e as situações de vulnerabilidade econômica, nutricional e social enfrentadas desde os séculos anteriores, remontando ao período colonial mesmo após a abolição da escravidão no Brasil.

As inseguranças vividas por essas anciãs em sua infância e muito lembradas por meio dos testemunhos vividos por seus ancestrais escancaram as violências sofridas e a marginalização impostas aos povos e comunidades minoritários no país.

As invisibilizações e esquecimento que essas comunidades passaram ocorreram em um período recente em nossa história. Até quase o final do século XX havia um silenciamento das vozes negras e quilombolas no país.

Em 1970, surgiu o movimento negro no Brasil para dar visibilidade às questões raciais e preconceitos vividos por essa população. O movimento negro e outros como o feminista iniciaram sua luta para se posicionar nos meios institucionais políticos entre 1980 e 2000, abordando questões de raça e gênero nos debates governamentais e de organizações internacionais, período esse considerado o de maior avanço e crescimento.

É nesse período que a CF de 1988 trouxe em seu texto a seguridade dos direitos às comunidades quilombolas, e a partir da inserção no art. 68 da ADCT, houve a inserção da garantia territorial para essas comunidades. Ainda nesse tempo, ocorreu a criação da FCP em 1988, uma das principais ferramentas para legitimação institucional das causas quilombolas e para a certificação de autorreconhecimento dessas comunidades.

A partir do ano de 2010, o movimento negro feminista reforçou e ampliou seu debate para conscientizar sobre a importância de ocupar os espaços e cargos políticos no país para garantir a representação no debate sobre questões raciais, de gênero e culturais envolvendo a população feminina negra no Brasil (Costa, 2020; Rodrigues; Freitas, 2021).

Muitas transformações vivenciadas atualmente no acesso a universidades públicas ocorrem pela pressão dos movimentos sociais que demandaram a discussão de temas envolvendo questões raciais, culturais, de saúde, sociais e econômicas que afetam essa população (Lopes *et al.*, 2021). Assim, o meio acadêmico abriu espaço para debates sobre a situação de vida nas comunidades e alertou para a necessidade de discutir o contexto social delas, além de possibilitar uma maior interação e integração entre estudantes e comunidades, dando voz e lançando luz sobre os conflitos, marginalização, dificuldade de acesso às políticas públicas e esquecimentos.

Foi apenas a partir do ano de 2005 que pesquisas acadêmicas começaram a enxergar a comunidade quilombola Mumbuca. A pesquisa de Isabel Schmidt (2005) foi a

primeira e abordou questões ecológicas e etnobotânicas relacionadas ao *Syngonanthus nitens* e seu uso pela comunidade Mumbuca como fonte de renda na confecção de artesanato. Também houve uma expedição de Gilvandro Pereira para essa região chamada Expedição Jalapão e o relatório técnico de antropologia de Faleiros presente no trabalho de Moacir Bueno Arruda e Miguel Von Behr (Arruda *et al.*, 2002). Também o Plano de Manejo do PEJ em (2003). Antes desse período, não foram encontrados registros relatando sobre a comunidade Mumbuca.

Essas pesquisas foram utilizadas pela comunidade como argumento para garantir direitos, denunciar as condições em que viviam e dar visibilidade às questões sociais e econômicas vivenciadas por seus ancestrais.

Atualmente, essa realidade vem mudando. D. Martina já conta com alegria que as crianças estão na escola, os jovens na universidade, e possui sobrinhos viajando para diversos lugares por meio dos estudos.

Hoje não, a vida é de escola né, outra faz faculdade, outra faz um passeio na Argentina, e os pais ficam só, só... Meu pai trabalhou até o dia que morreu, de um tanto aqui, pra hoje ter esse colégio aí, hoje ter o postinho, mas foi com luta! Foi luta! Minha mãe preferiu doar um pedaço de terra aí pra fazer o colégio, aí sucedeu ter um colégio graças a Deus. Mamãe doou um pedaço de terra ali pra fazer a Associação, uma loja, um banco muito especial pra todo mundo (D. Martina, 78 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

Essa mudança na realidade da infância e juventude da comunidade mumbucana traz satisfação e contentamento para essa anciã que vê a realidade da vida se modificar e melhorar. Antigamente ela e seus irmãos e primos (as) aprenderam a escrever seu nome em folhas de plantas como a do Bruto do Cerrado (*Annona crassiflora*), conforme ela explica.

Na minha época, não tinha escola, agora tem uma escola. Pra aprender palavra, a palavra que eu escrevi, na folha de bruto, a gente escreve na folha de bruto, ó, ó, você escreve o que você quer, na folha de bruto, acredita?

Quando você está escrevendo é uma cor, quando passa uma horinha é outra cor, quando seca é de outra cor. É tão bonito, tão lindo a folha dele, a letra. Assim escrevi, Deus, Jesus, eu fiz esse nome, o primeiro nome que escrevi foi nessa folha porque não tinha caderno, não tinha folha, não tinha papel não.

Quem me ensinou foi o meu irmão Moisés, e foi muito, mais meus tios Agenor, é Emenegildo, Dionísio, Inácio, aí Diolino. Naquele tempo não tinha colégio para nós estudarmos.

É, eu lembro quando era pequenininha que veio um povo, umas professoras do Corrente pra ensinar, os pais que pagavam, mas como era que pagava assim sem condição? (D. Martina, 78 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

A falta de acesso à educação pública impossibilitou as crianças naquela época de frequentar uma escola e estavam à margem das políticas públicas e invisibilizados no acesso aos direitos garantidos na CF de 1988 em seu art. 205.

D. Martina aprendeu a escrever seu nome substituindo o lápis por um graveto e a folha de caderno por uma folha de uma planta chamada bruto (Figura 33).

Figura 33 - D. Martina demonstra como aprendeu a escrever seu nome na folha de Bruto (*Annona crassiflora*, Mart. Annonaceae)



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

As crianças eram ensinadas por seus pais e tios a escrever seu próprio nome, Deus e Jesus, conforme expôs D. Martina. Esse esforço de seus tios e pais permitiram

que aprendessem a assinar o nome para terem a dignidade e reconhecimento. Essa era a preocupação deles.

D. Martina compreende as dificuldades enfrentadas, mas faz questão de enaltecer o esforço que seus antepassados fizeram para oferecer o melhor que podiam às crianças, resistindo contra a opressão e a falta de acesso ao ensino.

Essas lutas e esse tempo são repassados aos seus descendentes e recontados para os pesquisadores para que não sejam esquecidos ou silenciados pelo tempo, pela discriminação e marginalização das memórias de seu povo.

D. Martina ainda lembrou os alimentos que mais comiam na época dos seus antepassados.

O Cerrado para nós é o manjar. O manjar de tudo. E cada mês tem umas frutas. Cada mês tem umas frutas. O buriti é uma vitamina muito boa, faz tudo com a poupa. A gente tira o óleo, amassar o doce, tira o óleo, faz tudo, a gente faz tudo.

Nós tínhamos o coco, nós pegávamos, fazia a farofa, e pegava o coco pra nós merendar. Fazia a farofa torrada, fazíamos crua, com o coco, aquela farofinha nós comíamos. Farofinha de mandioca e misturava junto com o coco, nós comíamos, todo mundo comia. Era um alimento especial. As castanhas do pequi, nós fazíamos do pequi. Nós comíamos mais o pequi.

As castanhas botávamos tudo em solo para secar. Nós fazíamos farofa, fazia o óleo, é, fazia o caldo. Pisava, tirava o espinho bem coisadinho. Só gente pequena que não podia fazer, Só gente esperta, por causa dos espinhos.

Pisava, pelava ele bem descascadinho, limpava ele bem limpinho pra fazer né. Colocava alho, cebola, jogava uma farinha dentro, um pouquinho, fazia aquele pirão, ah, mas é bom demais, deliciosa. Eu comia, enchia a barriga e todo mundo ficava satisfeito. Hoje não, é bife, é não sei mais o quê, é lasanha, picanha. O povo ó, com a barrigona. Naquele tempo não ficava ninguém com a barrigona (D. Martina, 78 anos, anciã na comunidade quilombola Mumbuca).

A fala dessa anciã traz ao debate a questão da insegurança alimentar que as famílias quilombolas e comunidades negras enfrentaram e ainda enfrentam de modo geral em situações de desigualdades raciais, de gênero, emprego e renda.

Esse é um assunto que não pode ser esquecido, e deve ser enfrentado e revelado. Ana Lúcia Pereira (2012, p. 8) em sua pesquisa trata sobre “vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, bem como as políticas públicas desenvolvidas no período de 2003 a 2010” na comunidade Mumbuca. A autora concluiu que a vulnerabilidade dessa comunidade foi agravada com a criação do Parque Estadual do Jalapão, que gerou uma quebra do relacionamento organizacional e produtivo que as

famílias possuíam com o ambiente, interferindo em seu modo alimentar devido às proibições impostas à época. Eles também têm sido afetados pela vagarosidade da entrega da titulação de suas terras, expondo-os cada vez mais a situações de conflitos e à insegurança alimentar e social. Para contornar a insegurança alimentar a que foram submetidos, comemoram a colheita do capim dourado.

a Festa da Colheita do Capim Dourado simbolicamente representa a festa da colheita do alimento, tendo em vista que a venda do capim dourado é a principal forma que os moradores de Mumbuca têm para o acesso ao alimento que, paulatinamente, deixa de ser produzido internamente para ser comprado (Pereira, 2012, p. 269)

Ao falar sobre os alimentos que comiam com mais frequência, D. Martina relata que eram mais saudáveis do que os consumidos hoje, pois destacou que não se sentia mal após a ingestão ou com sensação de mal-estar. As mudanças ocorridas na alimentação da população da Mumbuca são refletidas por meio da inserção de alimentos processados e industrializados. No tempo de sua infância, de seus avós e pais, o que comiam vinha diretamente da produção na roça, da caça e do Cerrado, fonte de alimento. Desta forma, podemos afirmar que a influência do estado e do Parque modificou os hábitos e modos alimentares das famílias da comunidade, afetando os costumes e expondo-os às inseguranças e vulnerabilidades sociais.

Durante nossa conversa, D. Martina trouxe vários outros relatos daquilo que viveu e testemunhou e descreveu situações em que não se conhecia o que era um balde, uma bacia, uma sandália, tudo era tecido à mão, se tecia o coifo, bolsa de palha de buriti, onde se carregava pequi, coco, buriti para fazer as viagens. As panelas eram feitas de barro pelas mulheres da comunidade. Essas práticas foram abandonadas ao longo do tempo e substituídas pelos novos utensílios da modernidade.

Destacou que seu papel foi o de suporte e ajuda para sua mãe após a morte de seu pai, e sua lida era cuidar dos irmãos menores e trabalhar na roça, ofício que desenvolveu vendo seu pai que passava a ela as instruções. Assim ela também foi aprendendo e ganhando gosto pela terra, lidando com a roça e tirando dela seu sustento.

Como sua mãe não era do artesanato, mas parteira e versada nas ervas medicinais, D. Martina aprendeu com ela a reconhecer e a indicar os benefícios de cada

erva para o tratamento das necessidades físicas principalmente, mas não unicamente, as femininas.

Em seguida, já adulta se desenvolveu na arte de tecer com o capim dourado para ultrapassar os desafios e assim ressignificar os enfrentamentos da comunidade. D. Martina relatou que não aprendeu a fazer o artesanato quando mais jovem, porque não tinha tempo já que ficava ocupada na roça.

Para ela hoje o capim dourado representa uma boa parte de sua renda. Por meio dele, conseguiu adquirir novos bens. Ela diz sobre a Associação que “é um banco muito especial. Para todo mundo. Toda hora tem dinheiro lá, que foi um bocadinho, tem dinheiro lá” (D. Martina, 78 anos).

Dentre as anciãs participantes da pesquisa, D. Martina é a que possui mais filhos. Nove no total, e já possui netos e bisnetos. Está sempre cercada por sua família. A maioria deles mora nas proximidades de sua casa. Seus filhos e filhas seguiram na tradição do roçado, no tecer capim dourado e na criação de gado. Alguns de seus filhos já não estão mais morando na Mumbuca, e estão morando até mesmo fora do país.

As histórias de vida narradas por D. Martina vão além do alcance desse estudo. Será necessário aprofundar as questões levantadas por suas memórias em um próximo estudo.

D. Martina reflete no seu corpo resistente as lutas enfrentadas e os desafios superados. Aprendeu com sua mãe e seus tios sobre a união, a coletividade e as ações que fortalecem o grupo e a identidade cultural que possuem. Sua dedicação atual está na sua participação nas reuniões e assembleias da Associação e no ensino sobre o legado deixado por seus ancestrais, que insistiram na necessidade de as crianças irem à escola. Além de ser fomentadora dos saberes e costumes aos mais jovens em palestras que realiza aos alunos quando convidada a expor os saberes tradicionais.

#### 6.8.2 Aldina - *A Minha História Não é Diferente da História Aqui*

A história de vida de Aldina reflete significativamente a luta, os enfrentamentos, os esquecimentos, as marginalizações das comunidades quilombolas no Brasil, as

dificuldades para estudar, os conflitos territoriais e a resistência em se manterem em suas terras.

A entrevista aconteceu em sua própria casa, que mantém as características das demais casas da comunidade. Durante o tempo que passamos ali, observamos que sua casa está sempre movimentada por pessoas da comunidade entrando e saindo. As pessoas a procuram para falar de tudo, seja pelas questões da escola, da associação, da igreja, em busca de alguma informação, sobre se tem leite para vender, farinha, trocam também por outras coisas. Observamos que mantêm entre eles mesmos a busca por algum item para comprar como frutas e legumes. Há itens que eles vendem ou trocam entre si de acordo com o que cada um produz em sua roça.

As pessoas ainda a procuram por capim dourado, pois ela coleta e vende também. Então sua casa é bastante agitada durante o dia. Eles a veem como referência nas lutas quilombolas e a procuram para conversar sobre os assuntos da comunidade também.

Apesar de ter nascido em outra comunidade quilombola, na cabeceira do rio Galhão, está vinculada sanguineamente com o povo da Mumbuca. É dessa forma que ela inicia sua história, se reconhecendo enquanto quilombola e parte do mesmo sangue.

A minha história não é diferente da história aqui. Porque pra começar, os meus avôs eram primos dos mais velhos aqui, que é o velho Silvério. O meu avô era primo do velho Silvério, que é o pai da Laurentina, o pai da Dona Miúda. Eles eram primos. Inclusive o Batista e o Matos que tem lá, é o mesmo Matos e o mesmo Batista daqui. Então, quando os nossos avôs, na época, essa história foi oculta por muitos anos. Eu entendi depois que a gente vai estudando, a gente vai entendendo por que os nossos avôs, os nossos pais escondiam isso da gente. A povoação do povo aqui do Jalapão, a maior parte foi advinda da escravidão (Aldina, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Ela esclarece que demorou muito tempo para compreender as questões enfrentadas por seus antepassados e os motivos que levaram cada um dos fundadores seguirem rumos distintos. Foi apenas após estudar e ouvir as histórias que começou a compreender os motivos do afastamento dos seus familiares.

Porque quando a Lei Áurea, teve aí a Lei Áurea então, os seus senhores soltaram os seus escravos. Então eles buscavam se refugiar nos lugares mais isolados do país. Então aqui era muito isolada, que é em cima de uma serra.

Então, quando eles vieram, vieram uns e povoaram no Galhão, outros povoaram aqui na Mumbuca, outros no Mateiro, outros no Riacho, outros no lugar chamado

Fumaz. Então, eles vieram e aí aqueles lugares que é onde tinha mais, que agradavam, uma turma ficava e outros ficavam em outros lugares. Por exemplo, como que eu descobri que a gente é parente?

O meu avô sempre dizia pra nós lá, que tinha um povo parente dele que morava num lugar chamado Mumbuca. É distante do Galhão, mais ou menos aqui no Mateiro 36, mais 40, 70 quilômetros, a distância daqui lá. Então ele dizia, sempre dizia pra nós: - Eu tenho uns parentes que moram num lugar chamado Mumbuca (Aldina, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

A escravidão e o esquecimento histórico da diáspora forçada geraram rompimento de vínculos familiares e ancestrais com o povo africano e perda das memórias de suas origens e dos saberes como um todo. Missiato (2021) esclarece que provocaram um “memoricídio” de suas raízes.

Após a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, os escravos libertos com medo da repressão da sociedade e aterrorizados pela possibilidade de serem escravizados novamente fogem dos centros urbanos para lugares distantes. Muitos deles vão para os quilombos já existentes e outros procuram o interior do país para se refugiar e estabelecer seu território. O medo de serem pegos e tornarem-se escravos novamente era real entre eles. Devido a isso, os ex-escravos mantiveram o silenciamento das suas histórias, pois era um passado que trazia dor. Muitos preferiram esquecer esse período vivido na busca de superá-lo, porém isso ocasionou rupturas da memória histórica ancestral, das ligações sanguíneas e da origem de seu povo.

O que Aldina rememora é sua luta para compreender a sua própria história de vida rompida no passado pelas perseguições que seus ancestrais viveram.

D. Miúda antes de morrer revelou a ela que eram da mesma raiz, do mesmo sangue, que possuíam a mesma história de seus antepassados e que havia uma ligação familiar. Ela podia ficar tranquila que ela era parente do povo da Mumbuca.

O resgate das origens históricas faz parte da luta das comunidades quilombolas para manter suas tradições e seus costumes e referenciar suas memórias ancestrais.

Povos foram separados e histórias foram silenciadas por séculos, por isso há grande importância em pesquisas que realizam esse resgate dessas vozes que relatam as histórias ocultas que por tanto tempo ficaram esquecidas e à margem dos livros de história oficial (Thompson, 1993, 2002).

Outro fato rememorado por Aldina sobre muitas famílias da região e sua infância foi a dificuldade de acesso à educação e financeiras que levaram alguns pais a permitir que suas filhas trabalhassem em casas de famílias na cidade em busca de um local para ficarem para estudar, mas que na realidade se tornavam empregadas domésticas ou babás, sem direito a um pagamento, apenas troca por um lugar para morar e um prato de comida.

Assim, Aldina sai de sua comunidade rumo a Corrente do Piauí para estudar e trabalhar.

Aí a gente foi estudar. Então dos anos 80 até 87 eu estudei no Piauí. Ficava lá na casa de pessoas pra ser babá, eu era babá. A primeira vez que eu fui trabalhar, eu tinha 10 anos. Eu olhava uma menina que era a neta do farmacêutico. Eu fui trabalhar pra cuidar dessa menina. Daí eu fui estudar, aí não deu certo, mas na casa, porque a menina do sertão, quando vai pra cidade, não sabe de nada, apanha muito, né? Até cheguei a apanhar da minha patroa, tudo. E eu ficava muito revoltada, assim, às vezes, porque essa vida, não tinha direito de brincar, não tinha direito na minha infância, via as outras brincar, tinha tanta vontade de brincar, não podia brincar.

Aí de 10 a 12 anos nessa casa, trabalhei 2 anos. Depois eu saí pra outras casas, né? Porque não dava certo, né. Era muita escravidão, trabalhava só pra ter o lápis, a caneta, o caderno, e roupa usada e sapato usado, era o que eu ganhava. A comida, lápis, borracha, caderno, né? Caneta e roupa usada e sapato usado. Era o que sobrava das pessoas, dava pra gente.

Quando foi, com 14 anos, eu fui pra outra casa, e aí a patroa era assim, meia doida, eu cuidava de duas crianças. E aí minha professora viu, eu chegava morta, dormindo, dormindo na sala, eu estudava de noite, com 14 anos. Pra tá podendo trabalhar durante o dia, no colégio das irmãs, das feiras lá. Então eu trabalhava tipo escravo lá (Aldina, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Muitos pais mandavam suas filhas na esperança de que elas teriam uma melhor qualidade de vida e mais oportunidade. Havia a possibilidade de estudar e de sair daquela dura situação econômica vivenciada pelas famílias das localidades rurais do interior.

Essa situação ocorrida com Aldina aconteceu nas outras localidades como Daldiva descreveu na Mumbuca.

Então, aquele tempo, ele não tinha condição de criar os filhos. E a coisa era difícil, né? Mas aí chegava alguém aqui que: - *me dá essa moça aqui pra eu levar pra minha casa. Para trabalhar pra mim e tal.* E ele, liberava. Porque as coisas daquele tempo não eram como agora. Hoje o pai mais a mamãe, dá conta de sustentar seus filhos na casa de boa, estudando (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Como rememorado por Aldina, tal situação enfrentada pelas meninas dessas comunidades negras rurais denotava trabalhos análogos à escravidão. Uma história pertencente ao passado e infelizmente ainda presente do Brasil.

Essa problemática social afeta em maior número crianças e adolescentes negras segundo dados de pesquisa do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). O número de meninas em 2019 envolvidas no trabalho infantil representou 85%, sendo 71,2 mil em números absolutos. O número de crianças negras, não necessariamente meninas, foi de 75%. Portanto “a predominância de meninas reflete e reproduz o modelo padrão de organização familiar e a desigualdade entre gêneros, uma vez que cabe às meninas as tarefas domésticas e os cuidados às pessoas dependentes e vulneráveis” (FNPETI, 2022, p. 12).

O estado do Tocantins em 2016 representava 1,1% (1.201 crianças) e em 2019 passou a ter 2,7%, o que representa 2.269 em números absolutos de crianças e adolescentes nessa situação, um aumento significativo de 1.068 casos em condições ilegais de trabalhos domésticos.

Os dados refletem o racismo estrutural arraigado ainda no Brasil como consequência do período que esteve mergulhado na escravidão.

Sobre as legislações vigentes, temos o art. 7º, inciso XXXIII, da CF de 1988, que proíbe a participação de menores de 18 em trabalhos insalubres, expostos, noturnos e perigosos e é vedado o trabalho aos menores de 16 anos de idade, liberado apenas em situação de aprendiz (Brasil, 1988).

O Decreto nº 6.481 de 2008 “regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação”. Desta forma, proíbe a utilização da mão de obra infantil em diversos setores como os domésticos, onde os riscos são psicológicos, físicos, de esforços intensos, de exposição ao abuso sexual e diversas outras vulnerabilidades (Brasil, 2008).

Em 2022, o FNPETI publicou um estudo baseado nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2016 a 2019 sobre o trabalho infantil, e apontou que esse tipo de prática representa “uma das piores formas de trabalho infantil” (FNPETI, 2022, p. 4). Esse tipo de trabalho talvez seja um dos mais difíceis de

ser combatido devido à naturalização do assunto no meio social e pela dificuldade que há na fiscalização por se tratar de ambientes residenciais (FNPETI, 2022).

Aldina ficou exposta a essa situação dos 10 aos 17 anos e passou por várias situações de vulnerabilidade e de trabalho similar ao escravo no Piauí, conforme relatou. Posteriormente, sua mãe mandou buscá-la, pois havia uma promessa de trabalho numa escola estadual como professora. Na época, essa região pertencia a Goiás. Ela trabalhou por dois anos na escola. Após isso se casou e deixou o trabalho. Dedicou-se ao casamento e à vida do lar e teve 3 filhos. Ela teve a oportunidade de trabalhar em algumas outras localidades do Jalapão como professora. Após isso, engajou-se em questões políticas e chegou a ser vice-prefeita em Mateiros, já como estado do Tocantins. Posteriormente trabalhou na prefeitura como secretária de saúde e após, secretária de turismo e meio ambiente.

Ela conseguiu finalizar sua formação em Letras em 2011 e a Escola Estadual Silvério Ribeiro de Matos em Mumbuca foi inaugurada em 2010, mas tinha turmas somente até o 7º ano. Então Aldina reivindicou da Secretaria de Educação de Palmas e da prefeitura de Mateiros que houvesse o 8º ano, trabalhando para ampliar o atendimento escolar na comunidade. Ano após ano, ela enfrentou dificuldades para abrir novas turmas e dar continuidade à educação das crianças na própria comunidade sem que fosse necessário o deslocamento delas para Mateiros, distante 35 quilômetros. Assim, Aldina passou a trabalhar e a morar na Mumbuca.

Após relatar essa parte da sua história, ela retomou o tema da sobreposição das terras da Mumbuca e outras comunidades quilombolas pelo Parque Estadual do Jalapão. Sobre isso ela lembrou que ajudou a criar todas as associações da região do Jalapão e outras externas ao PEJ afetadas por outras unidades de conservação. As associações citadas por Aldina foram: Ascolombolas-rios, da Mumbuca, criada em 2001, da qual ela é sócia desde 2002. Depois auxiliou a criar a Associação dos quilombolas do Carrapato, Mata, Ambrósio, após a de Jactebi da comunidade Boa Esperança.

Ela esteve presente desde cedo nos movimentos das comunidades e das suas organizações, pois muitos foram afetados pelo conflito do parque.

Em 2006, auxiliou e participou no reconhecimento como quilombola dessas comunidades para que eles não viessem a perder suas terras.

Aldina destaca-se por batalhar para que houvesse escola e pela questão do conflito do Parque com as comunidades quilombolas da região, tema do Capítulo 3. A participação dela na criação das associações e no reconhecimento enquanto quilombola foi fundamental. Ela acompanhou todas as reuniões e os fóruns. “Criamos o Fórum Permanente das Questões das Comunidades Quilombolas do Estado do Tocantins. Nós fomentamos e brigamos para criar esse fórum no Ministério Público. Fomos várias reuniões no Ministério Público” (Aldina, 54 anos).

Portanto assim tem demonstrado sua liderança no auxílio da construção da identidade quilombola, nos termos da lei, necessários para o autorreconhecimento quilombola, promovendo a permanência de seu povo em seu território e resistindo contra todas as opressões, os conflitos e as ameaças do poder público. Além disso, também esteve presente no plebiscito de criação de Mateiros e na delimitação dos limites municipais e auxiliou na escrita do plano da cidade enquanto ainda era professora ali. Depois já como secretária da prefeitura ajudou no plano de regionalização do turismo do Jalapão.

Participou ainda dos debates e discussões sobre o que compreendiam enquanto Jalapão e seus limites territoriais: “São Félix e Mateiros, que é Jalapão. Tudo que subisse a serra é um Jalapão, por isso que a gente botou o limite na serra. Porque o Jalapão compreende o que está em cima da serra” (Aldina, 54 anos). Lembrou que a comissão julgava que apenas o que estivesse em cima da serra da Muriçoca entraria como Jalapão, incluindo pedaços do Piauí, Maranhão e Bahia. E viu que diante do crescimento do nome do Jalapão, o Tocantins despertou e as cidades antes esquecidas foram crescendo e se desenvolvendo. Por isso, ela afirma que as demais cidades pequenas próximas da serra quiseram levar o nome do Jalapão junto para crescer economicamente.

Além das questões territoriais, essa guardiã rememorou o crescimento do turismo na região e as pautas das comunidades quilombolas sobre o turismo de base comunitária para alavancar a comunidade e beneficiar os moradores locais. Por isso também foi contra a concessão do Parque ao setor privado em 2021.

Muitos moradores da Mumbuca e região têm se voltado para o setor do turismo. Alguns são proprietários de atrativos com fervedouros, lanchonete, restaurante, pousada, são guias turísticos nos atrativos, além de serem motoristas e guias turísticos nos carros

das agências ao mesmo tempo seja de forma autônoma ou prestando serviço. E ainda, outros tantos trabalham nas lojas das associações de artesãos ou nas lojas do comércio local em Mateiros.

Fomentar o turismo na região é imprescindível para manter a economia local e a fonte de maior parte do sustento das famílias como as vendas da loja da associação que as guardiãs mencionam como um fator de mudança na qualidade de vida das famílias, como já abordamos na Seção *O Capim Dourado é Sucesso na nossa vida*.

Deste modo Aldina esclarece: “nós já escrevemos muito projeto, eu sempre acompanhei o conflito do parque, eu sei contar isso de cor e salteado, da estação ecológica, do processo de certificação do quilombo”. Por isso ela é uma voz forte na comunidade Mumbuca como representante quilombola não apenas nas questões legais necessárias ao processo de identificação quilombola, da associação ou da regularização territorial. Ela é uma guardiã participativa nas tradições, no ensino e repasse dos costumes e saberes tradicionais.

Ela e seu esposo são mestres no fazer da roça de esgoto e de ervas medicinais (Eloy *et al.*, 2019; Eloy; Lúcio, 2013; Lúcio, 2020). Ambos têm ensinado amplamente a vários pesquisadores que os procuram para aprender sobre a técnica agroecológica usada pelas comunidades quilombolas dentro das unidades de conservação, pois esse é um saber de seus ancestrais que carregam e transmitem às novas gerações.

Aldina conta que abraçou os pesquisadores, pois eles foram de grande ajuda quando as comunidades precisaram afirmar por meio dos pareceres técnicos e dos estudos científicos os saberes tradicionais ligados ao plantio das roças e à criação de gado nas Serras Gerais, além de darem voz à população local que enfrenta as questões do conflito ambiental. Assim conseguem demonstrar sua cultura e identidade para os de fora da comunidade.

As anciãs dizem que os pesquisadores são fundamentais para as causas da comunidade. Por meio desses cruzamentos de informações e parcerias é que a comunidade vem se fortalecendo e sendo reconhecida. Os trabalhos realizados foram importantes para comprovar que as práticas tradicionais são aliadas e protetoras do ambiente e permitiram que se chegasse aos acordos e aos TC entre o poder público e as comunidades.

Além disso, Aldina é artesã e pratica o artesanato que aprendeu com seus ancestrais, o tecer em capim dourado, o que para ela tem valor de conquista, resistência e identidade do povo quilombola da região do Jalapão.

Sobre os saberes, ela explanou sobre os objetos feitos pelos antigos que atualmente não são mais usados e outros que ainda são produzidos.

Para viajar, para ir para a cidade, quando a gente ia para o Corrente passava 12 quilômetros sem água, então botava água nessas cabaças e aí caminhava o percurso bebendo essa água, era 12 quilômetros sem água, não ia ter onde beber, daí levava nas cabaças, a gente aprendeu.

Aí a gente faz as cumbucas também para guardar a coalhada, guardar leite, que naquela época não tinha vasilha, as vasilhas que a gente usava era essa, fazer os balaies de tala, era plantar as cabaças para fazer o pote. O pote não era de barro, depois foi que foi comprando, viajando e comprando em outros lugares, mas aqui fazia era tudo na cabaça (Aldina, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Sobre esses objetos citados por Aldina, ainda os encontramos nas casas pendurados como objetos às vezes até de decoração, mas as cabaças (Figura 34) não são mais usadas para o uso doméstico como antigamente. Conforme a comunidade foi podendo adquirir outros utensílios, o uso dela foi sendo substituído por outros.

Já sobre os balaies, ainda são vistos como utensílios do lar e verificamos que na casa das anciãs, elas os usavam para suporte de frutas e dos materiais do artesanato que fazem, conforme mostramos nas Figuras 13 e 24, e para enfeites ou para colocarem neles os produtos que trazem da roça. Eles ainda são confeccionados por algumas anciãs, embora não tanto como confeccionam objetos de capim dourado.

Figura 34 - Cabaça objeto guardado como memória da tradição.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Sobre as práticas tradicionais da cultura quilombola dessa guardiã, além do roçado, criação de gado, confecção do artesanato com capim dourado, como todas as outras anciãs entrevistadas, ela também é conhecedora das ervas medicinais do Cerrado e prepara seu chá todos os dias. Contou que busca utilizar as ervas como remédio por isso ela faz para si e indica para sua família e conhecidos, além de transmitir a seus filhos os saberes sobre as ervas adquiridos de mãe.

Como uma liderança política, ela deu voz às questões quilombolas e como professora da cultura quilombola na escola da Mumbuca, tem auxiliado e ensinado às crianças e adolescentes as tradições, os costumes e a aplicação dos saberes tradicionais na confecção de peças artesanais, bolsas, trabalhos com o buriti, modos de vida, construção do telhado em palha, a história do povo da Mumbuca e assim por diante.

Conforme a entrevista acontecia, Aldina rememorou sua história de resistência e luta de forma enfática muitas vezes. Trouxe detalhes da sua história de vida, querendo deixar bem explicadas as situações, os enfrentamentos, as movimentações das

comunidades quilombolas, que afirmou ainda não terem terminado e que só terminarão quando todos ali estiverem com seus papéis de posse da terra em mãos.

### 6.8.3 Daldiva - *Estou Ensinando Minha Geração, Minha Descendência, Igual Como Minha Mãe Fez Conosco*

A entrevista de Daldiva aconteceu em sua casa. Seu nome foi indicado por D. Santinha e Dora. Quando conversamos sobre a pesquisa, ela disse que aceitava o convite com maior alegria, que era simples e que o que pudesse rememorar, ela o faria. Para esse dia da entrevista, ela fez um convite para almoçar com sua família. Combinamos no sábado, pois durante a semana ela trabalha na escola. No dia marcado, ela mandou seu filho de moto para buscar para levar a sua casa, que é distante do centro da comunidade.

Ao chegar em sua casa, estavam todos ali aguardando, nos receberam na porta com um abraço e muita alegria. Convidou para nos sentarmos no pátio em frente à casa. Ali havia vários bancos, cadeiras e uma rede, além de uma máquina de espremer cana-de-açúcar, que costuma vender em sua casa. Contou que o almoço já estava quase pronto. Isso era por volta das dez horas.

Após isso convidou para acompanhá-la até a cozinha e perguntou se gostava de galinha caipira, pois é um prato típico deles. Ao que respondemos que gostávamos muito. Ali estava outra senhora cozinhando e ajudando a fazer o almoço. Daldiva nos apresentou como sua vizinha e grande amiga.

A casa estava bem movimentada. Seu esposo ocupava-se com as coisas da roça e do gado com um jovem. Também estavam na casa o filho mais jovem dela e o neto mais velho que ela criou como filho. Após chegou uma de suas filhas com sua netinha de quatro anos para almoçarem conosco. Sua filha estava com uma bolsa com capim dourado e seda de buriti e uma peça que estava sendo tecida. Daldiva almoçou rapidamente e após pegou seu artesanato para costurar. Conversava e costurava. Fazia isso com grande destreza, enquanto sua filha almoçava perto de nós e depois passou a se dedicar ao artesanato. A menininha ao ver a avó e sua mãe costurando, pediu para a

mãe pegar seu capim também, porque ela queria fazer o seu. Ela veio saltando e muito alegre com seu trabalho na mão.

Daldiva muito orgulhosa de sua neta disse: “Olha aí ela já está aprendendo a costurar capim dourado desde os quatro anos de idade” (Daldiva, 54 anos). Fez isso porque vê em seu dia a dia as outras mulheres tecendo e quis aprender e ter a sua peça para tecer. Sua mãe passava a seda de buriti na agulha e mostrava a ela como fazer.

A menina veio em nossa direção toda feliz para mostrar seu trabalho. Era uma costura de uma criança de quatro anos, mas ficamos muito admiradas do seu costurar, e pudemos ver na prática como as tradições são transmitidas aos mais novos. Era assim no cotidiano, na prática do exemplo de ver o outro fazendo, incentivando e entregando nas mãos e ensinando. Daldiva (54 anos) disse: “Tá vendo aí, Larissa, eu estou ensinando minha geração, minha descendência, igual como minha mãe fez conosco, é muita alegria”.

Daldiva é filha de D. Miúda. Sua mãe teve treze filhos, porém dois faleceram. Ela comentou que as mulheres antigamente tinham mais filhos que hoje em dia independente das condições de vida, e todos eram crescidos, relembra. Daldiva conta que nasceu em Ponte Alta, mas que considera Mumbuca seu lar como se tivesse nascido ali.

Sobre seus partos, ela rememora que seus filhos nasceram na Mumbuca pelas mãos de Adinélia, Itamar e Otávia, parteiras. Apenas um nasceu em Ponte Alta no hospital. Ela teve seis filhos, porém a primeira faleceu, tendo após três meninas e dois meninos.

Na infância, Daldiva e sua família moravam numa chácara chamada Brejo da Pedra, próxima a São Félix. Conta que seu pai os criou até certa idade ali. Lembra que mudaram para Mumbuca quando era adolescente onde construíram uma casa e se instalaram no povoado. Anos mais tarde, seu pai faleceu, e sua mãe que já trabalhava com capim dourado cuidou dos filhos. É ali que ela recebe de sua mãe o repasse dos saberes da costura artesanal e vê sua mãe transmitindo os mesmos ensinamentos aos netos e bisnetos.

Relembrou como evento significativo da Mumbuca a construção da associação e da loja de artesanato para vender as peças que teciam. Ainda rememora que o tempo era muito difícil, pois na época não havia turismo como há hoje em dia.

As dificuldades elencadas por Daldiva são: sua mãe tinha que vender as peças de capim dourado na Bahia e Piauí realizando uma viagem perigosa e exaustiva sob os lombos de jumento para trocar por sal, querosene e café; não havia eletricidade no povoado; a roupa tinha que ser fiada no algodão; a dificuldade de criar os filhos devido a essas situações; não havia água encanada, tinham que caminhar bastante para chegar nos brejos e carregar água durante mais de 20 anos como ela lembra em sua vida.

Um das dificuldades mais repetidas durante a entrevista por essa guardiã foi a falta de energia elétrica. Criou quase todos os filhos sem energia elétrica. Sua casa é mais distante do povoado e a energia demorou mais para chegar ali. Ela não conseguiu recordar o ano da chegada da energia, mas perguntou aos familiares que estavam em nossa volta, e eles disseram que foi em 2001. Uma das maiores alegrias dela é contar sobre isso.

Mas quando chegou para mim foi uma maravilha, porque eu estava tão sem esperança assim, mas um dia chegava. Eu fiquei muito ansiosa. Ixe, fiquei feliz demais. Aí o homem falou assim, o homem da energia falou assim: - *Olha dona Daldiva, não fica muita ansiedade, que fui botar energia para um velhinho, chegou lá ele ficou tão alegre, ele morreu na mesma horinha.* Falei assim: - *Então tem que calmar mais.* Mas foi uma bênção, minha filha (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Há uma clara mudança no comportamento da comunidade após a chegada da energia elétrica na região, pois não seriam mais necessárias as longas viagens a Bahia e Piauí. Essa mudança na vida dos mumbucanos e do turismo que aos poucos foi chegando e movimentando o povoado, possibilitou a aquisição de bens de consumo como geladeira, telefone, eletrodomésticos e assim por diante. Conforme ia explicando as mudanças ocorridas na sua vida após a chegada da energia elétrica e o aumento das vendas das peças de capim dourado, ela mostrava tudo que adquiriu após as melhorias na qualidade de vida.

Pôde adquirir um carro, seu filho tem uma moto, tem sofá em casa, televisão, possui uma linha fixa de telefone. No momento da entrevista o telefone tocou e precisamos interromper a entrevista para ela dar atenção. Hoje todos em casa possuem celular e internet que conecta ela com seus filhos que não moram na comunidade. Já possui uma máquina de lavar roupa. Citou as camas, geladeira, e assim ela afirma:

Pra mim, a comunidade assim, pra mim, está realizada cada vez mais, né? Cada vez mais que está passando, está realizando. Despedi da minha mãe, as pessoas que estão morrendo, igual o meu tio Diolino. É... Muita gente já foi, né, Laurentina. Mas tem os que estão ficando, né? Estão dando continuidade e feliz, né, porque a comunidade também está aumentando as coisas que eram antes.

Porque antes não tinha nada aqui. Não tinha energia, não tinha colégio, não tinha nada, não tinha a ponte do rio. Para levar a mulher lá para Mateiros, para ganhar neném, em Ponte Alta, tinha que passar por dentro do rio, na rede, porque não tinha ponte. Pegava a feira, as coisas tudo na cabeça, passando no rio. E hoje não, eu tenho carro, tem a ponte, para levar, poder passar. Tem um carro aqui dentro da comunidade, pra dar assistência. Muitos têm carros também que podem dar apoio. Então hoje é uma maravilha, né? (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Daldiva reflete que os mais antigos estavam partindo, e com eles estavam as memórias das resistências e desafios enfrentados por Mumbuca, e as conquistas alcançadas em seu território. Ela citou os benefícios que sua mãe conseguiu como a escola, a associação, a loja, a ponte que dá acesso a Mateiros. Agora, Mumbuca está sob a administração dos mais jovens e eles têm dado continuidade às lutas iniciadas por seus ancestrais para assegurar melhorias às futuras gerações, principalmente por meio do turismo de base comunitário.

Ela continua explicando que apesar das mudanças ocorridas com a chegada da energia elétrica e o aumento das vendas do artesanato de capim dourado, Mumbuca continuou a preservar suas memórias, suas tradições e costumes antigos. O que comprova isso é a permanência deles em seu território e que veem que as melhorias estão chegando para somar, dar suporte às suas atividades e para proporcionar serviços públicos para a comunidade e assim a futura geração, mesmo diante das ofertas externas a Mumbuca, dos atrativos externos a ela, continuará em suas terras sem que haja a necessidade de deslocamentos na busca de escola, posto de saúde, acesso à internet ou qualquer outro serviço.

Seu tio Diolino, citado por ela na entrevista, tinha falecido em agosto de 2023. Ele representava a raiz dos ancestrais, dos homens. Era o mais velho dos troncos antigos. Faleceu com mais de cem anos de idade. Todos rememoraram a vida de seu Diolino e as lutas pelo território Mumbuca como a que empreenderam com Temosílio que quis

tomar à força as terras da comunidade, conforme citado por Dora em entrevista concedida a essa pesquisa e Dona Laurentina na entrevista realizada por Mota (2015).

Mumbuca está passando por essa transição de lideranças e os 'novos' anciãos têm assumido esse legado de serem guardiões dos saberes e das tradições.

Em capítulos anteriores mencionamos que as mulheres anciãs, principalmente D. Miúda, têm se destacado bem mais que os homens na tarefa de transmitir os saberes sobre o tecer do capim dourado, ervas medicinais e o ofício de parteira. Essa prática de parteira não acontece mais, mas ainda é valorizada e rememorada nas tradições orais.

Os homens possuem seu legado e ensino de trabalho dentro da comunidade. Daldiva e as outras anciãs explicaram que eles são os que sustentam o roçado nos locais distantes da casa e próximos dos brejos e a criação de gado realizado nas Serras Gerais, o que demanda a eles viagem e acampamento no local. Além da mão de obra na construção das casas em adobe, são eles que vão no mato retirar as palhas de piaçava, de coqueiro e de buriti para as cobrir e o olho do buriti, a seda, para a costura do artesanato.

Daldiva esclarece não haver uma divisão entre eles, mas há uma junção de trabalhos. O serviço de um completa o outro para o sustento da casa. Reforçou que sua mãe e suas tias trabalharam muito na roça, mas que hoje os homens também trabalham na colheita do capim dourado.

Não há o mais forte e o mais fraco nessas relações dentro da comunidade. Há a família que é provida pelas vendas do artesanato em capim dourado quando o movimento do turismo está em alta temporada. Esse período começa com o término das chuvas na região por volta do final de março e início de abril e vai até o início do período chuvoso entre novembro e dezembro. Durante o período chuvoso, as famílias se mantêm com a produção da mandioca com a qual fazem a farinha, feijão, arroz, abóboras, frutas da estação, da criação de galinhas caipiras, além do gado que vendem para o comércio local para o sustento da família.

Uma das continuidades absorvidas por Daldiva está em ser raizeira. Ela produz garrafadas com diversas ervas passadas por sua genitora, D. Miúda, que conta que aprendeu na prática, pois a acompanhava nas idas ao campo e ali explicava as propriedades e benefícios de cada planta do Cerrado.

Daldiva explanou que utiliza uma variedade de ervas medicinais nas suas garrafadas que auxiliam em várias situações de saúde, conforme afirma pela experiência de seus ancestrais, tais como pressão alta, azia, alergias, infecções e inflamações do útero para a mulher conseguir engravidar, problemas de pele, de intestino, de estômago. Faz um tipo de chá para tratar diabetes e até mesmo câncer.

Esse saber ela tem ensinado ao seu filho e neto que moram com ela. Faz questão de levá-los até o mato para demonstrar cada erva. Um de seus filhos está cursando Biologia pela influência que recebe de sua mãe em relação às ervas.

Outra tradição que tem perpetuado é o costurar com capim dourado. Ensinou todas as suas três filhas que se tornaram artesãs. Assim transmitiu esse saber as suas netas que são adolescentes e crianças entre 4 e 14 anos de idade.

Daldiva expressou com entonação firme sua preocupação com a manutenção e conservação do capim dourado e com o Cerrado por causa do grau de comprometimento do território por causa das constantes invasões em seu local de coleta do capim dourado. Sobre sua preocupação em diminuir a colheita, ela expôs:

Tenho muita preocupação. Não vou mentir, não vou mentir. Sempre foi uma coisa que eu procuro, mas só que eu acredito em Deus, que ele não acaba! Porque foi Deus que concedeu para nós, pode acabar no outro lugar, mas menos aqui, que foi Deus que deixou, Deus prometeu pra nós. E esse lugar, ele ia nos abençoar. Ele continua abençoando.

Nós temos a regra do capim, arrancar o capim seco. Deixa afinando o capim lá. A gente junta todo mundo para arrancar direitinho no pé. Então, Deus está na frente do nosso trabalho nesse lugar. É uma tradição, porque nós não arrancamos verde. Nós só arrancamos maduro, em setembro. Do dia vinte pra frente (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Apesar de preocupada, ela mantém sua fé e confia que o capim não irá faltar. Ela explica sobre o manejo que realizam para a preservar o capim, dar continuidade a essa tradição e deixá-la como legado para as futuras gerações. Além disso, cobra do poder público a fiscalização do Naturatins e IBAMA.

O nosso lugar que nós pescamos o peixe, que nós arrumamos com alguma coisinha, o povo invade. Nós precisamos de mais da assistência do Naturatins e do IBAMA, para dar mais uma força, para o povo respeitar mais a comunidade. Tem que cuidar, tem que ter mais uma força! Na época da festa da colheita. Na colheita do capim dourado, eles não podem estar aqui conosco não, eles têm que

estar no campo olhando os capins lá, mas na época da festa da colheita eles estavam mais nós aqui juntos, como é que fica lá o capim sem ninguém olhar? (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca)

Relembra que essa tradição nasceu na Mumbuca pela mão dos seus ancestrais.

E outra coisa, a peça do capim dourado, todo lugar tem aí, mas onde foi criado foi aqui, na Mumbuca. Muitos invadem. Mas essa peça é da Mumbuca, essa loja aqui é da Mumbuca, não é não? A Mumbuca é original, ela é daqui. É porque o vazador toma de conta de nós, mas só que nós aqui somos o original (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

Ela compreende que agora cabe a eles cobrarem o poder público, manter essa tradição e lutar por seus direitos de serem respeitados, além de continuar preservando o ambiente com o qual estão interligados.

Daldiva foi apontada por outras mulheres para representá-las na pesquisa. Ao compartilhar sobre ser uma guardiã dos saberes e das tradições, ela se emocionou e disse:

Eu sinto que eu tenho a capacidade e a responsabilidade, não é? Uma coisa que é necessário a gente ter que guardar. Então, eu sinto um orgulho, né, de ter, de ter, de eu saber de um pouco, né. Cada coisa eu sei um pouco. É muito bom pra mim, eu sinto muito feliz, né. Há mais tempo que eu pudesse saber mais coisas da minha mãe, dos meus avôs, assim pra poder, né contar (Daldiva, 54 anos, guardiã na comunidade quilombola Mumbuca).

A entrevista foi encerrada após ela citar o valor de cada ancestral na construção e formação da comunidade: “eles que desbravaram, era brutão só o mato aí. Eles desbravaram tudo aí para nós. Ficou uma maravilha, um pedacinho do céu esse lugar” (Daldiva, 54 anos).

Sua casa, seus trabalhos, seus filhos e netos naquele momento afirmavam e refletiam Daldiva como uma guardiã da sua cultura, suas tradições e elogiavam sua resistência em continuar conquistando melhorias para as gerações posteriores.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A roda de conversa em que tecemos essa peça artesanal vai chegando ao seu término. Histórias foram ouvidas, e assim as realidades foram sendo traçadas e costuradas. Esses intercruzamentos de experiências possibilitaram a construção de novos elementos amarrados ponto a ponto por meio dos relatos sobre o fazer de cada guardiã da Mumbuca e registrados e compartilhados aqui.

O olhar atento para cada haste de capim dourado tecido e unido nessa peça demonstrou que as histórias de vida das anciãs estão atreladas às tradições dos seus antepassados. As peças ganharam novos formatos e novos adereços, mas a essência do costurar permanece bem firme e ajustada.

As guardiãs da memória continuam transmitindo os saberes às futuras gerações da forma como aprenderam, pela oralidade e pelo saber-fazer, ou seja, na prática, no repetir e no demonstrar a instrução. Ensinando no cotidiano em casa, em roda, na roça, no quintal, nas veredas, nos campos, nas serras, mais atualmente na escola da comunidade e, aliás, na grande extensão do Cerrado.

O rememorar ancestral das guardiãs possui historicidade, identidade étnica-cultural e pertencimento quilombola. Os relatos das memórias coletivas revivem a formação, a tradição do costurar capim dourado e as dificuldades que os antigos tiveram em conseguir itens essenciais para o seu lar para sobreviverem. Também explicam o conflito territorial e ambiental recente com o PEJ devido à sobreposição de suas terras a uma UC. Até os dias atuais, os quilombolas seguem resistindo contra o poder que quer tomar seu território e saberes ancestrais.

As tradições vinculadas ao ambiente e a sabedoria do Cerrado que aproveita os bens naturais do entorno como as plantas, os frutos e as ervas medicinais amarram essas vidas e delineiam o modo de lidar com esse ambiente como nas construções das casas, criação de gado, no manejo das roças e do capim dourado.

Essas tradições estão atuantes e vivas até os dias atuais, pois as anciãs continuam à frente ou participando de discussões nas reuniões da associação, debatendo as questões do seu território com o poder público, com estudantes universitários,

pesquisadores e turistas. Essas anciãs são líderes e vozes ativas, e a comunidade tem por elas respeito, porque representam a memória, o saber e a tradição.

Ao analisar as práticas das transmissões culturais e das tradições das matriarcas D. Miúda e D. Laurentina e relatadas pelas anciãs, identificamos que o rememorar ancestral é costurado pelas resistências e lutas de seu povo. A matriarca, D. Miúda, representava a resistência contra as invisibilizações por meio do artesanato com capim dourado. Sua arte era seu meio de luta e por meio dela, transmitia a identidade quilombola aos seus descendentes e ao povo da Mumbuca se tornando uma representante política na comunidade.

A matriarca D. Laurentina demonstrava sua resistência por meio da perpetuação da medicina do Cerrado, fazendo dele seu instrumento e aliado na tradição de ser parteira. As mãos dela trouxeram gerações à luz. Sua luta era pela melhoria do atendimento às gestantes quilombolas e pela preservação do modo de vida de seus ancestrais. Ela desejava manter as características das moradias como vínculo histórico e cultural dos seus antepassados.

Ambas as matriarcas transmitiram seus saberes quilombolas à coletividade por meio de suas tradições. Elas foram ressignificando as lutas de seus antepassados e as reverberaram aos seus descendentes, que continuam tecendo nessa mesma peça.

Compreendemos que as guardiãs se identificam com a identidade quilombola na forma como preservam os saberes e as tradições ao se manterem conectadas à sua história, à sua cultura e às suas memórias coletivas.

As questões de insegurança ligadas ao seu território surgiram nos relatos sobre os ataques aos campos de colheita de capim dourado e o aumento no fluxo de pessoas que colhem esse vegetal sem o devido manejo correto. Isso tem provocado impactos em sua produção, pois levam mais dias para colher aquilo que faziam em um único dia, conforme aponta a pesquisa de Sampaio *et al.* (2010).

Para enfrentar essas adversidades, as guardiãs mantêm os métodos que os antigos iniciaram lutando pela posse de suas terras, denunciando e cobrando dos órgãos competentes de gestão do parque maior investimento na fiscalização dos campos de colheita da comunidade e solicitando melhorias ao poder público referente ao seu território e entorno.

Elas prosseguem trabalhando pela permanência e crescimento da Associação dos Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca e por meio dela realizam parcerias com instituições para fomentar a produção dos produtos feitos na comunidade.

A Festa da Colheita do Capim Dourado ganhou novos objetivos, pois antigamente ela era voltada apenas para o círculo familiar. A comunidade desde 2009 passou a transformar a festa num momento de exposição de sua cultura, da tradição e conscientização da conservação do Cerrado.

As histórias de vidas das guardiãs demonstraram o quanto estão ligadas à terra, e seus corpos são inter cruzados pelo ambiente em que vivem, pelos costumes praticados, pelo modo de vida e pelos saberes tradicionais, todos tecidos na mesma peça.

A forma como lutam pelo seu ambiente está entrelaçada à afetividade. Palavras como “manjar”, “a maior riqueza”, “sabedoria do Cerrado”, “sou apaixonadinha” etc. dizem respeito aos valores aprendidos. São sentimentos agregados ao lugar de identidade, à compreensão da vida e à perpetuação da cultura. Logo, protegem e conservam esse ambiente em que cresceram e desenvolveram suas vidas. Agora desejam deixar esse fruto para as futuras gerações.

A luta iniciada por seus ancestrais deve continuar em cada história de vida que carrega todo o aprendizado e as marcas dessa história. Que o nome dessas guardiãs seja rememorado para que se mantenha o respeito pelas suas identidades e tradições.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Fellipe; ANJOS, Ismael dos; SILVA, Luiz Felipe. Comunidade quilombola tem terras invadidas pela primeira vez na história: Uma das poucas referências de sociedade matriarcal do Brasil, comunidade quilombola conhecida pelo cultivo de capim dourado é ameaçada. **Galileu**, Digital, 10 ago, 2017. Caderno de Cultura, p. 1. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2017/08/comunidade-quilombola-tem-terras-invadidas-pela-primeira-vez-na-historia.html>. Acesso em: 2 jul. 2024.

ALVES, Fernando; TOCANTINS. **Fervedouro Bela Vista**. Palmas, TO, 2021. Disponível em: Atrativos Naturais Especiais passam a ser licenciados conforme o porte ([www.to.gov.br](http://www.to.gov.br)). Acesso em: 22 jun. 2024.

ALVES, Fernando; TOCANTINS. **Instrução Normativa traz orientações sobre a emissão da licença para coleta, manejo e transporte do capim dourado e do buriti**. Palmas, TO, 2023. Disponível em: Naturatins divulga Instrução Normativa sobre o capim-dourado e o buriti ([www.to.gov.br](http://www.to.gov.br)). Acesso em: 19 jun. 2024.

ANJOS, Ana Carolina Costa dos. **Do girassol ao capim dourado: apropriação e ressignificação de elementos naturais na narrativa identitária do Estado do Tocantins**. Porto Alegre, RS: Fi, 2017. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso em: 7 maio 2022.

ARRUDA, M B *et al.* **Jalapão: expedição científica e conservacionista**. Brasília, DF: Ibama, 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=OQUhAQAAIAAJ>.

ASCOM SECTUR; TOCANTINS. Governo do Tocantins celebra as expressões culturais populares e tradicionais através do Prêmio Dona Miúda. **SECULT**, Palmas, TO, 28 jun. 2022.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília, DF: Liber Livro, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2011. v. 70.

BARNEY, Rafaela. **Fronteiras da oralidade: breves reflexões sobre particularidades da entrevista com mulheres idosas**, 2016.

BARRADAS, Ana Carolina Sena. A Gestão do fogo na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, Brasil. **Escola Nacional de Botânica/Jardim Botânico do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

BARRADAS, Ana Carolina Sena; RIBEIRO, Katia Torres. Manejo Integrado do Fogo: Trajetória da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins (2001 a 2020). **Biodiversidade Brasileira**, v. 11, n. 2, p. 139-152, 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice. A realidade incômoda**. 2ªed. Rio de Janeiro: RJ: Nova Fronteira, 2018.

BELAS, Carla Arouca. **Indicações Geográficas e a salvaguarda do patrimônio cultural: artesanato de capim dourado Jalapão - Brasil**. 2012. 1-266 f. Doutorado em Ciências - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

BELAS, Carla Arouca; WILKINSON, John. Indicações geográficas e a valorização comercial do artesanato em Capim dourado no Jalapão. **Sustainability in Debate**, v. 5, n. 3, p. 56-78, 2014.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. São Paulo: Porto editora, 1994.

BONILLA, Marcus Facchin. **Minha viola é de buriti: uma etnomusicologia aplicada-participativa-engajada sobre a musicalidade no quilombo Mumbuca, no Jalapão (TO)**. 2019. 1-202 f. Tese, doutorado em artes - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11410>. Acesso em: 14 dez. 2023.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3ªed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1994. Disponível em: <https://archive.org/details/memoriaesociedad0000bosi/page/n5/mode/2up>. Acesso em: 9 abr. 2022.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo na memória: ensaios de psicologia social**. 3ªed. São Paulo, SP: Ateliê Editorial., 2018.

BOTEGA, Gisely Pereira; TRAMONTE, Cristiana de Azevedo. Memórias de mulheres quilombolas: a reconstrução histórica da Toca de Santa Cruz (SC). **Revista Cadernos do Ceom**, Chapeco, RS, v. 28, n. 42, p. 77-86, 2015. Disponível em: <https://unichapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2370>. Acesso em: 19 maio 2022.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto 6481**. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1, 12 jun. 2008.

BRASIL. **Decreto nº 4.887**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Seção 1, p. 4, 20 nov. 2003. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4887-20-novembro-2003-497664-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Seção 1, p. 316, 7 fev. 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6040-7-fevereiro-2007-550693-publicacaooriginal-66733-pe.html>. Acesso em: 9 maio 2022.

BRASIL. **Instrução Normativa INCRA nº 57**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Seção 1, p. 52, 2009. Disponível em: <https://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=77440>. Acesso em: 7 mar. 2022.

CAIXETA, Juliana Eugênia. **Guardiãs da memória: tecendo significações de si, suas fotografias e seus objetos**. 2010. 1-224 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo, SP: Contexto, 2018.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. **Visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. São Paulo, SP: Editora Cultrix, 2020.

CARACRISTI, Maria de Fátima de Albuquerque. **Poder e legitimidade na disputa pelo Jalapão: análise da sustentabilidade do capim dourado e do turismo para a comunidade de Mumbuca**. 2016. 1-254 f. Tese de Doutorado - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG), Goiânia, 2016. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6875>. Acesso em: 2 jun. 2024.

DIAS, João Carlos Pinto *et al.* II Consenso Brasileiro em Doença de Chagas, 2015. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 25, n. 21, p. 7-86, 2016. Disponível em: [http://www.iec.pa.gov.br/template\\_doi\\_ess.php?doi=10.5123/S1679-49742016000500007&scielo=S2237-96222016000500007](http://www.iec.pa.gov.br/template_doi_ess.php?doi=10.5123/S1679-49742016000500007&scielo=S2237-96222016000500007).

CATALÃO, Vera Margarida Lessa. A redescoberta do pertencimento à natureza por uma cultura da corporeidade. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, GO, v. 1, n. 2, p. 74-81, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/17240>.

CAVALCANTE, Jéssica Painkow Rosa. **Regularização territorial do quilombo Mumbuca: identidade e memória como fundamento da propriedade quilombola**. 2018. 1-137 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Direito (FD), Cidade de Goiás, GO, 2018. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8892>. Acesso em: 24 abr. 2022.

COELHO, Lilian Reichert; RUAS, Larissa Cristina Pereira. Mulheres camponesas do cone sul de Rondônia: negras, idosas e esquecidas. **Revista Hipótese**, Bauru, v. 2(3), p. 116-126, 2016. Disponível em: <https://revistahipotese.editoraiberoamericana.com/revista/article/view/212>. Acesso em: 9 jan. 2024.

CONEXÃO TOCANTINS. Desequilíbrio ácido básico levou a parada cardíaca de dona Miúda, velório será nesta sexta no Mumbuca. **Conexão Tocantins**, Palmas, TO, 11 nov. 2010. Disponível em: <http://conexaoto.com.br/tag/dona-miuda>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CONEXÃO TOCANTINS. Festa da colheita do capim dourado tem início nessa sexta-feira. **Conexão Tocantins**, Palmas, TO, 14 set. 2023. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2023/09/14/festa-da-colheita-do-capim-dourado-tem-inicio-nessa-sexta-feira>. Acesso em: 14 dez. 2023.

CONEXÃO TOCANTINS. Solange Duailibe é homenageada como mulher destaque na história do Tocantins. **Conexão Tocantins**, Palmas, TO, 29 abr. 2009. Disponível em: Solange Duailibe é homenageada como mulher destaque na história do Tocantins - Conexão Tocantins - Portal de Notícias ([conexaoto.com.br](http://conexaoto.com.br)). Acesso em: 22 nov. 2022.

COSTA, Sandra Santana da. Trajetória do Feminismo Negro no Brasil: Movimentos e Ações Políticas. **XIII Encontro Estadual de História. Histórias e Mídias: Narrativas em Disputa**, [s. l.], 2020. Disponível em: [https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602116817\\_ARQUIVO\\_df4175bcc27d056ca1e5bb1b397a560a.pdf](https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602116817_ARQUIVO_df4175bcc27d056ca1e5bb1b397a560a.pdf). Acesso em: 19 mar. 2024.

COSTA FILHO, Aderval. As comunidades dos quilombos, direitos territoriais, desafios situacionais e o ofício do (a) antropólogo (a). **Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia**, Belo Horizonte, MG, v. 2, n. 2, p. 126-140, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/37627>. Acesso em: 16 jun. 2022.

COSTA FILHO, Aderval; MENDES, Ana Beatriz Vianna. **Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais**. 1ªed. Belo Horizonte, MG: Superintendência de Comunicação Integrada, Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), 2013. v. 1 Disponível em: [https://www.caa.org.br/media/publicacoes/PUBLICACAO\\_ESPECIAL\\_DIREITOS\\_DOS\\_POVOS\\_E\\_COMUNIDADES\\_TRADICIONAIS\\_oibAP6o.pdf](https://www.caa.org.br/media/publicacoes/PUBLICACAO_ESPECIAL_DIREITOS_DOS_POVOS_E_COMUNIDADES_TRADICIONAIS_oibAP6o.pdf). Acesso em: 2 jun. 2024.

COSTA, Kaio; TOCANTINS. No Jalapão, governador Wanderlei Barbosa entrega capim dourado à comunidade Mumbuca. Notícia: **Governo do Tocantins**, Palmas, TO, 3 out. 2023. Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/no-jalapao-governador-wanderlei-barbosa-entrega-capim-dourado-a-comunidade-mumbuca/2mba9ewcb24j>. Acesso em: 26 nov. 2023.

CUNHA, Fernanda Ielpo da. **Os Saberes Ancestrais e o Cultivo de Sementes Crioulas: Estudos no Quilombo Sítio Veiga, Quixadá- Ceará**. 2020. 1-133 f.

Dissertação de Mestrado em Socio biodiversidade e Tecnologias sustentáveis (MASTS) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, 2020.

DA SILVA, Thalline Rodrigues. A piromania dos povos modernos exige a criação de uma política de manejo do fogo no Brasil? **Biodiversidade Brasileira**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 297, 2019.

DE PAULA JUNIOR, Antonio Filogênio; AMARAL VIEIRA, Cesar Romero; AMÉRICO, Márcia Cristina; LUIZ, Viviane Marinho. Exumação da história: a tradição oral em pesquisas com relatos de experiência quilombola. **Iluminuras**, Porto Alegre, RS, v. 19, n. 46, p. 266-288, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/85250>.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 1999.

DICTORO, Vinicius. **Relações humanas com a água: percepção ambiental, saberes tradicionais, simbolismos culturais e contribuições para a gestão e conservação da água**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal de São Carlos., São Paulo, SP, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7953>. Acesso em: 20 maio 2024.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2008.

SANTOS, Ana Carla dos *et al.* Managing fires in a changing world: Fuel and weather determine fire behavior and safety in the neotropical savannas. **Journal of Environmental Management**, [s. l.], v. 289, p. 112508, 2021. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0301479721005703>.

ELOY, Ludivine *et al.* Seasonal fire management by traditional cattle ranchers prevents the spread of wildfire in the Brazilian Cerrado. **Ambio**, [s. l.], v. 48, n. 8, p. 890-899, 2019. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s13280-018-1118-8>.

ELOY, Ludivine Costa; FERNANDES, Cecilia Ricardo. **Manejo Integrado do Fogo (MIF) e sistemas agropastoris no Jalapão: primeiras considerações a partir de um trabalho de campo na comunidade quilombola de Mumbuca, Parque Estadual do Jalapão**. Brasília, DF: Unb, 2015. Disponível em: Acesso em: 30 ago. 2024.

ELOY, Ludivine Costa; LÚCIO, Silvia Laine Borges. **Agricultura Tradicional na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins: Caracterização e avaliação agrônômica, econômica e socioambiental das roças de esgoto e das roças de toco de comunidades residentes**. Brasília, DF: Unb, 2013.

ELOY, Ludivine Costa; LÚCIO, Silvia Laine Borges; CARDOSO, Maximiller. **Manejo do Fogo em sistemas agropastoris tradicionais na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins**. Brasília, DF: Unb, p. 1-22, 2016.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **Revista História da Educação**, [s. l.], v. 4, n. 8, p. 141-174, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30143>. Acesso em: 11 mar. 2024.

FAGUNDES, Guilherme Moura. Fire normativities: environmental conservation and quilombola forms of life in the Brazilian savanna. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, [s. l.], v. 16, p. e16501, 2019a.

FAGUNDES, Guilherme Moura. **Fogos gerais: transformações tecnopolíticas na conservação do Cerrado (Jalapão, TO)**. 2019b. 1-444 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

FELIPE, Thayza Wanessa Silva Souza; SOUSA, Sandra Maria Nascimento. Gênero e geração: os significados atribuídos à velhice e o que torna possível a distinção entre os sujeitos definidos como idosos. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, ES, v. 6(2), n. 2, p. 32-53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/23663/16378>. Acesso em: 9 nov. 2023.

FILHO, José Luiz Xavier. Do kilombo ao quilombo: uma breve análise historiográfica quilombola da África ao Brasil e a valorização das memórias, oralidades e história oral nas comunidades remanescentes atuais. 2020, Rio de Janeiro, RJ. **XIX Encontro de História da Anpuh**. Rio de Janeiro, RJ: Anpuh, 2020. Disponível em: [encontro2020.rj.anpuh.org](http://encontro2020.rj.anpuh.org). Acesso em: 2 jun. 2023.

FNPETI. **O Trabalho Infantil Doméstico no Brasil: análises estatísticas**. Brasília, DF: [s. n.], 2022.

FOLHA DO JALAPÃO. Jalapão em luto: matriarca do quilombo Mumbuca, Dona Laurentina falece e deixa legado de referência. **Folha do Jalapão**. Palmas, TO, 11 jul. 2022. Disponível em: [JALAPÃO EM LUTO: Matriarca do Quilombo Mumbuca, dona Laurentina falece e deixa legado de referência - Folha do Jalapão \(folhadojalapao.com.br\)](http://JALAPÃO EM LUTO: Matriarca do Quilombo Mumbuca, dona Laurentina falece e deixa legado de referência - Folha do Jalapão (folhadojalapao.com.br)). Acesso em: 27 nov. 2023.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pesquisa-Ação: lembretes de princípios e de práticas. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 11, n. 25, p. 358-370, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/949>. Acesso em: 9 mar. 2023.

FREDRYCH, Thelma Valentina de Oliveira. **Comunidade Mumbuca: Vivendo os entraves e desafios por ter seu território incorporado ao Parque Estadual do Jalapão - TO**. 2009. 1-136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2009. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/JSogs3vESOe5O77gWx6qvg/content/thelma2009.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2022.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. 2ªed. São Paulo, SP: Associação Editorial Humanitas, 2006. Disponível em: <http://editorahumanitas.commercesuite.com.br>.

G1 (Tocantins); TV ANHANGUERA (TO). Fogo destrói campo de capim dourado no Jalapão pouco antes de moradores de quilombo iniciarem colheitas. **G1 Tocantins e TV Anhanguera**, Palmas, TO, 23 set. 2023. G1 Tocantins, p. 1. Disponível em: Fogo destrói campo de capim dourado no Jalapão pouco antes de moradores de quilombo iniciarem colheita | Tocantins | G1 (globo.com). Acesso em: 3 jul. 2024.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: GASKELL, George; BAUER, Martin W (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. [S. l.]: LTC, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ªed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

GONÇALVES, Marlene. A reinvenção da velhice: socialização e reprivatização do envelhecimento. **Pro-Posições**, São Paulo, SP, ano 13, n. 2, 7 mar. 2016. p. 181-183. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643963>. Acesso em: 5 fev. 2023.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político- cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 69-82, 1988.

GOOGLE EARTH. **Localização da Comunidade quilombola Mumbuca - TO**. [S. l.], 2024. Disponível em: Google Earth. Acesso em: 1 jun. 2024.

HAAS, Valérie. Les enjeux de la transmission: les risques de la mémoire partisane ou de l'instrumentalisation de l'histoire. **Carnets du GRePS**, [s. l.], v. 1, p. 1-8, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. *In*: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África**. 2ªed. Brasília, DF: UNESCO, 2010. v. 1, p. 167-212. Disponível em: História geral da África, I: metodologia e pré-história da África - UNESCO Digital Library. Acesso em: 3 fev. 2024.

IBGE. **Base cartográfica contínua do Brasil ao milionésimo, escala 1:100 000 - BCIM**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2014. Disponível em: Bases Cartográficas - PGI (ibge.gov.br). Acesso em: 17 out. 2022.

IBGE. **Brasil- Censo Demográfico da População Quilombola**. Rio de Janeiro, RJ, 2022a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9578#resultado>. Acesso em: 1 jun. 2024.

IBGE. **Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios**. Rio de Janeiro, RJ, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios>. Acesso em: 9 dez. 2023.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro, RJ, 2022b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/10102/122229?localidade2=171270&localidade1=172100>. Acesso em: 9 dez. 2023.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapas- Bases Cartográficas**. Rio de Janeiro, RJ, 2022. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>. Acesso em: 9 nov. 2023.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapas- Bases Cartográficas**. Rio de Janeiro, RJ, 2023. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>. Acesso em: 9 nov. 2023.

INCRA. **Territórios Quilombolas**. Brasília, DF: INCRA- Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ, 2018.

KI-ZERBO, Joseph. Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra. *In*: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2ª ed. rev. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2010. p. 387-399.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1996.

LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação e Realidade**, [s. l.], v. 34, p. 17-24, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9515>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 3ª rev. Aumentada ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LÉVY, André. **Ciências clínicas e organizações sociais**. tradução: Eunice Dutra Galery; Maria Emília A. Torres Lima; Nina de Melo Franco. Belo Horizonte: Autêntica Editora/FUMEC, 2001.

LIMA, Maria Dilma; Sousa, Ruberval; Martins, Glêndara; Pereira, Helder Alexandre. Perspectivas sobre os artefatos de capim dourado e a cultura do povoado Mumbuca: levantamento em pesquisas acadêmicas. **Enciclopédia Biosfera**, [s. l.], v. 8, n. 15, p. 2541-2552, 2012. Disponível em: <https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/3812>. Acesso em: 12 ago. 2023.

LINDOSO, Lillian de Carvalho. **Recursos de uso comum nos Gerais do Jalapão: uma análise institucionalista do Termo de Compromisso com populações tradicionais**

**no interior de Unidades de Conservação.** 2014. 1-207 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2014.

LINDOSO, Lílian de C; PARENTE, Temis G. Ação Coletiva para o Termo de Compromisso na Região do Jalapão- TO: fortalecendo os sistemas de uso comum. **VII Enanppas**, [s. l.], 2015.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. Experiências históricas dos quilombolas no Tocantins: organização, resistência e identidades. **Patrimônio e memória**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 99-118, 2009.

LOPES, Ronaldo André; SILVA, Guilherme Henrique Gomes da; FERREIRA, Eric Batista. A Lei de Cotas e o acesso à Universidade Federal de Alfenas por estudantes pertencentes a grupos sub-representados. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [s. l.], v. 102, n. 260, 2021. Disponível em: 7vy7vShY8Ltt9kKkgvHnhBJ.pdf (scielo.br). Acesso em: 14 dez. 2022.

LÚCIO, Sílvia Laine Borges. Foice, machado, fogo e enxada: práticas de cultivo e sucessão secundária em matas de galeria inundáveis do Cerrado após agricultura itinerante. [s. l.], 2020.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, SP: EPU, 1986.

MACIEL, Filipe de Oliveira. **O processo de identidade de comunidades quilombolas de Peçanha- Minas Gerais: História Oral, Cultura e Etnicidade.** 2022. 1-234 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG, 2022.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia.** São Paulo, SP: Abril Cultura, 1976.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6ªed. São Paulo, SP: Atlas, 2005.

MAZZOLA, Rafaela; TOCANTINS. **Além das peças, fios do capim dourado, matéria-prima do artesanato, foram apresentados à plateia.** Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais. Palmas, TO, 2023. Disponível em: Gerações quilombolas celebram expressões culturais em desfiles na Festa da Colheita do Capim-dourado (www.to.gov.br). Acesso em: 9 fev. 2024.

MELO, Caio Monteiro. **Das veredas às vitrines: entre o saber-fazer das artesãs e o design do capim dourado na Comunidade Quilombola Mumbuca do Tocantins.** 2017. 1-196 f. Doutor em Difusão do Conhecimento - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, BA, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Comitê de ética em Pesquisa- CEP**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: Comitê de Ética em Pesquisa-CEP — Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares ([www.gov.br](http://www.gov.br)). Acesso em: 9 dez. 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O Bioma Cerrado**. Brasília, DF. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/biomas/cerrado.html>. Acesso em: 5 ago. 2022.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Memoricide das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. **Revista Memória em Rede**, [s. l.], v. 13, n. 24, p. 252-273, 2021.

MISTRY, Jayalaxshmi *et al.* New perspectives in fire management in South American savannas: The importance of intercultural governance. **Ambio**, [s. l.], v. 48, n. 2, p. 172-179, 2019.

MONTENEGRO, Samuel da Rocha. **Efeitos do manejo do fogo na estrutura de comunidades lenhosas em formações savânicas do Cerrado**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ecologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília. Brasília- DF: UNB, p. 85f., 2019.

MOREIRA, Lidiane; NATURATINS. **Crescimento sustentável: Parque Estadual do Jalapão registra aumento de visitantes**. Palmas, TO: Naturatins, 24 jan. 2024. Disponível em: <https://www.to.gov.br/naturatins/noticias/crescimento-sustentavel-parque-estadual-do-jalapao-registra-aumento-de-visitantes/tgfevkhn1i4>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MOREIRA, Lidi; SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO DO TOCANTINS. **Governo do Tocantins assina Termo de Compromisso com comunidades quilombolas e MPF para desenvolvimento sustentável do Parque Estadual do Jalapão**. Palmas, TO: Secretaria da Comunicação, 09/06/2022. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/governo-do-tocantins-assina-termo-de-compromisso-com-comunidades-quilombolas-e-mpf-para-desenvolvimento-sustentavel-do-parque-estadual-do-jalapao/55pxkclewb2u>. Acesso em: 10 set. 2023.

MORGAN, David L. **Focus group as qualitative research**. 2ªed. London, UK: Sage, 1996. v. 16

MOTA, Alice Agnes Spíndola. **Na terra do capim dourado: resistência e negociação no quilombo Mumbuca, TO, Brasil**. 2015. 1-329 f. Tese (doutorado em antropologia) - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal, Lisboa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/25486>. Acesso em: 22 mar. 2024.

MUMBUCA, Comunidade. **Cantigas de Roda**. Palmas, TO: CEULPA/ULBRA, 1 CD (47 min), 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 1ªed. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. Coleção Cultura Negra e Identidades, 2009.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães *et al.* O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del -Rei, MG, v. 12, n. 2, p. 466-485, 2017. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082017000200016](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200016). Acesso em: 8 abr. 2024.

PATTON, Michael Q. **Qualitative evaluation and research methods**. 2<sup>a</sup>ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1990.

PEREIRA, Gilvandro Simas. Expedição Jalapão. **Revista Brasileira de Geografia**, Brasília, DF, p. 1-118, 1943. Disponível em: <https://artigos.ibge.gov.br/artigos-home/geodesia/ate-1989/3141-expedicao-ao-jalapao>. Acesso em: 15 maio 2024.

PEREIRA, Ana Lúcia. **Famílias quilombolas: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca- Estado do Tocantins**. 2012. 1-309 f. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, SP, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/106244>. Acesso em: 6 jun. 2022.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 7 mar. 2022.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 7 mar. 2022.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. *In*: **PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS: OLHARES DE MARIA ISAUARA PEREIRA DE QUEIROZ**. São Paulo, SP: Humanitas, 1988. v. 39 (3), p. 272-286. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001736442>. Acesso em: 9 jun. 2023.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 8<sup>a</sup>ed. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2010.

RODRIGUES, Waldecy; FREDRYCH, Thelma Valentina. O dilema das comunidades tradicionais em Unidades de Conservação: o caso da comunidade quilombola Mumbuca no Parque Estadual do Jalapão (TO). **Boletim Goiano de Geografia**, [s. l.], v. 33, n. 3, 2013.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], n. 34, p. 1-54, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/NFdhTdVVLSPRHzdDzVpBYMq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2024.

SAMPAIO, Maurício Bonesso; SCHMIDT, Isabel Belloni; FIGUEIREDO, Isabel Benedetti; SANO, Paulo Takeo. **Boas práticas de manejo para o extrativismo**

**sustentável do capim dourado e buriti.** Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 72 p., 2010. Disponível em: Capim Dourado e Buriti - Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável - ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza. Acesso em: 11 nov. 2023.

SAMPAIO, Maurício Bonesso; CARRAZA, Luis Roberto. **Manual tecnológico de aproveitamento integral do fruto e da folha do Buriti.** Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2012.

SANTANA, José Valdir Jesus de. A face simbólica dos “saberes da tradição” e a produção de identidades no contexto do povo indígena Kiriri. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, PR, ano 9, n. 101, 7 set. 2009. p. 87-95. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7076>.

SANTOS, Rayssa Carneiro. A Dotora da Mumbuca e a trajetória de uma neoliderança: a visibilidade de uma personagem e o silenciamento de uma história num contexto de desenvolvimento. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2020.

SANTOS, Ana Carla dos. **Efeitos de diferentes regimes de queima sobre o estrato herbáceo-subarbusivo da vegetação em áreas de Manejo Integrado do Fogo no Cerrado.** 2019. 1-83 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

SANTOS, Pedro Fernando; AGUIAR, Ana Lúcia Oliveira. Histórias que educam: dos velhos do quilombo à formação para a juventude - memória, saberes, tradição. **Roteiro**, Santa Catarina, SC, v. 44, n. 2, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/17535>. Acesso em: 2 jun. 2023.

SANTOS, Josimar; SOUSA, Luana Mateus de. Guardiões da memória: um estudo na Serra do Evaristo sobre os aspectos semelhantes entre cultura africana e brasileira. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v. 8, n. 4, p. 14-22, 2020. Disponível em: <https://revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/492/250>. Acesso em: 9 abr. 2022.

SANTOS, Josimar dos; SOUSA, Mateus de Luana. Guardiões da memória: um estudo na Serra do Evaristo sobre os aspectos semelhantes entre cultura africana e brasileira. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, online, v. 8, n. 4, p. 14-22, 2020. Disponível em: <https://www.revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/492>. Acesso em: 27 de maio 2022.

SATURNO, Patrícia; TOCANTINS. A festa busca celebrar a importância do capim dourado para as comunidades e reforçar a conscientização quanto à necessidade do seu manejo sustentável. **SECOM**. Palmas, TO, [s. l.]. Disponível em: Festa da Colheita reforça importância do manejo sustentável do capim dourado ([www.to.gov.br](http://www.to.gov.br)). Acesso em: 11 out. 2024.

SCHMIDT, Isabel Belloni; SAMPAIO, Maurício Bonesso; MEDRI, Ísis Meri; FIGUEIREDO, Isabel Benedetti; CARRAZZA, Luís; FIDELIS, Alessandra; ECHTERNACHT, Livia; TROVÓ, Marcelo; CAMPEDELLI, Lara. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do capim dourado e buriti**. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 72 p., 2010. Disponível em: Capim Dourado e Buriti - Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável - ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza. Acesso em: 11 de nov. 2023.

SCHMIDT, Isabel; Belloni, Figueiredo, Isabel Benedetti; Scariot, A. Ethnobotany and effects of harvesting on the population ecology of *Syngonanthus nitens* (bong.) ruhlund (eriocaulaceae), a NTFP from Jalapão region, central Brazil. **Economic Botany**, v. 61(1), p. 73, 2007.

SCHMIDT, Isabel Belloni. **Etnobotânica e ecologia populacional de *Syngonanthus nitens*: “Sempre-viva” utilizada para artesanato no Jalapão, TO**. 2005. Dissertação - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013.

SILVA, Ana Maria Eugênio Da. **As quilombolas do sítio Veiga e a dança de são Gonçalo em Quixadá-CE**. 2021. 1-159 f. Dissertação de Mestrado - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, Ceará, 2021. Disponível em: [repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2434](http://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2434). Acesso em: 6 dez. 2023.

SILVA, Josimar Jânio De Sousa. **Territórios negros no Tocantins: caracterização das comunidades quilombolas no território eclesiástico da diocese de Porto Nacional, Tocantins**. 2021. 47 f. Monografia (Especialização) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2022.

SILVA, Ana Claudia Matos da. **Uma escrita contra-colonialista do Quilombo Mumbuca Jalapão- TO**. 2019. 1-98 f. Mestrado Profissional em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

SIMINSKI, Alexandre; FANTINI, Alfredo Celso. Roça-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina. **Ciência Rural**, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 690-696, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84782007000300014&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782007000300014&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 20 maio 2024.

SOUSA, Aline Tavares de; PARENTE, Temis Gomes. A atividade artesanal do capim dourado na região do Jalapão: uma nova perspectiva para o empoderamento das mulheres. **Anais Encontro Nacional de História Oral**, Rio de Janeiro, RJ, p. 1-12, 2012.

- SOUSA, Ruberval Rodrigues de. **Tradição, artesanato do capim dourado e desenvolvimento local no povoado Mumbuca do Jalapão em Mateiros - TO**. 2009. 1-82 f. Dissertação - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2009.
- SOUSA, Ruberval Rodrigues de; LIMA, Maria Dilma de. A endogeneização no povoado Mumbuca, no Jalapão/TO: uma ferramenta para o desenvolvimento local. **Revista Interface (Porto Nacional)**, Palmas, TO, v. 5, n. 05, 2012.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambiente e territórios: uma introdução à ecologia política**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2019.
- SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 2008. 1-204 f. Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.
- SOUZA, Maria Antônia Valadares de. **Sobreposição de unidade de conservação às terras ocupadas por remanescentes de quilombos: conflitos ambientais e turismo no Parque Estadual do Jalapão (PEJ)**. 2022. 178f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Palmas, 2022.
- THOMPSON, Paul. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em história de vida. **Ciências Sociais Hoje**, [s. l.], p. 9-19, 1993.
- THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, [s. l.], v. 5, p. 9-28, 2002.
- TOCANTINS. **Base Temática do Sudeste do Tocantins- Secretaria do Planejamento e Orçamento- SEPLAN**. PALMAS - TO, 2023a. Disponível em: [https://geoportal.to.gov.br/gvsigonline/core/load\\_public\\_project/basetematicasudestetocantins/](https://geoportal.to.gov.br/gvsigonline/core/load_public_project/basetematicasudestetocantins/). Acesso em: 1 jun. 2024.
- TOCANTINS. Com apoio do Governo do Tocantins, Festa da Colheita do capim dourado ressalta arte difundida por Dona Miúda. **Secretaria da Comunicação - Governo do Tocantins**, Palmas, TO, 12 set. 2023b. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/com-apoio-do-governo-do-tocantins-festa-da-colheita-do-capim-dourado-ressalta-arte-difundida-por-dona-miuda/7g6fb0mjmpgx>. Acesso em: 14 dez. 2023.
- TOCANTINS. **Gerações quilombolas celebram expressões culturais em desfiles na Festa da Colheita do Capim dourado**. Palmas, TO, 2023c. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/geracoes-quilombolas-celebram-expressoes-culturais-em-desfiles-na-festa-da-colheita-do-capim-dourado/75lyx92pcq4m>. Acesso em: 26 nov. 2023.
- TOCANTINS. **Gestão das Unidades de Conservação do Tocantins- Parque Estadual do Jalapão**. Palmas, TO, 2023d. Disponível em: <http://gesto.to.gov.br/uc/45/>. Acesso em: 4 out. 2023.

TOCANTINS. Instrução Normativa nº 03/2023. **Diário Oficial nº 6314**: Palmas, TO, n. 03/2023, 24 abr. 2023e.

TOCANTINS. **Lei nº 1.203, cria o Parque Estadual do Jalapão, e adota outras providências**. Palmas, TO: Diário Oficial nº 1004, 12 jan. 2001. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/225862/>. Acesso em: 2 fev. 2022.

TOCANTINS. **Lei Nº 3.594**. Dispõe sobre a Política Estadual de uso sustentável do capim-dourado e do Buriti, e adota outras providências. Palmas, TO: Diário Oficial nº 5.509, 18 dez. 2019.

TOCANTINS. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão - PEJ**. Palmas, TO: Naturatins, 2003. Disponível em: <http://gesto.to.gov.br/uc/45/zonamento/>. Acesso em: 23 fev. 2022.

TOCANTINS. **Portaria nº 362**. Regulariza a colheita, transporte e venda do capim dourado no Estado do Tocantins. Palmas, TO, Palmas, TO: Diário Oficial nº 2.418, 2007. Disponível em: Acesso em: 20 maio 2022.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. *In*: J. KI-ZERBO (org.). **História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África**. 2ªed. Brasília, DF: UNESCO, 2010. v. 1, p. 139-166.

VILELA, Rodrigo Oliveira; DE OLIVEIRA CAMPOS, Neio Lucio. Os quilombolas contemporâneos e a proteção da biodiversidade: aproximação teórico - conceitual. **Revista Eletrônica: Tempo-Técnica-Território**, [s. l.], v. 5, n. 2, 2014.

**APÊNDICE**

## APÊNDICE A- TERMO DE ESCLARECIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Bem, quero começar me apresentando, eu sou a Larissa Joyce Gomes de Oliveira Paiva, sou a principal pesquisadora de uma pesquisa e estou aqui para CONVIDAR a senhora a participar dela. Há outra pesquisadora, chamada Marina Haizenreder Ertzogue, que já é doutora em fazer pesquisas e está me orientando neste trabalho. Nós fazemos parte de um programa de mestrado chamado Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins, que fica em Palmas- TO. A pesquisa se chama “As matriarcas *mumbucanas* como guardiães da memória e da tradição: uma ressignificação de si e da coletividade”. ALÉM DO FATO DE JÁ SER UMA SENHORA COM 60 OU MAIS ANOS, EU ESTOU A CONVIDANDO POR PELO MENOS UM DOS MOTIVOS descreverei: seja PORQUE a senhora CRESCEU E MORA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MUMBUCA; OU ENTÃO PORQUE FAZ PARTE DA HISTÓRIA DA COMUNIDADE COMO PESSOA QUE TRABALHOU OU AINDA TRABALHA COM CAPIM DOURADO; SE RECONHECE COMO QUILOMBOLA E FAZ PARTE DA COMUNIDADE; OU então é PORQUE A SENHORA É RECONHECIDA PELO POVO DESTA COMUNIDADE COMO ALGUÉM IMPORTANTE PARA ELES, DEVIDO FAZER PARTE DA HISTÓRIA E DA CULTURA DA COMUNIDADE OU seja PORQUE É RECONHECIDA COMO MATRIARCA DA COMUNIDADE MUMBUCA.

Apesar de ficar muito feliz se aceitar meu convite para participar, A SENHORA NÃO É OBRIGADA A PARTICIPAR, e mesmo se aceitar, em qualquer momento a senhora pode desistir ou retirar o consentimento que me deu, ou seja, de aceitar que eu a entreviste, grave entrevista, tire foto, filme e/ou acompanhe um pouco do seu dia. Se a senhora desejar se recusar, isso não causará nenhum prejuízo na relação comigo, com outras pessoas ou com a universidade.

VOU EXPLICAR SOBRE O TRABALHO: ESTAMOS FAZENDO ESSA PESQUISA PARA CONHECER A HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES ANCIÃS DA COMUNIDADE, QUE GUARDARAM NA MEMÓRIA A HISTÓRIA DO SEU POVO E QUE CONTINUAM A ENSINAR O CONHECIMENTO APRENDIDO PELOS SEUS ANTEPASSADOS, e isso a

gente faz através de estudos sobre as tradições culturais, como a costura do capim dourado, o cultivo das plantas medicinais, o modo de vida no Cerrado. Estudamos sobre as histórias da comunidade, como foi formada, as memórias dos tempos mais antigos, as lutas, as dificuldades e desafios que tiveram e outras questões. Buscamos estudar também sobre as mulheres que foram importantes na comunidade, as matriarcas, que já passaram e deixaram histórias para vocês e para nós de fora da comunidade. Investigamos sobre esses costumes, o modo de vida e o funcionamento da comunidade, qual a função das anciãs, as matriarcas da comunidade. Como elas transmitem os conhecimentos que possuem, que forma a identidade de ser quilombola do Mumbuca.

Para estudar isso eu vou precisar fazer umas ENTREVISTAS, é simples, vou explicar como acontece: nós nos sentamos e conversamos sobre um assunto, para eu não esquecer nada e depois poder estudar o que a senhora quiser me contar, eu vou gravar as entrevistas com meu celular que tem um gravador de voz. Mas isso, se a senhora aceitar participar e me permitir fazer. Depois de fazer as entrevistas, elas serão copiadas para o computador onde irei escrever elas para o papel, vou escrever o que a senhora me contar e vou analisar para tentar entender as coisas que disse e que estou estudando nessa pesquisa. Depois que eu fizer isso eu apago o registro da entrevista do celular e do computador. A sua participação pode demorar de outubro de 2023 até no máximo fevereiro de 2024, nesse tempo a gente pode fazer até 03 entrevistas individuais e em grupo que dura 01 hora a no máximo 02 horas, sempre no DIA, LOCAL E HORÁRIO que A SENHORA ESCOLHER, pode ser na sua casa, no seu terreno, no seu quintal, no barracão da associação, se eles assim permitirem, ou em qualquer outro lugar que se sentir mais à vontade.

Caso queira me convidar para passar mais tempo com a senhora, na sua casa, SE QUISER me permitir, eu vou acompanhar nas suas tarefas do dia, aí assim teríamos mais tempo para a senhora dividir comigo seus ensinamentos, as memórias e histórias da comunidade, os conhecimentos e as tradições que conhece. Outra coisa, que quero usar, se a senhora concordar, é um caderno para anotar algumas coisas, pois não vou conseguir gravar tudo o tempo todo então, o caderno é para me ajudar a lembrar das coisas que vai falar e das coisas que vou aprender. E se puder, eu farei umas fotos ou uns vídeos com o meu celular, da sua casa, do seu trabalho, da arte que faz, ou mesmo

da senhora, mas antes irei perguntar, e somente com a sua permissão e se não quiser deixar, não tem problema nenhum, a gente continua o trabalho tranquilamente.

Vou explicar alguns RISCOS que podem ocorrer nas entrevistas, como ALGUM DESCONFORTO POR CAUSA DE ALGUMA PERGUNTA, ENTÃO PARA EVITAR QUALQUER MOMENTO RUIM A ENTREVISTA SÓ IRÁ ACONTECER ONDE E QUANDO A SENHORA PREFERIR. Também lembro a SENHORA QUE NÃO É OBRIGADA A RESPONDER NENHUMA PERGUNTA, pode parar a entrevista em qualquer momento e eu IREI respeitar o que A SENHORA escolher. Agora, se eu verificar que a senhora está se sentindo incomodada eu não irei continuar com a pergunta. Tem também o RISCO DE SE SENTIR MAIS CANSADA OU DESCONFORTO PELO ESFORÇO DE RELEMBRAR AS HISTÓRIAS, mas assim como antes, a senhora pode interromper conforme a sua vontade a qualquer momento e se preferir pode continuar depois que estiver se sentindo melhor ou apenas fazer no tempo que desejar.

O MOTIVO de fazer esse trabalho é principalmente pela NECESSIDADE DE COMPREENDER, DAR IMPORTÂNCIA E VALORIZAR as histórias de vida das matriarcas, do modo de vida e as memórias que têm sobre seu povo, da tradição, da cultura e aprender como que é repassado os costumes e saberes, além da conservação do Cerrado feito por meio dos saberes tradicionais e assim, contribuir para a luta contra as desigualdades.

O BENEFÍCIO INDIRETO dessa pesquisa é ajudar para que outros pesquisadores e cientistas conheçam mais a comunidade e em especial ajudar nas futuras pesquisas sobre a comunidade quilombola do Mumbuca, sobre os costumes, as práticas tradicionais. Quando a senhora aceita participar da pesquisa colabora para que outros conheçam mais sobre as questões da comunidade como a conservação do capim dourado, das preocupações que tem sobre as futuras gerações e a preservação de sua cultura. A PESQUISA REALIZADA PODERÁ SER APRESENTADA POR VOCÊS MORADORES AOS ÓRGÃOS estaduais e municipais de governo e ser utilizada como fortalecimento para conquistar melhoria nas condições de vida.

Essa pesquisa pode conseguir como BENEFÍCIOS DIRETOS são os REGISTROS DAS HISTÓRIAS DE VIDA DE ANCIÃS DA COMUNIDADE COMO SÍMBOLO DE REPRESENTAÇÃO E PROTEÇÃO DAS MEMÓRIAS E TRADIÇÕES,

DAS HISTÓRIAS do povoado, também pode revelar OS SABERES TRADICIONAIS, PROMOVER A CULTURA, A EDUCAÇÃO E POLÍTICA SOBRE O POVO.

As informações que forem obtidas por meio da sua participação DURANTE a pesquisa, SÓ VÃO SER DIVULGADAS SE A SENHORA PERMITIR: os resultados poderão ser apresentados no trabalho da pesquisa, em artigos, seminários, escrever para revistas, participar de encontros, palestras e outros. A sua participação e das outras envolvidas na pesquisa é VOLUNTÁRIA, NÃO TEM NENHUM PAGAMENTO. Mas também NÃO PAGARÁ NADA PARA PARTICIPAR. Mas, se em qualquer momento a senhora sofrer algum prejuízo, comprovado ser consequência desse trabalho, a senhora tem garantido o direito à INDENIZAÇÃO.

DEPOIS da pesquisa ter terminado, me comprometo A ENTREGAR a vocês UMA CÓPIA para ficar na comunidade, deixarei na Associação, caso alguém queira ver o RESULTADO DO TRABALHO realizado. Se quiserem posso estar apresentando um resumo do trabalho feito para vocês, individualmente ou em grupo, como acharem melhor. Explico ainda, que cumprimos os cuidados éticos, RESPEITANDO o sigilo EM RELAÇÃO a senhora e tudo que a senhora quiser manter em sigilo, como manda a lei na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466 de 2012 e nº 510/2016 e foi aprovada junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão dentro da Universidade Federal do Tocantins que serve para observar e estudar todas as pesquisas que trabalham com seres humanos da universidade, garantindo que todos os pesquisadores entendam e cumpram com os seus deveres de explicar para as pessoas que aceitam participar das pesquisas de como tudo irá ocorrer. Eles são responsáveis por analisar e aprovar essas pesquisas que envolvem seres humanos, sem a aprovação do Comitê de Ética a pesquisa não pode acontecer.

Entregarei a senhora uma cópia desse documento, aqui a senhora encontra meu número de telefone, endereço, o meu e-mail, estarei pronta para atender sua ligação ou solicitação em qualquer momento, eu vou estar disponível para tirar dúvidas sobre essa pesquisa.

-Pesquisadora principal: Larissa Joyce Gomes de Oliveira Paiva

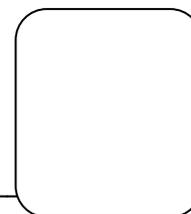
-Dados pessoais da pesquisadora

Caso a senhora tenha dificuldade com a leitura, poderá chamar alguém de sua confiança para ler esse documento, ou eu posso ler, fica a sua escolha. Se preferir também, posso gravar o áudio, eu lendo o documento. Tire qualquer dúvida que tiver e a senhora informa se aceita participar e dá sua autorização por meio da gravação de voz.

Declaro que entendi, a forma de minha participação, riscos e benefícios da pesquisa e aceito o convite para participar. Dou autorização para que se guarde todo trabalho realizado, além de autorizar a publicação dos resultados da pesquisa. Sobre as informações das entrevistas, as pesquisadoras GARANTEM que estarei identificada como PARTICIPANTE, caso queira, OU PERMANECEREI ANÔNIMA e em SIGILO, COMO EU SOLICITAR. Isso tudo vale para uma pessoa ou ao grupo de senhoras entrevistadas em qualquer momento da duração ou depois do fim da pesquisa.

**Declaro que recebi uma via deste termo de consentimento, li e concordo em participar da pesquisa.**

Nome, Assinatura ou Digital da participante da pesquisa:



Nome ou Assinatura do Pesquisador Principal:

\_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Informações:

Comitê de Ética da Universidade Federal do Tocantins- UFT:

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16. Plano Diretor Norte, Palmas- TO, 77001-090.

E-mail: cep\_uft@uft.edu.br

Telefone: (63) 3229-4023

## APÊNDICE B- ROTEIRO DA ENTREVISTA

Pesquisa: “As matriarcas *mumbucanas* como guardiães da memória e da tradição: uma ressignificação de si e da coletividade”

Nome da entrevistada: como preferir se identificar

Entrevistadora:

Local da entrevista: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Na gravação:

- Leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (para deixar registrado o conteúdo dos documentos, oralmente, no início da gravação da entrevista;
- Registro oral na gravação: data, cidade, nome da pessoa entrevistada, idade, nome do projeto, nome da instituição e nome da entrevistadora; agradecimento a pessoa entrevistada.

### **Início da entrevista**

- 1- Quais as lembranças a senhora possuem da sua infância, como era a vida na comunidade?
- 2- Como descreve o Cerrado, a natureza e a vida ligada a ele? Havia dificuldades em relação ao seu lugar da sua moradia? Quais preocupa
- 3- Quais são os saberes tradicionais, costumes e práticas aprendidos com os seus antepassados que marcaram sua história? E como foram transmitidos a senhora?
- 4- De que forma essas práticas e costumes ainda permanecem atualmente?
- 5- Há uma preocupação em transmitir esses conhecimentos para a próxima geração? E como eles são repassados? A senhora percebe alguma resistência dos jovens em seguir as tradições?
- 6- Como ocorreu a sua iniciação na costura do capim dourado? Quem ensinou? Como a senhora trabalha com ele? A senhora pode me mostrar? Como a senhora produz a peça? Tem algum modo especial que a senhora usa para fazer a peça?
- 7- Há algumas questões ou dificuldades em relação ao território hoje da comunidade? De que forma é percebido isso? E como são enfrentadas essas dificuldades?
- 8- Que preocupações possui em relação a conservação do Cerrado?

- 9- Quais preocupações possui em relação as futuras gerações e a conservação do Cerrado?
- 10- Como a comunidade percebe a sua figura de liderança e guardiã da memória povo?
- 11- A senhora se vê como uma guardiã das memórias da comunidade?
- 12- Quais responsabilidades possui em relação a comunidade?

### **Roteiro de entrevista para o Grupo Focal**

Pesquisa: “As matriarcas *mumbucanas* como guardiães da memória e da tradição: uma ressignificação de si e da coletividade”

Nomes das entrevistadas: como preferirem se identificar

Entrevistadora:

Local da entrevista: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Na gravação:

- Leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (para deixar registrado o conteúdo dos documentos, oralmente, no início da gravação da entrevista;
- Registro oral na gravação: data, cidade, nome da pessoa entrevistada, idade, nome do projeto, nome da instituição e nome da entrevistadora; agradecimento a pessoa entrevistada.

### **Início da entrevista**

- 1- Como se mantêm viva a história e memórias das anciãs da comunidade, tendo em vista que a tradição do povo é marcada pelo repasse de conhecimento de forma oral, contada de geração após geração?
- 2- De que forma carregam o legado de serem guardiãs da memória do seu povo, de sua própria história pessoal e familiar? Como se sentem em relação a isso?
- 3- Como os jovens estão recebendo esses saberes diante das mudanças do mundo atual, tecnologias, estudar fora da comunidade?
- 4- O fato de as mulheres serem consideradas matriarcas está ligado ao fato de serem produtoras e mantenedoras da renda familiar através da venda de produtos artesanais? Como observam sobre essas questões?

5- O capim dourado, gerou renda, ajudou nas finanças da casa? O capim dourado é a sua maior fonte de renda? como fator de geração de renda, contribuiu para a valorização do artesanato local, bem como na transmissão de saberes e técnicas das anciãs para as novas gerações?

6- Existe a preocupação com a conservação do Cerrado por parte das matriarcas que trabalham com o capim dourado?